

JÚLIA MARIA CASULARI MOTTA

*FRAGMENTOS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA DA
PSICOLOGIA NO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL:
RELAÇÕES ENTRE A INDUSTRIALIZAÇÃO
E A PSICOLOGIA*

CAMPINAS

2004

JÚLIA MARIA CASULARI MOTTA

***FRAGMENTOS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA DA
PSICOLOGIA NO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL:
RELAÇÕES ENTRE A INDUSTRIALIZAÇÃO
E A PSICOLOGIA***

*Tese de Doutorado apresentada à Pós-Graduação da
Faculdade de Ciências Médicas da Universidade
Estadual de Campinas, para obtenção do título de
Doutor em Saúde Coletiva.*

ORIENTADOR: PROF. DR. EVERARDO DUARTE NUNES

CAMPINAS

2004

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
UNICAMP**

M858f Motta, Júlia Maria Casulari
Fragmentos da história e da memória da psicologia no mundo do trabalho no Brasil: relações entre a Industrialização e a Psicologia / Júlia Maria Casulari Motta. Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador: Everardo Duarte Nunes
Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas.

1. Psicologia do trabalho. 2. Psicologia aplicada. 3. Psicologia história. 4. Psicologia organizacional. 5. Psicometria. 6. Sociometria. 7. Análise do discurso. I. Everardo Duarte Nunes. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

Banca examinadora de Tese de Doutorado

Orientador: Professor Dr. Everardo Duarte Nunes

Membros:

- 1. Professora Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani**
- 2. Professora Dra. Maria do Carmo Guedes**
- 3. Professora Dra. Leny Sato**
- 4. Professor Dr. Nelson Felice de Barros**

Suplentes:

- 1. Professora Dra. Marilisa Berti de Azevedo Barros**
- 2. Professor Dr. Nilton Julio de Faria**

Curso de pós-graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

Data: 08/10/2004

Dedico este trabalho

a Emanuel, Clara, Rafael, Daniel e todos(as) que virão.

Ao Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes, orientador deste trabalho, por seu acompanhamento seguro, respeitoso e competente;

À Profa. Dra. Aparecida Mari Iguti, pelos dois anos de orientação e sua compreensão amiga quando mudei o rumo da pesquisa;

À Profa. Dra. Marilisa Berti de Azevedo Barros, coordenadora da subcomissão da pós-graduação em Saúde Coletiva, por sua acolhida respeitosa, quando solicitei mudança de linha de pesquisa;

Ao Prof. Dr. José Inácio de Oliveira, então coordenador da área de Saúde Ocupacional, por sua compreensão quando mudei o tema da pesquisa;

À Profa. Dra. Maria do Carmo Guedes, pelo acolhimento junto ao Núcleo de História da Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

Aos meus entrevistados: Prof. Dr. Wilson Moura (RJ), Prof. Dr. Antônio Gomes Penna (RJ), Profa. Dra. Ana Maria Jacó Vilela (RJ), Prof. Dr. Eduardo Dapiesi (RJ), Profa. Dra. Nádia Rocha (BA), Prof. Dr. Virgílio Bittencourt (BA), Prof. Dr. Célio Garcia (MG), Prof. Dr. Pierre Weil (MG), Prof. Dr. Raimundo Nonato Fernandes (MG), Profa. Dra. Maria Elizabeth Antunes Lima (MG), Dr. Djalma Teixeira de Oliveira, Profa. Marlene Batista (MG), Psicóloga Maria de Lourdes C. Ribeiro (MG), Sr. Rubens Nunes (SP), Assistente Social Raquel Kussama (CIESP-FIESP-CAMP);

Ao IPPGC e à FEBRAP, onde aprendo e ensino o Psicodrama;

À Profa. Dra. Íris Barbosa Goulart (MG) e ao Psicólogo Wilson Soares Leite (MG), pelo espírito de colaboração ao me emprestarem fitas de entrevistas antigas;

Ao Sr. Joaquim Ronan (SP) e Ana Paula Camargo Poiani (Campinas), pela colaboração junto ao Banco Real (ABN);

À Imaculada, coordenadora da Biblioteca da Psicologia da USP, por todas as “dicas” preciosas; à Sandra e à Cleusa, coordenadoras do COMUT-FCM, pela paciência em conseguir tantos artigos “de antanho”; à Leoci, secretária da pós-graduação, sempre presente para me auxiliar;

À minha família de origem, da qual sou a “caçulinha”; à minha família nuclear e à minha família afetiva, ao ‘Grupo’, todos co-responsáveis por esta pesquisa ter chegado tão rápido a um final feliz; em especial às minhas sábias revisoras Júlia Paula e Ana Raquel, e ao meu sempre disponível tradutor Tuca.

	PÁG.
RESUMO	<i>xvii</i>
ABSTRACT	<i>xxi</i>
INTRODUÇÃO	25
Memórias da pesquisadora como um prelúdio.....	27
Delimitando o objeto de estudo e estrutura da tese.....	38
Delimitando um campo de estudo.....	40
Relevância e justificativa da pesquisa.....	41
Estrutura do texto.....	42
CAPÍTULO I – Ampliando o enfoque metodológico da pesquisa	45
Um conceito de modernidade como cenário da metodologia da tese.....	47
Buscando Pierre Bourdieu (1930-2002) para definir Campo e <i>Habitus</i>	50
Buscando Walter Benjamin (1892-1940) para conceituar narrativa histórica e memória.....	53
Buscando Michel Foucault (1926-1984) para complementar uma proposta metodológica.....	57
a primeira fase – o “como” da arqueologia na constituição do objeto – a análise do discurso como diagnóstico.....	57
a segunda fase – a genealogia do poder – o “porquê” do saber como formação discursiva histórica que define poder.....	68
a terceira fase – a genealogia da subjetivação – a busca do “sujeito do desejo”.....	72
CAPÍTULO II – Saberes e poderes relativos à Psicologia no Brasil	79
Antecedentes e antecessores desta pesquisa.....	81

CAPÍTULO III – A constituição do IDORT (1931) na relação com o avanço da modernidade – a presença ativa da Psicotécnica e da Psicologia de administração racional.....	97
A presença ativa da Psicotécnica e da Psicologia da administração racional.....	99
Esquadrinhando o trabalho desenvolvido pelos psicologistas do IDORT: A FÁBRICA DE LOUÇAS CERAMUS.....	117
Ampliando as reflexões sobre o trabalho dos psicologistas do IDORT –Estudos de Prevenção de acidentes no Serviço da Estiva – I. A.P.E.....	123
Conclusões parciais baseadas no estudo da Psicologia do IDORT.....	129
CAPÍTULO IV – A criação do ISOP (1947) põe a psicotécnica no cenário do movimento desenvolvimentista do Distrito Federal.....	133
O trabalho de Mira y Lópes de decomposição e recomposição da profissão de motorista para uma psicotécnica.....	156
Conclusões parciais baseadas na psicologia desenvolvida pelo ISOP (1947).....	161
CAPÍTULO V – As relações entre a Psicologia da Educação, a Psicotécnica, a modernidade mineira e o processo de fundação do SOSP (1949).....	163
Um olhar reflexivo sobre os saberes e poderes do teste de QI na orientação do destino de uma criança e sua família: “relatório do atendimento do menor O, de 8 anos”.....	180
Conclusões parciais baseadas na Psicologia desenvolvida no SOSP (1948).....	183
CAPÍTULO VI – O nascimento e o desenvolvimento do DOT (1958) – A Psicologia Humanista. A primeira instituição privada da Psicologia Aplicada ao mundo do trabalho: o DOT (1958) e o Banco da Lavoura de Minas Gerais (Banco Real).....	187
Um novo paradigma no mundo – A Psicologia Humanista.....	189
Conclusões parciais norteadas pela Psicologia Humanista do DOT.....	221
REFLEXÕES FINAIS E CONCLUSÕES.....	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	239
ANEXOS.....	259

RESUMO

O propósito deste trabalho é contribuir para o conhecimento da História e da Memória da Psicologia no mundo do trabalho, buscando relações entre o processo de industrialização brasileira e a Psicologia. A seleção deste objeto de estudo decorreu da minha posição, que reconhece a Psicologia como fruto da história enquanto constituinte da história, na medida em que exprime o homem, seus valores, seus vínculos e suas relações, expressando o que se constrói entre o coletivo e a subjetividade. A escolha do campo da Psicologia no mundo do trabalho vem da necessidade de compreender a constituição desta Psicologia e o processo de modernização brasileira.

Para a realização deste objetivo, delimitei os três estados – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – como campo de pesquisa, e tomei como objeto de estudo arqueológico histórico quatro instituições: o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT (1931), em São Paulo, a primeira instituição psicométrica a se constituir relacionada ao aceleração da industrialização; o Instituto de Seleção e Orientação Profissional – o ISOP (1947), no Rio de Janeiro, criado pela FGV (1944) e que, mais tarde, tornou-se o primeiro curso de pós-graduação em Psicologia; o Serviço de Orientação e Seleção Profissional – o SOSP (1949), em Minas Gerais, sendo o primeiro serviço de Psicometria criado pelo Estado (atualmente o CENPA – UEMG); e o Departamento de Orientação e Treinamento do Banco da Lavoura de Minas Gerais (Banco Real) – o DOT (1958), responsável pela chegada da Psicologia Humanista ao processo de modernização industrial.

Como metodologia principal, usei três autores: Michel Foucault (1926-1984), Pierre Bourdieu (1930-2002) e Walter Benjamin (1892-1940), procurando relacioná-los, em especial, na análise dos relatórios de trabalho de psicologistas e psicólogos.

Três perguntas acompanharam todo o processo de pesquisa, buscando evidenciar qual o conceito de Psicologia, de Trabalho e de Saúde que estas Psicologias desenvolveram. A tese principal, que mais adiante estará sendo apresentada, é a de que, enquanto a Psicologia esteve centrada na psicometria ela permaneceu uma ciência comportamental, que visava treinar eficiência, tomando o trabalho como produção de lucro e a saúde como resistência ao cansaço. E que, a Psicologia ao passar da psicometria para a sociometria, flexibilizou a aridez daquela, porém continuando no mesmo paradigma, apesar de passar a ser Humanista. Conceitua o trabalho como um processo de realização humana, em que

conflitos velados e explícitos estão presentes, vendo a saúde como uma conquista grupal, e o trabalhador sempre em relação. O Psicodrama foi o primeiro a propor o grupo como palco de protagonização dos trabalhadores, como lugar das pequenas revoluções- geradas nas intersubjetividades – a possibilidade revolucionária para o trabalhador. Apesar desta inovação, a Psicologia se mantém em relação de subordinação com o Capital.

Em síntese, o trabalho aqui apresentado é uma reflexão que pretende debates sobre a Psicologia: suas potencialidades de construção, destruição, seus saberes e poderes nas relações com a modernidade; também espero que esta pesquisa lance luz à urgência em trabalharmos esta ciência como uma produção histórica, buscando (re)visitar o passado em busca do futuro.

Palavras-chave: Psicologia do trabalho; História da Psicologia; arqueologia histórica; IDORT (1931); ISOP (1947); SOSP (1949); DOT (1958).

ABSTRACT

The purpose of this work is to contribute for the knowledge of History and of the Memory of Psychology in the world of work, seeking relations between the process of Industrialization in Brazil and Psychology. The selection of this object of study elapsed from my position that sees Psychology as a result of history meanwhile it is part of history, in the sense that it expresses man, his values, his connections and relations, expressing what is built between the group and subjectivity. The choice of the field of Psychology in the world of work comes from the need of comprehending the constitution of this Psychology and the process of Brazilian modernization.

For the achievement of this target I have delimited the three states – São Paulo, Rio de Janeiro and Minas Gerais – as a field of research and used as object of work the archeological study of four institutions. The Institute of Rational Organization of Work (*Instituto de Organização Racional do Trabalho*) – IDORT (1931), in São Paulo, the first psychometric institution to be constituted with relations to acceleration of industrialization. The Institute of Selection and Professional Orientation (*Instituto de Seleção e Orientação Profissional*) – ISOP (1947), in Rio de Janeiro, created by FGV (1944) and that, later on has become the first graduate school in Psychology. The Service of Orientation and Professional Selection (*Serviço de Orientação e Seleção Profissional*) – SOSP (1949), in Minas Gerais, as the first Psychometric service created by the state (currently CENPA– UEMG). The Department of Orientation and Training (*Departamento de Orientação e Treinamento*) of the Banco da Lavoura de Minas Gerais (Banco Real) – DOT (1958), responsible for the beginning of the Humanistic Psychology in the process of industrial modernization.

As the main methodology three authors were used: Michel Foucault (1926-1984), Pierre Bourdieu (1930-2002) e Walter Benjamin (1892-1940), in an attempt of relating them, and specially, in the analysis of the work reports of these psychologists and psycho logs.

Three questions have followed the entire research process, while trying to put in evidence which concept if psychology, of work, and of health these Psychologies have developed. The main thesis that will be presented later is that while Psychology had been centered in psychometry it remained a behavioral science that aimed the practice of efficiency, making use of work as a generator of profit and health as a resistance to tiredness. And that

Psychology, while passing from psychometry to sociometry and thus flexibilized its dryness remaining in the same paradigm, despite becoming Humanistic. It defines work as a process of human achievement, where hidden and explicit conflicts are present, and health as a groupal conquest, positioning the worker always in relation. Psychodrama was pioneer in proposing the group as the stage of the workers role playing, as the stage of the small revolutions generated in the intersubjectivities – a revolutionary possibility for the worker. Despite this innovation, Psychology remains in a subordinated relation with the capital.

In short, the work that is to be presented here attempts to be a reflection, that produces reflections about Psychology: its potentials of building, destroying, its knowledge and powers on the relations with modernity, as well as flashing light in the urge of working this science as a historic production trying to (re)visit past in search of the future.

Key Words: Psychology of Work; History of Psychology; historic archeology; IDORT (1931); ISOP (1947); SOSP (1949); DOT (1958-1968).

INTRODUÇÃO

MEMÓRIAS da pesquisadora como um PRELÚDIO

...O tempo não é uma corda que se possa medir nó a nó, o tempo é uma superfície oblíqua e ondulante que só a memória é capaz de fazer mover e aproximar.

José Saramago (1998:168)

Um dia, quando era estudante na graduação, conversava com um operário, em um hospital psiquiátrico, quando recebi deste jovem uma lição sobre o mundo do trabalho. Ele me disse assim: “eu sei o que me aconteceu, a máquina roubou meu ritmo”.

Era um jovem-velho trabalhador, que aos 21 anos já havia trabalhado dez anos. Seu trabalho atual, que o remetera ao hospital, era em uma poderosa empresa multinacional. No seu posto, ele precisava olhar uma esteira que corria sempre na mesma velocidade transportando pequenas peças iguais. Como parte do controle de qualidade, deveria reconhecer, entre 2 mil peças, de uma a duas peças com defeito.

Uma hora, explodiu! Levaram-no para aquele hospital onde ele estava há duas semanas, quando nos conhecemos. Era o ano de 1972, década que marca o início das crises do petróleo que resultaram em mudanças importantes no mundo do trabalho; que serão retomadas no capítulo II.

Não pude me esquecer deste *jovem-velho professor*, e voltar-me para o estudo do mundo do trabalho, recuperando a história que operários anônimos vivenciaram, é uma forma de homenageá-lo. Escrever é estar em busca da própria *memória*, que Benjamin (1996:197-221) considera a busca, no passado, do futuro, sem perder de vista o presente. Ao fazer este esforço de escutar o passado, procuro afinar meus sentidos aos mais insignificantes ruídos cotidianos, pois a história é também o dissonante, o que não está contado na história do vencedor; acreditando assim estar contribuindo para o projeto de libertar o futuro. Narrar e reescrever é reconhecer *a voz*, que a cada dia está mais emudecida, mantendo em silêncio os sons e os sentidos do mundo em derredor ou do seu próprio átomo social. A mudez desta *voz* é resultante dos duelos da batalha ininterrupta pelo monopólio de informações entre as culturas. Também, é consequência do esforço para

o estabelecimento hegemônico de um único jeito de ser e de pensar, o qual é imposto a duras penas, visto que necessita vencer constantemente as resistências. Disto resulta e isto provoca um trabalho para o esquecimento, para a perda da memória, para a ausência de referência, para um mergulho num anonimato cruel do sempre igual. Escrever vai, assim, ganhando o sentido de ter *voz* dentro da multidão, e do que representa essa multidão. Ou, em outras palavras, trabalho por uma *rememoração*, em um esforço de somar ao coletivo o individual. É um esforço de reunir a percepção dessa interioridade e dessa individualidade à percepção do espaço e do tempo históricos, nunca desvinculados.

Narrar e escrever estão intimamente relacionados, porque ambos mostram/revelam um sujeito para além do jogo de palavras utilizadas. Tais ações conseguem escancarar a experiência acumulada, individual ou coletiva, promovendo ao narrador/escritor um reencontro consigo mesmo e, posteriormente, com o outro, de maneira modificada.

Mais recentemente, a motivação para esta pesquisa teve início na década de 90 quando, no meu trabalho clínico como psicoterapeuta, comecei a receber muitas pessoas com queixas que se relacionam ao papel profissional e ao mundo do trabalho. Eram pessoas que, até então, haviam se sentido qualificadas, seguras no que faziam e que, naquele momento, passavam a se ver como possíveis escolhidos para a próxima “lista negra”¹ dos despedidos, o que os levava a pensar/sonhar com seu próprio negócio, com a autonomia de ser independente. Outros, surpreendidos com o cartão vermelho, corriam de lá para cá, de cá para lá, procurando uma nova identidade profissional. Os que ficavam empregados começavam um novo capítulo, precisavam se desdobrar para cumprir suas tarefas e as dos colegas demitidos. Tudo isto acrescido da percepção de que não deviam reclamar individualmente e muito menos coletivamente. Havia uma sensação geral, não ter saída para tão grande crise, que chegou sem aviso prévio: medo, insegurança, sentimento de rejeição, desconhecimento de respostas novas para questões tão graves e urgentes, contaminação das famílias por sentimentos, gerando cobranças dos trabalhadores por eles mesmos e pelo seu átomo social. Casais em crise e notícia de separações deixavam de ser

¹ Mantenho o termo “lista negra” por ser comum na linguagem de muitos dos trabalhadores com os quais tive contato.

novidade. Faltavam-lhes recursos para construírem novas maneiras de comunicação e linguagem para refazerem contratos e projetos. O clima era de Babel; neste contexto não existe a palavra comunicacional.

A matéria-prima do homem é a palavra, e a palavra detém poder, para quem fala e para quem ouve, ou para quem escreve e para quem lê. Ora, como nenhuma linguagem é inocente, é preciso saber prestar atenção nos sentidos explícito e oculto das palavras, porque nas próprias palavras estão presentes o sentido e a idéia, uma vez que o poder está sempre em jogo e no jogo, entre os movimentos de aparição e ocultamento. Foucault amplia, no século XX, o paradigma da linguagem que revela nas próprias palavras ditas do discurso sentidos e intenções. Essa importante contribuição de Foucault retira de uma certa gaiola limitante a busca da verdade, que até então só era procurada no oculto, naquilo não dito. *A priori*, as palavras ditas só eram tomadas como cortina que precisava ser afastada para se ver a verdadeira cena da linguagem. As positivities em Foucault revelam e ocultam; para este autor, a aparência também é essência, se a linguagem é máscara, também revela. Às vezes, a linguagem é sem palavras; constituída de expressões, criada nas imagens, nas cenas, pelo não-verbal, revela ao ocultar aquilo que, temido, consome sem cessar, *o medo*. Cenário propício para culpas, conseqüentes depressões e desencontros. Busquei, em primeiro lugar, a Psicologia como campo de conhecimento para compreender esses fenômenos sociais que invadiam a privacidade, adoecendo os homens e as mulheres, deixando famílias assustadas com o hoje e temerosas do amanhã. Voltei a estudar, fiz minha formação como terapeuta de família em uma abordagem diferente daquela em que já atuava, em um esforço de ampliar minha visão do mundo e do homem. Lutava contra a tentação das certezas, de uma perceptividade sólida e inquestionável, em que nossas convicções nos dizem que as coisas são como as vemos e que não pode haver alternativas ao que nos parece certo. Precisava do outro para quebrar a certeza solitária do individual, ansiava transcender reconstruindo o mundo na relação com o outro. Enfrentava meus pontos cegos, que me diziam que não via tudo o tempo todo; revelava-me ao encarar estes pontos cegos por onde via que não via. Não foi suficiente para responder a tantas indagações que a nova realidade social do mundo do trabalho me apresentava. A cada resposta que alcançava, surgiam muitas novas perguntas. Assim, fui descobrindo que precisava conhecer outras ciências, pois somente o que construíra com a Psicologia não

estava me mostrando o que queria e precisava compreender. Pensei que meu primeiro passo naquele momento deveria ser ampliar meus estudos clínicos me aproximando da saúde pública, do olhar social sobre a saúde, em especial, da saúde do trabalhador.

Voltei para a universidade já sabendo que buscava uma interdisciplinaridade através da qual, pela intersecção de vários saberes, poderia aprender modos novos de andar na vida, me equipando para o atual fluxo do mundo. Buscava produzir um novo olhar com o ato de aprender, porque toda reflexão produz um mundo, que, para Maturana e Varela (1995:68), é a consciência de que o fenômeno do conhecer não pode ser equiparado à existência de “fatos” ou objetos lá fora, que podemos captar e armazenar na cabeça. Conhecer é produzir sim um mundo, em que o encadeamento de ação e experiência na circularidade traz uma inseparabilidade entre ser de uma maneira particular e o mundo que nos parece ser. Mas, faltava-me ter um objeto de estudo que, ao mesmo tempo em que ordenasse minhas idéias ampliando minha visão, também pudesse, no final, contribuir de alguma maneira com o coletivo.

Passei a me perguntar: O que já sei? O que quero saber? Quais as minhas perguntas básicas sobre este processo coletivo neste momento? Com muitas perguntas, busquei em mim e no que observava no social um objeto que fizesse sentido como plano de pesquisa. Não queria uma reconstrução, mas uma revisitação que me mostrasse que tudo o que é dito é dito por alguém. Também não buscava uma docilização da história, que constrói imagens idealizadas das relações, lutava com o fantasma da modernidade como algo que não é sólido, que se desmancha no ar. Pensei ter encontrado quando minha atenção esteve focando por que a criatividade dos trabalhadores se mostrava tão pobre nos momentos de conflito no trabalho. O que havia acontecido com o trabalhador que, cristalizado em um papel, não sabia onde encontrar sua espontaneidade-criadora? Pensei na criança, que, brincando, descobre rapidamente um jeito novo de sair de um conflito. Lembrei-me de que, enquanto o animal trabalha quando quer algo e joga quando está transbordando de energia, a criança joga para trabalhar na construção do simbólico, seu jogo encerra nele mesmo sua função social, sua recompensa, que é a assimilação, prescindindo de outras ações. Pensei nas minhas pesquisas sobre jogos, no que já havia publicado sobre o tema e veio o desejo de pesquisar a criatividade do trabalhador através de

jogos. Minha pergunta básica nesta fase foi: “O trabalhador que consegue se manter saudável nos momentos de crise, como brincou na infância?”.

Tomando, aqui, o jogo como um papel em desenvolvimento, sendo este um papel orientado para o futuro, o que dele resulta traz para a criança uma preparação para o trabalho através do desenvolvimento de qualidades, de aptidões, de contato com as potencialidades antes desconhecidas. Esta ação revela o desejo muito íntimo da criança de, através da alquimia da sua fantasia, representar algo, interpretar um papel criando alguma situação nova. Para revelar o produto de sua fantasia, o jogo necessita contracenar com as regras, que são escola da vontade. A situação fictícia, portanto, é o caminho da abstração. No jogo simbólico está o ponto máximo do desenvolvimento dos jogos infantis, pois o símbolo, como idioma individual revela o coletivo na personalidade da criança, constitui o meio fundamental da assimilação autoformadora. Tendo seu palco na realidade suplementar, reúne um intencional desprendimento da realidade social, mas também uma penetração nesta através dos recursos imaginativos. As motivações da atividade lúdica revelam um conjunto de atos conscientes agrupados pela unidade do motivo, e têm sua propriedade curativa porque, no jogo, o “eu” desforra-se ou liquidando o problema ou tornando aceitável a solução. Para Elkonim (1998), além destas funções, o jogo protagônico é a preparação para o trabalho.

Com esta questão básica, formulei um projeto de pesquisa e me inscrevi no processo de seleção para o doutorado na FCM-DMPS-SC, linha de pesquisa em Saúde Ocupacional. Fiz minha inscrição e esperei o dia da entrevista como alguém que, em posição de largada, aguarda o tiro de início. No dia marcado, lá estava eu munida de lápis e papel como se fosse escrever, mas o que teria que enfrentar eram três professores desconhecidos, que me pareceram bravos e enigmáticos. Lembrei-me da minha professora de primeiro ano primário, que também me causou tamanho suspense. Com medo de perder a hora marcada, acabei chegando tão cedo que pude assistir à saída da candidata anterior. Quando a porta se abriu, ela apertava as mãos dos professores segurando um choro que caiu em cascata assim que se afastou da cena temida. Participando de tal drama, pensei em recuar, mas não era mais possível, a próxima seria eu. Mesmo que quisesse, não daria tempo, pois os temidos professores me faziam um sinal para entrar. Reunindo coragem, me

agarrei ao lápis e ao papel, como um ursinho de pelúcia que dá segurança à criança, e caminhei destemida para a sala do exame. Nem havia me sentado e um professor disparou a pergunta que menos queria ouvir: “Onde você fez seu mestrado?”.

Enquanto meu coração disparava, fez-se um silêncio tão intenso que quase era possível pegá-lo no ar. Consegui pensar um desafio maior que a pergunta feita, estava movida pelo desejo de estudar criatividade do trabalhador. Deveria, então, começar por mim, trabalhadora naquela situação de *seleção para treinamento*. Eu estava mergulhada em um momento de conflito pela arguição. Lembrei-me de que tudo que é dito é dito por alguém. Então, lhe respondi com ares de tranquilidade: “Professor, eu não fiz mestrado. O que é possível ver no meu currículo é que cursei todos os níveis possíveis de formação dentro da carreira de psicoterapeuta, mas que nada do que estudei é, por enquanto, reconhecido como pós-graduação”. Expliquei que estava me inscrevendo direto para o doutorado porque me sentia madura como trabalhadora para enfrentar este desafio maior. A partir deste diálogo tão direto e franco de ambos, o que me parecia temeroso e difícil passou a ser atraente. Eu queria saber daquelas pessoas mais experientes do que eu o que haviam pensado do meu projeto. Não precisei aguardar muito tempo, pois uma professora fez a primeira observação: “O nome do seu projeto não traduz o que ele se propõe a fazer”. Olhei com admiração para ela e, rapidamente, procurei refletir sobre o que dissera e vi que tinha razão. Não era um bom nome, nada tinha de criativo que mostrasse meu objeto e meu objetivo para a pesquisa. Minha arguição durou mais tempo que o previsto, pois sabia, pela lista no corredor, a que horas deveria entrar outro candidato. Fui bastante sabatinada, precisei justificar minha proposta, mostrar minha determinação e clareza de propósitos. Mesmo assim, ora parecia que estavam gostando de mim, ora parecia que não seria aprovada. Com estas dúvidas, me despedi e aguardei o dia D. Bem, fui aprovada e soube pela lista afixada quem seria minha orientadora, era a professora da arguição. Este fato muito me alegrou, pois nosso primeiro encontro na sala do exame de seleção me mostrou que precisaria trabalhar bastante e bem. Este é o meu propósito também, pensei.

Começaram as aulas e com elas um mundo de surpresas. Descobri que precisava ser alfabetizada em sociologia, em economia, em epidemiologia, em metodologia de pesquisa, em bioestatística, em informática, e tantas outras ciências que nem sei. O mundo acadêmico era-me tão novo que, por alguns meses, pensei em desistir e voltar no

ano seguinte para a seleção do mestrado. Estava descobrindo o tamanho do desafio a que me havia proposto. Todos sabiam mais e melhor do que eu. Meus colegas, na maioria mais jovens e fresquinhos da graduação, circulavam com desenvoltura e intimidade pelos corredores da casa; enquanto eu precisava do dobro do tempo para ler o mesmo texto ou descobrir onde estava a biblioteca ou a DAC na universidade. Sem falar na necessidade de perder o medo do computador e ficar íntima da internet. Tudo isto sem deixar de trabalhar, ler e estudar os livros de Psicologia Clínica, ir ao cinema e manter meus vínculos no fluxo da vida. Compreendi que estava vivendo o mesmo processo que me propunha estudar: “Onde estava a criatividade do trabalhador nas situações de crise?”. Ah! pensei eu, então agora não devo desistir, porque tal intimidade com esta crise me mostrará se é possível sobreviver com saúde à globalização, ou ao retorno à universidade. Assim, terminei meu primeiro ano, já um pouquinho alfabetizada e mais próxima do mundo acadêmico.

No segundo ano, nova crise surgiu inesperadamente. Uma carta do Conselho Regional de Psicologia – subsede de Campinas convidava para uma palestra sobre ética no mundo do trabalho.² Lá estava no dia marcado para o colóquio. Duas colegas apresentaram sua palestra com o auxílio de transparências. Entusiasticamente, elas nos convenciam de que as empresas estavam mais éticas; que os consumidores estavam selecionando os produtos pelas informações que possuíam das empresas. Mostravam quais as empresas que estavam reflorestando, as que não poluíam os rios e as que mantinham suas fábricas limpas e ajardinadas. Esperei que o melhor estivesse por vir, isto é, que também falassem das condições de trabalho dos homens e das mulheres empregados ou terceirizados nas *empresas éticas*. Nada foi dito sobre isto. Quando lhes perguntei sobre as condições dos trabalhadores, disseram que este era um novo tema, que seria preciso outro dia para isto. Para concluir a palestra, elas propuseram fazer com o grupo – em torno de trinta psicólogos presentes – um jogo. Recebemos balões para inflar; também uma etiqueta onde deveríamos escrever uma frase sobre ética que considerássemos importante para o mundo do trabalho. Depois de colada a etiqueta no balão, fomos convidados a andar pela sala brincando com os balões, jogando para os colegas e rebatendo as bolas que estivessem no ar. A brincadeira estava animada, com risos e muitas trombadas nos repiques dos balões. Então, foi-nos dada

² O material desta palestra me foi fornecido pela subsede de Campinas do Conselho Regional de Psicologia (CRP-06). Nessa ocasião (10/02/2002), pedi autorização, via e-mail, ao CRP e às colegas para usar este material na Tese.

uma consigna para derrubarmos os balões e os estourar com os pés. Neste momento, os risos estavam animados e o barulho dos balões estourando fazia o meu espanto ficar anônimo naquela sala. Nenhum sinal visível de descontentamento, todos batiam palmas e cumprimentavam-se para a saída. Fui para casa sem ter com quem compartilhar o turbilhão de sentimentos e pensamentos que passavam por mim. Não conhecia nenhum dos presentes, portanto precisei guardar comigo tantas perguntas sem respostas que brotavam em cascatas e inúmeras hipóteses sobre a Psicologia no mundo do trabalho. Quando solicitei ao CRP o material da palestra, esperava que também viessem as frases que tinham sido escritas nos balões. Somente obtive a cópia das transparências, porque as frases dormiam no lixo.

Logo chegou o tempo de reescrever o projeto da tese. Não consegui reescrever o mesmo projeto. Em mim, a pergunta mais forte havia mudado. Quando tentava escrever, era dominada pela vontade de buscar resposta para tão fortes indagações: “O que é o trabalho? O que é a Psicologia para o mundo do trabalho? O que é a saúde para a Psicologia no mundo do trabalho?”. Conversei com minha orientadora algumas vezes, busquei saber dos colegas, refleti, tentei me convencer de que mudar de tema era insano, senão arriscado. Nenhum dos argumentos usados me convenceu. Não reescrevi o projeto sobre jogos no mundo do trabalho, simplesmente já não podia pesquisar algo que naquele momento não tinha ressonância para mim. Aquele jogo dos balões havia quebrado o encanto a utopia necessária que permite a manifestação do imaginário e dos discursos, que formam a linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula. Aquele jogo de pisar “balões enfeitados pela ética” estava para mim como uma heteronomia. Ou, em outras palavras, aquele jogo estava nos colocando em um estado/condição de quem se acha sob o domínio do outro, estávamos submetidos às leis externas de conduta.

Fazer uma tese significa aprender a pôr ordem nas próprias idéias, além de ordenar os dados. É uma experiência metódica, de construção de um objeto, é buscar aquilo cuja existência ainda ignoro, mas que, como princípio, possa também servir para os outros. Neste processo, a imaginação, que me autoriza a linguagem, me leva para longe de querer só observar como contentamento em ver. Queria de volta a minha imaginação; sentia-me como o *homo economicus* foucaultiano, “que é aquele que passa, usa e perde sua vida

escapando da eminência da morte” (FOUCAULT, 2002b: 353). Escrevi este novo projeto sobre a História da Psicologia no mundo do trabalho no Brasil. Apresentei à minha orientadora e esta gentilmente me disse que não estava mais em sua linha de pesquisa, portanto deveria procurar novo professor para orientação. Fiz uma lista tríplice; comecei por minha primeira escolha sociométrica para o papel de orientador, o professor Everardo. Entreguei-lhe meu projeto em dezembro de 2002, e passei a esperar seu retorno. Em fevereiro, já não conseguindo esperar o protocolo da iniciativa do professor, passei-lhe um e-mail pedindo uma entrevista. Prontamente me recebeu e, com meu projeto sobre a mesa, me disse: “O nome do seu projeto não está bom”. Estas palavras me acalmaram. Estava aceita!

Começava nova jornada de trabalho, outro levantamento bibliográfico, nova delimitação do objeto e novo objetivo. Fazer rápido e bem-feito. Descobrir o que procurava me parecia uma agulha no palheiro, seria tirar a sorte grande na loteria, como diria a minha avó. Quase nada sabia sobre esta história, muito menos onde procurar, quem ou quais pessoas se dedicavam ao tema. Meu primeiro movimento ingênuo foi construir um questionário sobre os cursos de pós-graduação em Psicologia, sobre teses e dissertações defendidas em História da Psicologia; pegar a lista da CAPES na internet e enviar aos coordenadores com uma cartinha de uma doutoranda pedindo informações. Dos 45 cursos registrados pela CAPES, no primeiro semestre de 2003, somente a universidade de Uberlândia, MG me respondeu. Em uma gentil carta da secretária da pós-graduação, esta me informava que o curso era novo e ainda não tinham nenhuma tese ou dissertação defendida. Enquanto esperava outras respostas, descobri que a PUCSP possuía um núcleo de pesquisa em História da Psicologia.³ Estive, em junho de 2003, visitando este grupo e compreendi que esperava o impossível: os cursos de pós-graduação não me responderiam. A Internet é muito anônima, portanto, fria. Minha primeira idéia de pesquisar a contribuição da academia para a constituição e desenvolvimento da Psicologia no mundo do trabalho estava agonizando. Tentei o IBICT por meios eletrônicos na esperança de obter descritores melhores do que os que estava usando para levantar as teses e as dissertações

³ Agradeço à professora doutora Maria do Carmo Guedes, coordenadora deste núcleo e a todo o grupo pelos questionamentos tão ricos que me fizeram acertar mais rápido o mapa da mina.

sobre a história da Psicologia. Obtive, da secretária do IBICT,⁴ a resposta que os descritores estavam corretos, mas que não havia mesmo outros registros além dos que já sabia. Passei a frequentar a biblioteca central da UNICAMP, fiz os cursos oferecidos para pesquisa *on-line* e fiquei amiga das funcionárias do COMUT. Quando chegava com meus pedidos, elas brincavam: “Lá vem a moça que gosta de naftalina”. Mas ainda era pouco, precisava de mais, bem mais. Meus sonhos grandiosos de escrever toda a história da Psicologia no mundo do trabalho no Brasil estavam passando por muitas revoluções. Mesmo precisando ser realista nos sonhos, não chegara ainda ao domínio do campo. Estava voando mais baixo, agora queria escrever somente sobre a relação entre a industrialização brasileira e a História da Psicologia, que chegaram, concomitantes, nestes três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mas falar com quem? Para quê! Consegui agendar uma entrevista com o presidente da ANPPEP⁵ para conhecer sobre a história dessa associação e saber como chegar às teses e aos grupos de pesquisa em História da Psicologia. O professor me remeteu para a biblioteca da USP aos cuidados da bibliotecária coordenadora, Imaculada. Esta me auxiliou a acreditar que não era erro meu, não havia quase nenhuma pesquisa em História da Psicologia. Voltou-me à lembrança Foucault (2002a: 256) quando escreveu que só há história porque o homem como um ser natural é finito. Desta maneira, nós, psicólogos, estamos quase infinitos, porque pouco registramos da nossa história.

A modernidade que oculta a finitude humana torna a psicologia míope à própria história. Também quando este autor escreve que se fala porque se age e não porque, (re)conhecendo, se conhece. Como a ação, a linguagem exprime uma vontade profunda que tem dois desdobramentos: a linguagem não está mais ligada ao conhecimento das coisas, mas à liberdade dos homens; e a linguagem está separada da representação, só se legitima pela história.

Busquei a linguagem dos livros, das teses, das memórias dos que, de alguma maneira, fizeram e fazem esta história. Quase todos os entrevistados são professores universitários, sendo que alguns participaram ativamente da construção deste campo de

⁴ A carta que recebi foi assinada pela secretária Elisa. IBICT: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Teses Brasileiras.

⁵ ANPPEP – Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Psicologia, fundada em 1971, cujo presidente atual é o professor doutor Lino Macedo, Instituto de Psicologia Educacional da USP.

conhecimento. Não houve um critério estatístico para a escolha dos entrevistados; são pessoas consideradas de notório saber por seus pares, com relação à história da Psicologia. Tamanha surpresa tive ao descobrir que somos tão poucos que nos dedicamos à pesquisa deste campo, pois todos os entrevistados se referiram aos mesmos nomes. Munida da carta de apresentação da UNICAMP, com as entrevistas agendadas previamente, percorri alguns lugares nestes três estados. A partir deste trabalho, portas foram se abrindo à medida que sabia melhor o que procurava. Uma triste decepção quando, poucos dias antes da entrevista marcada, recebi um telefonema da secretária do professor Seminério⁶ comunicando seu falecimento. Senti não ter andado rápido o suficiente para registrar suas memórias.

Criei alguns critérios norteadores para vivenciar o que chamei de *entrevista dialogal*. Nesta me apresento ao entrevistado expondo meus critérios de escolha, minhas relações com o que já sabia sobre aquela pessoa. Procurei me mostrar antes de pedir-lhe que se mostrasse. Estávamos juntos e éramos ambos atores no palco da cena da *entrevista dialogal*. Este tema será retomado nas conclusões.

Das poucas teses e dissertações recolhidas nestes estados, complementadas por artigos, documentos, depoimentos falados e filmados, construo esta versão da história e da memória da Psicologia que se constituiu na relação com o mundo do trabalho, no triângulo da industrialização no Brasil.

⁶ Professor Franco Lo Presti Seminério teve uma atuação importante na criação do ISOP-FGV-RJ. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1990, quando o ISOP se transferiu para esta academia. Será novamente citado no capítulo histórico do ISOP (1947).

Delimitando o objeto de estudo e a estrutura da tese

Uma vez que o homem histórico é o homem que vive, trabalha e fala, todo conteúdo da História, qualquer que seja, concerne `a psicologia, `a sociologia ou `as ciências da linguagem. Mas, inversamente, uma vez que o ser humano se tornou, de ponta a ponta, histórico, nenhum dos conteúdos analisados pelas ciências humanas pode ficar estável em si mesmo nem escapar ao movimento da História.

M. Foucault (1999:513)

A meta desta pesquisa é revelar faces e facetas da história e da memória da chegada e da instalação da Psicologia no mundo do trabalho, em três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre 1931 e 1970. A proposta é tomar como ponto de partida o movimento da Psicotécnica em São Paulo, seu crescimento e institucionalização através do IDORT (1931). Em seguida, a chegada ao Rio de Janeiro, na época capital do Brasil, da psicotécnica, que encontrou abrigo na FGV (1945) e na criação do ISOP (1947). Por fim, sua chegada a Minas Gerais, através da criação do SOSP (1949). Também tratará da criação do “*novo*” movimento, representado pelo DOT (1958).⁷ Este, nascido de um movimento diferente dos outros núcleos, tem importância para a história da Psicologia porque representa a chegada da Psicologia Fenomenológica ao mundo do trabalho. A vinda da chamada Psicologia Científica e, posteriormente, da Psicologia Humanista para o mundo do trabalho no Brasil, corresponde ao aceleração do movimento de industrialização brasileira, no triângulo principal dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta correlação entre estes dois fenômenos justifica a delimitação do campo de trabalho deste projeto.

⁷ IDORT (1931) – Instituto de Organização Racional do Trabalho; São Paulo, SP.
ISOP (1947) – Instituto de Seleção e Orientação Profissional; Rio de Janeiro, RJ.
SOSP (1949) – Serviço de Orientação e Seleção Profissional; Belo Horizonte, MG.
DOT (1958) – Departamento de Orientação e Treinamento do Banco da Lavoura de Minas Gerais; Belo Horizonte, MG.

A definição deste objeto de estudo decorre da disposição de reconhecer que, estando esta pesquisa no campo da Saúde Coletiva, inserida na linha de pesquisa da Sociologia e da Psicologia da Saúde, a compreensão dos fenômenos ligados à saúde e à doença, na medida em que exprimem outras várias dimensões das práticas sociais dos grupos humanos, pode e deve ser complementada pelo estudo do sentido dessas práticas nos conjuntos históricos em que se estruturam.

A Psicologia, vista como a arte de explicar o ser humano para alguns, ou a ciência de curar, para inúmeros outros, ou a ciência de desenvolver comportamentos, para outro grupo, deve, nesta proposta, ter seu início de estudo no estabelecimento de seu caráter histórico, pois “é o social que esclarece e explica o psicológico” (LOWY, 2000:105) mas é, também, o psicológico que explica o social; bem como reconhecer que todo fenômeno cultural, social ou político “é histórico e não pode ser compreendido senão através de e na sua historicidade” (LOWY, 2000:65), complementando que não só expressa como constitui o social.

Então, proponho-me a construir não toda a memória e não toda a história, mas fragmentos de uma memória e de uma história da vertente Minas Gerais–Rio de Janeiro–São Paulo desta Psicologia Científica e Humanista no mundo do trabalho brasileiro. Neste sentido histórico, trabalhamos na construção de um longo caminho, formado por vias principais e vicinais, como um conjunto que forma o fluxo da vida. Estas conquistas humanas ora se distanciam ora se aproximam. Mas o futuro nos revelará um dia que, ao conhecer o longe, nos veremos refletidos como em um espelho, pois nos construímos ao construir a história. Concordando com Boaventura de Souza, vejo que o esforço de construir um método para lançar luz a esta história traduz o esforço de construção de uma linguagem, sem perder de vista que “a realidade responde na língua em que é perguntada” (1995: 38-47). Neste olhar dos fatos, todo conhecimento se torna um autoconhecimento.

Penso que a história e a memória se tornam sempre atuais, ao serem presentificadas mediante as transformações que se vão operando no autor enquanto este constrói o texto narrativo. Segundo a professora Rosa Godoy (2003),⁸ a construção de uma narrativa pode se dar de três maneiras. Uma é uma narrativa conservada; outra é fruto de

⁸ Anotações da palestra da professora doutora Rosa Godoy, da Universidade Federal da Paraíba, Faculdade de História, apresentada na FE-UNICAMP, em 12/9/2003, com o título: **Acontecimento e Narrativa**.

um diálogo com o outro incomunicável (do passado): uma narrativa monólogo; e por analogia, através do diálogo entre o presente e o passado: uma narrativa viva. Também, tomando o tempo enquanto categoria social em uma dimensão objetiva/subjetiva e a narrativa como a construção que articula estas dimensões objetiva/subjetiva, espero desenvolver, neste trabalho, um texto que faça dialogar o presente com o passado. Este esforço de construção deste diálogo, ao qual me disponho, visa garimpar o que nos escapou para nos ser devolvido sob a forma de uma unidade recomposta. Acredito na promessa anunciada por Foucault (2002:14-15) de que o homem poderá, um dia, “sob a forma da consciência histórica, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada”.

Entretanto, é preciso lidar com o medo de pensar o outro no tempo de nosso próprio pensamento, por isso é necessário pôr o foco entre o lugar de quem fala e o de quem é falado, pois o que é dito não é dito de qualquer lugar. Reconheço que existem inter-relações circulares entre o sujeito e o objeto durante a pesquisa e construção da narrativa, por isso, este texto não é objetivo somente, mas impregnado de interpenetrações múltiplas geradas pelos limites da pesquisadora e pelos limites dos documentos. Neste texto, essencialmente analítico, não tenho a pretensão de propor soluções, mas (re)construir, ou em outras palavras, criar um diálogo com a história que nos permita visualizar o “campo” da Psicologia do Trabalho.

A seguir apresento, de forma detalhada o campo de estudo, a relevância da pesquisa e a estrutura do texto.

Delimitando um campo de estudo

Esta pesquisa pretende contribuir para a (re)construção da história e da memória da chegada da Psicologia da Administração Racional ao mundo do trabalho no Brasil, mais especificamente sua introdução via estado de São Paulo e sua institucionalização no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Minas Gerais. Neste triângulo geográfico, desenvolveu-se a expansão do processo de industrialização no país e o pioneirismo da constituição da Psicologia como ciência e profissão, o que justifica a

delimitação do campo de pesquisa. Tal estudo também tem como meta a identificação dos elementos constitutivos e dos mecanismos de articulação dos saberes e poderes, das ações e do pensamento no campo da Psicologia no mundo do trabalho, e a identificação de conceitos teóricos e/ou metodológicos que possam ter interferido na formação de uma pressuposta identidade teórica no referido campo. O recorte temporal escolhido tem sua justificativa no fato de que, em 1931, foi criado oficialmente o IDORT – São Paulo; em 1947, o ISOP – Rio de Janeiro; em 1949, o SOSP – Minas Gerais, que têm como orientação metodológica a Psicologia Racional. Com o campo delimitado por essas instituições, esta pesquisa visa desenvolver uma leitura que mostre historicamente como o campo foi se constituindo até o antagonista institucional – o DOT, Minas Gerais, criado no momento seguinte, em 1958, com orientação de uma Psicologia Humanista..

O recorte de 1931 a 1970 se deve ao fato de que o DOT (1958) não “terminou quando acabou”, isto é, o DOT foi fechado em 1968 pelo Banco Real, mas a equipe permaneceu em contato e, em 1970, criou uma Associação, que será abordada no capítulo VI. Este fato é considerado relevante pois mostra uma coerência entre os profissionais psicodramatistas do DOT (1958-1968), ao serem capazes de resistências diante da decisão unilateral de fechamento do DOT, pelo Banco. Este desfecho criativo dos trabalhadores difere dos encaminhamentos dados aos outros institutos estudados.

Cronologicamente reconheço que o tempo de 39anos, ao mesmo tempo em que é curto como história, é longo como narrativa, porém, em termos da constituição da Psicologia como ciência e profissão, no mundo do trabalho, esse período é primordial e revela as primeiras continuidades e rupturas nesse campo.

Relevância e justificativa da pesquisa

O presente trabalho tem como meta ser um esforço de organização das minhas preocupações e estudos, bem como contribuir para a organização e preservação da historiografia e memória de uma Psicologia no Brasil.

A relevância deste estudo reside, no meu entendimento, na possibilidade de uma análise sistemática do que já foi desenvolvido, dos processos de continuidades, de transformações e dos momentos de rupturas pelos quais passaram esses saberes e poderes,

para que seja possível lançar luz no movimento dos referidos elementos dentro do campo e em sua respectiva trajetória de estruturação, bem como sinalizar lacunas e limites nesse percurso.

A relevância deste estudo está na sua originalidade e na escassez de estudos sobre o tema da memória e história da Psicologia do Brasil e no Brasil, no campo da Psicologia aplicada.⁹

Associe-se a isso, o fato de pesquisar diferentes locais e instituições por meio de fonte original, constituída por documentos e entrevistas com alguns dos principais protagonistas da história que estou narrando.

A relação de documentos e fontes examinadas e entrevistas realizadas encontram-se nos Anexos.

Estrutura do texto

Uma introdução, onde relato as memórias de uma pesquisadora como oportunidade de me situar, ao mesmo tempo em que situo o leitor no processo histórico da construção deste objeto de trabalho. Busco uma narrativa coerente com a metodologia adotada, isto é, relato não somente a história do pesquisador vencedor, mas alguns acontecimentos e percalços nesta trajetória.

Também neste texto introdutório, a justificativa do espaço temporal feito como objeto para a construção do objetivo.

Como primeiro capítulo, a apresentação dos principais fundamentos que norteiam esta pesquisa, na construção metodológica do campo de trabalho.

No segundo capítulo, a apresentação dos antecedentes e antecessores da pesquisa. Este capítulo é considerado necessário para situar o *locus* do nosso objeto de

⁹ Tomando como *Psicologia do Brasil* aquilo que pudemos produzir aqui no país, os saberes que conseguimos gerar no contato entre o trabalhador e o mundo do capital; e de *Psicologia no Brasil* as “reproduções” importadas que cultivamos sem reflexões, isto é, sem criação de diálogos com especificações nossas.

trabalho, visto que é um fragmento de um todo, portanto, outros fragmentos históricos que o antecederam formam um perfil dos saberes e poderes sobre o tema no Brasil.

O terceiro capítulo trata do nascimento em São Paulo do IDORT (1931), cujo principal patrocinador era o jornal *O Estado de S. Paulo*; nele são estabelecidas as correlações com o momento histórico do país que definiram por que essa história aconteceu neste Estado e com esse perfil; seus principais interlocutores, no empresariado local e nos intelectuais da época, incluindo a jovem academia – a USP. Alguns antagonistas do IDORT.

No quarto capítulo, o nascimento no Rio de Janeiro do ISOP (1947) na FGV (1944): semelhanças e peculiaridades entre o IDORT e o ISOP. Cenário da capital e da Psicologia antes do ISOP, reações a essa psicotécnica institucionalizada.

No quinto capítulo, a constituição do SOSP (1949), em Minas Gerais: semelhanças e peculiaridades entre IDORT, ISOP, SOSP. O “reinado” dessa psicotécnica e dessa Psicologia preconizada pelos psicologistas.

No sexto capítulo, a criação de outra instituição – o DOT (1958), em Minas Gerais, que trouxe o “novo”, capaz de contracenar com a Psicologia da Administração Racional .

Conclusões, que retomam os três pontos: O que é a Psicologia do trabalho nesta história narrada; o que é o trabalho para estas Psicologias; o que é a saúde para estas Psicologias.

Bibliografia pesquisada e citada; anexos sobre as entrevistas e endereços pesquisados.

CAPÍTULO I
Ampliando o enfoque metodológico da pesquisa

Um conceito de modernidade como cenário da metodologia da tese

A Psicologia, por sua vez, é um dos frutos dessa modernidade. Ao manter um desconhecimento (ativo) de sua gênese, sua falta de memória não significará uma premente necessidade de estar em movimento, de buscar continuamente o novo, de afirmar sem vacilação sua constituição moderna?

Ana Maria Jacó-Vilela (1999:253)

Começo este capítulo criando um cenário da modernidade no século XX, visto que este é o contexto desta pesquisa, como também o período em que Walter Benjamin, Michel Foucault e Pierre Bourdieu desenvolveram suas teorias. Esses são os principais autores escolhidos como referencial metodológico para esta pesquisa.

Para uma conceituação de modernidade, penso que mencionar Jean-Jacques Rousseau, um dos primeiros a usar o termo “*moderniste*”, no sentido que conhecemos no século XIX e XX, é um bom início. Em seu romance, *A Nova Heloísa*, Rousseau conta que o jovem Saint-Preux aventura-se do campo para a cidade, em busca de conhecer o novo que despontava, a modernidade. Já na cidade, o jovem escreve à sua namorada, Heloísa, que a cidade o embriaga, mas que, de todas as coisas vistas que o atraem, nenhuma lhe toca o coração.

Nesta obra de Rousseau, é possível ver o que Benjamin (1986:212-213) conceitua como a diferença básica entre o romance e a narração: está no fato do romance ter o *sentido da vida* como seu eixo básico enquanto que a narrativa se organiza na *moral da história*. Por ser o *sentido da vida* aquilo que mobiliza o escritor e o leitor; estes ficam solitários nas suas ações. Para Saint-Preux, a solidão amorosa o consome e prenuncia sua morte emocional. Sente que desconhece a si mesmo, pois seus valores estão em jogo, suas verdades em conflito, aquele novo que o atrai também o horroriza. O crescimento urbano rápido lhe é catastrófico, fazendo com que perca a noção do eu e do outro, a noção do tempo dentro daquele espaço não obedece às mesmas leis do campo rural, das suas origens. As diferenças o angustiam e, portanto, por não ver outra opção, se mistura com o coletivo. Torna-se massa.

Neste sentido, ser massa não é o anonimato que defende sem anular, que guarda a espera do tempo certo, em um jogo em espiral da construção de uma verdade nova.¹ Massa, aqui, é conceituada como uma solução de anulamento do indivíduo pelo coletivo, de perda do eu como solução para o caos de sentimentos, de rompimento das verdades e conceitos, enfim, do não reconhecimento da história do indivíduo como valor.

Embrenhar-se nesta massa da modernidade é resolver pela mediocridade a angústia do novo, desconhecido e maior que ele. Começa para o jovem Saint-Preux uma vida do mesmo, em que acabaram o Isto e o Aquilo, agora é Isto ou Aquilo.

Vivemos em um mundo globalizado regido por uma realidade obediente aos princípios da modernidade, ou, para alguns, da pós-modernidade, que nos coloca em uma dimensão de tempo e espaço de pouca ou nenhuma percepção do si mesmo e do outro.

¹ Neste sentido é que compreendo o conceito de massa, aqui usado como proposto por Walter Benjamin: In *Obras escolhidas* I (1996); II (1987); III (1989).

Tempo de busca contínua do novo que nunca está completo, porque não inclui os vínculos. Tempo de perda da nitidez necessária para a organização dos vínculos dos grupos, das pessoas e das nações. Este momento planetário que nos promete aventuras, poder, transformações rápidas, aceleração na velocidade que domina pessoas e nações, que rompe fronteiras globalizando homens e países, também nos alimenta com grandes descobertas nas ciências, mudando a imagem do universo e do nosso lugar neste. Ao mesmo tempo, transforma o conhecimento científico em tecnologia e nos convence de que a busca do novo é primordial, nos convence de um projeto evolucionista, pois sinônimo de racionalidade. Este é o perfil do campo da modernidade, que prima pela simplicidade do igual que se repete. Modernidade que não é sólida, que se desmancha no ar (BERMAN, 1987).² O campo da modernidade é palco do avanço do sistema capitalista, como está analisado na nota de rodapé desta página. O estar em um mundo moderno gerou o século XX rico de criações, em artefatos e técnicas, mas engessador dos homens e das mulheres, pois o igual não permite mudanças. Faz do herói um narciso preso na própria imagem, aprisionado em um monolito fechado. A visão de mundo passa a ser regida por Isto ou Aquilo, pondo no esquecimento a possibilidade do Isto e Aquilo.

² Berman (1987), em sua obra desenvolve um estudo sobre a dialética da modernização e do modernismo. Faz, para isto, um recorte em três fases. A primeira tem início no século XVI e vai até o fim do século XVIII, período em que as pessoas não sabem o que as atingiu, tateiam em busca de vocabulário, de recursos para compartilhar suas experiências em uma comunidade moderna. O grande impacto acontece com a chegada da locomotiva e com a Revolução Industrial. A segunda fase começa com a onda revolucionária de 1790, com a Revolução Francesa e suas reverberações. O público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, com explosões em todos os níveis: pessoal, social e político. Estão em uma dicotomia, pois se lembram ainda de um mundo não totalmente moderno, vivem em dois mundos simultaneamente. Nesse cenário, emerge e desdobra-se a idéia de modernismo e modernização. Chegamos à terceira fase: século XX, em que o processo de modernização se expande tanto que chega a abarcar o mundo todo, é a globalização. Mas, à medida que o mundo abraça a modernidade, o público se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam como em uma Babel, ao mesmo tempo em que falam a mesma língua. A modernidade perde em nitidez, perde a capacidade de organizar a vida dando sentido, porque está comprometida com a velocidade do novo sempre igual. Estamos em uma era moderna que perdeu o contato com suas próprias raízes.

Estas transformações que a modernidade impõe ao homem e à sua organização, são construídas por um discurso e geram novos discursos; como denuncia Foucault (2002b: 162-187). No capítulo III, “O panoptismo”, em *Vigiar e Punir*, quando analisa o poder do homem sobre o homem, escreve que o *status* da ciência, através do seu discurso, permite aumentar o poder direto e físico que os homens exercem uns sobre os outros, ou, em outras palavras: “outro poder outro saber”.

Esta pesquisa é sobre institucionalização de uma ciência, que é fruto da modernidade. Esta chega ao Brasil na efervescência do começo do século XX. A reunião de técnicos e empresários na formação de um grupo com poder capaz de trazer e implantar uma ciência é fruto da força da modernidade, do desejo brasileiro de se tornar uma nação industrializada, espelhada nos países do Primeiro Mundo.

Enquanto no Brasil aconteciam essas transformações, com a “importação” de uma Psicologia racional americana, fruto do trabalho do engenheiro Taylor e do empresário Ford, os pensadores Walter Benjamin (1892-1940), Pierre Bourdieu (1930-2002) e Michel Foucault (1926-1984) desenvolviam suas obras na Europa.

Buscando Pierre Bourdieu (1930-2002) para definir Campo e *Habitus*

Nossa leitura é a leitura de um letrado, de um leitor, que lê um leitor letrado.

Pierre Bourdieu (1990:139)

Algumas vezes ouvimos nos meios acadêmicos que a definição da metodologia da pesquisa define a tese a ser desenvolvida. Penso que, sempre que escrevemos, estamos construindo um ato social e que, portanto, nossas palavras expressam escolhas, que por sua vez revelam preferências e exclusões do pesquisador.

Oportunamente relembro aqui uma inquietante pergunta de Bourdieu (1990:47) quando escreve: “Quais as dificuldades particulares que encontramos quando se quer objetivar um espaço no qual estamos incluídos, e quais são as condições particulares que é preciso preencher para ter chances de superá-las?”. Considero esta questão básica em um processo de pesquisa, especialmente quando a pesquisa está sendo desenvolvida em Sociologia da Saúde, sobre o tema da História da Psicologia.

Para desenvolver esta reflexão e definir metodologicamente com quem estarei dialogando, busco o apoio de Bourdieu para conceituar Campo. Concorro com a idéia de que campo científico é também um campo social como qualquer outro, que este traz

consigo suas inter-relações de força, suas disputas implícitas e abertas, e que se constitui por um sistema de relações objetivas entre posições conquistadas pelos atores nesse contexto.

Dadas estas características, o campo científico obedece a um princípio simples, segundo o qual “todo ocupante de uma posição tem interesse em perceber os limites dos ocupantes das outras posições...” (BOURDIEU, 1990:50). Ora, como psicóloga clínica, me encontro pesquisando o campo da Psicologia no mundo do trabalho, fato que me põe nas fronteiras da constituição desse campo.

Ao escolher este tema de pesquisa, encontro-me mergulhada no interesse em ordenar minhas preocupações, minhas informações sobre os fatos e interpretações desta história. Ao mesmo tempo em que, por não ter vivência prática com esta Psicologia, estou em melhores condições de manter um distanciamento que me proporciona ver e viver o campo sem me misturar a ele, pois “há tantos campos quanto formas de interesse” (BOURDIEU, 1990:65). Desta maneira, posso me situar nas fronteiras do campo, o que caracteriza uma posição coerente com os autores que escolhi como apoio básico para a formação desta metodologia: Walter Benjamin, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

A busca metodológica para minha pesquisa em Sociologia da Saúde, tendo como tema a História da Psicologia no mundo do trabalho, me levou a estes autores, dois historiadores/filósofos, um sociólogo. Mesmo não sendo, de formação socióloga, nem filósofa, tampouco historiadora, minha aproximação com estes autores se deve ao fato de vê-los como ricos e generosos intelectuais que nos convidam a conhecer e interpretar o mundo mais uma vez. Minha busca e interesse em desenvolver esta intimidade com esses pensadores tendo estas características pessoais leva-me a cuidar com mais atenção dos riscos próprios dos aventureiros que se lançam em tal empreitada. Espero, com este fato pessoal, conseguir desenvolver o que Bourdieu pontua ser uma possível contribuição do pesquisador. Para ele, essa contribuição ocorre quando um pesquisador consegue atrair a atenção para um problema, para algo que não foi visto porque é evidente demais, “salta aos olhos”. O que nos salta aos olhos é o que mais nos confunde, pois impregnado pelo *habitus*, nascido do coletivo e do subjetivo. Também almejo ser capaz de objetivar, pensando que o fenômeno de objetivação significa produzir às claras, tornar visível, público, conhecido de

todos, publicado. Portanto, analisar o lugar que o pesquisador ocupa no campo da pesquisa, lançar um olhar sociológico da produção do produtor, é imprescindível.

A estruturação do campo se dá a partir da distribuição desigual de um *quantum* social, definido como capital social, na contribuição de Bourdieu. Isto determinará a posição que um agente específico ocupa no interior deste campo.

Bourdieu, em umas de suas definições de campo, o vê como “lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os agentes, em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão” (BOURDIEU, 1990:89-94, MONTAGNER, 2003).

Este capital social a que o autor se refere pode ser traduzido como a constituição de conceitos que se tornam valores e que, por isso, têm o poder de determinar a pertença no referido campo, analisa Stroili (2001).

Definir um campo necessita de maior reflexão, pois outros pontos são evidenciados nessa proposta como, por exemplo, as lutas concorrenciais por determinados capitais simbólicos, as alianças e/ou conflitos entre os atores que participam dessas disputas, a hierarquia que se forma no interior de cada campo. Sem nos esquecermos da função das práticas e dos objetivos em cada campo, os quais são responsáveis pelas estruturações das relações entre os seus participantes.

É necessário relembrar que cada agente, em um campo, possui diferentes conjuntos de *habitus* que o adaptam, mas são também fatores presentes na formação deste campo. Com estes elementos para iniciar uma conceituação, o *habitus* pode ser tomado como um sistema de disposições duráveis e estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas do indivíduo. Neste fenômeno, estão incluídas regras e valores oriundos dos processos de socialização (BOURDIEU, 2001:99-181).

Ora, este conceito bourdiano aristotélico, nascido do processo socializante, possibilita que os agentes em um campo possam fazer adaptações às exigências e necessidades deste campo; visto que o *habitus* mantém com o mundo social que o produz uma cumplicidade ontológica. Tal cumplicidade nasce de um conhecimento sem

consciência, de uma intencionalidade sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro (BOURDIEU, 1990:22-24).

Reunindo os conceitos de campo e *habitus*, podemos ver que, neste lugar de lutas e de forças, onde há participação legítima nas lutas, o campo intelectual é um lugar onde o poder simbólico é o poder de fazer coisas com as palavras.

Ora, sendo um campo fruto do *habitus* dos seus participantes, é possível gerar tantos campos quanto formas de interesses. Para este poder simbólico do fazer coisas com as palavras, do construir conhecimento, complemento esta proposta metodológica com o pensamento de Foucault, tão ricamente proposto como análise do discurso, mas, antes, é preciso escutar Walter Benjamin, este historiador-filósofo e sua poderosa argumentação sobre narrativa histórica e memória.

Buscando Walter Benjamin (1892-1940) para conceituar narrativa histórica e memória

...Os adivinhos que interrogavam o tempo para saber o que ele ocultava em seu seio não o experimentavam nem como vazio nem como homogêneo. Quem tem em mente esse fato, poderá talvez ter uma idéia de como o tempo passado é vivido na rememoração: nem como vazio, nem como homogêneo.

Walter Benjamin (1986:224)

Para a Psicologia, o ato de lembrar é lidar com o esquecimento ficando a verdade como mera contemplação. Como consequência deste fenômeno, fica instalada entre memória e esquecimento uma tensão, tensão esta que necessita criar iconografias para se manter. Estas imagens mentais nascem da necessidade de se proteger aquilo que daqui a pouco não vai existir mais. No entanto, somente estas iconografias não satisfazem, e, para não perder a memória, é preciso contá-la. Mas as palavras dizem e escondem, revelam ao ocultar, falam e silenciam. Então, ver o que foi dito é atentar para o como foi dito, porque

foi dito e para que foi dito. Neste processo, é possível reconhecer que quem define o que vai ser preservado está definindo o que vai ser destruído. Assim, é necessário perguntar quem, no trabalho de história e memória, define o valor. Quem enxerga o valor?

Memória é, pois, também a capacidade de entrar em contato com o inconsciente, voluntária e involuntariamente. Enquanto o conhecimento não pressupõe esquecimento, sendo que é certeza, a memória é um trabalho como o do ator, da arte, é cena produzida – parte como reprodução do *script*, parte improvisação do ator estimulado pela platéia – já que a memória é sempre relacional. É a ação do ator, enquanto sujeito que produz involuntariamente, revelando que a memória é conhecimento gerado no berço da experiência, então, é também exercício narcíseo, portanto individuação. Ora, enquanto tal, é trabalho de construção e destruição – é autoria –, para tanto, necessariamente, precisa incluir o sonho, matéria-prima do vir-a-ser, elemento virtual responsável por impregnar a memória da possibilidade criativa. Todo esse processo não é uma tagarelice da fala sem experiência, é tradução e traduz uma linguagem, esta que é fruto e, ao mesmo tempo, gera vínculos.

Cita Benjamin (1986)³ que os soldados que voltaram da Primeira Guerra Mundial chegaram sem palavras; não podiam – porque não queriam – ter memória. Benjamin, segundo Gagnebin (1982:78), adorava livros e brinquedos infantis, o que nos deixa a possibilidade de imaginá-lo conhecedor do valor do brincar na saúde humana. Os soldados paralisados pelo horror da guerra estavam presos na imagem mental da cena temida, por isso não conseguiam traduzir a iconografia do pesadelo em uma linguagem preta de significados. Aqueles soldados que estavam mudos haviam perdido a capacidade de se distanciar do drama coletivo da guerra para transformá-la, através de um jogo em espiral próprio da aprendizagem lúdica infantil, em cena retirando-o do território da tragédia.⁴ A impossibilidade de narrar dos soldados reduziu aquela experiência coletiva da guerra em conteúdo subjetivo ao encerrá-la no refúgio da memória individual. O indivíduo

³ Benjamin trata deste assunto, memória e história, em suas principais obras mediante conceitos de tempo histórico, de massa, de imagem dialética (alegorias e fantasmagorias), do seu conceito de leitura a contrapelo, modernidade, prática historiográfica de produção de conhecimento, memória e modernidade, valor da experiência em relação com a vivência, fantasmagorias *versus* experiências vividas, perda da aura, e seus diálogos com outros autores. Para o tema ver: Walter Benjamin, *Obras escolhidas*, vols. I (1996); II (1987); III (1989). São Paulo: Ed. Brasiliense.; *A Modernidade e os modernos*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

⁴ Este tema da importância do brincar em situação de guerra é analisado brevemente, por mim em *Jogos: repetição ou criação?*, 2ª ed. São Paulo: Ed. Ágora, 2002.

como caixa de depósito do coletivo se torna personagem dos romances que nascem expressando o mundo moderno e o isolamento crescente de cada um. O romance organiza e dá significado aos sentimentos individuais, tornando público o singular – o que é diferente de coletivo – ao se pôr passível de reprodutibilidade. O romance é história, é linguagem que traduz o individual em cena coletiva, enquanto que a memória é infância, é narrativa singular que traz a força da arte que prescinde de explicação, que assegura aos acontecimentos a força secreta que somente está presente na narrativa que nunca está completa por não ter só uma versão, mantendo sua força germinativa.

Para o historiador Benjamin, memória não é só ir atrás do tempo perdido, é visitar o passado em busca do amanhã, é a possibilidade de, através de uma viagem rememorativa, reativar um compromisso social, portanto político, com o presente. É tirar do passado aquilo que faria a nossa história diferente, levando em consideração que aquilo que consideramos mais estranho é o melhor material para compreender uma verdade (GAGNEBIN, 1982:46-60).

Este autor, Benjamin, que teoriza sem fazer teoria, diz sem dizer, declara que o passado não volta em sua inteireza, chama nossa atenção para as entrelinhas plenas de historicidades. Para isto, cria alegorias que são imagens encharcadas de temporalidades, imagens dialéticas que revelam a historicidade como um cenário de uma casa sem telhas depois de uma explosão. Mostra-nos que nos símbolos encontramos uma linguagem que fala de si mesma e que, nas alegorias, há uma linguagem que nos fala de outras coisas, apontando que a verdade pode ser encontrada mais nas alegorias que nos símbolos. Escovar a história a contrapelo (tese VII) é buscar a história dos vencidos, aquilo que a história oficial excluiu, o que ficou apócrifo como documento da barbárie, a memória que não está nos livros dos vencedores, por isso é capaz de atualizar as esperanças de libertar os vencidos de ontem e os de hoje.⁵

⁵ Jeanne Marie Gagnebin, *Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. Nesta biografia benjaminiana, a autora escreve que a originalidade deste autor não está em se contentar em denunciar a visão do historicismo como uma visão determinista, mas busca ir além, nos coloca diante de uma incômoda, mas necessária pergunta: o que é o tempo da história? Como escrever uma história que não faça do presente um resultado previsível de um desenvolvimento necessário, o que foi possível um dia no passado e o que é possível hoje? Ou, em outras palavras, como a história pode escapar do evolucionismo radical da modernidade capitalista.

A história torna-se contexto do vencedor e do vencido, pondo em evidência a importância da retomada dos fracassos como experiências acontecidas, através das quais foram produzidas relações vividas. Então, vê o fracasso como signo de pessoas que podem ser sujeitos, são autores por também deixarem marcas nesta construção. Para ele, o autor é uma pessoa em relação e não uma função. O autor é alguém que, ao voltar-se para a interioridade, busca no subjetivo uma narrativa, tem como consequência desta viagem se reconhecer nos seus referenciais e, finalmente, já modificado, retoma a relação com o outro. Benjamin toma a verdade como o que toca um ao outro, não o que o sujeito pensa e o que é pensado, mas o que importa como verdade é o que o indivíduo se pergunta e a relação com as especificidades do fato ou objeto. A memória é um recurso singular de participação no coletivo, é a possibilidade de escapar do que Foucault descreve como o sujeito homogêneo, útil, mas dócil. E que em Benjamin é a denúncia de como tudo, se transformando em fantasmagorias do sempre igual, da mesmice, do efêmero, do fugaz, do desconforto frente à memória, traduz o apagamento das trajetórias. Sem trajetória, não há individuação, fica-se no ser igual a todo mundo, que é o mesmo que não ser ninguém. É necessário buscar as alegorias em oposição a fantasmagorias, em um esforço de ver que dentro do velho está o novo e dentro do novo está o velho. Dialeticamente reunir em uma construção histórica o velho e o novo juntos, a tradição e a inovação em um entrecruzamento do tempo passado e presente. Memória e esquecimento que traduzem coisas que se quer esconder, coisas esquecidas, eleição, escolhas, o dito, o não dito, as entrelinhas. A leitura a contrapelo da história trata, para Benjamin, de aflorar do esquecimento novos fatos, iluminando a cena do antagonista do vencedor, mostrando aquilo que teria feito da nossa história uma outra história. O tempo é objetivo/subjetivo e é a narrativa que articula os tempos. A empresa crítica converge, assim, para a questão de memória e de esquecimento, na luta para tirar do silêncio a memória que é construção e não está aprisionada nos objetos. Como fenômeno que tem poder e pode ser usado pelo poder – portanto é trabalho político –, a memória pode ser vista como um recurso libertador do passado, das assombrações, dos fantasmas e que nos permitirá comemorar o futuro. Deste lugar de poder, fruto de debate, tem-se um patrimônio coletivo no singular, terreno sempre em construção por visões sociais plurais. A memória e a narrativa histórica permitem que homens e mulheres tenham uma existência humana enquanto pronunciadores

do mundo, pois não é no silêncio, mas na palavra que o homem se faz, e o dialogo é a vinculação entre humanos.

Reconhecidos os conceitos de memória e narrativa histórica benjaminianos com que pretendo trabalhar nesta tese, novo passo se faz necessário, buscar em Foucault seus conceitos de arqueologia do saber, a genealogia do poder e o processo de subjetivação.

Buscando Michel Foucault (1926-1984) para complementar uma proposta metodológica

De sorte que o homem jamais aparece na sua positividade sem que esta seja logo limitada pelo ilimitado da História.

M. Foucault (1999:514)

A primeira fase: O “como” da arqueologia na constituição do objeto – a análise do discurso como diagnóstico

Para que um pesquisador defina seu campo e reconheça o *habitus*, com o qual buscará seu lugar de onde poderá olhar e ouvir o conjunto de variáveis que comporão um objeto de discurso, é preciso que ele reconheça que a história é formada de descontinuidades e de contínuos. Buscar somente a história contínua é se prender na visão historicista que, além de ter muitas afinidades com o positivismo, nos leva ao mesmo, que é a confirmação do contínuo seriado. Assim sendo, a história tem a possibilidade de ser vista como tradição, continuidade, mas também como dispersão, rupturas, limiar. É nas rupturas das práticas discursivas que Foucault nos propõe ler a história, nas positivities dos discursos. As positivities foucaultianas nos chamam a atenção para lermos as palavras encarando-as como algo que também revela e não só esconde. Apontam para a busca de brechas onde poderei ver o que não foi dito no que está dito, lendo o explícito e o oculto, numa leitura a contrapelo, para usar uma expressão benjaminiana.

A obra foucaultiana pode ser estudada a partir de diversos recortes, como por exemplo, seus momentos metodológicos, suas estratégias de pesquisa etc. Também é possível estudá-la através de um foco temático, como a busca da verdade, que está presente em toda a sua obra. Outro ponto importante para este filósofo-historiador é pensar a questão do sujeito, também a formação do objeto. Sua obra pode ser organizada em três momentos, trazendo para o espaço do pensamento contemporâneo um novo procedimento de estudo da realidade: a arqueologia do saber, a genealogia do poder e uma reflexão sobre os processos de subjetivação (MUCHAIL, 1992).⁶ Sua proposta de leitura da história não é parecida com uma descrição histórica dos discursos, porque se propõe a desenvolver uma análise lingüística dos fatos. Como resultado, obtém-se um novo discurso que duplica o primeiro, através da leitura das positivities, no explícito e no oculto.

Para Foucault, sua metodologia é o contrário da análise lingüística, pois os discursos são considerados nas suas positivities. Buscam-se nos discursos, que são fatos, as regras de surgimento e de funcionamento, suas mudanças ou desaparecimento. Já que este estudo se dá em uma época delimitada, é histórico, sempre voltado para a constituição dos saberes e poderes, como os conhecimentos foram se constituindo. O conhecimento é visto como temporal, por isso há a necessidade de se refletir sobre o desaparecimento de um saber em uma época e o surgimento de novas formações discursivas em outra época. Todos os discursos são, para Foucault, suas positivities, e os que foram alvo constante de suas pesquisas foram os relacionados ao saber científico, mais especificamente, os das ciências humanas. O que ele buscou são *os jogos de regras*, que são variados num curso histórico pelas diferenças e discontinuidades. Os jogos de regras não são universais, portanto, cada discurso tem seu conjunto de jogos de regras. O que podemos repetir é o “como” encontrar estas regras, formando, assim, a episteme de uma época. Foucault perseguiu sua meta em compreender como uma sociedade autoriza o que dizer, como dizer,

⁶ Segundo a professora Salma T. Muchail, a obra de Michel Foucault (1926-1984) pode ser dividida em três momentos distintos. O primeiro que está representado pelos principais livros dessa época, entre 1961 e 1969 (*História da loucura*, 1961; *O nascimento da clínica*, 1963; *As palavras e as coisas*, 1966; *A arqueologia do saber*, 1969). O segundo está representado pelos livros escritos na década de 1970 (*Vigiar e punir*, 1975; *A história da sexualidade: a vontade de saber*, volume I, 1976). Por último, o terceiro que mostra um novo foco de pesquisa, em que Foucault põe sua atenção no campo da ética, na formação da subjetividade e está composto por : *História da sexualidade: o uso dos prazeres*, volume II, 1984 e *História da sexualidade: o cuidado de si*, volume III, 1984. (MUCHAIL, 1992).

quem pode dizer, a que instituições está vinculado este saber, enfim, em uma sociedade, em uma determinada época, o que constitui verdade.

Por *saber*, o autor entende que são todos os discursos que possuem “positividades”, independente de sua classificação como científico, filosófico, artístico, religioso etc. Sobre este conjunto de elementos formados de maneira regular, por uma prática discursiva que ele conceitua como saber, podemos perguntar: Em que condições determinados saberes são eleitos como verdadeiros em detrimento de outros? Como a verdade é constituída em cada época? Como a positividade de um saber é analisada, mostrando com quais regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjunto de anunciados, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas etc.?

Para o segundo momento, que tem início com a década de 70, Foucault centra-se no “como” o poder é definido em cada época, em que solo é fecundado. Sobre o *poder*, busca se afastar da concepção jurídica e também de certa interpretação marxista, que pensa o poder como consequência do aparelho do Estado, independentemente de ser exercido pela força ou por ideologia (CAMPOS, 2003). No olhar do autor, a positividade do poder é produtora de saber. E nos propõe que vejamos o poder não só como criador de efeitos negativos, como a exclusão, a repressão, a censura, a máscara etc.; mas também como produtor de campo de objeto, realidade, rituais de verdade (FOUCAULT, 2000:172).

Para ele, o saber e o poder são modos de produção de verdade, e a verdade é um conjunto de regras – que são históricas, portanto diferenciáveis – segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso. Com essas características, a verdade não é universal. E ao que é instituído como verdadeiro, premia-se com o poder. Poder que é tomado como exercício, como prática, que só existe na concretude, multifacetado no cotidiano, que não tem identidade teórica, portanto não é idéia (MUCHAIL, 1992). Nossa sociedade produz todo esse aparato de saber e poder com a finalidade de disciplinar e normatizar. Ao ampliar seu campo de estudo abandonando a episteme para estudar os dispositivos estratégicos, Foucault passa da arqueologia para a genealogia.

Até aqui, Foucault analisa, com a arqueologia, como o conhecimento se dá; e, com a genealogia, como esse conhecimento gera poder. Mas o sujeito nesses dois períodos é sempre assujeitado, portanto, sem saída.

No terceiro momento, Foucault rompe com uma postura estruturalista mais pessimista, ao transcender determinados limites metodológicos do estruturalismo para alcançar vãos mais altos e livres que apontam para a formação do sujeito, não só assujeitado, mas assujeitante também, pois capaz de resistências. Vejamos: na terceira fase, sobre o *processo de subjetivação*, ele nos apresenta como é possível fazer a análise das problematizações através das quais o ser se dá. Este ser pode e deve ser pensado nas suas práticas, a partir das quais as problematizações se formam.

Neste período, sua obra se propõe a elaborar uma história da subjetividade. (FOUCAULT, 1984). O autor muda a cronologia e também produz mudanças teóricas e deslocamentos. Busca como o indivíduo constitui a si mesmo, pondo ênfase na ética, passando a categoria de sujeito, antes somente assujeitado, para sujeito protagonista da sua história. Ao recuperar a idéia da arte de viver, que é a ascese dos gregos, como auto-elaboração, Foucault se propõe a criar um conceito de ascese como um método de investigação, da elaboração de si mediante o cuidado contínuo com a verdade. Volta até a antiguidade, estuda os gregos e os correlaciona com o momento então atual. Nesta proposta, é possível ver também uma preocupação com a estética e a ética. A inclusão da ética torna possível juntar estes dois pontos distantes cronologicamente, gregos e atuais, na busca da subjetivação. Nesta fase, correlaciona seus dois livros: *História da loucura* (1961), em que buscou estudar como o homem governa os loucos (o outro) com *História da sexualidade* (I:1988; II:1984 e III:1985), em que trata de como governar a si mesmo. Mantém o termo genealogia, mas amplia seu sentido (MUCHAIL, 1992). Os dois primeiros volumes da *História da sexualidade* definem melhor e mais como o processo de constituição do sujeito assujeitado e assujeitante se dá. Os discursos, que serão o objeto de análise, passam a ser vistos como práticas que formam sistematicamente os objetos de que se fala. Assim, pela reunião dos fatos históricos que compõem o objeto, dos quais deriva um campo com possibilidades para se dizer alguma coisa sobre este objeto, o autor chegou a uma questão básica: “o que se dizia no que estava dito?” (FOUCAULT, 2002a:31). Aqui,

nosso filósofo-historiador, amplia as possibilidades de leitura da linguagem, o discurso por si mesmo já diz.

Para se definir o objeto, é preciso que o pesquisador atente para as escolhas do que entra e do que fica de fora, em outras palavras, que o pesquisador cuide de definir o campo da pesquisa, levando em consideração o *habitus* que está presente nas escolhas. Relembrando Bourdieu (1990), o campo intelectual é o lugar de lutas e de forças, portanto definir o campo é definir o lugar da participação legítima nas lutas, porque o poder simbólico é o poder de fazer coisas com as palavras. Também é necessário reconhecer qual a lei que forma os enunciados escolhidos, como serão reunidos para lançar luz ao objeto, e de que lugar eles vêm. Isto nos remete ao fato de que “[...]o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2002a:146). O papel histórico das positividades confere ao discurso valor histórico e poder. Todo este trabalho é necessário, pois por meio dele torna-se possível que pessoas diferentes possam refletir coisas diferentes sobre o mesmo objeto, também que se possam estabelecer correlações entre este e outros objetos. Em outras palavras, é o trabalho de construção do saber científico.

O caleidoscópio de alternativas de composições mostra como são variadas, numerosas e importantes as possibilidades de construção de um objeto. Por isso, Foucault afirma que “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade” (FOUCAULT, 2002a:51). A claridade do objeto é uma construção arquitetônica, fruto de uma arqueologia, porque o objeto não preexiste por si mesmo, seu reconhecimento só se dará em um contexto complexo de relações. Nesse contexto, a formação discursiva será resultante de um grupo de enunciados que obedecem a dois princípios: *o da dispersão e o da repetição*. Para Foucault, a análise arqueológica individualiza e descreve as formações discursivas ao compará-las, opô-las e distingui-las, relacionando-as.

Esta originalidade de proposição define que um estudo arqueológico estará sempre no plural buscando lançar luzes não só nas formas gerais – as repetições – mas principalmente nas formações singulares – as dispersões. Dessa maneira, todo o esforço

visará construir uma arqueologia que não é ciência, mas descrição, que não se limita a buscar no discurso dito um discurso oculto que permanecerá o mesmo, mas que buscará sem cessar as diferenciações, pois é *diagnóstica*.

Foucault declara que sua abordagem não constitui precisamente nem uma teoria nem uma real metodologia (AROUCA, 1975).⁷ A seqüência que levou à formação da arqueologia⁸ e de seu criador como um arqueólogo do saber foi a formação discursiva, a positividade, os arquivos e a definição de um domínio: os enunciados, o campo enunciativo, as práticas discursivas. Para se compreender com clareza esta proposta metodológica, é importante destacar, como primeiro cuidado, os significados dos conceitos desses termos utilizados por ele. (MACHADO, 1996:154)

Para Foucault (2002a), estes conceitos são:

Performance lingüística (ou performance verbal) como todo conjunto de signos efetivamente produzido a partir de uma língua natural (ou artificial) (p.123).

Formulação como o ato individual (ou, a rigor, coletivo) que faz surgir, em um material qualquer e segundo uma forma determinada, esse grupo de signos. É sempre demarcável por coordenadas espaço-temporais, podendo ser relacionada com um autor (p.123)

Frases ou *Proposições* são as unidades que a gramática ou a lógica podem reconhecer em um conjunto de signos (p. 123).

Enunciado é um conjunto de signos com existência própria, é uma modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, de uma sucessão de marcas em uma substância, de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; que consegue estar

⁷ Esta formulação aparece no capítulo “metodologia” da tese de doutorado de Antônio Sergio da Silva Arouca, UNICAMP, 1975.

⁸ Segundo Machado, a motivação de Foucault para usar esta terminologia – arqueologia – deve-se ao desejo deste de caracterizar sua original forma de pesquisa distinta da dos epistemólogos. Para ele, o que distingue os dois níveis de abordagem é que a arqueologia tem como objeto o saber e a epistemologia, a ciência. “Sabemos que a epistemologia tem como objeto as ciências por ela investigadas em sua historicidade, a partir da constituição histórica de seus conceitos, isto é, quanto ao tipo de progresso que os caracteriza, quanto à instauração de critérios de racionalidade etc. A arqueologia, dando-se como objeto o saber, reivindica a independência de suas análises com relação ao projeto epistemológico e seus critérios, a partir da primordialidade do saber com relação à ciência” (MACHADO, 1996:154).

em relação com um domínio de objetos. Estes signos nos permitem decidir se o enunciado faz sentido ou não, através da intuição ou da análise, distinguindo as regras que o compuseram ou se justapõem, e quais são os atos por ele efetivados. O enunciado não é uma unidade e nem uma estrutura, é uma função de existência que pertence exclusivamente aos signos. Tem vida independente da possibilidade de reaparecimento (pp. 99-123).

Discurso pode ser tomado como um conjunto de enunciados que provêm de um mesmo sistema de formação, ou seja, que provêm de uma mesma formação discursiva (p. 124).

Formação discursiva é o princípio da dispersão e da repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados (p.124). Quando, para um grupo de enunciados, podemos demarcar e descrever um referencial, um tipo de desvio enunciativo, uma rede teórica, um campo de possibilidades estratégicas, temos uma formação discursiva.

Arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos, de um lado, coisas, de outro) (pp.148-149).⁹

Ao adotar a análise dos discursos, dos saberes, poderes e práticas com relação à História da Psicologia no mundo do trabalho, vejo-me diante dessas questões. Como investigadora, devo respondê-las ao definir o lugar em que me coloco para desvelar a existência do discurso dito científico e como se dá seu funcionamento na sociedade.

Nesta teoria envolvente, o pesquisador deverá buscar as fronteiras, como um lugar do campo para descrever o que se fez emergente no interstício de um determinado estado de forças. O resultado será um discurso descontínuo, nascido de discursos descontínuos, que ora se cruzaram ora se ignoraram ou se excluíram. Levo em consideração que só na prática dos acontecimentos a narrativa encontrou princípios de regularidades. Isto porque o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história específica, em que as positivities exercem um papel de *a priori histórico*.

⁹ Alguns pesquisadores, como Arouca (1975), Lacaz (1996), Nunes (1999), Stroili (2001), Campos (2003), que usaram a metodologia de Foucault em pesquisa histórica na formação do campo da Sociologia da Saúde, fizeram recortes diferentes com relação a alguns desses termos básicos da arqueologia.

O autor declara que a história das idéias não é o mesmo que arqueologia, e que entre elas existem muitos pontos de diferenciação, pois a arqueologia não busca o contínuo somente, mas as rupturas que podem ser reveladas através das discontinuidades dos discursos. Para ele, a arqueologia é o abandono da história das idéias, pois é uma tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que já produzimos. Foucault reconhece que tudo já foi criado, e que agora é somente uma recriação, um rearranjo, portanto não é lícito pedir à arqueologia que reproduza a ordem do tempo ou revele um esquema dedutivo, pois ela revela um primado de uma contradição que tem em seu modelo a afirmação e a negação. A arqueologia percorre, portanto, um eixo prática discursiva-saber-ciência, reconhecendo que o saber está tanto na ficção como na ciência ou na narrativa. O saber é como um conjunto de elementos, de objetos, de tipos de formulações, de conceitos e de escolhas teóricas, em um campo de formação discursiva, nascido de uma mesma positividade. Sem nos esquecermos de que, para Foucault, o território da arqueologia é diferente do domínio científico. Para a ciência, as proposições obedecem a certas leis de construção; para a arqueologia, o saber, como já foi dito, pode atravessar indo além das demonstrações, podendo ser reconhecido nas ficções, nas narrativas, nas instituições etc. A fase arqueológica tem como eixo básico de reflexão os estratos do saber e as práticas discursivas. O estudo da descrição e a análise das formações discursivas, através das regras gerais que atravessam o tempo e o movimento de rupturas, formam as transformações que acontecem no interior de um campo de conhecimento.

Por que estudar as práticas discursivas? Porque são elas que descrevem um saber que se constitui e assume um estatuto de ciência. Nesta pesquisa, embasando-me em Foucault, busco ampliar o estudo no sentido de desvelar a dimensão do movimento no interior do campo, buscando os limites, os recortes, as rupturas e as transformações dos fundamentos, noções e conceitos constitutivos desse campo. Na metodologia de Foucault, o conceito de *episteme*¹⁰ complementa suas intenções na criação de uma metodologia para ler uma população de acontecimentos no interior dos discursos. Esta análise deverá acontecer

¹⁰ Para Arouca, *episteme* é o conjunto das relações que podem unir, em uma época dada, as práticas discursivas às ciências. É o modo como, a partir das práticas discursivas, se constrói a passagem destas para a cientificidade, a formalização, a epistemologização. Este processo pode ocorrer através de concordâncias, subordinações, afastamentos e aproximações, relações de vizinhança entre as práticas discursivas. (AROUCA, 1975: 46)

em um campo delimitado, portanto finito, reconhecendo suas singulares existências – suas positivities – com o objetivo de produzir uma descrição sistematizada dos fenômenos discursivos nas formações discursivas, procurando encontrar as unidades existentes. Podemos concluir que a meta da arqueologia é definir o tipo de positividade de um discurso. Para se conseguir essa meta, dois fatos merecem atenção: que a análise discursiva não é limitada e que o recorte não pode ser definitivo, nem obsoleto. As formações discursivas são descritas por ele como enunciados no campo do discurso e as relações a que são suscetíveis. Lança, para isto, hipóteses. Primeiro diz que os enunciados, mesmo dispersos no tempo, com formas diferentes, constituem um conjunto quando se referem a um mesmo e único objeto. Esta busca de uma unidade do discurso pretende desvendar a formulação da sua lei de repartição.

Em seguida, a atenção volta-se para definição de um grupo de relações entre enunciados, como o encadeamento se dá na sua forma e seu tipo. Toda a arqueologia se empenha em caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados que estão dispersos e heterogêneos, anunciando que sistemas regem suas repartições, que pontos de apoio construíram entre si, ao escolherem exclusões e inclusões, com isto gerando transformações e revezamentos de posições e de substituições.

A partir desse ponto, uma nova hipótese é constituída por Foucault: há a possibilidade de se estabelecerem grupos de enunciados, determinando-lhes o sistema dos conceitos permanentes e coerentes que estejam em jogo? Se fizéssemos isto, estaríamos reproduzindo a gramática clássica, então, para a arqueologia, o que se busca não é uma arquitetura de conceitos suficientemente gerais e abstratos como explicação para os outros conceitos construindo um edifício dedutivo, mas o desenrolar constitutivo de seus aparecimentos e de suas dispersões. Agora é preciso pensar as formas unitárias de identidade e de persistência dos temas, através do reagrupamento dos enunciados e seu encadeamento. Diz Foucault, depois de apresentar estas quatro hipóteses e examiná-las, que viu que sua unidade se apóia no objeto cheio, fechado, contínuo, geograficamente bem recortado, mas que, ao mesmo tempo, ele se deparou com uma série de lacunas e emaranhados, jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações.

Foucault torna-se autor de uma nova forma de estudar a história, já não mais como engenheiros de um edifício de continuidades progressivamente dedutíveis. Esta engenharia historiográfica, que se dedica ao estudo das formas de repetição através das reconstituições das suas cadeias de inferências para evidenciar os quadros de diferenças, não atrai Foucault. A atenção da metodologia arqueológica está em descrever e analisar os sistemas de dispersões.

Uma formação discursiva ficará definida quando for possível encontrar regularidades entre os objetos, nos tipos de enunciados, nos conceitos das escolhas temáticas, regularidades estas identificadas em um sistema de dispersão de um grupo de enunciados. As *regras de formação* são as condições a que estão submetidos os elementos destes objetos, das modalidades de enunciados, dos conceitos, das escolhas temáticas; também são as condições de existência, de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento em um dado campo discursivo. Nas regras de formação do objeto, é fundamental analisar três pontos: a demarcação das superfícies primeiras de uma emergência, isto é, como pôde surgir; feito isto, a especificação das diferenças, ou seja, de, através do campo das diferenciações primeiras, nas distâncias, nas discontinuidades e nos limiares manifestados, poder delimitar o domínio do que se fala; a partir deste esclarecimento, dar o *status* de objeto. Objeto este que poderá, então, ser nomeado, porque descritível. Ora, para a execução destas normas, é preciso descrever as instâncias de delimitação. Propõe Foucault que, na arqueologia, se veja menos com os olhos de julgamento, e cada vez mais como uma linguagem que deve ser interpretada, evidenciando os jogos de regras, no *habitus* de sua constituição.

Finalmente, passamos a analisar as grades de especificação que são os sistemas com os quais opomos, separamos, associamos, reagrupamos e classificamos o emaranhado de traços. Todo o esforço de estabelecer as regras de formação visa possibilitar a compreensão de como algo passou a ser reconhecido como a verdade de uma época. Em outras palavras, com quais filtros, em uma determinada época, um objeto encontra seu lugar e sua lei de aparecimento. Quando isto ocorre, este objeto passa a ter o poder de dar origem a outros objetos que ora se excluem, ora se complementam sem que necessariamente este objeto constituído tenha que se modificar.

Para Foucault, estes fenômenos lingüísticos, definidos como verdadeiros em uma época, permitem algumas observações e conseqüências: o objeto não preexiste a si mesmo, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. Relações estas que formam condições para que se possa dizer algo sobre ele. Isto permite que, depois, outras pessoas possam também dizer algo diferente deste mesmo objeto. Ou então, se possam estabelecer graus de parentesco, vizinhança, semelhança e exclusão entre eles.

Estas relações entre o objeto e o campo não são presentes no objeto, mas no campo. Por estar no campo, o jogo de regras permite que ele apareça, seja posto e justaposto com outros objetos, definida sua heterogeneidade, enfim, que sobre o objeto seja lançada luz, e que dessa claridade apareça um campo de exterioridade.

Desta reflexão, podemos ver que as relações discursivas são o próprio discurso enquanto prática, por não serem internas ao discurso, nem tampouco externas a ele, ou serem as relações que caracterizam as circunstâncias em que este objeto se desenvolve. O objeto, na arqueologia, é reconhecido no nexo das regularidades que regem sua dispersão, por isso a arqueologia propõe uma tarefa inteiramente diferente. Esta tarefa consiste em estudar os discursos como práticas que formam os objetos de que se fala, e não mais ver o discurso como signos simplesmente. Estes elementos significantes que falam dos conteúdos ou remetem a representações são mais que somente signos, tornam discursivas as práticas. Foucault chama de arquivo todos esses sistemas de enunciados formados pelos acontecimentos de um lado, coisas de outro, que formam a lei do que pode ser dito, que possibilita que seja possível a singularidade dos enunciados. A arqueologia estabelece que somos diferença, que a revelação nunca se esgota, pois está nas diferenças, originadas na dispersão. A relação entre o campo e os arquivos descreve os discursos como práticas especificadas. Então, as rupturas são o que resulta das transformações do regime geral de uma ou mais formações discursivas.

É possível concluir que a arqueologia, esta teoria envolvente, é inteiramente atravessada pelas positivities de um saber e dedica-se a analisar os conceitos na direção das lutas, dos conflitos, das decisões, fazendo aparecer um saber político, pois diagnóstico. Ora, sendo saber político, tem poder e fala de poder. O segundo eixo da obra foucaultiana, o período da genealogia, está centrado na questão do poder e suas inter-relações com a constituição do sujeito.

A segunda fase: a genealogia do poder – o “porquê” dos saberes como formação discursiva histórica que define poderes

Na década de 60, quando Foucault desenvolveu sua primeira fase metodológica, que chamei de o “como” da formação discursiva, o mundo estava vivendo uma efervescência entre os que amavam e os que odiavam a modernidade. O povo se auto-realizava no seu conforto, trocava o ser pelo ter, fazendo do ter o refrão familiar do século XX. A luta e o progresso dialéticos, a contradição dinâmica, a busca de classificação dos grupos em dentro e fora da modernidade, a futilidade e o desespero geram uma década turbulenta, porém criativa. O modernismo dessa década gera o ano de 68, com todas as suas manifestações mundiais. Diferentes tendências se misturam. Convivem os que se negam a participar, se declaram fora da modernidade; os que buscam a violenta destruição de todos os valores sem se preocupar com a reconstituição do que destruíram; os que buscam um modelo de sociedade moderna isenta de perturbações à custa da destruição das relações. Nasce, nessa década também, o movimento *pop-art*, que “se esquece” de desenvolver uma perspectiva crítica, mas (re)cria uma abertura para o novo, traz um frescor esperançoso (BERMAN:1987).¹¹ Nesse contexto mundial, Foucault desenvolveu o “como” da arqueologia do saber. Na nova década de 70, o vigor dos anos sessenta entrou em banho-maria. O mundo viveu uma década de ressaca, onde o imaginário se fez colonizado, e a fragmentação do mundo, em componentes isolados, tornou o poder político do capital mais forte. Nesse caleidoscópio, o modernismo departamentalizou o mundo em funções, como industrialização, construção, desenvolvimento dos mercados, formação das elites. O mundo, além de distanciar-se, perdeu o fio de Ariadne com suas origens. As relações ficaram mais secundárias e nós, os atores, cada vez mais coadjuvantes. Vivemos uma década das janelas fechadas. Essa década gerou o ano de 78, como um marco de oficialidade da institucionalização nos moldes da globalização do mundo do trabalho. As mudanças atingem a relação capital-trabalho que era concretizada, principalmente, no modelo de vínculo empregatício: adeus às carteiras assinadas e cada um deve criar a sua solução individualmente. Aquele trabalhador que foi trazido do campo para a cidade nos séculos anteriores para ser incorporado às fábricas, tem, na fragmentação do mundo rumo à

¹¹ Berman desenvolve uma leitura bastante interessante da modernidade no seu livro *Tudo que é sólido se desmancha no ar*, pois busca um recorte ampliado temporalmente deste fenômeno.

globalização, sua devolução às ruas.¹² O mundo liberal cria, por exemplo, o computador que facilita a comunicação, mas também toma para si mais poderes. Este novo espaço da modernidade torna-se mais forte e define o crescimento do seu poder para dispor, em um movimento evolucionista, do destino dos homens e das mulheres, como instrumento primordial da produção. Nesse contexto, a questão do poder se torna o tema protagônico para Foucault, e sua presença, decisiva na constituição da subjetividade. Adota o termo genealogia, criado por Friedrich Wilhelm Nietzsche, filósofo alemão, nascido na cidade de Röcken, em 15 de outubro de 1844.¹³ “Inspirando-se em Nietzsche, Foucault desenvolveu a investigação genealógica opondo o mundo estratégico nietzschiniano às concepções predominantes nos setores de esquerda dos anos 70, quase unanimemente marxista” (SILVA, 2001:13).

A arqueologia não deve ser tomada como uma metodologia que revela a verdade no sentido comum do olhar ocidental. Para seu criador, é preciso desconfiar das metodologias que tomam para si o lugar de captura da verdade, das verdades que não podem ser questionadas porque absolutas, conclusivas. Para o fundador do método arqueológico, a interpretação nunca está concluída porque não há nada a interpretar. Ele acredita que tudo já está criado e só nos resta a recriação, ou, em outras palavras, resta ao homem o papel de interpretador das palavras e das coisas, portanto cada olhar humano não passa de uma interpretação. Estamos diante da visão histórica de Foucault, olhar de um filósofo que, sem ser historiador, sempre fez um trabalho de historiador.¹⁴ Na fase genealógica, em que amplia seu tempo histórico de estudo, indo até aos gregos para, com os fatos relembrados, estabelecer um paralelo com o aqui e agora, Foucault nos aponta para

¹² Sobre este tema, dentre outros, ver: ANTUNES: 2002; DEDECCA:2001; DUBAR:2000; BIHR:1999; CASTEL:1977 e 1998; FIUZA DE MELO:2000; IANNI:1996; HARVEY:1998; SANTOS:1994; SENNET:2000; TANGUY:1997; CORIAT:1994; PAGÉS:1987.

¹³ Machado mostra na obra de Foucault que: Nietzsche usa o termo genealogia no sentido de proveniência, origem, surgimento e/ou invenção. Além da busca da questão originária dos valores morais, a genealogia nietzcheniana também visa demonstrar, a partir de perspectivas diversas, como esses valores tiveram suas respectivas valorações alteradas, aumentadas ou diminuídas no decorrer da história. Machado chama atenção para noção de perspectiva em Nietzsche, pois, para este, o mundo é cognoscível; mas alerta que esta facilidade em conhecer o mundo não garante sua decifração, sua interpretação, pois o mundo traz atrás de si muitos sentidos. Para Nietzsche, a visão do mundo constitui o que chama de perspectivismo e o seu método de surgimento e/ou invenção desse mundo é genealógico MACHADO in Foucault(1979,VII-XXIII).

¹⁴ Para Rago, Foucault não se pretendeu historiador, mas sempre demonstrou um sentido histórico tão forte como poucos. A história nos cerca, nos delimita e nos aponta caminhos do devir, “e, portanto, nada do que é humano deve escapar ao campo de visão e de expressão do historiador”(RAGO: 1995: 70).

um novo sentido da história – esta não é universal, pois fragmentada, formada por contínuos e rupturas. Concordando com Nietzsche quando este diz que “tudo é história”, construiu um conceito de história não como um encadeado de fatos dedutivos historiográficos, mas como algo que nos delimita ao nos cercar, mas que não revela por si só o que somos, mas o que estamos em vias de conquistar. O histórico, por não ser universal, não é evolucionista, contínuo, mas fragmentado, nascido na leitura das rupturas do descontínuo. Propõe um sentido de leitura no contrapelo do encadeado, do conjunto historiográfico. Ele, sem ser historiador, nunca deixou de ser um historiador e é nesta visão de mundo que rastreia pela genealogia a constituição do poder. Em suas próprias palavras: “a história dessa microfísica do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para a genealogia da ‘alma’ moderna” (FOUCAULT, 2002b: 28).

O próprio autor declara que a genealogia já estava na arqueologia, mas ainda não percebida. Elas se distinguem, mas guardam a mesma natureza e teor. Com a mudança da condução da análise, para ele a arqueologia é englobada com ampliação pela genealogia. A arqueologia é uma análise descritiva veiculando denúncia, enquanto a genealogia constrói política de resistência e de luta (MUCHAIL, 1992). A genealogia trabalha modos de andar na vida de uma cultura, através da reflexão arqueológica do seu ideal. Como este aparece na moral, na ciência, na religião, na política e nas lutas, o autor submete idéias e atitudes ao exame genealógico, apontando “novas vias”, caminhos novos. Seu criador faz, com a genealogia, uma “história-problema”, pois a genealogia traz a questão do “porquê”, revela que o poder não é um objeto, uma coisa, mas uma prática social, é relacional. Então, o objeto se inter-relaciona durante todo o processo da genealogia. Das inter-relações o objeto se ilumina no final da pesquisa, gera o olhar de diagnóstico arqueológico; também é por meio de sua genealogia que se criam caminhos novos, vias de acesso ao que será proferido.

Em toda a sua obra, Foucault nunca deixou de estar no presente. Não pretendeu fazer a história do passado nos termos do presente, mas, vendo o presente como a culminância do passado, entendendo fazer a história do presente, seu olhar histórico aponta sempre para as inquietações do hoje. No seu primeiro livro desta fase, *Vigiar e punir*, parte de um grave problema atual: as prisões, suas causas e seus desdobramentos. Busca

delimitar o campo no qual acontecem as prisões. No campo, onde sombra e luz se definem, sem estar procurando culpados e vítimas, desenvolve uma genealogia do sistema de enclausuramento. Não se preocupa em evidenciar sujeito, desenvolve a história–problema.¹⁵ Quer mostrar como uma cultura vai estruturando seus jogos de regras, suas séries de fatos através dos quais os homens, de uma época, construíram aquilo que chamaram verdade, sua história singular com contínuos e dispersões. A história se inter-relaciona na construção do que são as suas verdades, nas lutas que este processo gera em torno do que fica e do que sai, do que provoca atrito e do que se modifica. Esse sistema gera saberes e poderes, porque para a genealogia “o poder está em toda parte, não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2001: 89).

A genealogia revela relações de forças, intensos conflitos, saberes e poderes. Seu foco está nos poderes ligados aos saberes das ciências. A ciência, como disciplina, organiza espaços, controla tempo, cria vigilância que é instrumento de controle, gera registro contínuo de conhecimento, exerce poderes que produzem saberes. Mas, o poder não é uma relação de força somente que exclui, reprime, domina, é também produtor de domínio do objeto, rituais, verdades, convencimentos. Assim, saberes e poderes se interpenetram, pois um gera o outro, concluindo o autor que não há saber neutro, “todo saber é político”. Não fala do macro poder, da visão economicista, que considera o poder como mercadoria, da dominação do Estado, mas dos poderes ligados aos saberes das ciências, numa rede microfísica, algo que se espalha circulando na esfera social como um todo. Não basta mudar o governo, porque os poderes periféricos, moleculares, os subpoderes não são capturados pelo Estado. O poder disciplinar não destrói o indivíduo, mas o fabrica, gerando homens dóceis, com diminuição da sua capacidade de resistências, enfraquecendo a ação do seu contra-poder, por isso, são sempre relações de forças, campo de intensos conflitos(MACHADO, 1979: VII-XXIII).

Então, a genealogia pode ser tomada como um modo de avaliar, uma evidenciação dos procedimentos que vão sendo esclarecidos à medida que a avaliação vai sendo construída, até que se tenha um diagnóstico, campo da disciplina que é também um

¹⁵ Farge chama atenção para o fato de que este livro, ao não repetir o modelo conhecido dos livros de história em que o sujeito é personagem central, cria um novo estilo de se fazer história . “É um livro de história com clara intenção política” (FARGE, 1984:115).

poder, uma tecnologia do poder. Nesse período, Foucault trabalha com dois pontos de referência, dois limites, que são as regras de direito que delimitam formalmente o poder, que contracenam com os efeitos do que é verdadeiro, com o que tem identidade de verdade. Ora, o verdadeiro é o que tem o poder de produzir, de transmitir e, por isso, tende a se perpetuar, ao ser imitado. Foucault procura nos discursos científicos das ciências humanas os modos de produção da verdade, entre o exercício do poder e a produção do saber. Define que a verdade, esta produção das regras diferenciáveis, que não é universal, é resultado de um conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e ao verdadeiro se atribui poder. Para, então, definir poder como exercício, como prática, algo que acontece na concretude multifacetada do cotidiano (MUCHAIL, 1992:9). Ao evidenciar verdades, evidencia também as lutas; lança luz sobre o saber-poder da história–problema, também diz que esta possibilita a construção de novas vias.

A genealogia torna a produção foucaultiana uma “caixa de ferramentas”, capaz de produzir material para diferentes usos. Nesta concretude multifacetada do cotidiano, dentro das ciências humanas, submersa nos tempos modernos, o homem, este que constrói e limita os fatos, tem a possibilidade de viver dois papéis: estar presente nas positivities e/ou nas coisas empíricas. Neste contexto, ter uma caixa de ferramentas é singularizar, diversificando as possibilidades de participação.¹⁶

A terceira fase: a genealogia da subjetivação – a busca do “sujeito do desejo”

Os anos 70 foram pobres em propostas sociais, mas foram ricos em investidas e respostas do e para o capital. Em 73, vivemos a primeira crise do petróleo, que iniciou um movimento novo entre as nações, com o objetivo de redefinir quem tem o poder na negociação. No último ano da década, nova crise do petróleo. Nesse momento, cria-se o “Consenso de Washington”, que, dentre outras medidas, estabelece uma verdade que é rapidamente aceita pela maioria dos “grandes”, uma política neoliberal, com a liberalização do comércio internacional para que seja possível ocorrer livre fluxo do capital. Para as

¹⁶ Foucault, em *As palavras e as coisas*, apresenta a tese de que, a partir do século XIX, com a criação das ciências humanas o homem passou a ser capaz de viver dois papéis; nas positivities e nas coisas empíricas, ao se tornar objeto científico (FOUCAULT, 2002: cap X).

nações, este acordo entre “os grandes” criou uma proposta de privatizações como meta de diminuição do Estado. Entramos na década de 80, em franca política de globalização do capital. Tomando o termo globalização como a forma contemporânea de organizar a vida, ao ampliar a modernização através dos avanços do sistema capitalista, a visão de homem é modificada. Essa fase da modernização se caracteriza por exercer inter-relações com todos os espaços e organizações. As duas crises do petróleo e o acordo de Washington impulsionam fortemente a redefinição do perfil que o mundo passa a construir. O mundo do trabalho avança nesta profunda mudança de “uma sociedade salarial” para “uma sociedade de especialização flexível”.¹⁷ Em outras palavras, há avanços acelerados na globalização não só do capital, mas das nações e das pessoas. Isso gera uma crise sem precedentes e de proporções ainda não definidas, irmanando no desassossego e na insegurança as nações, os patrões e os trabalhadores. Então, lendo a globalização como um estágio da modernidade caracterizado também como a mundialização do capital, é possível pensar a modernidade como todo um vasto e complexo processo social, econômico, político e cultural. Compõe-se pela racionalização das ações e relações, das instituições e organizações. Essa racionalização depende e promove modificações nas práticas e ideais, padrões e valores socioculturais, nos saberes e poderes. Em tal terreno, o imaginário, como instância subjetiva, é domesticado. Também fica colonizado o imaginário nos grupos, nas organizações e nas nações, como foi apontado anteriormente, a rede microfísica do poder que domestica as resistências do contra-poder dos homens, por isso um cenário de intensos conflitos.

Como nascemos em organizações e criamos organizações com o objetivo de nos socializarmos, vivemos mergulhados nesse processo, a que chamamos civilizatório, a modernidade. Esse cenário das organizações estrutura-se a partir da distribuição desigual de um *quantum* social (capital social) entre seus membros. Tal processo é que determina a posição que cada um terá nessa instituição, lembrando aqui Bourdieu.

Ianni (1996) nos mostra que a eficiência da globalização do capital requer que transformações atinjam todos os níveis, do geral ao particular; racionalizando ações e relações em níveis institucionais e pessoais. Penso que podemos descrever o mundo, a

¹⁷ Evidentemente esta simplificação de tamanhos fenômenos tão brevemente descritos, serve como registro das minhas preocupações com a história triunfante da modernidade, como um espaço da ciência da verdade.

partir desse período, assim: passamos a viver um momento histórico de grandes transformações, com mudanças nos limites entre as nações, no conceito de público e privado, no que se define como projeto de trabalho e de vida para o trabalhador. Este processo não é inocente, pois todo poder gera saber e todo saber é político porque não é neutro, então, ele gera crises e é gerado por elas. Uma das mais incisivas é a crise de governabilidade, que atinge todos os níveis. Esta crise aumenta incertezas, cria medos diante de novos limites geográficos e de valores. As nações com mais poderes, que antes eram referenciais, passam a ter desafios, assim como o conceito de capital. A primeira das instituições a concentrar transformações é o mundo das organizações do trabalho. O desejo desenvolvimentista do capital não leva em conta o que promove nas pessoas. Esse movimento de aceleração acirra competições e alianças entre os trabalhadores, em busca do poder do capital simbólico. Essas transformações têm como meta convencer o indivíduo a desejar para querer ter e, mais internamente, a capturar o imaginário no sentido de sua docilização. Os desafios atuais pelos quais passam os trabalhadores incluem mudanças de valores, crises e conflitos na família, na sexualidade, em todos os papéis e nos seus ideais. A terrível crise da racionalização é a fragmentação do indivíduo. Eis o que vivemos, cada vez mais intensamente, a partir da flexibilização dos meios de produção, a igual flexibilização do homem como elemento central da produção. Nessa década, Foucault redefine, novamente, o eixo do seu trabalho, mantendo a denominação de estudo genealógico, agora centrando sua análise na constituição do sujeito e de uma hermenêutica de si. Define que para estudar a formação do sujeito através da história da sexualidade, este termo criado tardiamente no século XIX, necessita de distanciamento, de contornar suas evidências familiares, requer analisar o contexto teórico-prático a que está associada.

Entre o primeiro livro da *História da sexualidade (A vontade de saber)*, o segundo (*O uso dos prazeres*) e o terceiro (*O cuidado de si*) transcorreram-se oito anos. No segundo volume, é inaugurado o terceiro eixo de seus estudos históricos. Foucault explica que aborda a sexualidade como uma experiência historicamente singular, portanto não universal, mas construída. Toma experiência como correlação, numa cultura, entre campo de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade. Define sexualidade baseada nos três eixos: a formação dos saberes sobre ela.; os sistemas de poder que definem sua prática; e os elementos que o homem encontra para se reconhecer como sujeito desta sexualidade.

Conclui Foucault que, para compreender como o homem moderno vive e se reconhece na sua sexualidade, é preciso olhar como o homem ocidental, ao longos séculos, foi construindo o reconhecimento de si através de se ver como sujeito do desejo (FOUCAULT, 2001:9-13). Para ele, o foco não está no sujeito como um “curioso objeto” do domínio do saber, mas como sujeito ético, indivíduo que se constitui a si mesmo, sujeito do desejo, capaz de ser seu próprio autor, construtor de sua dimensão histórica.

Estudar a formação do sujeito, através dessas “artes de existência”, essas “técnicas de si”,

“analisar não os comportamentos, nem as idéias, não as sociedades, nem suas ‘ideologias’, mas as problematizações através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, as práticas a partir das quais essas problematizações se formam” (FOUCAULT, 2001:15).

Desta forma, a dimensão da análise visará o sujeito enquanto seu espaço de referência, a sua conduta individual, seu modo de se comportar, as práticas de si, como reage diante da dimensão jurídica e das leis, do bom uso dos prazeres, no exercício da temperança, no domínio de si e dos outros, na aquisição da liberdade e da verdade, suas formas de vinculação, e por ser “arte de existência” é, também, “estética de existência”. Metodologicamente, reúne a dimensão arqueológica, que permite analisar as formas de problematizações, e a genealógica, que evidencia como as problematizações foram formadas a partir das práticas e de suas modificações. A formação do sujeito inaugura novo uso da caixa de ferramentas, em que o pesquisador se coloca no ponto de intersecção entre a arqueologia das problematizações e a genealogia das práticas de si. Nesse momento, correlaciona a *História da loucura*, que é o estudo das formas de governabilidade que as diferentes épocas foram criando para dominar os outros; com a trilogia da sexualidade em que analisa historicamente o processo do homem ocidental no domínio de si. Dos dois pontos diversos chega a uma questão comum: numa experiência como ligar o si mesmo aos outros.¹⁸

¹⁸ Vejo em Muchael a primeira a evidenciar e analisar este ponto de correlação. Esta traz luz também para os pontos de intersecção entre as três fases da metodologia foucaultiana (MUCHAEL, 1991).

Nas próprias palavras de Foucault:

“[...] Jem torno dos cuidados consigo toda uma atividade de palavra e de escrita se desenvolveu, na qual se ligam o trabalho de si para consigo e a comunicação com outrem. Tem-se aí um dos pontos mais importantes dessa atividade consagrada a si mesmo: ela não constitui um exercício da solidão; mas sim uma verdadeira prática social. E isso, em vários sentidos” (FOUCAULT, 2002:57).

Podemos pensar que, para Foucault, o homem que se constrói é o mesmo homem que se relaciona, portanto, que viver é um ato social. Para Foucault, a busca da constituição histórica dos modos pelos quais o ser humano se faz sujeito aparece no volume II da *História da sexualidade*, quando escreve sobre seu objetivo nessa fase da pesquisa: “tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma ‘experiência’ tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma ‘sexualidade’” que abre para campos bastante diversos, e que se articula num sistema de regras e coerções. O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência – se entendermos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade (FOUCAULT, 2001:10).

Atentando para a proposta foucaultiana e buscando reunir seus três momentos – a arqueologia como constituição do saber, a formação do conhecimento; a genealogia como reconhecimento do poder que advém deste saber e gera saber; e a constituição do sujeito como prática social, portanto relacional, tudo isto ocorrendo em um campo de um mundo da modernidade em estágio de globalização – corremos o risco de passarmos a considerar, historicamente constituído, ver como “normal” sermos homens e mulheres terceirizados nos nossos vínculos, isto é, desconhecidos uns dos outros. Para Foucault, a reinvenção do mundo está nos cuidados consigo mesmo e com a comunicação com o outro. Navegamos em um mar globalizado onde o tempo e espaço estão desvinculados. Em tal realidade, está faltando o outro. Sem o contra papel não existe papel, portanto ficamos privados das possibilidades vinculares, pressuposto para as relações, necessárias para a constituição do sujeito. *Sem o outro estamos desligados, deixamos de existir também.* Uma sociedade que não oferece motivações aos seres humanos para se ligarem uns aos outros precisa ser revista em sua legitimidade. Mas, *não só uma sociedade, como também as ciências que se*

prestam a ser reduzidas a técnicas a serviço do capital. E, aos pesquisadores, cabe a tarefa de apontar o que “salta aos olhos”, porque evidente demais, buscando desnaturalizar o óbvio, aquilo “que salta aos olhos”.

Estas reflexões metodológicas, apoiadas nesses três autores, serão o principal alicerce das análises dos exemplos de trabalhos desenvolvidos em cada instituição pesquisada. Esta arqueologia, em uma leitura a contrapelo, de um campo de saberes e poderes mostrará o porquê dos três autores reunidos. Considero que, após narrar a criação e desenvolvimento de cada Instituto, a tarefa que me proponho de esquadriñar um relatório de pesquisa e/ou trabalho dessas organizações, é o ponto alto do desafio da minha pesquisa. Nesse momento, ponho a prova o quanto aprendi e me transformei com esta experiência de buscar desnaturalizar o que “salta aos olhos”.

No próximo capítulo, me proponho, ao revisitar a história dos saberes e poderes da Psicologia brasileira, contar fragmentos dos antecedentes e antecessores desta nossa Psicologia.

CAPÍTULO II
Saberes e poderes relativos à Psicologia no Brasil

ANTECEDENTES e ANTECESSORES DESTA PESQUISA

Se “a mudança é a maior história do mundo”, como foi dito algures, e se, no panorama brasileiro, estamos na década das modificações pelo desenvolvimento tecnológico, pelas transformações sociais, pela expansão do conhecimento, pelo crescimento demográfico, pela multiplicação dos meios de comunicação, pela presença maior no contexto internacional etc.- o psicólogo age, agora, dentro de um ambiente bastante outro daquele anteriormente existente ”.

Saldanha (1979:1), in: *O novo código de ética da Psicologia*

Estamos vivendo em um Brasil antecedido de muitos brasis e formador de outros tantos brasis; somos, fundamentalmente, história e fazemos história. A Psicologia tem sido uma parte desses brasis, enquanto também é expressão e instituinte do social. A Psicologia de hoje cria e é criada pela Psicologia de ontem; a Psicologia de hoje faz mais sentido se se compreende como chegou a ser como é. A história determina, até certo ponto, os problemas estudados, a maneira de estudá-los e, até mesmo, a linguagem a ser usada ao escrever a respeito dos problemas. A história pode auxiliar a perceber que todas as coisas geram e são geradas por decisões sociais, tomadas por pessoas muito tempo atrás, mais do que necessariamente inerente ao próprio assunto tratado. Portanto, o estudo da história pode oferecer perspectivas, indicar diretrizes, mostrar a genealogia das práticas sociais, ajudar a evitar enganos já cometidos anteriormente por outros e mostrar de que maneira coisas variadas ajustam-se entre si.¹ “Em última instância, porém, a história, como a arte, não precisa de defesa” (WERTHEIMER, 1972:10).

¹ Esse capítulo difere um pouco dos demais nesta tese, mostra que a forma de fazer história da Psicologia nem sempre revelou os conflitos nas inter-relações entre saberes e poderes das ciências humanas. Não é uma arqueologia dos saberes, uma episteme, é muito mais história das idéias. Por não ser tema direto dessa tese escolhi escrevê-lo no clima da “história das idéias”, e não fazer uma escavação genealógica do período abordado.

Durante muito tempo, para sabermos da história da Psicologia brasileira tivemos como literatura básica os escritos do professor Pfromm Neto.² Esse autor trata do tema histórico da Psicologia mais sob o ponto de vista da filosofia, trazendo informações mais gerais, mas participando na formação do nosso pensamento psicológico. Recentemente, o pensamento psicológico no período colonial foi tomado como objeto de estudo, mais especificamente quando a primeira dissertação de mestrado sobre o tema foi apresentada na USP, por Marina Massini (1985), orientada pelo professor doutor Isaias Pessoti. Tal estudo mostra que de 1500 a 1800, durante o Brasil Colônia, uma *Psychologia Nativa* esteve presente na vida dos brasileiros de forma especial. O estudo revela que os índios desenvolveram esta *Psychologia Nativa*, que contém procedimentos educacionais. Dentre os temas mais ricos estão a educação das crianças e o papel da mulher indígena. Como exemplo, a relação dos pais com os filhos e a maneira espontânea com que as crianças passam a incorporar as funções do trabalho dos adultos; ou as formas de punição amorosa dos pais para os filhos. Tais recomendações da pedagogia/psicologia indígena coincidem, ainda hoje, com orientações desenvolvidas pela Psicologia chamada científica.³ Essa pesquisa revela mais, que a preocupação com temas ligados aos fenômenos psicológicos aparecem em obras de outras áreas do conhecimento no mesmo período. Com o intenso movimento civilizatório no Brasil, o interesse pelos assuntos psicológicos nas obras literárias dos religiosos dos séculos XVII e XVIII é constante, associando pensamentos psicológicos à educação, à moral, à religião. A preocupação com os fenômenos psicológicos aparece em obras de outros campos do saber, como teologia, pedagogia, medicina, política e arquitetura, em que temas de cunho psicológico são tratados e analisados e denotam, segundo Massini (1985:66) que: “[...] o interesse [destes autores] pela psicologia [...] se coloca em um contexto mais amplo, constituído, de um lado, pela

² S. Pfromm Netto, “A Psicologia no Brasil”. In: , M. G Ferri e S. Motoyama (orgs) *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EPU e EDUSP, 1979-1981, pp. 235-276.

³ Para o tema ver:

Marina Massini. *História das Idéias Psicológicas no Brasil, em obras do Período Colonial*. Dissertação de mestrado, orientada pelo professor Dr. Isaias Pessoti, USP, 1985 (mimeo).

----- *História da Psicologia brasileira: da época colonial até 1934*. São Paulo: EPU, 1990.

----- “As origens da Psicologia brasileira em obras do período colonial”. In: *Cadernos PUC*, nº 23, pp. 95-117. São Paulo, EDUC, 1987.

Isaias Pessotti. “Notas para uma História da Psicologia Brasileira”. In: Conselho Federal de Psicologia. *Quem é o Psicólogo brasileiro?* São Paulo: EDICON, 1988.

influência do pensamento europeu, da época, acerca deste assunto, e, de outro, por uma necessidade pragmática (de controle, ou de formação de indivíduos, de sua adaptação ao ambiente), no âmbito de um projeto político ou pedagógico”.

Tais autores são, na sua maioria, brasileiros e portugueses, e viveram no Brasil boa parte da vida. Tiveram suas formações em colégios jesuítas e em universidades européias, particularmente na Universidade de Coimbra. Vários são religiosos, na maioria jesuítas, ou políticos, tendo alguns deles ocupado cargos importantes nas áreas religiosa, política, educacional e cultural no Brasil e em Portugal. Estas obras foram impressas em Portugal, pois ainda não tínhamos imprensa. Mas são consideradas por Pessotti (1988:17-31) uma demonstração de erudição e competência acadêmica, pois “... a maioria das obras do período são publicações na Europa e parte delas se destina originalmente ao público da metrópole ou aos ambientes eclesiais ou universitários europeus e não à edificação da sociedade na colônia”. Mesmo assim, o processo educacional dos meninos é imprescindível para o projeto de evolução do país, pois estes serão os seus futuros dirigentes e trabalhadores. O fracasso das tentativas de aculturação dos índios como trabalhadores levou à preocupação dos colonizadores civis e religiosos a se deslocar, no século XVIII, para os escravos. Nesse período, estão algumas das raízes formadoras das bases da Psicologia, que mais tarde será instituída como profissão.

Com a passagem do Brasil Colônia para Império (1808) e conseqüente vinda da Corte de Portugal para o Brasil, a sociedade passou a mudar rapidamente. Durante o Brasil Colônia, circulavam no país dois papéis-moedas: o bilhete de extração e o de permuta; com a passagem para Império e, principalmente, com a abertura dos portos, que trouxe uma série de problemas nessa área, criou-se o primeiro Banco do Brasil (1808), como um banco emissor.⁴ No esforço de atualização do país para adequá-lo ao Império, também foram adotadas medidas efetivas para a instalação do ensino superior com a criação de Academias e Cursos. Dentre estes, estão a Academia Real da Marinha (1808), Academia Real Militar (1810); curso de Cirurgia na Bahia, curso de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro (1808);

⁴ Banco ABN AMRO S/A. *História das Instituições Financeiras e sua contribuição ao progresso econômico dos povos*. São Paulo: Editora Estrela Alfa (Biblioteca do Grupo Real). Neste interessante livro, é possível conhecer o desenvolvimento dos bancos desde sua origem na antiguidade e também o processo da evolução do dinheiro ocorrido no Brasil; acontecimento que tem real importância para o processo de industrialização, modernização e instalação de um tipo de Psicologia no mundo do trabalho no Brasil.

sendo que, no ano seguinte, inicia-se o curso de Medicina no Rio de Janeiro (1809). A medicina brasileira, desde o berço, nasce atrelada ao exercício militar da profissão. Os médicos deveriam dar assistência, em primeiro lugar, aos homens da Marinha e Exército, mas ficando facultativo exercerem a profissão liberal. Outras áreas também são escolhidas para abertura de cursos superiores, como Agricultura, Economia, Química, Desenho Técnico. São criados dois cursos jurídicos e inaugurada a Academia de Belas Artes e, em seguida, o Observatório Astronômico (1827). É criado o aparato policial para receber a Corte.

A Igreja, o Estado e a Medicina associaram-se no uso dos pensamentos psicológicos com o objetivo triplo de: educar para a ordem e obediência civil; converter para a salvação; e manter saudável o brasileiro. Este triângulo do poder – Medicina, Igreja e Estado – aparece em um mesmo movimento de obediência política, associam-se na busca de saberes e poderes para o controle dos diferentes aspectos da vida humana, por isso cada vértice é complementar. Aos médicos, a salvação do corpo; aos sacerdotes, a salvação da alma; e ao Estado, o controle da força de trabalho. Ora, entretanto é preciso não confundir o papel do Estado com essas instâncias menores neles contidas. O Estado usa as instituições, mas não se confunde com elas, é mais do que as relações produtivas, se mantém e é mantido por elas, portanto, o Estado brasileiro não é somente o governo. Compreendo que o Estado, formado pelo capitalismo em oposição ao direto feudal, o direito civil, contrapondo-se ao direito da nobreza, e a ciência, em contraposição ao conhecimento popular, são o que podemos denominar as positividades nacionais.⁵ A formação do Estado e destas instituições citadas pode ser comparado à segunda fase foucaultiana da formação do poder.

Até a proclamação da Independência política (1822), o Brasil ainda não podia ser visto como um povo definido e como nação, o que traduzia o desenraizamento de suas populações transplantadas durante dois séculos e meio e incorporadas pela violência de trabalho escravo. A demografia nacional calcula que foram acima de quatro milhões os africanos importados, do século XVI a 1855. Também que foram em torno de meio milhão

⁵ Essas idéias sobre Estado estão em Boaventura de Sousa Santos. *A Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000. Assinalo a importância da reflexão sobre a formação do Estado Nacional e a presença da ciência humanas nesse processo, mas por não considerar primordial para a tese, esta reflexão não será desenvolvida.

os portugueses que vieram rumo ao Brasil no século XVIII. Além do extermínio paulatino da população de dois milhões dos índios que aqui viviam desde 1500. Daí por diante, a construção do Estado Nacional passou a ser tarefa de suas elites dirigentes, senhores de escravos (barões, fazendeiros e comerciantes) e a alta burocracia do Império. Uma das transformações imediatas foi a instalação da ordem jurídica no país, com a criação de dois cursos de direito. Esta ordem jurídica está presente na Primeira Constituição do Império (1824) com a questão da *liberdade consentida*, ou o direito ao voto para o analfabeto, defendido por José Bonifácio (1827-1886), e, no fim do Império, quando trabalhadores associados a intelectuais e a setores dominantes da vida política, social e intelectual passaram a postular a extinção do regime de trabalho escravo (LINHARES, 1990:2-13). No período imperial, o liberalismo no Brasil mostrou-se diferente do europeu, pois tomou como meta combater os entraves ao livre-comércio. Para os liberais, não havia dificuldades em aceitarem a escravidão. Já os positivistas declaravam-se contra a escravidão, “tomando uma posição que podemos chamar de progressistas”, explica Antunes (1991).⁶ Este capítulo difere dos outros, como já disse, pois apresento a história das idéias, como alguns pensadores e pesquisadores vêm a história e a Psicologia. Tais posições são aqui apresentadas, mas há um divisor de águas entre as duas tendências, o Estado unitário, como um ideário do autoritarismo dos conservadores, e a Federação como desejo de liberdade e progresso dos liberais. O tema da liberdade permanece presente em todo o século XIX, na Constituinte de 1823, nas revoluções que explodiram por vários cantos do país (de 1817 a 1840), mas, principalmente, nas discussões sobre o trabalho, o maior de todos os problemas nesse período. A necessidade de extinção da escravidão que afetava a unidade do país e a possibilidade de crescimento da modernização da sociedade, do sistema econômico e de suas instituições, enquanto movimentos políticos, revelaram várias tendências e mesclas de sentimentos que mostraram o que havia de melhor e pior nos sujeitos e na intelectualidade, na qualidade política das lideranças no país. Temas ligados à Psicologia se mantiveram presentes nas diferentes disciplinas já implantadas, notadamente

⁶ Mitsuko Aparecida Makino Antunes. O processo de autonomização da Psicologia no Brasil, 1890/1930. Uma contribuição aos estudos em história da Psicologia. Tese de doutorado orientada pro professoradoura Maria do Carmo Guedes, PUCSP, 1991. (Mimeo).

a medicina. Em pesquisa de doutorado, Massimi (1989)⁷ buscou, nas teses em medicina, o que elas revelam de temas psicológicos, caracterizando um novo período em que a Psicologia aparece como matéria acadêmica mesmo que ainda não reconhecida como uma disciplina. Situa-se aí o início da institucionalização da Psicologia no Brasil. Em 1854, segundo documento do CRP-06,⁸ o médico Ferreira França escreveu *Investigações em Psicologia*, primeiro livro publicado no Brasil contendo no título o termo “psicologia”. Nessa fase, os temas mais comuns são as emoções, o conhecimento de si, as sensações e os sentidos, as crianças e seu desenvolvimento educacional, a mulher (estará aqui a presença de matizes românticos?), o trabalho, adaptação ao ambiente e aplicação do conhecimento psicológico à medicina.

Novamente conforme a pesquisa de Antunes (1991:57-60), a formalização do ensino da Psicologia, em 1890, trouxe referências a Wundt e William James, ainda no século XIX.⁹ A reforma de ensino Benjamin Constant (1890), ocorrida após a Lei Áurea (1888), trocou a tendência humanista da educação pelos princípios positivistas, tendo como meta a educação científicista. Essa mesma reforma desmembra a disciplina Filosofia em Filosofia e Psicologia Lógica; e a cadeira de Pedagogia em Pedagogia e Psicologia, aparecendo pela primeira vez o ensino da Psicologia como disciplina autônoma. Antes a educação, fortemente definida pelos religiosos, visava, como meta primordial, a salvação das almas, justificando a abordagem humanista. Com essa reforma, o Estado toma para si a função educadora, pois seu desejo desenvolvimentista visava a industrialização do país equiparando-o aos grandes países europeus. A educação passa a ter como meta

⁷ Marina Massini, *A Psicologia em Instituições de Ensino Brasileiras do século XIX*. São Paulo, tese de Doutorado, orientada pelo doutor Isaías Pessoti, USP, 1989. (Mimeo).

⁸ O Conselho Regional de Psicologia (CRP-06) divulga um cartaz que denomina *Linha do Tempo*, em que aparece esta informação.

⁹ A Psicologia, enquanto ciência clínica, tem, também, sua origem no capitalismo, é sistematizada com os trabalhos de Sigmund Freud, em Viena, entre o fim do século XIX e início do século XX, tendo como um estudo básico a histeria em mulheres. Apesar de ser fruto de pesquisa clínica e ter sido criada como método clínico, a Psicologia se inter-relaciona com a história, tendo como cenário um contexto político onde o mundo do trabalho é efervescente, carregado de significados e crises entre o público e o privado. Os estudos de Freud foram precedidos pelos de Charcot, em meados do século XIX.

Já a Psicologia Experimental tem em sua história Fechner como seu arauto, quando, em 1860, publicou seu livro *Elementos da Psicofísica*, “onde demonstra como fazer medidas precisas de eventos e quantidades mentais e de que modo as quantidades mentais e de que modo as quantidades psíquicas se relacionam com as físicas” (WERTHEIMER, 1972:17). Mas é atribuído a Wilhelm Wundt o título de fundador deste ramo da Psicologia em 1879, quando este declarou ter, pela primeira vez, realizado novas pesquisas no primeiro laboratório de Psicologia Experimental, fato que conferiu à Psicologia Experimental o *status* de ciência independente (WERTHEIMER, op. cit: 67-69).

profissionalizar o brasileiro, visando a modernidade capitalista. Para obter o crescimento nos moldes da modernidade, precisava trocar a mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre, mas obediente, portanto dócil, para tanto era preciso educá-lo nos parâmetros instituídos pelo projeto do Estado. A Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) e, posteriormente, a Lei Áurea (13 de maio de 1888) trouxeram novos fatores até então desconsiderados para o cenário do desenvolvimento do país como nação industrializada e para o conceito de cidadão, conseqüentemente, para o de trabalhador, que é um dos temas centrais da Psicologia enfocada nesta pesquisa. Começam, nessa fase, a chegar ao Brasil as teorias raciais como conseqüência da abolição da escravidão como fato irreversível. Ora, tivemos durante mais de três séculos uma situação de cativeiro quando a presença desse imenso contingente de escravos alterou as cores, os costumes e a própria sociedade local, “legitimando a inferioridade” e inibindo qualquer discussão sobre cidadania. O trabalho limitado aos escravos autorizava a violência sobre esses trabalhadores, fazendo do Brasil um país de desigualdades, onde a lei era feita para poucos e os escravos, tidos como “coisas”, permaneceram marginais às benesses do Estado. Os senhores mantinham sobre esses “bens privados”, o direito de vida e morte, mantendo suas vidas fora da ingerência do Estado. Esses “não-cidadãos” não participavam como cidadãos por serem “propriedade” dos senhores, fato que definia um Estado baseado em relações pessoais. Estes fatos e também o modo como a história oficial conta como “pacífica” a forma como ocorreu no Brasil, a abolição da escravidão, passaram a estar na construção da raça brasileira, como um fenômeno que será solucionado com a miscigenação, como projeto de “branqueamento” da raça. Este fato da história oficial é referendado pelo episódio de queima dos arquivos sobre a escravidão, em 1890, pelo então ministro das Finanças, Ruy Barbosa, que, em 14 de dezembro, ordenou que todos os documentos sobre a escravidão fossem queimados, “limpando” os arquivos nacionais, o que revela como foi construída esta verdade sobre abolição “pacífica” da escravidão. Após a Abolição, a liberdade não significou a igualdade, e este “jeito brasileiro” de resolver os conflitos buscou pelo não-dito o registro histórico desses séculos de cativeiro humano. A partir dessa fase, um esforço de transformação da história em uma narrativa romanceada passa a falar das relações dos senhores com seus

escravos já não mais como “bens privados”, mas como senhores bons, ainda que severos, e escravos submissos, mas prestativos, quando não heróis no servir aos seus senhores.¹⁰

Este movimento dominante ficou registrado no tema da primeira tese em medicina que trata de assuntos psicológicos, escrita por Manuel Ignácio de Figueiredo Jaime (1836), com o título *As paixões e afetos d'alma, em geral, e em particular sobre o amor, amizade, gratidão e o amor à pátria*. Dentre os afetos estudados, o destaque está no amor à pátria, confirmando o propósito de povo-uno, patriótico e capaz de lutar por amor à nação. A medicina, no seu esforço para criar uma sociedade normalizada, faz para tanto aliança com o Estado e as Forças Armadas. A instituição geradora – as Forças Armadas – que abrigou os primeiros cursos de medicina deixou, como herança nas raízes desta profissão, métodos disciplinares militares.

O século XIX, com tantas mudanças, mostrou que o processo de urbanização trouxe avanços no modo e na produção do capital, também. O Brasil República¹¹ desenvolveu uma economia na base agrário-comercial-exportadora cafeeira, que será base para o processo de industrialização na Região Sudeste. Através da história oficial, é possível ver que o plano de tornar o Brasil um país liberal é mantido e realizado fielmente. Declara o presidente Juscelino que “a transferência da capital para o planalto central é parte deste plano desenvolvimentista brasileiro, com oficialidade desde 1789” (OLIVEIRA, 1962).¹² Tornar o Brasil uma República é inscrevê-lo no rol dos países adeptos da modernidade capitalista, mas este processo não acontece automaticamente, é preciso construção e convencimento. Há, por parte dos grupos organizados, a construção de

¹⁰ Em 1928 nasce o clássico de Mário de Andrade, *Macunaíma*, como uma releitura das três raças formadoras da nação: o índio, o negro e o branco. Tem como herói um preto que vira branco, enquanto um seu irmão vira índio e o outro negro.

Também de 1928 Paulo Prado escreve *Retratos do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira*.

¹¹ A idéia republicana é antiga no Brasil; nós a vemos na Guerra dos Mascates (1710); na Inconfidência Mineira (1788); na Revolução Pernambucana (1817); na Confederação do Equador (1824); na Sabinada (1837); e na Guerra dos Farrapos (1835-45). Durante a Guerra do Paraguai, o descontentamento dos militares, integrantes principalmente do Exército, enfraqueceu muito o prestígio do Imperador. Aproveitaram-se disso os republicanos para lançar à Nação um manifesto, que é tido como ponto de partida para o movimento de 15 de novembro de 1889. Com o manifesto, constituiu-se também o Partido Republicano (CASTRO, 1968:229).

¹² Juscelino Kubitschek de Oliveira (1962:57) escreve sobre a construção da nova capital: “Desde 1789, até minha posse na Presidência da República, nestes 167 anos, a idéia veio amadurecendo no País. Em todas as constituições foi posta em destaque: na de 91, na de 34 e na de 46.” O ano de 1789, provavelmente, se refere ao movimento da Inconfidência Mineira, que tem como uma de suas bases o desenvolvimento do interior do Brasil. Esse tema será retomado no capítulo referente à criação do DOT.

um cenário onde acontecem: a decadência das oligarquias tradicionais, o incentivo às imigrações crescentes de trabalhadores livres, o definhamento da escravidão; fenômenos que levariam ao aprofundamento de relações capitalistas no campo, ao processo de industrialização e à urbanização. Lutam nesse espaço os que defendem a monarquia, os republicanos, a campanha federalista, e a crescente adesão militar ao positivismo. Os positivistas se tornam responsáveis pelo ato da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1894, dando ao Brasil seus primeiros presidentes militares (FRAGOSO et al, 1990:177-187). Nesse contexto de criação de um novo trabalhador para um novo Brasil, a medicina, que abrigava a Psicologia/Psiquiatria, e que havia nascido na intimidade da caserna, adere ao movimento dominante ditado pelos primeiros presidentes militares. A pesquisa de Antunes (1991:85-104) aponta que o projeto psiquiátrico visava ações repressivas ao movimento dos trabalhadores. Ora, como a Psicologia estava chegando como argumento científico da medicina e da educação, a Psicologia médica e a educação passaram a ser aplicadas à organização do trabalho.¹³ Já na virada do século, em 1903, é aprovada a primeira legislação sobre a “assistência aos alienados”. Em torno das fábricas, a cidade se torna também, um espaço de concentração de enorme contingente humano de despossuídos, que requeriam controle, assistência e disciplinarização, agora que estávamos desenvolvendo relações de monetarização das relações de trabalho. O parentesco entre loucura e crime aparece nas teorias psicológicas/psiquiátricas que justificam a expansão do alienismo.¹⁴ Quando Cunha (1986) pesquisa a formação do Hospital do Juqueri e o processo de aceleração da industrialização, denuncia que a fonte de conhecimento da Psicologia é concomitante também como forma científica de controle dos indivíduos.

¹³ Acompanhando o levantamento histórico da Psicologia do trabalho feita por Zanelli (1992) este declara que convencionou-se estabelecer o período de 1860 a 1912 como fase pioneira da Psicologia do trabalho, desenvolvida, sobretudo por Wundt, na Alemanha. Esta emancipou-se da Psicologia Geral na seqüência do desenvolvimento como ciência. Tem-se como marco histórico o lançamento do livro, na Alemanha, de *Psicologia e Eficiência Industrial*, de Flechner, seguido de *Fundamentos Básicos da Psicotécnica*, em 1913, por Hugo Munsterberg. Ainda em 1913, surgiu a primeira versão em inglês do *Psicologia e Eficiência Industrial*. Munsterberg foi discípulo de Wundt, em Leipzig, e viveu seus últimos 20 anos na Universidade de Harvard nos Estados Unidos (GABASSI, 1979:16-17).

¹⁴ Para esse tema, ver o excelente livro da professora do departamento de história da UNICAMP, Maria Clementina Pereira Cunha: *O espelho do mundo. Juqueri, a História de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Nessa época, o conceito de eugenia ligado a Krepelin¹⁵ é bem-aceito nos meios eruditos da saúde e da educação. A aliança entre Estado, Medicina e Educação autoriza algumas medidas de contenção dos trabalhadores. Da educação, vem o desejo de alfabetizar os trabalhadores; do Estado, a meta de que, sendo eleitores, revertam os quadros políticos, derrubando a oligarquia cafeeira. No entanto, o trabalhador alfabetizado oferece crescentes riscos de querer mais. Mediante esse impasse, a medicina oferece a solução – a psiquiatrização dos trabalhadores grevistas, ou rebeldes. Está pronta a formação do tripé: educação, psicologia-psiquiatria, racionalização do trabalho. Eis o triângulo das ciências humanas participando do processo de aceleração da industrialização no Brasil: a divisão social do trabalho e a divisão das ciências dos homens trabalhando para somar esforços no sentido de abrir caminho para as necessidades desenvolvimentistas do país.

Na virada do século XIX para o século XX, a economia internacional sofre uma série de transformações, a Inglaterra deixa de ser a “oficina do mundo” para ser superada pelos Estados Unidos e pela Alemanha. Mudança do campo têxtil para a indústria química, elétrica e de máquinas, a fusão do capital bancário com o industrial, originando o chamado capital financeiro, são movimentos rápidos para serem acompanhados por um país recém-república, com economia ainda agrária o desenvolvimento dos fenômenos do “coronelismo” e do “populismo”. Mesmo não sendo objeto principal desta pesquisa, não posso deixar de registrar que esses dois movimentos políticos, tanto o populismo quanto o coronelismo, se inter-relacionam no processo de modernização brasileira. Resumidamente, o coronelismo é uma forma de relação de dominação, por atuar em âmbito local, em especial nos municípios rurais que mantêm um certo isolamento social, não acompanham as mudanças do poder público, garantindo que as massas se orientem por “pessoas”, não

¹⁵ Baseado neste autor alemão, desenvolveu-se no Brasil um conceito de raça inferior para a raça negra e a justificativa de que o atraso industrial no Brasil se devia a esse fato. De tais idéias, nasce o conceito de “higienização social da raça”. Esta proposta apregoa que a raça melhorada será mais forte, implicando uma pregação nacionalista, com o fortalecimento militar e o anticomunismo. Na proliferação das teorias que justificavam a expansão do alienismo para além-muros do hospício, o Brasil estuda a “monomania” de Esquirol, a “loucura moral” de Pritchard. Também esta que foi o grande aporte do alienismo, a teoria da “degenerescência”, criada por Morel na década de 50, quando assume uma origem organogenética das doenças; reverte a posição dos fundamentos clássicos da loucura de Tuke e Pinel, permite que a psiquiatria se volte para a cidade, identificando sinais da degenerescência em práticas anti-sociais como a vagabundagem, o jogo, o vício, a prostituição, “os perigosos”. A psicologia/psiquiátrica passa de individual para social, justificando que o contingente cada vez maior de “degenerados” não é fruto de questões sociais, políticas, econômicas, moral, mas de determinações hereditárias, portanto individuais.

por idéias. Nessa forma antiga de governabilidade brasileira, há forte incursão do poder privado no poder público. Como fruto republicano, do período de ditadura getulista, também do processo de urbanização e do aceleração das relações trabalhistas de cunho liberal, o populismo carismático e legal, fantasiado de nacional, apregoa que, ao contrário do coronelismo, aqui as pessoas são livres e seguem seus líderes por escolha. Do populismo nasce a postura de que o povo não deve refletir, mas que tem sempre razão.

Enfim, “o ‘coronelismo’ expressa um compromisso entre o poder público e o poder privado do grande proprietário de terras, enquanto que o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se, através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa” (WEFFORT, 1980:28).¹⁶

Assim, a Primeira República (1889-1930) configura um período de transição iniciado um pouco antes, no Império, com a abolição do trabalho escravo e a passagem para o aceleração das relações capitalistas de produção. Para alguns autores é o início das relações capitalistas de produção, para outros é a expansão.¹⁷ O crescimento industrial no Brasil tem no sudeste seu contexto privilegiado para expansão de um parque industrial, caracterizando, portanto, fortemente as desigualdades regionais. Como já foi dito, os países europeus e os Estados Unidos estavam remodelando seus interesses industriais passando a se dedicar às indústrias pesadas. Essa reorientação internacional dos países industrializados abre a possibilidade para a indústria nacional se dedicar à fabricação dos produtos descartados, como tecidos de algodão, sacarias etc. Na primeira metade do século XX, o Brasil conjuga fatores excepcionais como: capital, mão-de-obra, mercado relativamente concentrado, matéria-prima disponível e barata, capacidade geradora de energia e um sistema de transporte ligado aos portos. Esta concentração de fatores tem no Sudeste – em São Paulo, sobretudo – sua melhor conjugação e, na medida em que cresce e melhor se

¹⁶ Esse autor desenvolve uma interessante reflexão sobre formas de governo no Brasil, centrando sua pesquisa sobre o populismo e coronelismo. Francisco Corrêa Weffort. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

¹⁷ Também para esse tema, apesar de não ser desenvolvido mais cuidadosamente aqui, é necessário registro: Essa visão economicista de que somente com o trabalho assalariado uma sociedade pode ser considerada modernamente capitalista não é compartilhada por todos os historiadores brasileiros. A partir da década de 80, com os trabalhos de Maria Sílvia Carvalho Franco, que desenvolveu uma original reflexão de que o trabalho escravo era uma expropriação do outro, que este recebia menos do que produzia, então a relação escravo-patrão pode ser considerada como relação trabalhista capitalista. Acrescido com os fatos de que para o grupo de intelectuais afinados com essa posição, da qual compartilho, o capitalismo não é somente as relações economicistas, mas práticas sociais que vão além do economicismo.

íntegra, a região vai receber os maiores investimentos liderando a corrida industrial frente às demais regiões do país. Concluindo com Monteiro (1990:227), o desequilíbrio setorial representado pelo predomínio do café por um século gerou as condições para a industrialização, para a concentração demográfica e para a urbanização do Sudeste, em particular São Paulo. A historiografia enfatiza os conflitos entre capital e trabalho, a presença dos anarquistas como o principal problema paulista fruto do crescimento urbano e industrial, mas outras questões “esquecidas” revelam que a ameaça urbana no começo do século XX são “as epidemias, levas de forasteiros, negros libertos com pobreza exposta, ladrões , prostitutas, jogadores, bêbados, escroques, aventureiros, pobres amontoados em cortiços...” (CUNHA,1986: 40). Esses fatos geram aumento de disparidade entre o Sudeste e as outras regiões do país à medida que cresce o parque industrial; tal fenômeno também se reproduz dentro da própria região Sudeste onde os outros estados não conseguem acompanhar São Paulo. O Rio de Janeiro seguirá mais de perto, porém sempre em posição inferior, e os outros estados terão seu desenvolvimento industrial mais tardio e precário, como Minas Gerais. Como um dos desdobramentos acadêmicos desse movimento de crescimento industrial, cria-se ainda, em 1894, a Escola Politécnica de São Paulo, para dar suporte técnico e resolver os problemas do crescimento da cidade, incluindo a expansão ferroviária necessária. Esta Escola será responsável por trazer, em 1913, o engenheiro suíço Roberto Mange, um dos idealizadores do IDORT, que será tratado no próximo capítulo.

O século XX vem definir a Psicologia, que teve seu início nas Escolas Normais, sob a égide da pedagogia, que tem seu crescimento acelerado e fortemente atraído para o mundo do trabalho, com a possibilidade de sua participação no desenvolvimento do processo de industrialização do país. Esses fatos dão rapidamente à Psicologia, no século XX, a primazia sobre a pedagogia. Os testes e a psicomетria conquistam uma grande participação na industrialização do Brasil. Percebe-se e se aceita a técnica enquanto produto da ciência. Como tal, a técnica traz consigo argumentação de dimensão objetiva, apregoa a neutralidade e passa a assumir o poder de autoridade científica. Em outras palavras, mais especificamente, os conflitos de classes são dissolvidos com argumentação científica, com a participação ativa da psicomетria.

Descreve assim Americano (1957:104) o crescimento conseqüente da industrialização na cidade de São Paulo: “Nascia a cidade industrial. Do viaduto do Chá viam-se os bairros industriais do Bom Retiro e Luz. Do pátio em frente à igreja do Carmo na esquina da Rua com a Ladeira do Carmo, via-se todo o restante, Brás e Mooca”. Já em 1900, a cidade ganha bonde elétrico, começa o alargamento do perímetro urbano, a população cresce desordenadamente, aumentam os cortiços, algumas fábricas constroem vilas operárias, e o tempo passa a ser controlado pelo apito das fábricas. Com a diversificação das atividades produtivas, mudanças nas cidades, urgência no processo de urbanização, vive-se um período de eclosão de conflitos e situações que requerem um poder controlador, com a finalidade de reprimir os movimentos contestatórios. Neste contexto, a medicina social veio desempenhar um importante papel através dos projetos profiláticos de saneamento e higienização das cidades; tais ações são, em última instância, um exercício de controle sobre o comportamento dos homens e do povo, mediante a criação de modelos higiênicos de vida social, gerando mecanismos de manutenção da ordem estabelecida. Toda esta ação visava principalmente o contingente de trabalhadores, uma vez que seus movimentos eram considerados como agitação e classificados como patológicos.

Ora, nossa sociedade até então de caráter agrário-comercial-exportador trabalha para ingressar no aceleração do processo de industrialização e, para isso, a Psicologia tem uma contribuição assim descrita por Lourenço Filho (1929:3) no prefácio do livro de Leon Walther,¹⁸ *Techno-Psychologia do trabalho Industrial*:

“Nada mais característico de nossa época que a aplicação da ciência a toda actividade humana. Essencialmente experimentalista e pragmático, o homem de hoje tudo procura submeter ao domínio da experiência sistematizada, à verificação e controle científico. Essa tendência se manifesta no campo social, nas novas formas de educação, de prevenção do crime, de organização tributária. Mas é ainda no terreno econômico que encontra seus mais prementes problemas. Na verdade, o estado em que se veio a encontrar o mundo, depois da guerra européia, impôs aos povos cultos a necessidade de maior e mais rápida produção, para contrabalançar, tanto quanto lhes fosse possível, o desequilíbrio dos longos e terríveis anos de luta.”

¹⁸ A vinda de Leon Walter ao Brasil e sua inter-relações com a constituição da Psicologia brasileira será melhor explorada no capítulo sobre IDORT (São Paulo) e DOT (Minas Gerais).

O Brasil havia se declarado neutro na Primeira Guerra Mundial.¹⁹ Ao se prolongar o conflito e com a entrada dos Estados Unidos na Guerra, os governantes brasileiros sentiram-se em dívida com este país que sempre se solidarizara com o governo brasileiro, e o Presidente Venceslau Brás, em pronunciamento ao Congresso Nacional, em 26 de maio de 1917, justificado pelo torpedeamento do navio “Tijuca” e do “Panamá”, torna sem efeito o decreto de *neutralidade*. Ulteriormente o Brasil também passou a ser beligerante (17/11/1917), tomando as necessárias medidas de guerra com o decreto de *estado de sítio* comunicado aos governantes estaduais. Há um movimento de intensificação de intercâmbio entre os Estados Unidos e o Brasil em termos de conhecimento e de tecnologia, gerado a partir da vivência de parceria na Guerra. Industriais conhecidos como “industrialistas”, alguns ligados à Escola Politécnica, viajam para os Estados Unidos e conhecem os sistemas modernos de organização do trabalho, a psicomетria e a psicologia. Enquanto o processo de industrialização se acelera, também o processo de gerenciamento moderno é buscado, fundamentado nos progressos científicos da psicologia. Jorge Street, Roberto Simonsen e Paulo Nogueira Filho foram alguns dos mais destacados industriais representantes do empresariado brasileiro que defenderam e apadrinharam essas idéias. No final da década de 20, a cidade já assumia ares de metrópole, aumentava o número de veículos e os paulistanos mudavam seus hábitos de consumo. Dentre os intelectuais e industriais que aderem às novidades científicas da Psicologia do trabalho americana, está Monteiro Lobato. Os Estados Unidos anunciavam um novo homem, individualista, isolado no seu trabalho seriado, tendo seu trabalho, antes de ofício, transformado em emprego seriado. A formação deste novo homem também traduz o crescimento desta Psicologia atrelada à industrialização. Tal ciência psicológica é fruto das pesquisas do engenheiro Frederick Winslow Taylor, que, em 1911, publicou seu famoso livro *Princípios da Administração Científica*, em que propõe a racionalização da produção, a economia de tempo, a supressão de gestos e comportamentos desnecessários no processo produtivo. Sua teoria está baseada no cálculo do tempo necessário, que introduz o cronômetro na oficina; na criação de uma ciência do trabalho, com propostas de selecionar, treinar e ensinar cientificamente o gerente, a quem cabe aperfeiçoar o trabalhador. Também na cooperação

¹⁹ Para estudos mais detalhados dos documentos da história da Brasil pesquisar em: Therezinha de Castro, *História Documental do Brasil*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Distribuidora Record, 1968.

entre patrões e empregados com divisão eqüitativa do trabalho e das responsabilidades entre diretores e operários, acreditando que, com estes procedimentos, acabaria com as greves e lutas operárias. Toda esta ciência taylorista tem como princípio básico que, com relação às contradições políticas e sociais, a técnica é neutra.

A doutrina de Taylor foi ampliada na França por Henri Fayol, o que está registrado em seu livro *Administration Générale et Industrielle*. Aqui a novidade é o objetivo de administrar empresas no seu conjunto de estrutura hierárquica, colocando chefias em todos os escalões. Divide sua teoria em seis funções: administrativa, técnica, comercial, financeira, contábil e previdenciária, além de implantar cursos preparatórios para futuros chefes. Complementam essa nova visão psicológica do trabalhador e sua relação com o trabalho, os resultados das pesquisas nas fábricas de automóvel Ford, publicadas por Henry Ford em 1922 em *My life and my Work*, livro em que descreve procedimentos para aumentar produtividade e diminuir tempo de produção.

A racionalização científica do trabalho não “descobre” todos os procedimentos que propõe serem feitos, muitos dos procedimentos já eram empregados, mas a proporção usada, o emprego sistemático, a aceleração do ritmo, processo de mecanização do movimento com simplificação e padronização, são algumas das novidades criadas por este conjunto de autores. A racionalização científica tem rápida disseminação pelo mundo industrializado porque aparece durante a crise de penúria do tempo de Guerra e pós-Guerra. Quando explode, em 27 de julho de 1914, a Primeira Guerra Mundial, há uma aceleração da evolução das técnicas. Após a Guerra, ocorre uma redução da duração do trabalho que fez mais países adotarem o sistema de 8 horas diárias ou 48 horas semanais. A crise econômica de 1920-1922 gera estudos sobre os desperdícios nas indústrias. As crises sucessivas de inflação e deflação em alguns países, com transtornos monetários, criam campo fértil para a racionalização do trabalho. Então, os Estados Unidos lideram o movimento de máxima mecanização, com simplificação e padronização máxima, também.

A Psicotécnica, esta ciência que “se paga”, chega, não somente ao Brasil, mas a todo o mundo industrializado, com a força da verdade salvadora. São criados institutos para desenvolvimento de pesquisas, paralelamente as empresas assumem os encargos das pesquisas científicas; é criado o *Instituto Internacional de Organização Científica do*

Trabalho de Genebra, que funciona como principal sede central do movimento de racionalização. Este Instituto brevemente reconhecerá o IDORT como seu semelhante, já em 1932.

A partir deste ponto, retomo o meu projeto de narrar como se constituiu e se institucionalizou um campo da Psicologia, que teve o trabalho como objeto, no cenário anteriormente descrito. No próximo capítulo, escreverei sobre a criação do primeiro Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT.

CAPÍTULO III
***A constituição do IDORT (1931) na relação
com o avanço da modernidade – a presença
ativa da Psicotécnica e da Psicologia de
administração racional***

A presença ativa da Psicotécnica e da Psicologia da administração racional

Nada me deu tanto a medida da capacidade de organização do povo americano como a maravilha dessa segurança de controle que eliminou praticamente o homem. A máquina faz tudo.

Monteiro Lobato (1948:283)

O começo do século XX no Brasil mostrou uma grande movimentação em torno da educação e saúde, resultante de um crescente comprometimento com a formação dos novos trabalhadores. A organização da vida na cidade tornou-se complexa, incrementada pelo êxodo rural em busca de novos campos de trabalho, aumentando os problemas sanitários e urbanos. Para o enfrentamento dessas questões sociais a Psicologia esteve presente juntamente com a medicina, pedagogia e outras ciências, como saberes articulados aos poderes dominantes, na busca de soluções para as necessidades reais da vida social.¹ Para a expansão da indústria, o mercado de trabalho necessitava de mão-de-obra adequada aos novos ofícios, mas o país apresentava 85% por cento da população analfabeta. Mediante essa realidade emergencial o Estado tomou para si a tarefa de educar para o trabalho,² para posteriormente poder selecionar trabalhadores para as novas necessidades da indústria. A acumulação do capital financeiro, comercial e industrial concentrados nas mãos da burguesia rural e urbana, basicamente na Região Centro-Sul, traduz um crescimento desigual, típico do modo de produção capitalista ao qual o Brasil estava subordinado e começava a reproduzir internamente.

¹ O. Ianni, *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. O autor comenta que nesse período “[...]ocorre a metamorfose do capital agrário em capital industrial[...]”e que “a cafeicultura é o esteio último dos negócios”.

² Ramos de Azevedo. “Escolas Profissionais Mecânicas”, *Revista da Politécnica*, 1925, vol. 77, pp. 439-464. Neste artigo, em que descreve a formação das escolas profissionalizantes, Ramos de Azevedo escreve que: “Devido às profundas transformações sociais e à desmoralização evidente da nossa época, a manutenção da Indústria – um dos factores primordiais da preponderância de um país – tornou-se um problema essencialmente fisiológico-social” (p.439). Complementando mais adiante que: “para compensar o desfalque do tempo e de trabalho e as suas consequências económicas, é necessário procurar os meios de, por um trabalho acurado, perfeito e rápido, em que todo o movimento inútil seja eliminado, produzir melhor em um lapso de tempo mais curto”(p.440).

Até 1924 a industrialização se fez crescente, dependendo em muitos aspectos da agro-exportação.³

A dependência ao capital internacional que ditava as regras do jogo fez com que a industrialização ficasse restrita à produção de bens de consumo, onde a maquinaria e o capital necessários eram menores do que para a indústria pesada. Tal fato matinha o país dependente dos bens de capital (máquinas e equipamentos), que obrigatoriamente continuou a buscar nos Estados Unidos e Europa. Esses produtos que o Brasil começava a produzir eram considerados menos nobres pelos países fortemente industrializados, por isso deixados como “herança” para os países pobres e atrasados. Nessa realidade, o monopólio internacional foi assegurado aos grandes grupos multinacionais que obtinham altas taxas de lucros, garantidas pela grande exportação da força de trabalho. No panorama internacional, entre 1917-1923 ocorreu a primeira fase revolucionária do século XX, quando a Rússia aproveitou o momento promovendo sua revolução. Alemanha e Iugoslávia fracassaram nas tentativas revolucionárias. Internamente, a situação dos trabalhadores brasileiros, nesse período, estava insustentável e surgiram as primeiras greves a partir de 1917. Na década de 1920 ocorreram repressões policiais aos trabalhadores, em especial aos anarquistas, que na época tinham considerável número de folhetins e periódicos.⁴

Paralelamente ao movimento operário, segundo registro de Lourenço Filho (1946:140), desde o início da década de 20, a partir do Instituto de Higiene e da Escola Politécnica desencadearam-se estudos em torno da Fisiologia, Psicotécnica, Psicologia, Higiene Mental e do Trabalho. Um dos ramos de estudos focava a adaptação psicofísica do homem à máquina, tendo como meta aumentar o rendimento do trabalho, diminuir a fadiga e os riscos de acidentes e atingir novos níveis de disciplinarização e controle da força de trabalho. Esses estudos tiveram a primeira possibilidade de aplicação em 1923, quando o

³ R. Alencar, *História da sociedade brasileira*. São Paulo: Ao livro Técnico, 1979, p. 231. Alencar reflete que a industrialização nascia subordinada à economia agro-exportadora e ao capitalismo internacional, que continuava impondo limites ao desenvolvimento das forças produtivas nos países dependentes. Por isto a industrialização ficou restrita à produção de bens de consumo e continuávamos dependentes do capital internacional para as produções pesadas e maquinaria.

⁴ A esse respeito, destaca-se o trabalho de Cláudia F. Baeta Leal, que, em sua dissertação de mestrado defendida em 1999, no IEL – UNICAMP, analisa os periódicos anarquistas do início do século XX. Ver Cláudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em verso e prosa-Literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*.

Liceu de Artes e Ofícios criou um Curso de Mecânica Prática. Esse curso foi pioneiro no uso da Psicotécnica,⁵ resultante da necessidade de escolha de aprendizes aptos, em 1924. Tal curso foi motivado pela ausência de profissionais mecânicos para manutenção do crescente número de motores na cidade e nas fábricas. Na gestão de Ramos de Azevedo no Liceu de Arte e Ofícios,⁶ esse curso de Mecânica Prática, precursor do IDORT, foi criado e teve como responsável Roberto Mange,⁷ que trabalhou dentro dos princípios modernos de administração científica do trabalho. Em 1925, o curso estava tão ampliado que se transformou na Escola Profissional Mecânica, montada a partir da aplicação de métodos psicotécnicos e exames de aptidões.

Era preciso acelerar a formação dos trabalhadores brasileiros naquele período pós-guerra, quando “o progresso rapidíssimo das indústrias” e “a perigosa e nefasta diminuição das horas de trabalho” denunciavam a necessidade de caminhos novos. Nesse cenário Mange apontou como saída o “aproveitamento racional das aptidões físicas e psicofísicas” evidenciadas pelos testes de seleção e ensino racional.(MANGE, 1925:7-8). Tendo esse processo, nas palavras de Mange (1956:5-7),⁸ a colaboração do Laboratório de Psicologia Aplicada e da Escola Normal de São Paulo com as primeiras monografias dos

⁵ Osvaldo de Barros Santos. “Psicologia Aplicada e Psicologia em São Paulo”. *BOL. Psicol.* 1975-XXVI, 69, pp. 101-104. O autor conta que o termo Psicologia Aplicada, em princípio, estava restrito ao uso da Psicologia do trabalho, de seleção de pessoal, etc. Este termo nasceu da oposição à Psicologia tradicional, de índole filosófica ou especulativa do estudo da alma, da mente etc. No fim do século XIX descobriram a possibilidade de uso da Psicologia como instrumento útil na solução de diferentes problemas. Tais possibilidades de aplicação deram origem ao termo “Psicotécnica”. Cita o autor que, segundo Baumgarten, esta palavra foi forjada por Fechner, cabendo a Stern e a Munsterberg conceituá-la como “ciência de aplicação prática da Psicologia aos serviços da cultura”.

⁶ Está assim justificada a criação deste curso: pela necessidade crescente de mecânicos treinados que pudessem lidar com “milhares e milhares de motores de explosão ou elétricos” que anualmente entravam em São Paulo e que demandavam manejo, manutenção, conserto. O Curso de Mecânica Prática foi criado tendo como diretor do Liceu de Artes e Ofícios Ramos de Azevedo, que, aproveitando uma verba federal criou o referido curso. Esse foi entregue ao engenheiro Roberto Mange, que começou a aplicar seus estudos sobre racionalização do trabalho (RAMOS DE AZEVEDO, 1925, p. 4).

⁷ Roberto Mange (1885-1955) foi um engenheiro nascido em Genebra, Suíça, formado pela Escola Politécnica de Zurich; em 1910 veio para o Brasil contratado como professor da Escola Politécnica. Foi professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, participante da fundação do IDORT; organizou o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional; criou, em 1942, o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, onde esteve à frente da direção até sua morte, em 1955. Catálogo: AEL-IFCH-UNICAMP: **Arquivo Edgard Leuenroth** – Centro de pesquisa e Documentação Social.

⁸ R. Mange, “Evolução da Psicotécnica em São Paulo”. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, ano 8, março de 1956, n.1, pp. 5-7.

trabalhos sobre orientação profissional.⁹ Descreve Antonacci (1985:37) o lugar da Psicologia neste processo “[...]os métodos e os instrumentos da Psicologia e da Psicologia Industrial complementam os objetivos do taylorismo, formando trabalhadores para o novo tipo de trabalho e os novos níveis de uso da sua força de trabalho, e eliminando aqueles que não se conformassem a estas normas e padrões.”

Esta experiência educacional do curso de mecânica voltada para o trabalho que, em torno de 1926, já possuía resultados suficientes para ser transformada em Escola é apresentada aos industriais e aos poderes públicos.¹⁰ A Psicotécnica oferecia medidas científicas, estatísticas, cálculos, instrumentos científicos “neutros” (grifo meu) e suficientemente confiáveis que asseguravam aos representantes do poder público e privado que já possuíamos condições de promover um trabalhador cientificamente adequado às exigências de máxima eficiência com o mínimo de resistência. Também no ensino público a presença da doutrina taylorista se fez presente, na Escola Normal da Praça,¹¹ quando em 1925, com a visita do psicólogo Henri Piéron, foram desenvolvidos ensaios em torno de Orientação Profissional, Psicologia e Pedagogia. Essas inovações pedagógicas tiveram desdobramentos na renovação do ensino, tendo como um dos principais educadores adeptos da novidade Lourenço Filho, como já foi noticiado anteriormente.

Reunindo as inter-relações institucionais até então escritas aos trabalhos de Roberto Mange na Escola Profissional Mecânica, aos do Instituto de Higiene e do Trabalho, também aos de Lourenço Filho na Escola Normal da Praça e no Liceu Rio Branco, descortina-se um conjunto de concepções, idéias testadas, saberes acumulados, organizados nos padrões da nova cartilha para se atingir um fim – a modernização

⁹ Interessante e digno de nota o fato de tanto Mange (1956) quanto Santos (1975) citarem textualmente o fato de que o psicólogo argentino Henri Piéron desenvolveu uma escola experimentalista e esteve no Brasil influenciando o desenvolvimento da Psicotécnica e da Psicologia aplicada; trabalhou em parceria com sua esposa, também psicóloga, mas esta é sempre citada como “esposa”, não havendo registro do seu nome.

¹⁰ A evolução desta experiência está descrita por Monteiro Camargo (1928:3-4)

¹¹ Em 1914, sob a direção do psicólogo Ugo Pizzoli, diretor da Universidade de Módena, foi organizado um laboratório de Psicologia Experimental com aparelhos destinados à experiências em torno de sensações cutâneas, percepção tátil, acuidade visual, auditiva, olfativa, fadiga motora e mental, força muscular etc. Mas esse laboratório durou pouco, ficando desativado, retornando em 1925, com Henri Piéron. A partir de Piéron o movimento cresceu e chegou ao Liceu Rio Branco. Mas essas idéias de racionalidade não somente ao ensino influenciaram, também o mundo profissional, militar, o comércio, através de propaganda e publicidade, o campo da higiene mental e da psicoterapia, o judiciário etc. Ver *Psicologia e Psicotécnica* (publicação do Laboratório de Psicologia Experimental); São Paulo: Tip. Siqueira, 1927.

industrial do país. Para isso desenvolveram experiências sistematizadas de análise de decomposição do objeto de estudo em unidades para serem melhor observadas. Em seguida a recomposição das partes numa síntese, que será feita em uma nova composição dos elementos, sempre fiéis aos seus objetivos de melhoria da produção. Da síntese será desenvolvida avaliação com a meta de controle dos resultados alcançados. Essa sequência de procedimentos, tanto como método de trabalho quanto na construção dos instrumentos para consecução dos fins propostos, compreende desconstrução, captação do saber contido na tarefa e reconstrução nos moldes da meta.¹²

Em 1930 tem início um serviço sistematizado de seleção, orientação e formação de aprendizes com uso de testes de inteligência, de atenção, de coordenação motora etc. na Estrada de Ferro Sorocabana, sendo que pela primeira vez foi usado o teste de Rorschach. Este trabalho posteriormente será ampliado como Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, sob o comando de Roberto Mange, como foi noticiado em nota de rodapé nº 49.

Relembrando a motivação do movimento da medicina social para a criação do Instituto de Higiene,¹³ que veio normatizar a vida na cidade, os movimentos operários, acalmando as greves tidas como comportamentos desviantes ou como agitação, trouxeram a autorização para medicalização do operário insurgente. Essas intervenções de modelos higiênicos sempre incluíram na sua metodologia de ação conhecimentos e procedimentos da Psicologia como ciência afim.

¹² Antonacci (1985:41) declara que: “tanto pelos discursos dos industriais, quanto através da linguagem dos técnicos, pode-se concluir que a organização científica do trabalho articula no seu interior a expansão da produção com novas formas de domínio. Sendo assim, este movimento comporta uma nova política de organização/administração dos negócios e de gestão da força de trabalho, não sendo possível desvincular o aspecto econômico do aspecto político no contexto da subordinação/insubordinação do trabalho”.

¹³ O Instituto de Higiene, anexo à Faculdade de Medicina, propagava as idéias de higiene mental, inclusive as de higiene no trabalho. Tais idéias tiveram influência na Seção Paulista de Higiene Mental, na Sociedade de Biologia e na Sociedade de Educação. Lourenço Filho relata que médicos como Pacheco e Silva, Geraldo de Paula Souza, Benjamin Ribeiro, Moacyr Álvaro; engenheiros como Roberto Mange, Victor Freire, Aldo de Azevedo; juristas e administradores como Clovis Ribeiro e Francisco de Salles Oliveira e alguns educadores como Almeida Junior e Lourenço Filho aderiram a tais idéias e começaram a se reunir para estudos teóricos, mas rapidamente passaram da “doutrina à prática”. (Lourenço Filho, 1946:140).

Analisando este tema Antonacci (1985:34) declara que:

“a perspectiva de racionalização das atividades humanas, aparecendo de forma associada ao uso da Fisiologia e da Psicotécnica para obtenção do *The right man in the right place*, consistiu e expandiu-se a partir da aplicação dos princípios tayloristas revigorados pelo desenvolvimento de vários ramos da ciência”.

A proposta era dar um novo conteúdo ao trabalho, atualizar esse conceito, produzir novas práticas de ensino e de profissionalização, fazer do brasileiro um novo trabalhador apto ao atual tipo de trabalho. Para chegar a essa meta contavam com dois instrumentos: a psicotécnica como ciência básica capaz de selecionar os trabalhadores pelas aptidões através da análise das tarefas, da análise das tendências e disposições de cada candidato. Também o procedimento de selecionar e distribuir os aprendizes nas máquinas e ferramentas. Esses testes que permitem análise detalhada das tarefas e dos candidatos visavam encontrar “o homem certo para o lugar certo”,¹⁴ o que significava, também, trabalhadores dóceis porque prontos a aceitar as normas e orientações das chefias.

A burguesia pressionada pelos movimentos de resistência dos trabalhadores, que crescia ultrapassando os sindicatos para assumir a forma de partido político através do Bloco Operário e Camponês, avançou nessa nova direção descrita, em um esforço de conquistar uma posição no âmbito do próprio Estado.¹⁵

Todo este processo apontado até aqui, somado à crise econômica de 1929, multiplicado pelo processo inflacionário, também pelas dificuldades nas relações com o mercado internacional, agrava-se com a proletarização de grande contingente de trabalhadores e as disputas entre a nova burguesia urbana-industrial, o Estado, e a oligarquia cafeeira. É relevante a presença de trabalhadores imigrantes europeus que conheciam a militância sindical, as conquistas do movimento operário internacional, as notícias da Revolução Russa, bem como as más condições de trabalho no país, que

¹⁴ O ensino profissional em São Paulo nesse período está detalhadamente estudado no projeto “Formação do Trabalhador Assalariado Urbano 1900/1945”), Convênio FINEP/UNICAMP/IFCH/DH, na sua linha de pesquisa sobre Qualificação e Treinamento da Força de Trabalho.

¹⁵ Para este tema ver: a tese de doutorado de Antonacci (1985:50-65) e também Edgar Dedecca. *1930 – O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981:157-158. Este autor explica o significado da criação do CIESP como consequência da centralização da organização do movimento dos empresários que já vinham se organizando em pequenas associações, agora reunidas nesta central, resultando em um movimento de fortalecimento da classe. Demonstrando que a burguesia industrial, ao contrário dos trabalhadores que buscaram uma organização política, propõe interesses particulares como nacionais.

levaram à radicalização do movimento operário brasileiro. Essas condições geraram uma onda de inquietação que não tardou a desaguar no movimento político militar de 1930.¹⁶ Esses e outros acontecimentos políticos, econômicos e sociais foram responsáveis pelo movimento revolucionário de 1930, arquitetado pela república dos “fazendeiros”, representados na declaração “façamos a revolução antes que o povo a faça”, do governador de Minas Gerais, Antônio Carlos (SILVA,1992:85).Como resultado houve a deposição de Washington Luiz e a inauguração de outra fase da República. A figura política de Getúlio Vargas delineia a nova etapa da República e a conseqüente criação do conjunto de leis trabalhistas. Em destaque, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930). Frente a tal clima, que levou o país ao movimento de 30, os empresários sentiram-se ameaçados pela organização trabalhadora e buscaram formas de contenção desse processo. O Estado, associado à educação e à medicina com seu esquema de medicalização do trabalhador, como já foi apontado, continuava a explicitar a necessidade de elaboração de novas práticas de controle. Esse fato abriu espaço para a racionalização do processo produtivo, com a adoção dos princípios científicos na administração. Tais princípios surgiram como a solução mais moderna de enfrentamento do problema do controle, visando à docilização dos trabalhadores. A solução trazia na sutileza e na forma indireta de ação seus melhores trunfos.

A preocupação com a organização racional estava subordinada a um tipo de concepção que associava progresso econômico-social à possibilidade de controle racional planejado pelo Estado, em que aparecia a convicção de que o saber técnico-científico seria a salvação para as elites dirigentes. Esse acontecimento garantia, nos critérios racionalizadores da administração, mais segurança de poder para o capital, conseqüentemente justificando uma norma do poder público mais centralizadora. Essas elites tinham nos princípios tayloristas suas argumentações como recurso técnico-científico para aumentar a produtividade e o lucro, e para combater a “natural indolência” (*sic*) do

¹⁶ Mario Ângelo Silva. Psicologia e trabalho no Brasil, fundamentos para uma interpretação histórica. Tese de doutorado em Psicologia Social (mimeo) PUCSP, 1992. O autor analisa detalhadamente o cenário que resulta na Revolução de 30, apontando que a década de 20 prepara o terreno para tal acontecimento, tanto do lado dos trabalhadores, quanto do Estado e da burguesia. Nesta década há proposições de leis relativas a acidente de trabalho, estabilidade no emprego, pensão e aposentadoria, criação de Caixa de Aposentadoria e Pensões etc. Apesar de tamanha mobilização, é feito na imprensa um trabalho de desmobilização dos grupos organizados, em 1923.

trabalhador brasileiro. Como consequência conseguiram a certeza de sucesso às tentativas do Estado de supervisionar o movimento sindical trazendo a organização dos trabalhadores para a égide do Estado. (SILVA, 1992:87). Os setores “progressistas” da burguesia industrial passaram a ansiar por ver implantado no país o processo que viria a dar sustentáculo teórico ao projeto de modernização da sociedade brasileira. Neste movimento de registro da história da organização científica do trabalho vale noticiar a visita do psicólogo suíço, León Walther, especialista em Psicologia Industrial, que veio ao Brasil ministrar cursos e conferências patrocinado pela “Associação Comercial de São Paulo”, em 1929. Ele teve sua obra considerada por Claparède como “Taylor corrigido pela psicologia”. Claparède escreve que tanto a Psicologia quanto a Fisiologia foram chamadas a colaborar na organização das fábricas para maior eficiência, economia e melhoria das condições de trabalho “nesta obra tão benéfica quanto engenhosa” que dispensa outras apresentações.¹⁷ A vinda do psicólogo suíço, arauto da participação da Psicologia na racionalização do trabalho, foi parte do projeto da Associação Comercial de São Paulo que reuniu, em 1929, os grupos interessados nos estudos e ensaios da aplicação da Fisiologia e Psicologia industrial nos meios trabalhistas. O projeto de um Instituto com a finalidade de “retirar do trabalho humano, com o mínimo de esforço e risco, o máximo proveito...”, teve essa tentativa fracassada com a crise de 1929. Azevedo escreve sobre a finalidade desse Instituto apresentando-o como: “Associação de caráter técnico exclusivamente econômico, sem quaisquer fins políticos, partidários ou religiosos e sem ligação de espécie alguma com as várias doutrinas sociais sobre o trabalho – seu fim principal seria promover uma intensa campanha pela elevação do *standart of living* do brasileiro que trabalha, sem discriminação de classe e sem preocupações religiosas. Reunindo, congregando e paralelizando os interesses de todas as classes ativas da Sociedade [...] – a única condição exigida nessa associação para admissão no seu quadro social é, além da idoneidade moral, que o pretendente trabalhe [...]”

¹⁷ Antonacci (1965:41) cita que no prefácio da edição francesa da obra de León Walther, *Tecnopsicologia do trabalho industrial*, Editora Melhoramentos, 1929, p. 8, feito por Claparède, este considera que: “o princípio da racionalização do trabalho – Taylor corrigido pela psicologia, tal nos parece, em suma, a obra de Leon Walther, tão benéfica quanto engenhosa”.

“O Instituto Paulista de Eficiência não será, portanto, uma sociedade de classe; pelo contrário, será de união de classes em torno de uma finalidade única: O Bem Comum (AZEVEDO, In: FERRAZ DO AMARAL, 1961:11-12).

Este texto do seu idealizador, com os grifos do próprio autor, não deixa dúvidas quanto ao objetivo da associação: fazer do trabalhador um consumidor em potencial; para isso o trabalhador precisa ter uma compulsão ao trabalho; para ser aceito, necessita comprovar que trabalha. A idéia da “união de classes” revela a meta de docilização dos trabalhadores. A possibilidade de comprovação profissional acontecerá em 1932, com a criação da legislação trabalhista que inaugurará a carteira de trabalho. Mas, a Lei de Sindicalização, promulgada em 1931, traz um atrelamento da classe trabalhadora ao Estado, antes mesmo da conquista da carteira de trabalho. Essa Lei estabelece critérios para o reconhecimento dos sindicatos, fiscaliza a propaganda ideológica, tem caráter assistencialista, promove a intermediação entre os trabalhadores e Ministério, tendo este o papel de negociador de salário, das condições de higiene e trabalho, das melhorias de segurança de acidentes. A tentativa de organização de um instituto racionalista, em 1929, é abortada pelo clima de grande tensão que desaguou na Revolução de 1930. A iniciativa não vingou, mas o movimento de racionalização, ao contrário, se fortaleceu com mais esse grupo sensibilizado com os princípios da racionalização. No final desse ano, novo grupo, liderado por Aldo Mário de Azevedo, buscou apoio para a organização de um novo-velho “Instituto Paulista de Eficiência.” Esta idéia encontrou em Armando Salles Oliveira, presidente da Sociedade Anônima “O Estado de São Paulo”, e de expressivo grupo de industriais um entusiástico apoio. Dessas parcerias surgiu uma comissão para liderança do movimento com os nomes de Aldo Mário de Azevedo, Armando Salles Oliveira, Gaspar Ricardo Júnior, Henrique Dumont Villares e Luís Tavares Pereira.¹⁸

¹⁸ Antonacci (1985:90-91) relata que além desta comissão apadrinhada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, manifestaram apoio os seguintes empresários: Pandiá Calógeras, Roberto Simonsen, Antônio Carlos de Paula Souza, Francisco Vicente de Azevedo, Abelardo Vergueiro César, Olavo Freire, Luiz Suplicy, José Ermírio de Moraes, Gastão Vidigal, Nicolau Filizola, Luiz Tavares Pereira, J. C. Alvares Junior, Alfredo Braga, Bernardes de Oliveira etc. Também abarcou a comissão de técnicos que, em 1929, estava envolvida com a organização do antigo instituto, eram eles: Roberto Mange, Lourenço Filho, Monteiro de Camargo, Geraldo de Paula Souza e Damasco Pena.

Nada melhor do que as próprias palavras da historiadora do IDORT, Antonacci, (1985: 68)¹⁹ para descrever o cenário no qual foi criado:

[...] foi num contexto dominado por tensões sociais de toda ordem, com o operariado paulista formulando propostas alternativas para organização do processo de trabalho e do mercado de trabalho, que setores da burguesia industrial paulista, defendendo a retomada do desenvolvimento industrial sob a ótica do grande capital – concentração/centralização industrial e avanço da subordinação da força de trabalho – fixaram suas posições em torno das propostas de Racionalização.

Data de 23 junho de 1931, em uma assembléia com 94 sócios, no Salão Nobre da Associação Comercial, tendo como pauta dessa assembléia a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT e eleição da Diretoria e Comissão Fiscal, com mandato de um ano. Estão assim registradas as impressões desse dia no Relatório nº III,²⁰ da Diretoria: “Esse acontecimento foi muito bem recebido pela imprensa e pelo público, principalmente nos meios técnicos e intelectuais, que perceberam claramente que esta era uma “bandeira” que nascia em São Paulo, para desbravar as terras incultas desconhecidas e até então desprezadas da organização científica do trabalho”. Mais adiante, o documento acrescenta, às qualidades dessa “bandeira”, que ela chegou para “desbravar as terras incultas”, mas onde havia uma expectativa de que o crescimento financeiro se daria “com vigor” pois a “diretoria, bem como a maior parte dos sócios fundadores, entusiastas da Racionalização, esperavam, baseados na simpática expectativa com que se fundou a sociedade, que o quadro social crescesse inicialmente com certo vigor”.

¹⁹ Antonacci (1985:68-73) faz um exaustivo exame do discurso de Simonsen no Mackenzie College (1931), publicado sob o título de “As Finanças e a Indústria”, em que aborda a situação das indústrias nos Estados Unidos e na Alemanha, refazendo o caminho dos industriais em torno do Taylorismo, Fordismo e Racionalização como forma de gestão científica do trabalho. Concluindo que o trabalho racionalizado, reorganizando a sociedade, absorveria as formas de representação política, recompondo a nova ordem à sua imagem e semelhança, portanto a nova ordem social nasceria à feição do trabalho cientificamente organizado. Mostrando que numa perspectiva evolucionista, os industriais entenderam que, racionalizadas as partes, naturalmente se atingiria a nova ordem. Cita, na nota de rodapé nº 116, parte do discurso, em que Simonsen diz textualmente que: “para intensificar o uso da força de trabalho; introduz a psicotécnica para conformar a força de trabalho às novas necessidades e condições de seu uso e desgaste” e aprecia a vida social “dentro de fórmulas técnicas cientificamente determinadas”. Mostrando que há neste movimento um esforço de enquadrar as necessidades da sociedade à nova lógica da produção e reprodução.

²⁰ Relatório nº 3, referente ao 1º ano de existência do IDORT para Assembléia Geral de 30/6/1932, pp. 1-9. Arquivo Edgar Leueuroth, IFCH-UNICAMP

Nas palavras do seu biógrafo, Ferraz do Amaral (1961:14), é assim descrita a fundação: “instituição técnico-científica foi organizada seguindo iniciativas de associações congêneres na França, Inglaterra, Suíça, Alemanha, Itália, Estados Unidos, com seus estatutos moldados nos do Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho, que, com sede em Genebra, centralizava o movimento de racionalização do trabalho”.

O IDORT, resultante da junção desses vários grupos de técnicos e empresários que por uma década vieram se fortalecendo e acumulando experiências, apadrinhados e com sustento financeiro, na sua fase inicial, do jornal *O Estado de S. Paulo*, constituiu-se numa entidade com a finalidade de implantar os processos racionalistas de trabalho em andamento nos grandes centros industriais e de articular os espaços de implementação do taylorismo no Brasil, em um momento de redefinição das estratégias de poder social.²¹

O entremeio das duas guerras mundiais, a redefinição internacional das prioridades dos grandes países industrializados e, internamente o final da Revolução de 30, o revigoramento dos grupos formados por empresários, economistas, engenheiros que na década de 1920 já haviam ensaiado outros movimentos de organização científica do trabalho, geram as condições necessárias para tal criação. O IDORT, ao qual se filiava a maioria dos psicólogos do trabalho, desenvolveu largo programa de divulgação dos chamados “ métodos racionais” de trabalho e de administração.²²

Entretanto, quanto às leis trabalhistas, estas só serão consolidadas na Constituição de 1934. Essas leis, afirmadas na Constituição, visavam manter sob controle político e administrativo as organizações operárias e sindicais. No entanto, a sistematização e implantação das leis de direito e de fato só vieram a acontecer em 1943, com a

²¹ O artigo 1º dos estatutos reza que o Instituto é uma “sociedade civil de intuitos não econômicos”. Constituiu-se com “o objectivo de estudar aplicar e diffundir os metodos de organização scientifica do trabalho”. Com isto tem o intuito de “aumentar o bem-estar social”, por meio do “acrescimento da eficiencia do trabalho humano, em todos os seus ramos”, expresso no “maximo proveito quer para o individuo, quer para a colletividade.” Edital da *Revista do IDORT* nº I, anno I, IDORT (1932)

²² A sequência da evolução da psicotécnica é descrita por Santos (1975), já aqui citado, indo seu acompanhamento até 1974, com a criação do Conselho Federal de Psicologia (1973) e os Conselhos Regionais de Psicologia (1974) mostrando como o movimento da Psicotécnica influenciou na regulamentação da profissão de psicólogo. Também em 1931, Lourenço Filho cria o Serviço Público de Orientação Profissional em São Paulo, transferido depois para o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, dirigido por Noemi Silveira Rudolfer.

Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Como resultado deste processo de tutelagem do Estado aos sindicatos, que viviam com os recursos do imposto sindical compulsório referendado pela Lei, os sindicatos se afastaram dos seus objetivos, distanciando-se das bases e sem conseguir uma percepção do movimento como um todo. (SILVA, 1992:90-93).²³ Mas, apesar da evolução tão rápida do conjunto de leis trabalhistas nesse período em torno da criação do IDORT, as questões de saúde do trabalhador foram pouco consideradas nessas leis trabalhistas e nos programas de políticas sociais, somente aparecendo onde interferiam na produção e reprodução da força de trabalho e de acumulação. Acompanhando a reflexão de Silva (1992:92), temos que:

a relação saúde-trabalho tem como condicionantes básicos as condições gerais de vida, as relações de trabalho e o próprio processo e organização do trabalho; as doenças que afetam as classes trabalhadoras relacionam-se diretamente com as condições determinantes pelo padrão e volume dos bens de consumo coletivo, definidos e administrados pelo Estado, e com as condições que incidem sobre os padrões de consumo individualizado, condicionados pelos salários diretos e indiretos, responsáveis pela sobrevivência do trabalhador e de sua família.

Menções à saúde apareceram, até aqui, como fatores secundários, apesar das condições de vida e trabalho terem ligações diretas com as classes sociais, podendo-se observar níveis diferentes de acesso à saúde e diferentes riscos de doenças e acidentes de trabalho acontecerem. A garantia de condições mínimas de sobrevivência foi conquistada pelos movimentos operários sindicais, ao longo da história, apesar do trabalho e saúde permanecerem como aspectos perversamente dissociados na esfera das relações de trabalho no Brasil. A racionalização científica do trabalho tem como preocupação, em termos de “saúde” o estudo da fadiga, mas seu objetivo primeiro está na produção. Vejamos: o taylorismo e o fordismo desenvolvidos e absorvidos por vários setores da sociedade civil, militar e pelo Estado resultaram nos desdobramentos em termos de constituição e controle do novo tipo de trabalho e de trabalhador subordinados à Fisiologia, Psicologia, e

²³ Mário Ângelo Silva (1992). Em sua tese de doutorado, já citada, desenvolve uma reflexão sobre a evolução das leis trabalhistas e o processo de implantação da Psicologia no mundo do trabalho, através de uma pesquisa exaustiva em periódicos.

Sociologia, resultaram nas propostas de Racionalização do capital e do trabalho, da sociedade e do Estado. A generalização da cartilha racionalizadora pretendia uma sociedade racional e, para tal intento, faziam-se necessárias novas formas de instituições que agrupassem profissionais e pensadores reunindo a ciência e a técnica, o capital e o trabalhador, o público e o privado, em movimento de poder e saber. Seu reconhecimento internacional ocorreu ainda no mesmo ano, e está assim registrado: “o Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho de Genebra reconhece, em data de 1º de outubro de 1931, como seu correspondente oficial neste Estado o Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo”.²⁴

Com elemento catalisador de diversos grupos de diferentes interesses o IDORT foi abrindo espaço para desdobramentos ou criação de novos institutos e órgãos específicos, como Instituto de Psicologia, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes, Conselho de Higiene e Segurança do Trabalho, Instituto de Administração, Fundação Getúlio Vargas, DASP, SENAI etc.²⁵ A esta lista de descendentes Antunes (1991:236-237) acrescenta a criação da Escola Livre de Sociologia Política de São Paulo e da Universidade Estadual de São Paulo (USP). Esta vasta lista de participações ativas dos meios empresariais e intelectuais revela que todas estas instâncias tiveram em maior ou menor grau relações com a Psicologia e com as práticas decorrentes desta. A estrutura organizacional do IDORT buscou contemplar os diferentes grupos que o compunham e sua revista, iniciada em 1932, foi dividida por assuntos que agrupam os incentivadores de cada área presente.²⁶

²⁴ Relatório da Diretoria, anno I, nº 3, pp. 1-9, 1931-1932. Arquivo Edgard Leuenroth – IFCH-UNICAMP.

²⁵ Relata ainda Antonacci (1985) que além destes desdobramentos houve participação das idéias do IDORT no Instituto de Engenharia e nas escolas de engenharias, no Gabinete de Resistência de Materiais (que se transformaria em Instituto de Pesquisas Tecnológicas em 1934); também em 1934, as organizações ferroviárias criariam o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional.

²⁶ A comissão de redação da revista estava assim composta: Assuntos Gerais do IDORT: Armando de Salles Oliveira, Clóvis Ribeiro e Brenno Ferraz. **Organização do Trabalho Administrativo**: Aldo Mário de Azevedo, Roberto Simonsen e Domicio Pacheco e Silva. **Orientação Profissional**: Victor da Silva Freire e Noemy Silveira. **Seleção e Educação Profissional**: Roberto Mange e Monteiro Camargo. **Tecnopsicologia do Trabalho**: Roberto Mange e Giuglio Genta. **Higiene do trabalho**: Geraldo de Paula Souza e Antônio Carlos Pacheco e Silva. (*Revista do IDORT*, nº1, janeiro de 1932)

Assim, temos que o IDORT criou uma estrutura com duas Divisões. Aparece na 1ª Divisão: *Organização Administrativa do Trabalho*, um espaço que tomou para si o encargo das questões referentes à concepção do processo de trabalho, quanto à divisão e especialização de funções, definição e demarcação de tarefas, simplificação e padronização da produção e do produto, previsão e controle, almoxarifado e estoque, enfim, desenvolveu uma burocratização do processo de trabalho através dos princípios tayloristas na administração de negócios e dos serviços públicos. Ora, para conseguir seu intento, esta 1ª Divisão necessitava requalificar o trabalhador, justificando, por esta necessidade, a parceria com a 2ª Divisão: *Organização Técnica do Trabalho*, que cuidou de assuntos referentes à Orientação, Seleção e Educação Profissionais, Tecnopsicologia do Trabalho e Higiene do Trabalho.²⁷ Assumirá, ao lado de outras áreas do conhecimento, a função de sustentáculo científico dos novos métodos administrativos, mas será ela uma ciência fundamental para justificar e legitimar as novas medidas no plano teórico e subsidiar as novas práticas com o conjunto de técnicas por ela fornecido. É sobre o “fator humano” da administração científica que a ação da Psicologia, sobretudo no que diz respeito à seleção de pessoal e orientação e instrução profissional, que a importante contribuição da Psicologia incidirá. Neste espaço de crescimento a Psicologia tornou-se não apenas um campo teórico de fundamentação, mas *produtora de tecnologia auxiliar à aplicação dos princípios tayloristas da administração e racionalização do trabalho*. É possível ver nessas duas divisões e no entrelaçamento entre elas que na primeira divisão estavam os empresários e na segunda os técnicos e intelectuais. No primeiro relatório da Diretoria, isto, é, da 1ª Divisão, lê-se que “... na fundação não contavam com um capital inicial, a Diretoria fez um “adeantamento” à caixa do Instituto na importância de R\$5000\$000 obtidos por contribuição dos Diretores”. Logo adiante, neste mesmo relatório, está registrado que quanto à 2ª Divisão “... nossos agradecimentos ao Dr. Roberto Mange que exerceu com grande proficiência e sem remuneração alguma o cargo de Diretor Técnico”, reconhecendo em seguida que o período era conturbado, revolucionário e portanto de difícil administração financeira mas, continuam os Diretores, “temos razões para crer e admitir que a 2ª Divisão seja mantida d’aqui por diante com a própria renda”.²⁸ Os

²⁷ A Tecnopsicologia se dedica à adaptação da máquina e do ambiente fabril ao homem e a Psicotécnica, à adaptação do homem à máquina.

²⁸ Relatório da Diretoria, anno I, nº 3, pp. 1-9, 1931-1932. Arquivo Edgard Leuenroth – IFCH-UNICAMP.

técnicos da 2ª Divisão na relação com os diretores da 1ª Divisão reproduzem a relação capital–trabalho, e, pela clareza como os diretores se referem aos técnicos, não restam dúvidas de que suas palavras revelam uma reprimenda seguida de um aviso das expectativas de rendimentos para o futuro. Na conclusão do relatório expandem estas expectativas para toda a nação quando afirmam que “Eis o problema em linguagem clara. Cada vez mais nos convencemos que só pela generalização dos processos da Racionalização é que nosso paiz se levantará economicamente”. Tais palavras dispensam outros comentários, e podemos agora nos ocupar dos instrumentos desta ciência “que se paga”, a psicotécnica.

A psicotécnica e a tecnopsicologia complementam-se, pois tratam de dois aspectos de um mesmo problema – a racionalização do trabalho, da qual procede o taylorismo. Ora, o estudo científico do trabalho se ocupa do estudo dos tempos e movimentos, da cronometragem dos seus elementos e da decomposição em tarefas mais simples, da captação do saber dos ofícios dos homens como também é da administração científica estudar qual a melhor ferramenta para que o trabalho seja feito em menor tempo, com menor custo, portanto, com maior lucro. O taylorismo se ocupa de captar o saber da técnica separada do trabalhador para, com este saber, desenvolver ferramentas que substituirão este produtor do conhecimento – o trabalhador.

Estas instâncias foram planejadas separadamente, segundo o discurso de fundação do IDORT, (AZEVEDO, In FERRAZ DO AMARAL, 1961:38) pois foram programadas em “caráter absolutamente diferente”. À 1ª divisão serão subordinadas as relações entre os sócios, estudando, encaminhando, promovendo intercâmbio de idéias e experiências da administração geral. Enquanto da 2ª divisão esperavam que: “trabalhará tecnicamente por meio de agentes especialistas no próprio campo de execução do trabalho, estudando e resolvendo cada caso de per si”.

Ora, apesar de programadas distintamente, estas divisões, desde sua origem trabalharam obedecendo os preceitos da racionalidade, portanto, irmanadas a um mesmo objetivo, mas com funções complementares e hierarquizadas, como já vimos. Este tema chegou a merecer destaque do primeiro editorial da *Revista do IDORT*, que diz: “É o

método, que é tudo em assunto de Organização Racional, não é outro senão o que Descartes definiu e que se resume nos seguintes preceitos:

- 1º Não aceitar como verdade nada que não seja conhecido, evidentemente, como tal;
- 2º Dividir as dificuldades em tantas parcelas quantas possamos;
- 3º Conduzir ordenadamente os pensamentos, indo por graus do simples ao composto;
- 4º Proceder a desdobramentos tão completos e revisões tão gerais que estejamos seguros de nada ter omitido.

Diante de um problema, analisá-lo. Depois dessa análise, a síntese. Assim, a racionalização aplicável a uma dada sociedade. Seria pouco racional aceitá-la de alto a baixo. Não seria nada científico.²⁹ Esta é a clara proposta de análise, decomposição e síntese dos elementos do processo de trabalho, tendo como resultante deste processo de análise, decomposição e síntese a “racionalização aplicável a uma dada sociedade”. Apregoando que para ser científico é necessário “não aceitar de alto a baixo”, justificando, com tais argumentos a tomada de posse do saber-fazer do trabalhador, para reorganizar todo o processo de acordo com os interesses e necessidades do capital.

Tendo em vista que a história do IDORT, estruturada inicialmente nos moldes da Taylor Society dos Estados Unidos da América, o Instituto não obteve a expansão esperada em número de sócios, nos primeiros dois anos; muitos o consideravam responsável pelo crescimento do desemprego na época. O relatório da 1ª Divisão para o iniciado entre 1932-1933³⁰ mostra que: “realizamos no anno que finda um auspicioso progresso no augmento do nosso quadro social, graças à diffusão das idéias que se consubstanciam em nosso programma e à dedicação de alguns dos nossos associados que têm desvelado na propaganda do Instituto entre amigos, aqui, no Rio, em Belo Horizonte e

²⁹ Editorial. “*O que somos*”, *Revista IDORT*, nº 1, jan. 1932, p. 2.

³⁰ Relatório da Diretoria, anno II, nº 4, pp. 151-153, 1932-1933 . Arquivo Edgard Leuenroth – IFCH-UNICAMP

em outros centros de cultura intelectual”. Em seguida, o relatório mostra que o quadro de sócios passou de 158 do ano anterior para 250. Estes dados também revelam que o IDORT ganhou pela primeira vez sócios em outros estados, em especial nos três estados focalizados nesta tese. Suscintamente dá notícias da 2ª Divisão reconhecendo que os tempos difíceis do período de revolução ainda interferem nos trabalhos, mas que “estamos a 8 meses com um tecnico na Fabrica de Tecidos em Guaratinguetá”. O clima do relatório continua sendo de expectativas com relação a maiores progressos na 2ª Divisão. Já o Relatório nº 5, referente ao quarto ano do IDORT,³¹ inicia justificando a eliminação dos sócios inadimplentes por um ou mais anos, o que explica a permanência do mesmo número de 250 sócios, apesar de terem chegado novos. Este procedimento é justificado como lamentável, entretanto necessário porque senão “trataríamos igualmente os sócios contribuintes pontuaes e os refractarios”.³²

No ano seguinte, 1934, após cinco meses da nomeação como interventor, no Governo Constitucional do Estado, o Sr. Armando de Salles Oliveira decretou o IDORT de Utilidade Pública e, no mesmo decreto, lhe conferiu “auctorisação para realizar os estudos de Reorganização administrativa do Governo do Estado”, com contrato o valor de três prestações de 25 contos, em um momento do relatório. Em outro, está registrado que “o governo do Estado auctorisava o IDORT a fazer estudos para a reorganisação da administração publica cujas despesas correriam por conta do credito constante do orçamento (Rs.75:000\$000)”.

Logo em seguida são assim analisados esses acontecimentos: “[...]ato justo, confirmatório de uma verdade coerente com princípios, inatacável sob qualquer aspecto[...]”, interpretado por alguns como “favor, um obsequio que o presidente do Instituto lhe concedeu aproveitando a oportunidade de accupar o cargo de chefe do governo estadual”. Mostra também que o IDORT já havia feito outros serviços para o estado anteriormente.

³¹ Relatório da Diretoria, anno III , nº 5, pp. 1-6, 1933-1934 . Arquivo Edgard Leuenroth – IFCH-UNICAMP.

³² Nesse momento da Instituição o quadro de sócios está assim constituído: 196 na capital (São Paulo), 50 na capital federal (Rio de Janeiro), 10 em Minas Gerais, 3 no Paraná, 3 no Rio Grande do Sul, 1 no Espírito Santo. Também mostra que os engenheiros são a profissão com maior número de sócios, analisando que “é um indice flagrante de afinidade da sciencia da organização e da administração com a engenharia”. Idem, p. 3. Nota: é necessário registrar que no mesmo relatório o número de sócios varia de acordo com o parágrafo. Por exemplo, aqui aparece que dos 298 sócios individuais, 110 são fundadores. Na ata de fundação consta que eram 94 fundadores.

Enquanto o Sr. Armando de Salles Oliveira acumulava os cargos de presidente do IDORT e interventor no Governo Paulista, em 28/3/1934, foi criado, “pelas principais Estradas de Ferro, sob o patrocínio do Governo do Estado e com a coordenação do IDORT, do Centro de Ensino e Seleção Profissional para ferroviários. Bem recebida, elogiada pela imprensa com aplausos, mas lamenta terem silenciado o nome do IDORT”.

Sua atividade foi redirecionada para a organização administrativa racional do aparelho estatal de São Paulo, e posteriormente Paraná, Pernambuco e Goiás, com o projeto RAGE – Reorganização Administrativa do Governo do Estado. O destino de nacionalização do IDORT já estava anunciado quando, em nota de rodapé nº 57, foi refletido que a burguesia propõe interesses particulares como nacionais.

No seu quinto ano, o Instituto já anunciava, em relatório anual³³ ser desejo de alguns sócios criar uma agência do IDORT na Capital Federal, mas que o número de sócios ainda era pequeno. Nomeiam, na capital, o Sr. Oswaldo B. de Azevedo como representante, ficando a cobrança e distribuição da revista por conta, em caráter experimental, da empresa “A Distribuidora”.

Pela primeira vez o balanço contábil revelou um saldo positivo, mas alertam que “saldo positivo não é lucro”. Analisam que este saldo vem do crescimento do número de sócios, que está em 423, com previsão de chegar à meta de 500 até o fim daquele ano (considerada esta meta o *minimum minimorum* da diretoria); também é proveniente dos serviços ao Governo, mas que é preciso reinvestir no IDORT.

As notícias da 2ª Divisão aparecem, em tom diferente, nesse relatório. Apresentam assim a realidade do ano: “ficou reduzido ultimamente à colaboração com outros centros de actividade nos assumptos que constitue seu programma especializado”. Para logo em seguida dizerem que o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional estava em pleno funcionamento.

O casamento do IDORT com o Estado já estava consolidado. Ao invés do tom de censura da Diretoria para a 2ª Divisão pelos poucos projetos desenvolvidos, aparece um ar de justificativa e paternalismo para com os técnicos idortianos. Em suas próprias palavras: “a atividade da 2ª Divisão, ou melhor, a oportunidade para sua intervenção,

³³ Relatório da Diretoria, anno IV, nº 6, pp.1-7, 1934-1935 . Arquivo Edgard Leuenroth – IFCH-UNICAMP

decorre, em geral, da actividade da 1ª Divisão, que, a bem dizer, elaborando a organização administrativa, é que prepara o terreno para a introdução da organização tecnica”. (grifos do autor). O fato da 1ª Divisão estar inteiramente dedicada aos trabalhos já referidos contribui forçosamente para a redução das atividades da 2ª Divisão. A administração racional do trabalho com divisão entre os que pensam e os que executam estava implantada no Instituto, e, com a incorporação do IDORT pelo Estado, os técnicos passaram mais ainda a executores.

Considerando que, para o propósito desta pesquisa de análise da Psicologia que se instalou no mundo do trabalho no Brasil, também a existência de pesquisa histórica da Psicotécnica, , de outras instituições e universidades acrescidas de pesquisas específicas sobre a trajetória das experiências de Roberto Mange (ACAEL,1990:30),³⁴ e outras já aqui citadas, concentrarei, a partir daqui, a leitura reflexiva sobre a participação, a contribuição e a formação da Psicologia que foi-se implantando, via IDORT, mediante análise dos primeiros relatórios de atividades da 2ª Divisão, esta coordenada pelos psicologistas.

Esquadrinhando o trabalho desenvolvido pelos psicologistas do IDORT:

A FÁBRICA DE LOUÇAS CERAMUS

Para fazer esta leitura do relatório do trabalho desenvolvido pelos psicologistas do IDORT é importante relembrar alguns conceitos que foram apresentados no plano metodológico desta pesquisa. Como o Campo³⁵ foi constituído neste projeto? Conceituando Campo como um espaço coletivo, “onde há os dominantes e os dominados, seus conservadores e sua vanguarda, suas lutas subversivas e seus mecanismos de

³⁴ ACAEL – Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social – IFCH-UNICAMP. O acervo do IDORT compõe-se de documentação produzida pelo projeto RAGE, a coleção de *Revistas do IDORT* e relatórios institucionais. O Inventário analítico da documentação produzida pelo IDORT foi organizado por Maria Aparecida Remédio e Maria Aparecida Rago (colaboradora). A coordenação foi de Ricardo L. C. Antunes. A estrutura está dividida em três itens: aspectos organizacionais; aspectos ligados a seleção e formação de profissionais e a higiene e segurança do trabalho; e relatórios.

³⁵ A teoria de Bourdieu tenta superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, ator *versus* estruturas através da mediação entre dois métodos epistemológicos opostos: a fenomenologia e o objetivismo. Para este autor os conceitos complementares de Campo e *Habitus* trazem sempre uma relação inconsciente, um conjunto de crenças, referenciais ou mesmo um “capital de técnicas” que regulam o funcionamento de um Campo constituindo o *Habitus* do mesmo. (FRANCO, 2000: 40-41)

reprodução[...]” (BOURDIEU, 1990:169), as práticas podem ser estudadas a partir das estratégias de conservação ou transformações de uma sociedade, onde as relações de poder definem uma distribuição desigual de um capital social. O campo científico não é diferente do social, obedece a essa regra de luta pelo monopólio da autoridade, que pode ser reconhecida na capacidade de outorgar legitimidade a determinado discurso científico, estabelecendo o que é ou não científico, que determina, por sua vez, a posição que o indivíduo ocupa nele. Neste espaço do Campo, onde o capital científico é disputado, os técnicos do IDORT, em novembro de 1931, deram início ao primeiro trabalho da 2ª Divisão, a pedido do diretor técnico da Companhia Paulista de Louças Ceramus, o Sr. Francisco de Salles Vicente Azevedo, um dos fundadores do IDORT. Este trabalho teve como objetivo a aplicação dos princípios da racionalização do trabalho, no estudo detalhado sobre “a fabricação de pratos referente ao torneamento, pesquisando aí os meios susceptíveis de melhorar o produto, tornar sua manufatura mais econômica, aumentar a capacidade de produção do conjunto máquina/operário e reduzir a fadiga do operário” (GENTA, 1932:4).

Para conquistar os objetivos propostos de encontrar “os meios susceptíveis de melhorar o produto e tornar sua manufatura mais econômica”, o trabalho foi dividido em duas fases, baseado em um projeto científico e racionalizador, para “aumentar a capacidade de produção do conjunto máquina/operário e reduzir a fadiga do operário”, assim apresentadas:

- 1ª) racionalizar o método de fabricação no torneamento;
- 2ª) adaptar o torno ao operário e este ao trabalho que dele é exigido; aquela de caráter mais técnico, esta essencialmente psicotécnica (p. 5).

Esta proposição de trabalho mostra que os conflitos entre o público e o privado são constante e incessantemente reformulados pela teoria política. A expansão do mercado, o aumento de produção, a explosão das técnicas que impulsionam o crescimento do consumo e do intercâmbio, geram “os meios susceptíveis de melhorar o produto”. Para isto o trabalho necessita de disciplina através do controle do tempo, de um tipo de organização do espaço, e de controle por vigilância, com o objetivo de formar um saber sobre. Os novos

meios criados vêm carregados de novos discursos, e “o discurso se tornará o veículo da lei: princípio constante da recodificação universal”.(FOUCAULT, 2002b:93). Os discursos ganham *status* de ciência autorizando aumentar um poder direto e físico que os homens exercem uns sobre os outros. A tecnologia da psicotécnica, que gera os meios de melhorar o produto, não gera com igual empenho os meios de melhorar a vida do homem, pois como laboratório de poder exclui e inclui. O saber e o poder são modos de produção da verdade, verdade que é sempre histórica, por isso composta de descontinuidades e de contínuos. É nessas rupturas das práticas discursivas que Foucault nos propõe ler a história, nas positivities dos discursos, onde brechas nos permitem ver o que não foi dito no que está dito, numa leitura a contrapelo, para usar uma expressão benjaminiana.

Na primeira etapa do serviço, os técnicos estudaram formas de diminuir o número de pratos defeituosos, através de experimentos com o objetivo de eliminar procedimentos inconvenientes observados. Em um movimento arqueológico busco como o saber científico, mais especificamente o saber das ciências humanas, invadiu o saber/fazer do artesão desautorizando seu poder como não verdadeiro, como já dito. Para Foucault o saber são todos os discursos que possuem “positividades”, independente de sua classificação como científico, filosófico, artístico, religioso etc. A verdade não é universal, pois ela tem como centro gerador um conjunto de regras que são históricas, portanto diferenciáveis, que nos orientam na distinção entre o que é considerado falso e o verdadeiro. Ao que recebe o *status* de verdadeiro premia-se com o poder (MUCHAIL,1992).

Então, sobre este conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva – *o saber* – podemos perguntar como este se tornou verdadeiro. Como o saber-verdade, se constituiu em detrimento de outros?

Nesta pesquisa na fábrica Ceramus, um ponto de destaque é o estudo feito na ferramenta de uso comum de torner – a “esteca”. Apesar de ser de uso comum, a esteca dependia da habilidade do operário ajustador, por isso foi substituída por uma ferramenta de torner de “perfil constante”, para que o torno pudesse “manter sempre o mesmo perfil, independente da habilidade do ajustador” (GENTA, 1934:5). Aqui vemos como o poder foi definido, nessa sessão da fábrica de pratos, e como a positividade do poder gerou saber.

Este poder não cria somente efeitos negativos como exclusão, repressão, censura, etc., é também produtor de campo de objeto, realidade, rituais de verdade (FOUCAULT, 2000:172).

É apresentada uma justificativa que esclarece definitivamente as soberanias da nova ferramenta quando o relatório diz: “A ferramenta de ‘perfil constante’, cujo emprego em máquinas-ferramentas é bastante conhecido e adequado especialmente à fabricação em série, constitui novidade na sua aplicação ao torneamento de pratos”.³⁶

A antiga “esteca”, instrumento do artesão e do seu ofício, substituída pela ferramenta de “perfil constante” introduz na fábrica a “fabricação em série”. Traz as vantagens de trabalhar mais rápido que o operário, dispensa a mão-de-obra especializada, e, eliminando os erros humanos, garante a modernização da fabricação estandardizada da produção em série. As formas tradicionais de organização do trabalho, de conhecimento dos “segredos” da fabricação, que era domínio do trabalhador/artesão, do quanto ajustar a “esteca” no torneamento da produção dos pratos, quantos operários eram necessários para tal produção, estavam fora do alcance do empregador, constituíam o saber/poder do trabalhador. Quando as formas tradicionais foram substituídas por uma máquina de “perfil constante” que simplificava, uniformizava, automatizava, o operário tornou-se coadjuvante da máquina. Esta estandardização do trabalho humano, “fruto do pensamento moderno avança naquela direção em que o outro do homem deve tornar-se o mesmo que ele” (FOUCAULT, 2002:453), obedecendo a este pensamento moderno voltado para o retorno, que visa eternizar o mesmo, a repetição.

A padronização obtida na produção em série, através da transferência do saber/fazer de ajuste da “esteca” para a máquina de “perfil constante” retirou do trabalhador o saber/poder de subordinação da “esteca” transferindo para o empregador o direito de intensificação do trabalho e a massificação da produção e do mercado de trabalho. E ao operário restou a função de acompanhar a máquina no seu ritmo.

³⁶ G. Genta, op. cit., p. 4. (grifo no original). A execução prática desta ferramenta foi entregue à oficina mecânica de Mário Babbini & Irmãos - SP.

Nossa sociedade produz este aparato de saber e poder com a finalidade de disciplinar e normatizar. Até aqui, através da arqueologia pudemos analisar como o conhecimento se deu, e com a genealogia vimos como este saber gerou poder. Mas o sujeito até aqui permaneceu assujeitado, portanto sem saída.

Preparado o terreno com as mudanças implantadas na primeira fase deste trabalho é possível começar a análise da segunda etapa, que trata da intensificação do ritmo do trabalho, isto é, a adaptação do torno ao operário e deste ao trabalho, o que é território da Psicotécnica. Começaram os técnicos “psicologistas” estudando e analisando o tempo gasto na fabricação de um prato. Para isto foi necessário a decomposição do total de tempo desta operação de fabricação. Da decomposição das operações necessárias em tempos parciais de cada atividade verificou-se que a tarefa de molhar o barro durante o torneamento consumia aproximadamente 60% do tempo total. Os psicotécnicos, procurando um meio para molhar o barro, “mais rápido e de efeito mais homogêneo”, introduziram um “sistema de pulverização com regulador automático” (GENTA, 1934:5).

Novamente a solução implantada privilegiou a produção em série, visando, com menor custo, o maior lucro, descartando a participação do trabalhador nas organizações e soluções das questões do trabalho, seu modo peculiar de resolver as operações, de acordo com as necessidades sociais. Essas somente valeram como ponto de partida para os técnicos da 2ª Divisão capturarem através da análise e decomposição o seu saber/poder, transferindo à máquina standardizada seu antigo ofício.

O adaptar o operário ao trabalho e este ao homem é objeto da Psicotécnica. Este exemplo da Fábrica de Louças Ceramus mostra claramente que a Psicotécnica tem o compromisso, como objetivo central, de intensificar o trabalho, eliminar os tempos improdutivos ou “poros” do processo de trabalho, restringir a autonomia do trabalhador e da sua força de trabalho através do “regulador automático”, sob o poder do capital. Procura fazer da história um processo de contínuos, de repetir a repetição, *eliminando as brechas, fazendo do homem um produto seriado, o mesmo*. Através da análise das práticas, a partir da quais as problematizações se formam, é possível estudar que sujeito está presente nesta ciência da Psicotécnica. É preciso atentar para aquilo que no passado poderia fazer do nosso futuro uma história diferente, buscar as brechas, na linguagem benjaminiana, uma

leitura a contrapelo. O relatório da Fábrica Ceramus não trata da memória dos trabalhadores, isto não importa na produção de “resultados mais expressivos”. Os psicotécnicos transferiram do trabalhador para a máquina a responsabilidade da produção, negando a memória como recurso do singular no coletivo, numa possibilidade de escapar do que Foucault descreve como sujeito homogêneo, útil, mas dócil. E que, em Benjamin, é a denúncia de como tudo se transformando em fantasmagoria do sempre igual, da mesmice, do efêmero, do fugaz, do desconforto frente à memória, traduz o apagamento das trajetórias. Sem trajetórias não há individuação, fica-se no sempre igual a todo mundo, que é o mesmo que não ser ninguém.

Ora, todas as lutas operárias do começo do século que, como vimos, visavam valorizar a força de trabalho, manter o nível de emprego e de remuneração para a coletividade trabalhadora e que foram pressionadoras da Revolução de 30 e seus desdobramentos, perderam terreno com estes mecanismos de subordinação do trabalho ao capital, evidenciando um aspecto político no movimento racionalizador. Este aspecto político evidentemente também está na Psicoténica, esta ciência que “se paga”, e que está na base da constituição da Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil.

Concluída esta primeira intervenção na Fábrica de Louças Ceramus³⁷, os técnicos do IDORT realizaram a última etapa do processo, “um controle definitivo da eficiência das medidas postas em prática”, merecendo ser tema do editorial da *Revista IDORT* (EDITORIAL, 1932:1), valendo o registro aqui:

“Os resultados ali obtidos se de certo modo são valiosos para o crédito do Instituto pela sua comprovada significação, não representam apenas o esforço e a inteligência dos seus técnicos, mas também e principalmente, o grau modesto da eficiência média atual da produção do parque industrial mais adiantado do Brasil”.

³⁷ Os resultados alcançados foram: 40% de redução na quebra de pratos; 16,4% de redução no peso unitário dos pratos, o que reduz o imposto e custo dos transportes (definido por peso), bem como o consumo de matéria-prima e de embalagens; 17% de economia no combustível do forno e de mão-de-obra de enforamento, uma vez que aumentou a utilização do espaço de cada pilha de pratos, resultando em aumento da capacidade de utilização volumétrica do forno e das caixas; melhoria sensível do aspecto do produto. (GENTA, op. cit., pp. 5-6).

Pela sua *comprovada significação*, os valiosos resultados obtidos nesta sessão da Ceramus autorizaram aos psicotécnicos da 2ª Divisão do IDORT a recomendar que o processo de racionalização não fosse aplicado somente “apenas em uma sessão e em campo limitado, mas em todas as sessões”, porque “traria melhor coordenação e ofereceria, forçosamente, resultados ainda mais expressivos”.

Os “psicologistas” terminaram seu relatório pedindo mais, sugerindo a generalização do procedimento para toda a fábrica, com a promessa de que, forçosamente, o sucesso seria maior. Psicotécnica, a Psicologia que corrige o taylorismo, aliançada com o processo de industrialização do Brasil: *Vitória da Razão(?)*³⁸

Ampliando as reflexões sobre o trabalho dos psicologistas do IDORT-

Estudos de Prevenção de acidentes no Serviço da Estiva - IAPE³⁹

Este trabalho foi contratado pelo Sr. Antônio Ferreira Filho, presidente do IAPE e para ser executado pelos técnicos da 2ª Divisão do IDORT, na Estiva do porto de Santos. Os técnicos propuseram um projeto de análise que constou das seguintes fases:

Conhecimento real e direto do trabalho de estiva, de sua organização e de sua técnica;

Análise pormenorizada do trabalho na estiva, incluindo todos os elementos componentes;

Análise estatística dos acidentes e pesquisa minuciosa de suas causas;

Estudos das medidas de prevenção de acidentes, orientados pela síntese dos dados resultantes da análise.

O trabalho de Estiva foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1.371 de 23/6/1929, art. 1º §§1º a 3º que, resumidamente, diz: “O serviço de estiva tem por finalidade o carregamento de mercadoria dos navio. Este trabalho consiste, principalmente, no transporte de cargas no navio, isto é, dos porões para o convés e vice-versa. Em alguns casos, porém, o serviço se estende até o cais e a chatas encostadas.”

³⁸ Esta expressão é o nome do livro de Antonacci sobre o IDORT.

³⁹ IAPE – Instituto de Aposentadoria e Pensão da Estiva.

Este Decreto nº 1.371 dita as normas de caráter administrativo, fixa condições para o serviço e quais as normas de fiscalização. Os tipos de trabalhadores que a pesquisa encontrou foram: o mestre-geral, único empregado mensalista das empreiteiras, que escolhe, por afinidades pessoais, o contramestre, fiscalizando depois seu trabalho. O contramestre escolhe os estivadores como quer, o número de trabalhadores que considera ideal para o “terno” naquele trabalho. Esta escolha diária acontece na “parede” e é feita sob intensa concorrência. Às vezes, a presença do fiscal do Centro dos Estivadores ou do mestre geral leva à atenuação dessas escolhas por afinidades, usando-se o critério de rodízio, ou por especialização por tarefas. São os “movimentadores” que mexem os apetrechos a bordo, e os “manipuladores” se encarregam das cargas. A característica de não serem empregados das empreiteiras, mas diaristas, dá aos estivadores a liberdade de aceitar ou não o trabalho proposto, que pode ser por dia ou empreitada. As turmas não são homogêneas, a transmissão do conhecimento se dá pelo contramestre ou pelos colegas. Essa realidade não dá garantias pois a organização e fiscalização “são peiadas pela falta de um regime de firmeza técnica e disciplinar, competência e gera perigo de acidentes”.

Também foram feitos estudos da intensidade do trabalho por homem-hora e homem por dia, estudos das circunstâncias, as causas e efeitos dos acidentes. Um inquérito social visava levantar as condições de vida em família dos estivadores. Nessa pesquisa social verificaram grau de instrução, estado civil, número de filhos, condições de moradia, higiene, estado financeiro, ambiente recreativo e moral. Concluíram que os estivadores tinham *vida boa* (grifo meu), por isso, “a vida familiar tinha pouca influência nos acidentes”. Os resultados, resumidamente, dos estudos feitos sobre causas dos acidentes são: pré-disposição para acidentes, em primeiro lugar; a intensidade de serviço (homem-hora) não eram determinantes; a variação do material a ser carregado tem sua participação nos acidentes, o que justifica o aumento de acidentes de maio e julho, pois há mais serviço; a qualidade do material e a temperatura ambiente. O dia da semana em que ocorrem mais acidentes é a sexta-feira porque há superstição, estão cansados e há necessidade de entrega do navio. O período do dia que mais tem acidente é a tarde porque estão cansados e com vontade de acabar. Também foi analisada a importância da idade dos estivadores nos acidentes, mostrando que a faixa entre 20-24 anos se acidenta mais porque numa análise psicológica os trabalhadores jovens estão mais entusiasmados, desprezam os

perigos. Seguidos da faixa entre 35-39 anos, justificada pelas contingências de ordem familiar e financeira. O “peso” da gravidade dos acidentes comparando as causas externas e pessoais resulta em que somente “1/5 dos acidentes são causados pelos materiais, ficando 4/5 por falhas humanas”. Estas *falhas humanas* podem ser de ordem intelectual, física e psicológica, necessitando verificar “as aptidões intrínsecas dos estivadores”. Suas tarefas foram cuidadosamente analisadas com o objetivo de extrair o saber-poder do conhecimento desta categoria. Como a metade dos acidentes acontecia com os movimentadores, os que carregam as cargas e estes são escolhidos e fiscalizados pelo contramestre “o erro é dele”.⁴⁰ Por fim, verificaram que havia, também, mau estado de alguns navios e que os estivadores trabalhavam sem roupas apropriadas. E como o maior número de acidentes aconteciam nos pés, pernas e mãos concluiu-se que faltava o uso de luvas, calçados reforçados e perneiras.

Recomendações a serem implantadas como prevenção de acidentes:

Cabe aos estivadores e ao I.A.P.E., que tem grande interesse em diminuir os acidentes, comprarem roupas, luvas e sapatos próprios para serem de uso obrigatório. Tornar o uso dos chapéus com abas proibidos nos porões porque perturbam a visão periférica. A notícia no relatório final (pp. 75-76), de que os estivadores já compravam luvas nos navios por 15\$000, facilitou para que os psicólogos recomendassem que eles continuassem com tal responsabilidade. Acrescido do conselho ao governo para que o Brasil passasse a fabricar tal produto como os Estados Unidos.

Dependia “exclusivamente” (*sic*) do armador: criar um Código de Segurança, à semelhança dos Estados Unidos e Costa do Pacífico, que já possuíam um regulamento: “Pacific Coast Marine Safety Code”. Mas, acrescenta o relatório, que “para estabelecer prescrições rigorosas para o navio depende de entendimento entre as entidades interessadas” (p. 79).

Quanto ao serviço de saúde do porto, pesquisadores do IDORT e o médico chefe do Departamento de Estiva de Santos, baseados no Manual do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, criaram um “Manual de Primeiros Socorros na Estiva”.

⁴⁰ Idem, p. 74. Aqui o relatório está responsabilizando o contramestre pelos erros dos estivadores, pois foi ele quem escolheu por seus critérios pessoais os trabalhadores, e é de quem se espera a fiscalização das tarefas.

Medidas indiretas de prevenção: Implantação de um processo de seleção de pessoal especializado. Os movimentadores, que estão divididos entre os portalós, guincheiros e engatadores, deverão obedecer a um mesmo critério de seleção – prática de 2 anos no serviço comum da estiva, senão, “ele não poderá agir com eficiência”. Para o cargo de comando deverá ser limitada sua escolha a um critério racional entre os que “revelarem maior capacidade de organização do serviço”. Só poderão se candidatar a estes cargos os movimentadores que tiverem pelo menos dois anos de trabalho.

Orientações para propaganda anti-acidentes: Os cartazes deverão se espelhar nos modelos americanos que estão em anexo ao relatório. Deverá ser uma propaganda inteligente, que crie uma mentalidade de prevenção, uma atitude contínua de vigilância e cumprimento rigoroso das instruções e normas. Os cartazes deverão apelar para o sentimento, a imaginação, agir sobre o espírito do trabalhador, deverão ser baseados em princípios psicológicos, para convencê-los de que estão certas as instruções e que é vantajoso segui-las. Esses cartazes deverão passar por inquéritos orientados psicologicamente para estabelecer o grau de validade dos mesmos, usando os princípios do “National Safety Council-USA”. Também deverão ser feitos folhetos e boletins para atingir as famílias e para que o trabalhador possa “meditar no sossego do lar, sobre as vantagens da prevenção”. Nesses folhetos deve-se lançar mão de repetição, frases curtas, incisivas e atraentes, com conselhos sobre alimentação racional, normas de higiene profissional e individual, repouso, esportes e malefícios do álcool. Conterão também breves notícias e ilustrações. E por fim, a notícia de que será dado um “Prêmio de Segurança” ao contramestre cuja equipe obtiver menores índices de acidentes no trabalho.

Proposta de continuação do trabalho da Psicotécnica: Os Psicotécnicos poderão criar um curso de formação para estivadores e, como será muito caro este processo, o Brasil poderá ter um navio-escola ambulante que atenderá a todos os portos. Estes cursos também formarão novos trabalhadores para os novos cargos especiais: O inspetor de trabalho – que deverá ser “conhecedor de todos os ramos de estiva e dotado de elevadas qualidades de caráter”, será formado nos grandes portos com curso de especialização e com no mínimo o ginásio de escolaridade. Também o técnico de prevenção – que deverá fazer pesquisa permanente, deverá ser uma pessoa com bons conhecimentos do trabalho industrial em

geral, com *noções de organização racional, estatística e psicologia e fisiologia do trabalho*. Também a criação de um “órgão diretor-central” que centralize as todas as quatro sessões e níveis do trabalho porque “com o trabalho técnico desenvolvidos por essas quatro sessões cuja necessária cooperação se torna fácil através da orientação técnica de um único chefe, ter-se-ia uma organização racional que viria garantir maior eficiência e mais segurança nos serviços da estiva”.⁴¹

Este relatório, dada sua clareza de intenções e propostas, revela que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, “porque nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”, nos revelando que a tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral” – porque quando tomamos contato com esta Psicologia que faz do estivador o responsável por 4/5 dos acidentes de trabalho, fruto das suas *falhas humanas*, porque ele tem *predisposição para acidente*, porque empilha mal o material a ser carregado ou está com pressa de ir embora no fim do dia, também porque é supersticioso às sextas-feiras provocando acidentes, e declara que as condições do trabalho como diarista nos navios eram responsáveis por somente 1/5 das causas de acidentes, percebemos que estamos diante de uma Psicologia que “mantém uma obtusa fé no progresso[...]”, mantém a confiança no “apoio das massas” e acredita que é preciso ser um psicólogo “subordinado servilmente a um aparelho incontrolável”. Essa Psicologia preenche os três requisitos benjaminianos que desembocam na crença que o “desenvolvimento técnico era visto como o declive da corrente, na qual ela supunha estar nadando. Daí só havia um passo para crer que o trabalho industrial, que aparecia sob os traços do progresso técnico, representava uma grande conquista política” (BENJAMIN, 1986:224-226). A Lei de Sindicalização de 1931 dá respaldo a essa Psicotécnica para organizar tão detalhadamente a propaganda de prevenção de acidentes onde princípios da Psicologia deverão nortear a propaganda para que o trabalhador possa “meditar no sossego do lar, sobre as vantagens da prevenção”. Esse fato o auxiliará a se convencer de que é responsável por comprar seu equipamento de trabalho, suas luvas, botas e roupas especiais contando somente com o IAPE, seu órgão de classe.

⁴¹ Com estas palavras o Dr. Roberto Mange encerra o relatório.

A necessidade de tamanha propaganda cuidadosamente estudada e programada revela que os psicotécnicos sabiam que haveria resistências, que os estivadores não se convenceriam só porque os técnicos propunham. Relembrando o que já foi dito no capítulo da metodologia, nesse processo arqueológico temos que somos as diferenças, que a revelação não se esgota, pois está nas diferenças, originadas nas dispersões, e que é preciso analisar as positivities de um saber pois estas se dedicam a analisar os conceitos na direção das lutas, dos conflitos, das decisões, fazendo aparecer um saber político, pois diagnóstico. O saber político da arqueologia tem poder e fala de poder, também revelando um sujeito que conceitue a si mesmo, portanto detentor desse saber-poder. Aqui, o estivador é transformado pela ação da Psicotécnica em um trabalhador mais dócil, culpado por 4/5 dos acidentes, que deverá ser treinado e submetido a uma escala de competição maior do que da antiga “parede” quando o contramestre escolhia por simpatia os candidatos. O saber-poder passa às mãos dos especialistas que treinarão os candidatos em escolas-navios ambulantes, transformando alguns eleitos como técnicos de prevenção em rápidos “psicologistas” com noções de organização racional, estatística, psicologia e fisiologia do trabalho. Esta metamorfose esperada nos estivadores tornados “dóceis” não anula a capacidade de resistências desses homens. As provas de seleção permanecerão na “seara da Psicotécnica porque dependem de aparelhagem e especialização”, criando uma situação de dependência dos técnicos. Isto porque, segundo Foucault (2002b:154), o “exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as das sanções que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”, traduzindo uma construção em que fica invertida a economia da visibilidade em exercício do poder, tornando o indivíduo algo documentário, tornando o indivíduo um “caso”, para finalmente tornar o trabalhador avaliado um efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. Afirma Foucault que todas as ciências teóricas ou práticas com radical “psico” têm seu lugar nessa troca histórica dos processos de individuação. (FOUCAULT, 2002b:156-161).

Aos armadores compete “exclusivamente” o direito de criar um Código de Segurança, e “estabelecer prescrições rigorosas para o navio depende de entendimento entre as entidades interessadas”. Já que os trabalhadores não são entidades não serão ouvidos, permanecerão podendo participar deste entendimento os armadores e o IAPE; mas como os

armadores são responsáveis por somente 1/5 dos acidentes, o poder de negociação fica empobrecido. Diante disso, continuará da responsabilidade do IAPE e dos trabalhadores comprar material, mudar comportamento e aprender a trabalhar mais uniformemente, com ritmo cadenciado e dentro dos princípios da organização científica que, como prêmio, lhes garantirá uma possibilidade de ascensão profissional. O estivador, após essa pesquisa, caiu na armadilha da visibilidade, é visto mas não vê, é tornado objeto de uma informação, nunca sujeito de comunicação. Bem lá no topo da pirâmide está um único responsável geral criado a conselho da Psicotécnica, um diretor central. Este, protegido em sua invisibilidade, como em um panóptico, esta máquina de dissociar o par ver/ser visto, autoriza “como uma máquina maravilhosa que a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder” (p. 167). A Psicotécnica funciona como um laboratório de poder, visto que a disciplina é um poder, é a tecnologia do poder, que através do seu discurso que ganha o *status de ciências*, passando a autorizar o “aumento do poder direto e físico que os homens exercem uns sobre os outros” (p. 187). Todo esse saber-poder revela domínio, mas não convencimento, mesmo assim não anula nosso direito de surpresa ao ver a relação da ciência com o capital transformar esta ciência em técnica a serviço do poder do capital. Para, enfim, nos perguntarmos se “devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?” (p. 187).

Conclusões parciais baseadas no estudo da Psicologia do IDORT
--

A **Psicologia** desenvolvida no IDORT, denominada Psicotécnica, se dedica a estudar o saber/fazer do trabalhador através da análise, desconstrução, reconstrução em outros parâmetros produzindo uma nova síntese, e avaliando rigorosamente os procedimentos. O estudo da fadiga tem como meta produzir aumento de ritmo na produção seriada, portanto não está presente a preocupação com a saúde do trabalhador, enquanto meta. Neste campo o processo de trabalho e a saúde estão perversamente dissociados. Tal dissociação conceitual e pragmática não foi de responsabilidade somente do Estado e seus aparelhos, ou do capital: poucos pesquisadores “psicologistas” da Psicotécnica e da Psicologia racionalista interessaram-se por questões e problemas localizados no vértice dessa relação historicamente construída, em detrimento do sofrimento físico e mental que

acomete milhões de trabalhadores, no curso de suas vidas. A meta básica desta ciência é produzir para o capital conhecimento sobre o homem visando instrumentalizar o processo evolutivo do capital. O homem é o seu comportamento frente à produção, portanto a Psicotécnica é uma **ciência comportamentalista**, que reduz o conhecimento sobre o ser humano a técnica, e faz da técnica um instrumento “neutro”. Mas nenhum homem é inteiramente subordinado a uma técnica ou reduzido a um comportamento. Qual caixa de Pandora o homem guarda em si a capacidade de resistir, a esperança de construção, de (re)fazer seu caminho.

O **trabalho**, antes ofício do artesão, seu *habitus*, é fonte de conhecimentos que geram saber/poder ao ser objeto de análise, desconstrução, reconstrução em uma nova síntese. Tal processo produz um novo trabalho para o homem – a função de acompanhar a máquina. O trabalho se torna um **trabalho morto**. Evidentemente, o que chamo de trabalho morto é a tarefa repetitiva, sem criatividade, que faz do trabalhador um acompanhante da máquina, mas enquanto ser humano, mesmo que domesticado no seu imaginário, mantém a capacidade de resistir.

Quanto à **saúde**, o trabalhador, aqui, aparece como um sujeito assujeitado, não tem espaço para governar a si mesmo. Em torno dos cuidados consigo toda uma atividade discursiva, na qual se ligam os trabalhos de si para consigo mesmo e a comunicação com o outro. É um exercício de solidão, não uma prática social.⁴² O homem para esta Psicologia não tem espaço para cuidar de si, nem para comunicar-se com outrem, mas deve permanecer como alguém capaz de tarefas sem fadigas, repetir sem cansar. *Saúde é resistir à fadiga*. Essa Psicologia, por ser comportamentalista, não tem um conceito de homem sujeito construtor de si mesmo, de ator protagonista, portanto **não é ciência da saúde**.

Relembrando o pensamento benjaminiano de que a história pode ser vista como um contexto de vencedores e vencidos, esta pesquisa pretende pôr em evidência a importância da retomada dos fracassos como experiências acontecidas, através das quais foram produzidas relações vividas. Na história, o mais estranho, as alegorias são o melhor material para se compreender uma verdade. Então, Benjamin nos ensina a ver o fracasso

⁴² Foucault afirma o contrário do que acontece aqui, o homem para ele “não é um exercício de solidão, mas uma prática social” (FOUCAULT, 2002:57).

como signo de pessoas que podem ser sujeitos, que podem ser autores por também deixarem marcas nessa construção. Nessa “moderna administração racional”, em nome das melhorias das condições de trabalho, o controle deverá passar a ser exercido pelas máquinas que imporão seu ritmo. A frieza das máquinas substituirá os padrões autoritários, mas as máquinas dissimulam o autoritarismo do seu ritmo, com base na idéia de ciência, técnica e progresso. Ora, como “a ciência é neutra”, sua ação no mundo do trabalho descaracteriza as dimensões político-sociais das relações de trabalho. Na “nova fábrica” as normas disciplinares deixam de ser impostas por padrões autoritários e contramestres desalmados, para serem autonomizadas, no aparato técnico da produção sob aparência de objetividade e de exterioridade. A Psicotécnica não é ingênua. Apesar de toda sua eficiência não tem garantia de controle efetivo sobre os trabalhadores, então, sua ação deverá sair das fábricas, atingir as famílias, para abraçar os estivadores como um todo. Esta afirmação fica demonstrada nos modelos de propaganda sugeridos pela psicotécnica. Nesses, o estivador no “sossego do lar” deverá ler os boletins e cartazes, que conterão pontos úteis para a família, para que esta, educada pela propaganda, auxilie a formar “indivíduos integralmente adaptados” e “acomodados pacificamente”. Há resistências, porquanto os estivadores, educados pela psicotécnica como trabalhadores modernos, “úteis e dóceis”, não se convencem completamente, o que faz da psicotécnica uma ciência que precisa ser “pageada”. Cabem, aqui, as palavras benjaminianas de que é necessário buscar as alegorias em oposição às fantasmagorias, em um esforço de ver que dentro do velho está o novo e dentro do novo está o velho. Dialeticamente reunir em uma construção histórica o velho e o novo juntos, a tradição e o novo em um entrecruzamento do tempo passado e presente.

No próximo capítulo o foco de atenção estará no antigo Distrito Federal, o Rio de Janeiro, buscando a arqueologia da constituição do polêmico ISOP (1947), principal criação da FGV (1944), e de seu diretor técnico, o professor hispano-brasileiro Emilio Mira y López (1896-1964).

CAPÍTULO IV
A criação do ISOP (1947) põe a psicotécnica
no cenário do movimento desenvolvimentista
do Distrito Federal

O objetivo básico do ISOP: Contribuir para o ajustamento entre o trabalhador e o trabalho, mediante o estudo científico das aptidões e vocações do trabalhador e dos “requisitos psicofisiológicos” das ocupações.

Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949: nº 1)

O Rio de Janeiro foi, desde o Império até 1960, a capital do país, para onde, com frequência, rumavam os intelectuais dos outros estados.¹ Mas, não eram somente os intelectuais que buscavam a Capital, pois a demografia da cidade registra transformações importantes em sua estrutura populacional nas últimas décadas do século XIX e na primeira década do século XX. Em 1890, o antigo Hospício Pedro II foi transformado em Hospital Nacional de Alienados passando sua administração da Santa Casa de Misericórdia para o Estado. Esta instituição pode ser considerada uma das pioneiras no tratamento da loucura, do ponto de vista da medicina. A partir de denúncias de maus-tratos dos internos, no governo de Rodrigo Alves, a direção hospitalar foi entregue a Juliano Moreira, que promulgou a primeira lei federal de assistência aos alienados.² Nessa instituição, com a direção de Mauricio de Medeiros, foi criado o segundo Laboratório de Psicologia Experimental da Clínica Psiquiátrica do Hospital Nacional de Alienados, já que é considerado o primeiro Laboratório de Psicologia Experimental o do Pedagogium (1906). Neste laboratório do Hospital Nacional dos Alienados, de inspiração francesa, em especial

¹ A. G. Penna, “Alguns comentários sobre a história da Psicologia no Rio de Janeiro” (1987:61-69). In: H. Stubbe et al. (orgs.) *Seminário Nacional: História da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC, 1988. Nessa interessante conferência o Prof. Penna apresenta um recorte da história iniciando a partir de D. J. Gonçalves de Magalhães, conhecido como introdutor do romantismo no Brasil e autor de *Suspiros Poéticos e Saudades* e *A Confederação dos Tamoios*. Gonçalves de Magalhães também foi um “psicólogo” quando escreveu: “A alma e o cérebro” (1876). Em tal obra está identificado com a posição espiritualista de Bergson. Cita também, como precursor da psicologia, o filósofo cearense Farias Brito, professor de lógica no Colégio Pedro II, desde 1909; publicou, em 1912, *As bases físicas do espírito* e, em 1914, *O mundo interior*. Traz também, a figura de Manuel Bonfim, catedrático da Escola Normal, aluno de Dumas, com o qual fez sua formação em psicologia experimental. Pôde, então, ser o pioneiro na fundação do, provavelmente, primeiro laboratório de psicologia do Brasil, instalado no Pedagogium, em 1906. Notabilizou-se na Psicologia com a publicação de *Pensar e Dizer* (1923), que foi o primeiro estudo publicado no Brasil sobre as relações entre linguagem e pensamento. Na área da psicologia escolar destaca, além desses autores, Medeiros de Albuquerque, também aluno de Dumas, defendeu em 1907 a tese *Métodos da Psicologia*.

² Esta lei, dentre outros assuntos define que os alienados são sujeitos que podem comprometer a ordem e a segurança pública, justificando a função asilar como de exclusão social e confinamento dos doentes.

em Claparède e Dumas, foram desenvolvidas pesquisas que se perderam, não sendo possível maiores estudos. Também, aqui teve início o setor dos “criminosos loucos” que gerou mais tarde, em 1921, a criação do Manicômio Judiciário. No começo do século XX, somente o Rio de Janeiro possuía mais de 500 mil habitantes, seguida por São Paulo e Salvador com pouco mais de 200 mil habitantes. Atribui-se, como principais fatores, a imigração dos escravos libertos da zona rural para a cidade, da imigração européia, em especial dos portugueses, e as melhorias das condições de saneamento. Segundo Chalhoub (1986:24-30) a crise de desemprego e estagnação portuguesa na década de 1890 contribuiu para o aumento do fluxo migratório fazendo com que a maior parte da população fosse de homens, de idades entre 15 a 30 anos, jovens e solteiros, o que “aumentava a oferta de mão-de-obra e acirrava a competição pela sobrevivência entre os populares”.³ Manter a ordem, reprimir a vadiagem e a prostituição, “limpar as ruas”, a criminalidade como parte do processo de urbanização do Distrito Federal justificava a exclusão do meio social do “louco”, como alguém que comprometia a ordem social, a disciplinização e a higienização necessárias na efetivação do desenvolvimento político-econômico buscado pelo país, como eixo central da consolidação do modo de produção capitalista. O Manicômio Judiciário no Rio de Janeiro e o Hospital do Juquery em São Paulo vieram cumprir esta função de medicalizar em inter-relação com o processo sócio-político de um projeto liberal para o país. Mas, diferentemente do Juquery, esse hospital registra uma ligação direta com a Psicologia através deste laboratório de pesquisas.

Não é demais reafirmar que o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil não pode ser visto somente na perspectiva econômica, já que teve uma repercussão simultânea em todos os setores e classes sociais, bem como em cada um dos brasileiros. Este processo de desenvolvimento industrial atingiu, portanto, cada nível da realidade social, gerando uma “revolução” nas escalas de valores, no universo psico-social e cultural do singular e do coletivo.

³ Sidney Chalhoub. *Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986, p. 26. O autor faz uma leitura do desenvolvimento do capitalismo no Rio de Janeiro tomando fenômenos específicos da cidade como pontos de reflexão ao mesmo tempo que mostra que o processo ali vivido guarda semelhança com o resto do país, com relação às mudanças de uma sociedade escravocrata- rural para sociedade urbano- industrial.

Muitos pensadores das ciências sociais, dentre eles Ianni (1963:19-20),⁴ afirmam que não se pode dizer que houvesse no Brasil, antes de 1930, uma desenvolvida realidade social capitalista. Estas transformações contínuas/descontínuas, mas profundas na sociedade como um todo, não cabem numa leitura capital-trabalho. Mesmo não sendo possível abarcar toda a extensão da leitura do social e do subjetivo que a nossa história merece, fica aqui registrado meu ponto de vista com relação a este processo de industrialização brasileira.

As primeiras décadas do século XX, que teve na Segunda Guerra um ponto culminante, foram palco mundial de revoluções em diferentes países – Itália (1922), Brasil (1930), Alemanha (1932), Espanha (1936) – que revelam o caminho das armas para combater o comunismo, paralelamente ao aceleração do desenvolvimento industrial mundial. Internamente, ocorreram modificações que passaram a alterar as instituições sociais e a cultura, as estruturas básicas da formação dos indivíduos e da formação do “brasileiro ideal”, produzindo novas escalas de valores individuais, familiares e coletivos, transformando as concepções de mundo. A civilização brasileira urbano-industrial passou a constituir e a gerar uma impregnação nos usos e costumes que, num efeito cascata, tem seu início na cidade e cresce contaminando a vida no campo, fazendo do ideal de Brasil um “Brasil desconhecido, mas cobiçado”, pois repleto de valores modernos de além-mar.

Enquanto tantas transformações aconteciam na cidade e no campo, o Brasil recebe, anonimamente, um ex-professor-catedrático da Universidade de Varsóvia, ex-assistente de Claparède na Universidade de Genève, (na mesma época em que trabalhava lá Helena Antipoff), ex-chefe do laboratório de Psicologia Aplicada dentro da Psicologia Experimental da Universidade de Cracóvia, que vendo seu país destruído pela Primeira Guerra imigra com sua família. Trata-se do Dr. Wacław Radecki (1887-1953) e sua esposa

⁴ Octavio Ianni (1963) descreve que desde meados do século XIX surgiram novos tipos de atividades, criaram-se instituições inexistentes, debatiam novos problemas econômicos e políticos, adotavam modos de pensar e agir que prenunciavam uma sociedade urbano-capitalista, já anunciada pela abolição da escravidão, e a proclamação da República. Assim, as inadequações das estruturas tradicionais da civilização agrária brasileira produziram o aparecimento de novos fenômenos, que por sua vez agravaram irreversivelmente as condições e contradições do Brasil agrário-industrial-exportador. Nesse contexto, tanto o trabalho escravo quanto o do imigrante formam dois personagens vinculados ao mesmo fenômeno geral de destruição do trabalho cativo, trabalho este incompatível com as exigências qualitativas racionais das “empresas comerciais, manufatureiras e fabris que começam a instalar-se já no século passado, na Bahia, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul”.

e assistente Sra. Halina Radecka. Radecki “foi para a Psicologia científica no Brasil, possivelmente a figura mais importante”, nas palavras do professor Antonio Gomes Penna.⁵ Tão experiente professor polonês organiza e dirige, desde 1923, o Laboratório de Psicologia Experimental, dentro da Colônia de psicopatas de Engenho de Dentro, dirigida, na época, por Riedel. Continua o professor Penna: “ele próprio bom marceneiro, construiu alguns dos aparelhos que seriam utilizados em suas pesquisas. Um deles, o relógio de aferição do tempo de reação, eu ainda o utilizei na década de quarenta, e permanece, hoje, como peça integrante do museu do Instituto de Psicologia”. Ampliando nosso conhecimento sobre tão importante construtor da história da Psicologia, professor Penna diz que deste laboratório é que surgiu o Instituto de Psicologia que fez a primeira tentativa de organizar um curso de formação de Psicólogos, em 1932.⁶ “Também foi ele que organizou a primeira seleção de pilotos militares, numa época bem anterior à criação da Aeronáutica. Coube a Radecki a preparação dos testes que efetivamente foram aplicados e penso que tenha sido essa a primeira aplicação de provas seletivas na área militar”, por volta de 1927.⁷

Enquanto isso, a seqüência de fatos nacionais iniciados em 1922, quando a comemoração do Centenário da Independência do Brasil, é palco para políticos e grupos comprometidos com o Estado, que avaliaram os atrasos e os progressos da nação nos 100

⁵ Informações obtidas em entrevista com professor Antônio Gomes Penna, em 30/7/2003, uns dos atores da formação da Psicologia no Rio de Janeiro. Nessa ocasião o professor explicou que “Radecki e Halina se dirigiram ao Paraná onde já havia uma grande colônia de poloneses; passou a organizar um quarteto de cordas por ser um grande músico. Um dia, vindo ao Rio de Janeiro a passeio, teria ido a um sebo onde comprou o livro de Manuel Bonfim, professor do Instituto de Educação, com o título *Pensar e Viver* (Ver nota de rodapé nº 112). Quis conhecer esse autor, e então descobriram quem ele era, sua importância para a Psicologia. Dr. Gustavo Riedel, diretor da Colônia de psicopatas de Engenho de Dentro, apoiado pelo Dr. Guilherme Gunle Dr. Eduardo Rabello, Dr. Gilberto de Moura Costa, Dr. Zopyro Goulart, (representante da fundação Graffré-(Guinle), Dr. Juliano Moreira, Dr. Plínio Olinto e dos médicos da Colônia de Alienados e do Ambulatório Rivadávia Corrêa, construíram um Laboratório de Psicologia que entrou em funcionamento no início de 1925. Esse Laboratório foi entregue ao Professor Wacław Radecki. Conta-nos Langenbach que Radecki viveu no Brasil entre 1923 e 1932, que o Laboratório organizado por ele tinha o melhor equipamento experimental da América Latina e que Radecki pode ser “considerado o primeiro psicólogo clínico deste continente por suas atividades psicodiagnósticas e psicoterápicas. O I Congresso Latino-Americano de Psicologia em 1950, em Montevidéu, foi por ele organizado”. Ver: H. Stubbe. e H. Langenbach. *Seminário nacional: História da Psicologia no Brasil*. (1987: Rio de Janeiro) PUCRJ, 1988, pp. 1-4.

Também ver: A. G. Penna. *História da Psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

⁶ Idem, segundo capítulo.

⁷ Radecki iniciou uma série de conferências para as Forças Armadas que, em 1952, foram ministradas por Mira y López, mas o convite não foi renovado. No ano seguinte, o convidado foi Nilton Campos, que, por razões de saúde, não pôde assumir, passando esta incumbência para Antônio Gomes Penna, que ministrou este curso por quinze anos, entre 1953 e 1968, tendo escrito “Manual de Psicologia Aplicada às Forças Armadas”, com versão final em 1970. (Entrevista, já citada, com Antônio Gomes Penna, 30/7/2003).

anos precedentes. Esses avaliadores nacionais passaram a buscar as causas dos “atrasos” e planejar os caminhos que possibilitassem a “modernização” – culminando no movimento armado de 1930. Apesar de não serem as únicas causas, os fatores econômicos são decisivos nesse processo revolucionário, dando origem ao que Celso Furtado denominou “socialização das perdas”.⁸ Então, essa transferência sistemática para a coletividade dos prejuízos, do grosso das perdas que ocorreram com a queda brusca do café, em nível internacional e concomitante alta dos preços das importações, foi uma medida para evitar o êxodo rural dos cafezais, o desemprego geral e seus efeitos econômico-sociais; o Estado, com sua principal base nas oligarquias cafeeiras, elevou a taxa de câmbio, com a transferência dos ônus da crise de exportação para o consumidor direto ou indireto das exportações. O clima efervescente que vinha sendo constituído nas últimas décadas, cada vez mais concentrado nas populações urbanas, os grupos militares, industriais, proletários, classe média realizaram a Revolução de 30. Tal momento brasileiro marcou tanto os fatos desenvolvimentistas que não considero excessivo voltar a citar o ano de 1930. O objetivo foi a (re)definição da estrutura de poder, destruindo a supremacia da burguesia agrário-comercial e instalando um grupo heterogêneo no mando do poder do Estado. Neste novo perfil do Estado, a burguesia industrial nascente passou a ocupar um lugar de destaque, terreno fértil para a expansão da industrialização no país. Para consolidação deste poder, os industriais buscaram abandonar as normas tradicionais de dominação e adotaram o uso cada vez mais do processo modernização da relação trabalhador-capital, baseado nos princípios da Psicotécnica da Psicologia Racional. Entre 1930 e 1938 vivemos um período de reorganização das camadas sociais, considerando o golpe frustrado dos integralistas de 1938 como um fecho desse período revolucionário iniciado em 1922. Desse período a burguesia industrial sai “fortalecida, em compromisso com os grupos dominantes no mundo agrário e nas trocas comerciais, na preservação da nova estrutura de poder, isto é, na dominação da classe média, do proletariado e dos meios de produção” (IANNI, 1963:23). Tal processo de reorganização dos setores da sociedade facilitou a burocratização do Estado. Por longo período coexistem, durante o esforço de substituição, as técnicas patrimoniais de administração de dominação, coronelismo, nepotismo, favoritismo etc., que

⁸ Para essa análise ver em: Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura, 1959., pp. 219, 217-226.

arraigadas resistem deixar o poder, associando-se aos arremedos da Psicotécnica, em um esforço de revitalização. Essa realidade de contrastes cria um cenário propício para um produto paradoxal: as técnicas e normas racionais inerentes ao processo de burocratização em lugar de se tornarem elementos ativos, dinâmicos, de funcionamento das empresas e organizações, tornaram-se elementos negativos, constrangedores das atividades sociais. Até mesmo a alfabetização não escapou como instrumento estratégico de alta significação neste processo de introdução das técnicas. Furtado (1959:41) declara que a importância da alfabetização “está em que facilita e barateia a difusão de numerosas outras técnicas”. A sobrevivência dos padrões antigos de poder sustentados por técnicas primitivas e/ou modificadas por elaborações produzidas no interior dessas estruturas econômico-sociais-rurais contracena com as modernas técnicas de administração científica. O velho sistema político busca sobrevivência no interior do poder do Estado e nos comportamentos sociais, às vezes se antepondo para que as técnicas de administração racional e dominação “não encontrem ainda condições suficientes favoráveis à sua incorporação, como valores, à nova ordem sociocultural” (IANNI, 1963:36). A Psicotécnica encontra nas velhas formas de poder político ora um aliado ora um antagonista, ficando impedida de dar origem às normas e padrões de comportamentos seriados e formais definidos, na velocidade que seus padrinhos apregoaram. Este cenário de contradições, ambivalências e conflitos é fértil para o populismo na política brasileira, que passa a ser um estilo de governo a partir de 1930.

Em 1937, tem início o período de ditadura do governo de Getúlio Vargas (1937-1945), reconhecidamente um claro exemplo de governo baseado no populismo. Entendendo como populismo “uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de desenvolvimento industrial e urbano”, porque o populismo foi, “sem dúvidas, a manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta” porque foi, além disso um instrumento através do qual as massas tiveram também “um modo de expressão de suas insatisfações” (WEFFORT, 1980:62).⁹

⁹ Para a análise desta forma de governo ver: Francisco Corrêa Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

As leis trabalhistas, que são publicadas no Diário Oficial de 9/8/1943 e nada acrescentam ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1934, aprovam a Consolidação das Leis do Trabalho, que oficializa o processo iniciado com a lei promulgada por Dom Pedro I em 13 de setembro de 1830, que procurava regulamentar as relações entre empregadores e empregados. O Código Brasileiro de 1850 esboçava nos artigos 79 e 80 certa idéia de proteção ao trabalhador com relação aos riscos de acidentes ocorridos no exercício das funções. A Lei Elói Chaves, de 1923, procurava amparar a classe ferroviária, enquanto o Decreto de 30 de outubro de 1926 regulamentava a concessão de férias para os empregados. Eram todas medidas isoladas que a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio¹⁰ veio corrigir, consolidando as leis do trabalho.

Nesse período ditatorial, do governo populista de Vargas, com a consolidação das leis trabalhistas, produziu-se uma intensificação na liberalização das instituições econômicas, com a racionalização das condições de produção nas empresas; de instituições políticas, com os direitos do proletariado garantidos e cristalizados nas legislações trabalhistas; nas instituições educacionais, com princípios de co-educação e a expansão da rede de ensino, nas transformações de currículos, na fundação de universidades independentes e escolas superiores isoladas. O *status* da mulher começa a se modificar e a diversificar, amplia-se a liberdade da tutela do masculino e a mulher é iniciada na economia de mercado, como força de trabalho. Desde as eleições para a Assembléia Constituinte, em 1933, a mulher já havia “ganho” o direito ao voto. Os tempos são de crise, o cenário mundial em transformação entre duas guerras mundiais, as crenças políticas abaladas, impera a necessidade de reorganização de idéias para compreender melhor o que aconteceu e para planejar o futuro, que se anuncia como perceptível e inevitavelmente como “novo”, são tempos de modernização nos quadros mentais e nos projetos políticos.

O “caudilhismo” que tinha como base e origem a vida na grande família, personalizado e pulverizado no território nacional, era um tipo de autoridade que abarcava vínculos políticos e sociais, que recorria à fidelidade e a afetividade orientando-se por valores não estritamente materiais e utilitários. Recorrendo ao historiador Gomes, que

¹⁰ Este Ministério foi criado a partir do Decreto 19.433, de 26 de novembro de 1930. D.O de 2/12/30. Mais sobre o tema ver: Castro (1968, 318 -330).

apresenta a idéia de que para enfrentar a força do caudilhismo, que era tomado por muitos como uma ameaça à integração territorial e social, seria necessário um governo forte, centralizador, metropolitano, que agisse como promotor da paz, e da ampla proteção dos cidadãos. Então, só um governo assim poderia neutralizar o caudilhismo e, representado por Getúlio, disputava com nossas tradições históricas (GOMES, 1998:509).¹¹ Considero pequena e incompleta esta visão do período, mas por não ser o tema principal desta tese não será desenvolvida mais longamente.

A campanha da Aliança Liberal em 1929, que se opunha à candidatura oficial de Julio Prestes uniu-se aos militares e oligarcas dissidentes. Após serem derrotados nas urnas, iniciaram um movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes. A partir de 30, com a derrubada da República “Velha” outros atores entraram em cena e, com a plataforma de acabar com os “ultrapassados” princípios liberais, o chefe do Governo Provisório, o presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, propõe novos-velhos propósitos de modernização da nação. Entretanto, não consegue se estabelecer sem conflitos, visto que, em 1932, o movimento constitucionalista deflagra uma guerra civil em São Paulo. Apesar de vencida militarmente, a Revolução de 1932 impõe um processo de reconstitucionalização, que envolve a

¹¹ Ângela de Castro Gomes. “A Política Brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In: A. Fernando Novais; Lilia Moritz Schwarz, (organizadora do volume) *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol 4.

A autora desenvolve uma interessante leitura da política do começo do século XX tendo como base o texto de Alceu Amoroso Lima intitulado “Política e Letras”, que trata da importância de dois políticos brasileiros : Rui Barbosa, representante do movimento de modernização liberal, homem de lei e de direito, da “política dos modelos”, o homem cujo “sonho mais vivo foi fazer do Brasil, pela força do direito, potência mundial”, tornar o país uma potência reconhecida internacionalmente, e do Senador Pinheiro Machado, gaúcho , caudilhista, bom articulador e que corrigia a vocação caudilhesca com a “defesa da ordem nacional”. Estes dois representantes dos movimentos de constituição do Estado mantinham as relações entre o público e o privado na ordem do dia, em momento de fim da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Rui Barbosa queria o Brasil Liberal, onde a majestade fosse o povo, queria uma modernidade política, onde dominasse o espaço público e o poder do Estado “impessoal” e “racional legal”. Pinheiro Machado, representante de uma forma particular e personalista de fazer política e constituir o Estado, propõe que a solução venha de um Estado personalista, centralizador mas capaz de dialogar com o povo e, ao mesmo tempo, ser poder e autoridade, sem necessidade de intermediários entre o povo e o poder. Fragmentos aqui apresentados dessa disputa revelam que a nossa história não se fez sem lutas e nosso Estado não se constituiu de forma contínua e historicista. Estamos construindo a nação brasileira todo o tempo, com conflitos, disputas, idas e vindas. Em 31/10/1930 chega ao Palácio do Catete, na Capital Nacional, Getúlio Vargas, como mandatário nacional reunindo em si as qualidades de “pai dos pobres”, portanto alguém que fala direto ao povo e ao mesmo tempo traz o avanço das leis trabalhistas, pondo o país em um novo patamar de modernidade, após a vitória da revolução em 24/10/1930. Novamente, registro que esta visão do getulismo é, de uma certa maneira, pobre por ter um sentido unidimensional.

convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte (1933) e a promulgação de uma nova Constituição (1934), quando a mulher passa a votar. Entretanto, Getúlio Vargas impõe um Estado autoritário como representante classista, que faz da representação já não mais os partidos, mas se criam novos parâmetros nas organizações de interesse profissional através dos sindicatos. Paralelamente formam-se dois movimentos políticos, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada pelo ideário da esquerda comunista; e a Ação Integralista Brasileira (AIB), inspiradas no fascismo da época. Ambas foram banidas, bem como estas siglas.

Os anos entre 30 e 37 são recheados de conflitos, negociações, em que o executivo forte e centralizador era instrumento estratégico para produzir o encontro da Lei e da Justiça, de uma “nova democracia” (*sic*). Em 1937, com o golpe que institui o Estado Novo, Getúlio enfrenta os candidatos a sucessão presidencial de 1938, quando afirma que o novo presidente está nele mesmo, bordando seu nome com sílabas recortadas dos nomes dos outros candidatos. A identificação entre Estado e Nação, a concentração da autoridade no chefe do executivo anuncia que tem como meta eliminar a necessidade de intermediário entre povo e governante (*sic*). O sistema de representação do trabalho em classes profissionais e o Estado corporativo que separa os indivíduos em classes formam o cerne deste “novo Brasil político”. Há, com isso, (re)combinações de fatores, plenas de ambigüidades, da dicotomia entre o público e o privado. A base se faz na participação do povo organizado em associações profissionais – o sindicato único – portanto, unitário e sob tutela. No Estado Novo¹² a tradição e a modernidade estão reunidas na figura do presidente. Ele, Getúlio, reúne em si, o caudilho personalista e o movimento de legislar organizando a força de trabalho. O poder do Estado moderno passa a ser o da sociedade urbano-industrial.

Em artigo de retrospectiva geral do ISOP,¹³ os antecedentes da sua história são assim apresentados:

¹² Segundo Jorge Oscar de Mello Flores, no Estado Novo havia uns “feudos”, porque havia pessoas de prestígio como Iedo Fiúza, na parte de estradas de rodagem; Hildebrando de Góis, da parte de saneamento, Simões Lopes na administração. João Carlos Vidal teve muita força na formação dos Institutos de Previdência e no Instituto dos Resseguros do Brasil. Ele ia reunir todos os Institutos em um só quando Getúlio caiu. Mediante esses “feudos” “esses diretores se eternizavam e ficavam com um comando muito grande”. (D’ARAUJO et al., 2000: 50)

¹³ Ver em: Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais (ISOP). “Sumário das Atividades de 1989”. *Arq. Bras. Psic.* Rio de Janeiro. 42(2) 141-72. mar/maio, 1990.

“As origens do ISOP deveriam ser buscadas em 1938, quando o então ministro do Trabalho, Dr. João Carlos Vital – o criador do salário-mínimo – redigiu um projeto de decreto que criava o INSOP (Instituto Nacional de Seleção e Orientação Profissional), numa tentativa, sem precedentes, de se atribuir à psicologia competência para diagnosticar e orientar toda a força de trabalho do País, visando assegurar ao trabalhador meios e recursos para elevar seu nível de qualificação, quer profissional, quer cultural. No entanto, esse projeto não chegou a ser implantado, e a existência do ISOP só se viabilizou através da Fundação Getúlio Vargas, criada em 1944: seu presidente, Dr. Luiz Simões Lopes, ao idealizá-lo como uma das primeiras metas dessa instituição[...]”

Então, vemos nesse texto uma íntima relação entre o processo de modernização do país e o lugar atribuído à Psicologia pelo Estado, pois, já em 38 há esta “tentativa, sem precedentes, de se atribuir à psicologia competência para diagnosticar e orientar toda a força de trabalho do País”. Que ciência é essa que inspira tamanha confiança “em diagnosticar e orientar toda a força de trabalho do País?” Qual Psicologia está sendo convidada para tamanha responsabilidade?

Retomando o cenário nacional, pouco depois, em 1945 este processo enfrenta a decadência, nascendo o movimento do queremismo, isto é, o movimento de “querer” a permanência de Getúlio no poder, gerando o “dia do Fico”, apoiado no Ministério do Trabalho e financiado pelos empresários. Esta “dobradinha” entre empresários e Getúlio surpreendeu os adversários políticos, que não imaginavam tão grande o poder do ditador. A democracia eleitoral restaurada em 1945 elege o candidato de Getúlio – Eurico Gaspar Dutra.

Nesse mesmo ano de 1945, vem ao Brasil pela primeira vez, o médico Emilio Mira y López (1898-1964),¹⁴ de origem espanhola, mas nascido em Cuba, enquanto colônia espanhola. Sua família volta para a Espanha, quando tem a idade de dois anos, e após breve

¹⁴ Emilio Mira y López, médico-psicólogo que viveu a experiência da guerra civil espanhola tendo se aliado aos republicanos, após a vitória dos franquistas, exilou-se na França e na Inglaterra. Em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, buscou abrigo na Argentina e posteriormente no Brasil. Ele faz parte de um grupo de cientistas europeus que, pressionados pelos distúrbios políticos na Europa, vieram a contribuir para o desenvolvimento da ciência na América. Para outras pesquisas sobre o tema ver: Lourenço Campos e Antonini in: Guedes (1998:129-137); PENNA, 1992.

passagem pela Galícia, chega, em torno de 1902, a Barcelona, onde cresceu. Licenciou-se em medicina pela Universidade de Barcelona (1917), com doutorado em Psicotécnica, em Madri (1923),¹⁵ passando a dedicar-se à psiquiatria. Esta visita, para uma série de conferências foi a convite do Departamento Nacional da Criança, no Ministério da Saúde, na época dirigido por Helena Antipoff, que morava no Rio de Janeiro (GUEDES, 1998:131).¹⁶ Já Rosas (1995) relata que o primeiro convite ao professor Mira y López foi feito, em 1945, pelo DASP.¹⁷ Em outro texto sobre a vinda desse psicólogo ao Brasil, Martins (1999:303) relata que o convite foi feito por um conjunto de entidades públicas, dentre elas a USP, SENAI, DASP, Centro de Estudos Franco da Rocha. Seu sucesso foi tão grande que voltou, no mesmo ano, para dar continuidade às suas palestras. Em janeiro de 1947, Mira y López responde a uma carta de Helena Antipoff¹⁸ dizendo que aceitou um convite para vir para o Brasil trabalhar no Rio de Janeiro. (CAMPOS et al., 1998). Esse convite foi feito pelo Dr. João Carlos Vital, presidente da Fundação Getúlio Vargas, fundada em 1944,¹⁹ para que participasse na criação de um órgão voltado para a “seleção e adaptação do trabalhador brasileiro”, o ISOP (1947). Em depoimento já aqui citado, Jorge Oscar de Mello Flôres, descreve desta maneira a fundação do ISOP:

¹⁵ O título de sua tese é: *Correlaciones somáticas del trabajo mental*. Sobre a história do criador do ISOP, ver seu biógrafo: Paulo Rosa. *Mira y López: trinta anos depois*. São Paulo: Vetor, 1995.

¹⁶ Helena Antipoff nasceu na Rússia, estudou na Universidade de Paris, onde licenciou-se em ciências, e na Universidade de Genebra, onde obteve o diploma de Ciências de Educação, em 1916. Depois de diplomada voltou a Rússia e viveu a eclosão da Revolução de 1917. Trabalhou pela reconstrução do país atingido pela Primeira Guerra e pela Revolução de 1917. Seu trabalho foi com a (re)educação de crianças abandonadas. No Brasil Helena Antipoff teve notável presença no desenvolvimento da Psicologia, em especial da Psicologia Educacional, com a criação da Fazenda do Rosário em Minas Gerais e do Instituto Pestalozzi. Para este tema consultar o Memorial Helena Antipoff, na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, UFMG, Belo Horizonte. Voltaremos a falar desta notável psicóloga russa nos dois próximos capítulos.

¹⁷ DASP – Departamento de Administração do Serviço Público. Esta diferença entre autores quanto ao grupo anfitrião do professor Mira y Lopes tem uma certa importância porque o DASP é o órgão público de onde nasceu a FGV (Fundação Getúlio Vargas) que é a instituição sede do ISOP. E Helena Antipoff é a responsável pela presença de Mira y López na criação do SOSP em Belo Horizonte, que será tema do próximo capítulo.

¹⁸ O Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, em Belo Horizonte, guarda a correspondência entre estes dois importantes psicólogos.

¹⁹ Jorge Oscar de Mello Flores, diretor executivo da FGV, em depoimento prestado ao CPDOC, descreve assim a criação da FGV (1944): “A iniciativa partiu do Dr. Simões Lopes. Preocupado com a falta de preparo, com o número reduzidíssimo de aprovados nos concursos do DASP, resolveu criar uma entidade fora do governo para preparar quadros para a administração. Naturalmente, depois a proposta evoluiu, de uma instituição de ensino, para ensino, pesquisa (que é complementar) e informação, bem como estendeu o campo às ciências sociais em geral. D’araujo, Farias e Hippolito (orgs.) *Na periferia da História/Jorge Oscar de Mello Flores*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

“O Vidal estava encarregado de montar o ISOP, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, e não fazia! E eu, já com o Mira Y Lopez e uma psicóloga baiana, Edwiges Florence, contratados. Tive que fazer o ISOP, para não ficar pagando profissionais sem atividade. O Vital também quis pedir demissão. Aí eu disse ao Simões: O Vital quer exercer sua prerrogativa de nomear gente. Nós estamos começando, ainda há muita vaga para ser ocupada. Deixe o Vital nomear os outros, que ele fica.”²⁰

Com tais palavras, apoiadas em argumentos claramente norteados pelos valores do capital, Mello Flores, enquanto empresário dirigente da FGV, declara “que teve que fazer o ISOP, para não ficar pagando profissionais sem atividade”, pois esses psicólogos profissionais passaram a ser encarregados de “selecionar e adaptar os trabalhadores”. Esse clima de comprometimento já anuncia, na sua criação, as resistências que o ISOP viria sofrer pelas universidades, como um trabalho “não científico da Psicologia”.

Mas, continuando neste mesmo artigo de revisão do ISOP,²¹ encontramos que:

“para entender o que o ISOP iria oferecer à comunidade brasileira e à psicologia como ciência, é necessário reportarmo-nos às condições reinantes naquele ano, quando não existiam cursos de formação de psicólogos, quando nem se poderia cogitar de regulamentar tal profissão, quando apenas algumas e poucas grandes entidades – como SENAI, SENAC, EFCB, CFESP – tinham alguns setores de psicologia para seu próprio uso, mas não havia serviços destinados ao público para ministrar as técnicas então dominantes da psicologia do trabalho: a seleção e a orientação profissional”.

Nessa declaração do ISOP não aparecem referências aos outros movimentos antecedentes e/ou concomitantes, brilhantemente pesquisados pela professora Mitsuko Antunes e colaboradores (1999:97-132),²² para citar somente os do Distrito Federal, representados pelo: Gabinete de Psicologia Experimental do Instituto de Educação do Rio

²⁰ Idem, p. 64. Os nomes Vital e Simões se referem respectivamente a João Carlos Vital e Luiz Simões Lopes.

²¹ Instituto Superior de Estudos e Pesquisas psicossociais (ISOP). Arq. Brás. Psic., Rio de Janeiro, 42(2)141-72, mar/maio 1990.

²² Aos pesquisadores de História da Psicologia recomendo o “Quadro de referências sobre a história da psicologia no Brasil: 1930-1962”, de Antunes et al. (1999:97-132), onde encontramos os principais fatos da Psicologia nesse período em todo o Brasil, obra imprescindível para pesquisadores da área.

de Janeiro, obra de Plínio Olinto (1930), que com um grupo de professores renova o ensino da Psicologia e realiza pesquisas; no mesmo Instituto, Lourenço Filho é catedrático de Psicologia; lembrando o livro de Nilton Campos: *Psicologia da Vida Afetiva* (1930); pela Liga Brasileira de Higiene Mental (1932) que propõe ao Ministério de Educação e Saúde Pública a presença obrigatória de “gabinetes de Psicologia”; o então revolucionário Laboratório de Psicologia Experimental da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro (1932), que já havia criado o Instituto de Psicologia, com o primeiro projeto de curso de formação de psicólogos (1932), que não se concretizou por falta de recursos, por várias pressões que inviabilizaram o curso de formação (PENNA, 1992:21) (JACÓ-VILELA, 1999:247-255);²³ ainda nesse ano, Anísio Teixeira transforma a Escola Normal do Distrito Federal em Instituto de Educação(1932), quando criou cursos de especialização e aperfeiçoamento e o Serviço de Testes e Medidas Escolares; nesse ano ainda é introduzido no Brasil o teste de Rorschach;²⁴ Nilton Campos, através de conferências, avança no estudo da Psicologia de 1933 em diante; em 1934, a Universidade do Rio de Janeiro, depois Universidade do Brasil, anexa a seus serviços o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro; Nilton Campos cria o *Boletim de Psicologia*, na Universidade do Brasil (1934); também nesse ano na Universidade do Distrito Federal é criado o curso de Psicologia Geral e Social, com a liderança de Etienne Souriau; esta mesma Universidade contrata professores europeus para o ensino de psicologia na formação de professores secundários e de filosofia (1935); no ano seguinte, a Escola Amaro Cavalcante organiza um Serviço de Orientação Vocacional (1935); cria-se o Núcleo de Pesquisa Educacional da Municipalidade (1935); Lourenço Filho organiza a Escola de Educação, da Universidade do Distrito Federal (1935); Já em 1936, Plínio Olinto²⁵, com a colaboração de Souriau, ministra o primeiro curso de Psicologia do Trabalho; a Biblioteca da Academia Nacional de Medicina publica os *Anaes* da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro (1936), também é realizado o Seminário Brasileiro de Psicologia (1936); juntos, Souriau e Plínio Olinto ministram na Escola de Economia e Direito o curso de Psicologia

²³ Segundo Penna (1992) esses fatos, e segundo Jacó-Vilela (1999: 247-255) em nota de rodapé n.º 7, as causas da saída de Radecki, não são claros. Havia decepções quanto ao lugar do cientista no Brasil. Mas o que resultou é que Radecki foi para a Argentina, onde permaneceu até 1953.

²⁴ Os nomes pioneiros nessa tarefa foram José Leme Lopes, Robert Veit e Aníbal da Silveira (Antunes, 1999:104).

²⁵ Plínio Olinto estudou com Pieron, em 1921 (ANTUNES, 1999:108).

do Trabalho (1936), com demonstrações práticas; nasce, com a liderança de Leonídio Ribeiro, o Laboratório de Biologia infantil (1936);²⁶ o engenheiro João Carlos Vital, como colaborador, participa da comissão do Serviço Público Civil do Governo Federal para a realização de trabalho de seleção profissional (1936) e, em seguida, realiza trabalhos de seleção profissional em várias empresas, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (1937); em 1937, foi reativado o Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, que nasceu do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro; a pedido de João Carlos Vital o Instituto de Educação da Universidade do Distrito Federal promoveu seleção de candidatos para o Instituto de Previdência e Assistência Social (1937); tendo como criador Anísio Teixeira e como diretor Lourenço Filho; é criado o INEP, que deu continuidade ao trabalho do “Pedagogium”, que passou a ter uma sessão de Seleção e Orientação Profissional e de Psicologia Aplicada; é criado o DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público (1938),²⁷ com divisão de Psicologia Aplicada para Seleção; a Estrada de Ferro Central do Brasil cria o Serviço de Seleção Profissional (1939); também em 1939 a Faculdade Nacional de Filosofia estabelece cursos de Psicologia Geral e Aplicada; em 1940, Jaime Grabois oferece cursos de Psicotécnica no Instituto de Psicologia; o Instituto Nacional de Surdos-Mudos passa a desenvolver pesquisas; relembrando a criação da FGV (1944); também em 1944, a criação do INEP e da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP*, que passou a divulgar, para circulação ampla, muitos artigos de importância para a psicologia educacional e aplicada; também relembrando que, em 1945, Helena Antipoff se transferiu de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro para trabalhar com psicologia educacional, que incluía orientação profissional para menores; em 1948, Leon Walter e seu discípulo Pierre Weil chegam ao Rio de Janeiro, pelo SENAC, com o objetivo de criar cursos de orientação profissional, instalando os Serviços de Psicotécnica. Relata Pierre Weil²⁸ que “viajou todo o Brasil ensinando e formando orientadores profissionais, do Amazonas ao Rio Grande do Sul”.

²⁶ Este Laboratório tinha como meta estudar as causas físicas e mentais da criminalidade juvenil e apurar as técnicas de tratamento de menores delinquentes. (ANTUNES, 1999:109).

²⁷ Este Departamento de Administração do Serviço Público – DASP deu origem à Fundação Getúlio Vargas (1944) e, com o desdobramento na criação do ISOP (1947). Em 1940, com a direção de Lourenço Filho são feitas as primeiras pesquisas sobre Relações Humanas, além de ministrar cursos de Psicologia das Relações Humanas, no DASP. (ANTUNES, idem, idem: 112).

²⁸ Entrevista concedida em 10/6/2004.

Então, nesse rápido mas significativo apanhado de fatos somente no Distrito Federal, é possível ver que alguns grupos organizados já “cogitavam de regulamentar tal profissão”.

Ainda no mesmo artigo citado (Instituto Superior de Estudos e Pesquisa Psicossociais, 1990:141-72), é dessa maneira justificada a criação do ISOP, em 8 de agosto de 1947, “O ISOP já surgiu de uma necessidade coletiva: seu advento não é apenas um início, pois representa o ponto de confluência num complexo encadeamento de fatos”, fatos que excedem à própria instituição FGV (1944), pois são, como já apontados, fruto de movimentos do Estado Novo. Mas no primeiro editorial (LOPES, 1949:5-6) da revista do ISOP, é assim apresentada a sua criação: “entre as múltiplas atividades que a Fundação Getúlio Vargas se propõe desenvolver, ocupa lugar de destaque a melhoria das condições do rendimento humano, mediante aplicação dos conhecimentos científicos ao campo do trabalho”. Esse trecho mostra que o lugar de destaque está “na melhoria das condições do rendimento humano”, deixando claro que a Psicologia está a serviço de “selecionar e treinar” o “homem certo para o lugar certo”, para que se “produza mais com menos custos”. O ISOP nasce “visando realizar investigações no campo da psicotécnica, promover a formação de pessoal especializado e prestar serviços a instituições e ao público em geral” e para organizar e dirigir, “do ponto de vista técnico”. Para o ISOP (1947), a Fundação Getúlio Vargas contratou os serviços de um “especialista de renome internacional”, o professor Mira y López, e recorreu à reconhecida capacidade de um “ilustre administrador brasileiro” – o engenheiro João Carlos Vital – um dos pioneiros da aplicação da psicotécnica no Brasil, para “a direção suprema do Instituto”. Nesse editorial, Lopes apresenta as razões para a criação da revista do ISOP, que nasceu com o nome de *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, em setembro de 1949, com a direção de Lourenço Filho e Alfredo de Oliveira Pereira, como um instrumento de:

“conclamar os que estudam o assunto do ponto de vista científico, os profissionais da psicotécnica, os nossos administradores, empregados, nas atividades públicas ou privadas, “consumidores” do fator humano, que tanto necessitam de mão de obra adequada, a encetarmos, juntos, uma forte campanha de aumento da produção nacional, de maior rendimento, de maior felicidade no trabalho, através da Seleção e da Orientação Profissional”.

Nessa estrutura apresentada vemos que havia a direção da Fundação Getúlio Vargas, cuja presidência estava com Luiz Simões Lopes,²⁹ a “direção suprema do Instituto”, com João Carlos Vital, e a “direção do ponto de vista técnico”, com Mira y López. Tal estrutura administrativa repete o modelo do IDORT, em São Paulo, quando a “direção do ponto de vista técnico” foi dada a Roberto Mange. Em nenhum momento da minha pesquisa encontrei referências registradas de intercâmbio oficial entre estas duas instituições – IDORT e ISOP, sendo que, quando da fundação do ISOP (1947), o IDORT (1931) já estava agregado ao Estado.

Tão nobre e importante iniciativa de criar um periódico de Psicologia vem acompanhada de tão triste justificativa: os *Arquivos* conclamam igualmente os profissionais da psicotécnica, os administradores, os empregadores, para juntos lutarem pelo “aumento da produção nacional, de maior rendimento”, dando ao psicólogo e seu trabalho de Seleção e da Orientação Profissional, o lugar de “parceiro dos *consumidores* do fator humano, que tanto necessitam de mão-de-obra adequada”(grifo meu); ficando a única referência ao trabalhador como quem terá “maior felicidade no trabalho” depois de selecionado e orientado profissionalmente, ou em outras velhas palavras, “o homem certo para o lugar certo”. Nesse contexto, o psicólogo passa a ser “parceiro dos consumidores do fator humano”. Tal afirmativa fala por si mesma.

Então, o ISOP tem o “objetivo básico de contribuir para o ajustamento entre o trabalhador e o trabalho, mediante o estudo científico das aptidões e vocações do primeiro e dos requisitos psicológicos do segundo”. E, para possibilitar tal objetivo, ele foi desdobrado em: aplicação de técnicas de Seleção e Orientação Profissional; promoção de cursos para formação de pessoal na Psicotécnica e em assuntos da Psicofisiologia do trabalho; pesquisas em Ergologia. Para isso conta com a seguinte estrutura: Secção de Informações e

²⁹ Luiz Simões Lopes, propôs ao Governo, cujo presidente era Getúlio Vargas, a criação da FGV, na qualidade de Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, em 4 de julho de 1944. A Exposição de Motivos número 1.796, da qual constam as seguintes palavras: “é fato incontestável, colhido da exposição dos tempos modernos, que a disciplina do trabalho produtivo está sujeita a princípios racionais, que o homem pode conhecer e aplicar para mais seguras realizações de eficiência e de harmonia social; mas é fato, também inegável, que tais princípios, além de complexos, não admitem fórmulas universais, exigindo, para perfeita aplicação em cada caso, o exame acurado de determinadas condições do meio social, das suas possibilidades, das aspirações dos diferentes grupos de trabalho em conflito, da articulação, enfim, das energias produtoras com o próprio plano político da Nação”. (Idem , 6)

Secretaria; Secção de Investigação e Trabalho Social; Secção de Exame Fisiossomático; Secção de Exame Psicotécnico (que inclui Exame da personalidade, Exame de inteligência; Exame de disposições artísticas; Exame das aptidões psicomotrizas; Exame de aptidões especiais); Secção de Síntese Seletiva e Secção de Síntese Orientadora.³⁰

A estrutura montada para o ISOP revela a força do movimento de 1938, do então ministro do trabalho, Dr. João Carlos Vital, e sua tentativa de criação do INSOP, que veio a florescer nove anos depois, no ISOP.³¹ Tão grande força de trabalho dessa “instituição modelar”, que se tornou a mais ampla organização em orientação e seleção, desdobra-se em Minas Gerais, em 1949, na criação do SOSP, nos moldes do ISOP. Este, o SOSP, tem como idealizadores Mira y López e Pedro Parafita Bessa, e será estudado mais detalhadamente no próximo capítulo. Em 1959, Mira y López e colaboradores criaram, na Bahia, o IDOV, com um projeto mais centrado em orientação vocacional.

Segundo as palavras do professor Antônio Gomes Penna,³² duas contribuições importantíssimas que devemos a Mira y López são: o periódico *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, mais tarde convertido em *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. E a fundação da Associação Brasileira de Psicotécnica, transformada em Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. A mudança dos nomes do periódico e da associação, tanto a nacional quanto a internacional, se deve a Pierre Weil,³³ que justificou sua sugestão dizendo que “não se pode pôr psicotécnica na psique humana”. Uma obra tão polêmica como o ISOP, e igualmente polêmico seu diretor Mira y López, tem inegavelmente uma contribuição importante para a Psicologia brasileira.

O crescimento econômico desenvolvimentista do final da ditadura de Getúlio (1945), seu retorno, já por eleição, em 1950, alimenta uma explosão de raiva e desespero popular com o suicídio (24/8/1954), crescendo sua popularidade. Seu suicídio muda novamente os rumos políticos traçados. O mito Vargas permite que façamos várias leituras

³⁰ *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, ano I, setembro de 1949, nº I, pp. 8-16.

³¹ Foram presidentes do ISOP: Emilio Mira y López, da criação até 1964; de 1964 até sua extinção, em 1990, quando seu acervo foi transferido para a Universidade Federal do Rio de Janeiro: Athaide Ribeiro da Silva, Ruth Scheffer, Wedder Mondenezi, Wanderlei e Franco Lo Presti Seminário (ANTUNES, 1999:121).

³² Entrevista concedida em 30/7/2003.

³³ Entrevista concedida em 10/06/2004.

do nosso sistema presidencialista, sendo uma delas que o presidente pode ser tomado como símbolo central do poder o condutor do país ao modernismo e a economia – social, e, se manter o patriarca, ao mesmo tempo. Essa realidade de modernização do país, mesmo que ambivalente, exige um certo pragmatismo na educação. A nação necessita de técnicos especializados, para suprir o ritmo industrializante proposto pelo Estado e exigido pelas recém-chegadas multinacionais, que solicitavam mão-de-obra especializada. A década de 1950, com a volta de Getúlio, vencedor das eleições, busca inspiração na década de 1920 para a construção de um Estado moderno, também revigorado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, que elevou os valores ocidentais, aumentou o prestígio dos procedimentos liberais e democráticos. Getúlio, enquanto modelo de político populista, reúne em si o forte e o fraco, o carinhoso e o violento, é povo-nação, espelha o projeto de humanização da sociedade brasileira andando com o povo, se misturando a ele e ao mesmo tempo mantendo a distância hierárquica. Após sua morte trágica torna-se mais ainda um mito, um referencial imortal para a memória nacional. A década de 1950 é a década de ouro do populismo nacional, que se tornou a melhor tradução do impasse a ser vencido para a conquista da modernidade nacional. O “populismo” é tomado por Gomes (1998:546) “como produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930 e que se manifestou de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massa”.

Com tal apelo nacional, com uma psicologia bastante pragmática, encharcada pela psicotécnica, com o movimento crescente dos cursos breves de psicologia ministrados pelo ISOP,³⁴ baseados numa psicologia cientificista calcada em testes objetivos, “quepreparava os psicotécnicos no Rio de Janeiro, através de cursos breves, com o objetivo básico de contribuir para o ajustamento entre trabalhador e o trabalho, mediante o estudo científico de suas aptidões e vocações, através da criação e/ou aplicação de teste psicológicos”, que tinham como meta selecionar para um posto de trabalho e desenvolver orientação profissional para estudante, que “constituía numa seleção prévia do jovem ao mercado de trabalho”, a psicologia caminhava a passos largos no Distrito Federal para um

³⁴ Relata Pedro Parafita Bessa, em fita do CRP-04, que Mira y López queria que o ISOP fosse o responsável pelos *cursos de psicologia*, que deveriam continuar a ser de *nível técnico*.

casamento perfeito entre a velocidade da industrialização crescente e a formação de psicologistas técnicos.

Atentos a esse processo relacional da psicologia-psicotécnica, a PUC-RJ, coordenada pelo professor Hanns Ludwig Lippmann, com a colaboração do professor Nilton Campos, cria o primeiro curso universitário de Psicologia do Brasil (1953), com o projeto de canalizar para a PUC-RJ “o que o ISOP já fazia de forma esparsa e descontínua, com seus cursos breves” (MANCEBO, 1999:114). O IPA – Instituto de Psicologia Aplicada da PUC (1953), surge, portanto, dentre outros motivos, como uma alternativa ao ISOP (1947), para, de certo modo, “esvaziar” o poder crescente da formação espaçada e tecnicista oferecida por aquela instituição (LANGENBACH, 1982b).

“Os objetivos explícitos da nova escola bem demonstram a duplicidade de interesses, de modo que o IPA deveria ser um curso de formação universitária de especialistas em psicologia aplicada, mas também um centro de pesquisa, de documentação e de colaboração internacional no plano científico, para isto nasce com uma preocupação central—apresentar uma densidade teórica, suprimindo as deficiências existentes no ISOP” (MANCEBO, 1999:115).

Nessa procura de entender o “espírito” da época, busco desenvolver uma leitura das palavras que constituem os discursos, das rupturas que as entrelinhas dos discursos permitidos me fornecem, quero atentar para as relações dos saberes e poderes que se apresentaram, tão ricos para a história da psicologia. O processo crescente de industrialização, a vinda de mão-de-obra qualificada do exterior, o crescente número de desempregados na cidade, os problemas conseqüentes para o Estado, abre um campo propício para esta nova profissão na Capital Nacional – os psicotécnicos, que podem medir e avaliar essa tão urgente mão-de-obra qualificada, fazendo com que a “escolha” e a “capacitação” dessa mão-de-obra fiquem indissociáveis para a melhoria da qualidade do trabalho. Esses novos profissionais especializados em “escolher adequadamente a força de trabalho, tendo para isso como parâmetro fundamental o exame das aptidões e do caráter, assim como a ação sobre o seu treinamento, isto é, influenciar o próprio processo de aprendizagem visando um rendimento maior”, então, esse grupo do ISOP e da Associação Brasileira de Psicotécnica, liderados pelo professor Mira y López e Lourenço Filho, faz o primeiro projeto de profissionalização.

Passaram-se dez anos até que o persistente professor Lourenço Filho conseguiu a devolução do anteprojeto de Lei, que havia sofrido mutilações e restrições. Novo projeto, encaminhado pela Associação de Psicólogos de São Paulo, foi acompanhado pelo Deputado Aducto Lucio Cardoso e, depois de discutido e aprovado no Congresso, se transformou na Lei 4.119, de 1962. “É ainda graças a essa opção do Deputado Aducto Cardoso que somos hoje psicólogos, já que na nomenclatura proposta por Lourenço Filho, seríamos hoje psicologistas” (VELLOSO, 1988:6-7).

O professor Franco Lo Presti Seminério, do ISOP, assim descreveu a função do psicólogo a partir da regulamentação profissional: “ao psicólogo um papel social de múltiplas direções, que no planejamento e desenvolvimento educacional a nível sistêmico, para promover o crescimento cognitivo dos seres humanos, único instrumento real para igualar as classes sociais, quer no ajustamento real concebido transideologicamente como maturidade, na elaboração dos próprios conflitos, a que todo o ser humano faz jus, quer no replanejamento sociotecnológico da cultura e de seus instrumentos para permitir um mundo ‘ergonomizado’ e menos penoso para o trabalhador e para o existência de cada ser humano” (SEMINÉRIO, 1987:32). Aqui, a função do psicólogo está ressignificada do ideário dos saberes e poderes propostos ao psicologista ligado à psicotécnica, somente.

Naturalmente, o ISOP (1947), maior centro de formação de técnicos psicologistas da época, só poderia estar presente como força atuante nesse processo de autonomização da profissão. Fazendo um apanhado retrospectivo vemos que: na primeira década de sua existência suas atividades giraram em torno da implantação profissional, bem como de formação das primeiras levadas de especialistas. A Orientação Profissional de 1.100 casos atendidos entre cinco e 14 anos (*sic*)³⁵ foi alvo de “uma pesquisa rigorosamente dimensionada” fazendo do ISOP “um modelo técnico e metodológico”.³⁶ Na segunda década, continuando seu trabalho com a psicotécnica, o destaque está na participação ativa na regulamentação da profissão.

³⁵ Não aparece nenhuma explicação de como era feito o processo de Orientação Profissional em crianças entre cinco e 14 anos. Tal precocidade em orientar para o trabalho voltará aparecer no próximo capítulo, quando tratarei do SOSP- MG, que “foi criado nos mesmos moldes do ISOP”.

³⁶ Dentre a lista de trabalhos de seleção e treinamento de empresas particulares e públicas, está a seleção de motoristas que foi alvo de críticas e teve um caráter polêmico na época, mas justificada como um passo significativo no combate ao acidente de trânsito.

Após 1962, com a profissão regulamentada, os cursos de psicologia em nível universitário foram crescendo em número e os cursos de formação do ISOP (1947), em nível técnico, perderam força atrativa, mudando o panorama da psicologia, “num ritmo até então imprevisível”, mas o ISOP continuou na luta para divulgar a profissão e sua concepção de psicologia. Em 1967, o ISOP reinvidica, “por sua história e seu acervo de experiência”, o papel de abrir “mais ainda suas portas ao verdadeiro grande público: a comunidade, atingida agora pelo caminho de projetos macropsicológicos de grande envergadura”.³⁷ Finalmente, é o primeiro a obter credenciamento pelo CFE na área de psicologia para curso de pós-graduação, em mestrado (1971), e em doutorado, em 1977. Mantém a mesma sigla, mas redefine seus objetivos, que passam a ser: “O Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais (ISOP), ex-Instituto de Seleção e Orientação Profissional, tem por finalidade concorrer para o desenvolvimento teórico e prático da psicologia aplicada ao trabalho, à educação e à comunidade”. Esse momento é assim descrito por PENNA (1999:21),³⁸ um dos atores desse processo: em 1970 foi formada uma comissão presidida pelo professor Lourenço Filho³⁹ para estudar a implantação de um programa de pós-graduação em Psicologia Aplicada, com quatro áreas de concentração. No ano seguinte, é nomeado Chefe do Programa de Pós-Graduação e Coordenador dos programas devidamente implantados- professor Antônio Gomes Penna, que permaneceu durante 22 anos nessa função, “somente dispensado em novembro de 1992, quando do encerramento das atividades do Centro de Pós-Graduação”. Seu acervo, incluindo os direitos de publicação da revista e sua biblioteca de Psicologia, foram transferidos para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para onde também foram os professores.

Segundo o professor Eduardo Dapiesi⁴⁰ “todos os professores foram desligados ou transferidos para a Universidade, mas o Penna ficou ainda, por um tempo, ligado à Fundação para administrar algum assunto do ISOP”.

³⁷ Continuando uma lista de trabalhos nacionais e internacionais, ver: Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais (ISOP). “Sumário das atividades de 1989”. *Arq. Bras. Psic.*, Rio de Janeiro, 42(2) 141-72, mar/maio 1990.

³⁸ Antonio Gomes Penna. “Minha caminhada na Psicologia”. In: JACÓ-VILELA, Ana et al. (org.) (1999)

³⁹ Durante o processo dessa comissão o professor Lourenço Filho veio a falecer, ficando vago seu lugar até ano seguinte, após a instalação do curso de pós-graduação.

⁴⁰ Entrevista concedida em 30/8/2003, na sede da FGV/RJ, por este professor da FGV, que conviveu com o ISOP enquanto “braço principal da FGV”.

A partir daqui, é importante retomar, em caráter reflexivo, um exemplo dos trabalhos desenvolvidos pelos psicólogos do ISOP (1947), para complementar a arqueologia desse Instituto. Para tanto, selecionei o relatório preliminar do polêmico trabalho de “seleção de motoristas”, pelo número de críticas que recebeu da imprensa local, dos intelectuais das universidades da época, no Distrito Federal, e porque é baseado no projeto do professor Mira y López, o criador do teste PMK.⁴¹

O trabalho de Emilio Mira y López de decomposição e recomposição do homem para criação de uma Psicotécnica de Seleção de Motoristas⁴²

Os atos não são bons ou maus *a priori*, mas *a posteriori*.

Mira y López, 1949:185

A justificativa da priorização dada pelo ISOP (1947) para a escolha desses profissionais, os motoristas, como os primeiros a serem selecionados pela psicotécnica, foi feita porque diziam algumas revistas que “o Rio de Janeiro possui o campeonato mundial de acidentes de trânsito. Certo ou errado, a verdade é que o número de vidas humanas que diariamente periclitam sob os pneus de seus carros é alto demais para as suas autoridades permanecerem neutras”. Continuando adiante a contar, que foi assim, “neste anseio de poupar vidas humanas, que a seleção psicotécnica de motoristas tornou-se, no Rio de Janeiro, mais uma arma de luta contra a invalidez e a morte (FRANCISCO CAMPOS,

⁴¹ Rosa M. Rizzo dos Santos. Emilio Mira y López e o PMK. Cronologia das realizações. Dissertação de mestrado em Psicologia, na Universidade São Marcos. 1998 (mineo). Nessa dissertação encontra-se um exaustivo levantamento das obras desse professor. Este teste, o Psicodiagnóstico Miocinético – PMK, foi desenvolvido baseado em suas pesquisas no Maudsley Hospital, na Inglaterra, onde viveu depois que fugiu da guerra da Espanha. Em 12 de outubro de 1939, apresentou seus resultados oficiais do PMK à Royal Society of Medicine.

⁴² Este não é um relatório completo do trabalho desenvolvido, é o foi possível ter acesso, mas, dada a relevância do tema, optei por refletir sobre esse material conseguido. Ver: Sessão noticiário da Revista: *Arq. Bras. de Psicotécnica*. Ano 4, junho 1952, nº 2, pp. 91-93. Também procurei utilizar o artigo de Francisco Campos, “Seleção Psicotécnica de Motoristas”. *Arq. Bras. de Psicotécnica*, ano 3, setembro 1951, nº 3, pp. 8-25, que traz, na íntegra, a palestra referente ao tema, no curso de Mira y Lopes no DASP. É um artigo teórico, por isso nos mostra baseados em quais teorias os psicólogos do ISOP (1947) desenvolviam a seleção de motoristas. Lembrando que o sucesso conquistado pelo professor catalão com essa e outras palestra no DASP resultou na sua contratação pela FGV (1944).

1951:7). A partir daí, o autor passa a discorrer sobre as principais teorias psicotécnicas para seleção de motoristas.⁴³

Mas, o destaque principal é dado ao professor Mira y López, ao apresentar sua palestra no DASP,⁴⁴ quando esse pesquisador psicologista apresentou seu projeto de trabalho cujos objetivos são: “Elaborar um quadro de aptidões profissionais tendo em vista a seleção eliminatória do pessoal condutor. Usar as técnicas de observação, discussão verbal, registro cinematográfico, controle experimental para as fases de: por em movimento o ônibus, de modo suave. Dirigir o veículo através do tráfego, de modo mais regular possível, sem mudanças bruscas de velocidade. Atender aos sinais acústicos e visuais de parada. Parar o ônibus suavemente. Evitar obstáculos que possam apresentar-se inesperadamente durante o trajeto. Colocar e tirar o ônibus da garagem, estacionando-o devidamente”

Para tanto serão requeridas as seguintes aptidões: sensibilidade muscular e osteoarticular nos braços e pernas, capacidade de dissociação simultânea desses movimentos; ortofonia, agudez visual, percepção de relevo, resistência ao deslumbramento, boa memória topográfica, boa nictopsis, boa apreciação comparativa das distâncias lineares, amplo campo visual, sem escotomas, excelente percepção diferencial da velocidade, regularidade de ritmos quinéticos, boa percepção subconsciente de intervalos temporais, boa localização de sons e ruídos, boa memória de posição, capacidade de atenção espontânea condicionada, capacidade de persistente vigilância no campo visual marginal.

A partir daí, Mira y Lopes aponta uma lista de “qualidades complementares” que são: perfeito controle dos movimentos reflexos e deflexos defensivos, capacidade de aprendizagem de novos deflexos para situações não previstas, boa avaliação imaginativa,

⁴³ O autor relembra que foi Hugo Munsterberg, em 1912, nos Estados Unidos, quem iniciou os primeiros procedimentos psicotécnicos para seleção de motoristas, “providenciando *medidas para pôr de manifesto as qualidades mentais para uma tarefa na qual a vida, a integridade pessoal e o êxito econômico estão em perigo*”. Relembra também, a partir desse trabalho inicial: Tramm, na Alemanha, Lahy na França, Mira (esta referência é a Mira y López, que criou o teste PMK para motoristas) na Espanha, Viteless nos Estados Unidos.(FRANCISCO CAMPOS, 1951: 9).

⁴⁴ Mira y López, Emílio - “Análise do trabalho de *chauffeur* nos condutores da Cia. Geral de Ônibus de Barcelona” – Curso de Aperfeiçoamento do DASP: Orientação, seleção e readaptação profissional.

haptocinética, de retroespaço, boa memória cinestésica, habilidade motriz e inteligência espacial normais.

Após essa exaustiva *decomposição do ser humano (sic)*, o possível candidato a *chauffeur*, segundo Mira y Lópes, o qual foi apresentado nesse artigo, como o principal estudioso do tema, “provavelmente, ninguém estudou tão exaustivamente o assunto e por tão longo tempo como o Dr. Mira” (p.10), este declara que o candidato a motorista precisa ter algumas condições “caracterológicas e pessoais”, com destaque para bom coeficiente de auto-suficiência, sem hipertrofia da auto-estima, isto é, combinação de segurança com prudência; capacidade de “extensão” e “fusão” da imagem corporal com objetos inanimados em co-translação (“O *chauffeur* forma uma unidade indissolúvel com seu veículo”) (*sic*).

Ainda nesse trabalho de decomposição e recomposição do motorista, Mira apresenta os procedimentos de controle da ficha do candidato: observação dos rendimentos dos condutores “melhores” e “piores” nas diversas fases. Acrescentar a opinião dos inspetores de linha sobre o desempenho dos candidatos aspirantes; comparação do rendimento médio dos aspirantes e instrutores; classificação por grupos de rendimento dos candidatos admitidos por testes e correlação com os veteranos, comparação do rendimento médio global na bateria de provas de todos os admitidos e de um “grupo equivalente de profanos”.⁴⁵

Após os primeiros nove meses de trabalho de seleção de motoristas no Rio de Janeiro,⁴⁶ é assim apresentada, “em sessão solene no salão de conferencias do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas”, a comunicação do professor Mira y Lopes sob o título “Resultados parciais da seleção psicotécnica de motoristas no Rio de Janeiro e problemas derivados desta seleção”.⁴⁷

⁴⁵ Até aqui a apresentação desses dados está baseada no artigo, já citado, de Francisco Campos (1951).

⁴⁶ Nesse período de abril a dezembro de 1951, foram examinados 2.751 motoristas, sendo que 2.256 foram a pedido do Serviço de Trânsito; os demais encaminhados por outros órgãos da administração pública e privada.

⁴⁷ Dentre os “seletos e numerosos” presentes estavam: os representantes do Serviço de Trânsito, do Touring Club do Brasil, do Departamento de Transporte da Prefeitura e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas, e uma delegação da Associação Brasileira para Prevenção contra Acidentes.

O professor Mira y Lopes comunica que os resultados dos exames psicotécnicos são “deveras impressionantes e comprovam o acerto da iniciativa do Major Côrtes, diretor do trânsito do Rio de Janeiro, em adotar a seleção psicotécnica”. Também confirmam o que a imprensa proclama: “há verdadeiros alucinados na direção dos ônibus e lotações que servem à população carioca”.

Ao apresentar os gráficos com os resultados, um grande número de profissionais (63% dos antigos profissionais) não apresentam condições técnicas desejáveis para conduzir veículos coletivos. Como crescia o número de pessoas que se submetiam ao psicotécnico crescia também o número de não habilitados, derivando daí um problema social. A respeito desse problema social, o professor Mira diz “O motorista considerado inapto definitivamente nos exames psicotécnicos tem a sua carteira cassada pelo Serviço de Trânsito, resultando desse ato legítimo da autoridade em favor da segurança pública ficar o profissional em situação de completo abandono, face a legislação vigente: – se é empregado, perde o emprego, sem direito a qualquer indenização e, embora contribuinte obrigatório de uma instituição de previdência social, não tem direito, também, à aposentadoria, uma vez que sua incapacidade para trabalhar não é, na maioria dos casos, de ordem fisiológica, e sim técnica”. Mas, após lembrar que os motoristas ficarão “em situação de completo abandono”, o Dr. Mira rapidamente retoma a necessidade de continuação dessa psicotécnica acrescentando que: “tais obstáculos não devem ter a menor influência no prosseguimento dos exames psicotécnicos, tendo-se em vista que a vida do pedestre e do passageiro é tão valiosa quanto a dos que dirigem veículos coletivos, constituindo os resultados obtidos até aqui uma prova irrefutável de sua necessidade[...]”.

Sobre esses dados, também as palavras apresentadas pelo Dr. Mira y Lópes, recorro aos dizeres foucaultianos quando afirma que “o estudo arqueológico está sempre no plural”, porque ele se baseia nas multiplicidades de registros, percorre interstícios e desvios, que desenham entre si espaços em branco, busca traçar configurações singulares, tem seu horizonte no emaranhado de interpositividades, não unifica, mas multiplica. (FOUCAULT, 2002a:180-183). Então, após decompor o perfil do motorista em múltiplas células, o Dr. Mira o recompõe, reordenando as peças em um novo perfil, adequando para que “o *chauffeur* forme uma unidade indissolúvel com seu veículo”. Ora, “unidade

indissolúvel” é paixão, é simbiose, que é assim conceituada pelo professor Mira, em *Quatro gigantes da Alma*, explicando que, na fase de fusão e simbiose os amantes não desgrudam, sendo que “mais fácil será romper-se o núcleo atômico de que desfazer-se uma simbiose amorosa, pois quando chega a produzir-se, oferece o paradoxal efeito de aumentar com os obstáculos e resistências que surjam em seu caminho” (MIRA Y LÓPES, 1949:144). O *chauffeur* e seu veículo devem se unificar, isto é, o motorista ideal mais do que acompanhar o ritmo da máquina, deverá unificar-se com ela.

A metodologia de pesquisa usada por ele acompanha os passos da psicologia da administração racional, onde a meta é quebrar os saberes/poderes do trabalhador em múltiplas unidades, capturar os poderes contidos e recompor novamente as partes formando um novo conjunto. Aqui, o homem deverá ir além de acompanhar o ritmo da máquina, deverá formar com ela uma “unidade indissolúvel”. Tal ideal mostra que a função tripla do trabalho está sempre presente “função produtiva, função simbólica e função de adestramento ou função disciplinar” (FOUCAULT, 2000:224) Ainda apoiada nos conceitos foucaultianos de poder disciplinar como fábrica de indivíduos, fico pensando na ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, o aparecimento do homem como fruto das ciências humanas e como constituinte dessa mesma ciência, os saberes e poderes sempre juntos, porque todo saber faz seu leito em relações de poder, enfim “não há saber neutro. Todo saber é político” (FOUCAULT, 2000:XX-XXI). É óbvio que a psicologia, a psicomетria, a sociologia e outras ciências sociais têm um papel significativo a exercer para contribuir com o progresso do ideal de “saúde para todos”, aqui representada pelas palavras do Dr. Mira de que “a vida do pedestre e do passageiro é tão valiosa quanto a dos que dirigem veículos coletivos”. As principais contribuições das ciências humanas estão em definir quais os processos incrementam e quais não, as que contribuem com o desenvolvimento da saúde das pessoas e encontrar soluções que possam ser recomendadas aos governantes. Diante dos resultados alarmantes de inadequação de 63% dos antigos motoristas como não apresentando “condições técnicas” desejáveis para a profissão, o professor chama atenção para um problema social decorrente, os inaptos completos ficarão em “situação de completo abandono”, mas imediatamente retoma: “tais obstáculos não devem ter a menor influência no prosseguimento dos exames psicotécnicos”.

Sim, concordo que toda vida humana é única e preciosa, por isso a maneira como a psicotécnica lida com o valor das vidas humanas torna-as secundárias à produtividade. A lista de qualidades requeridas para um motorista revela o olhar seletivo sobre um estilo de vida também; compreendendo que um estilo de vida são padrões coletivos de comportamento relacionados com a saúde, sendo que tais padrões são frutos de escolhas feitas dentro das opções disponíveis no átomo social dessas pessoas, que define suas chances de vida. Ora, a principal contribuição da sociologia de Bourdieu está nas relações entre o privado e o coletivo, a rua de mão dupla entre *Habitus* e Campo; sendo que o *Habitus*, como fomentador de estilos de vida, relaciona-se com as estruturas sociais em sua gênese, portanto na formação de estilos de vida, pondo luz nas determinações das escolhas individuais pelas possibilidades coletivas. As escolhas subjetivas e as possibilidades objetivas traduzem as relações entre Campo e *Habitus*. O Dr. Mira apontou as dificuldades do trabalhador motorista excluído, “seu completo abandono”, mas que “tais obstáculos não devem ter a menor influência no prosseguimento dos exames psicotécnicos”, deixando no esquecimento as condições sociais de trabalho, pelo menos, a adaptação da máquina ao homem. Seu discurso põe luz somente na adaptação do homem à máquina, reproduzindo a “dura psicometria dura”, já analisada no capítulo do IDORT. Concluo este momento reflexivo, com suas próprias palavras, publicadas no mesmo período em que esse trabalho psicométrico com motoristas estava sendo desenvolvido: “Os atos não são bons ou maus *a priori*, mas *a posteriori*” (MIRA Y LÓPES, 1949:185). Acrescento que isto ocorre quando “a ciência é neutra”.

Conclusões parciais baseadas na Psicometria e na Psicologia desenvolvida pelo ISOP (1947)
--

A **Psicologia** desenvolvida no ISOP (1947) está baseada em uma psicometria definidora dos encaminhamentos dados aos resultados dos testes, sendo que esses possuem a força de verdade definitiva, que não pode ser questionada. O trabalho analisado terminou com o psicologista pedindo mais psicometria, com a promessa de que os problemas sociais serão resolvidos com o aumento quantitativo da psicometria. Tal ciência se dedica a estudar o saber/fazer do trabalhador seguindo os passos de análise, deconstrução, reconstrução, síntese em outros parâmetros e avaliação dos resultados. A nova síntese fica justificada pela

produtividade aumentada do trabalhador, que garante “o homem certo para o lugar certo”, é, portanto, uma **ciência comportamentalista**. A garantia de mais eficiência, significa mais lucro com menos custos, traduzindo relações estreitas entre a psicotécnica e o capital. A seleção psicométrica do trabalhador, baseada nesses critérios, revela que o **trabalho é competição**, é velocidade, é acompanhar a máquina, é repetir sem erros para lucrar mais com menos custos, é, em primeiro lugar, lucro, portanto é uma ciência a serviço do ideário liberal. Para tanto, sua preocupação com a saúde fica prioritariamente, voltada para sua produtividade, porque, como revelou o exemplo analisado, o trabalhador deve formar uma “unidade indissolúvel” com a máquina. Não trata, em nenhum momento, das necessidades do trabalhador de espaço para escolher “seu estilo de vida”, como ser protagonista da sua história, portanto **não é uma ciência da saúde**.

Concluído o capítulo do ISOP (1947), continuo a viagem fazendo a próxima parada em Minas Gerais, (re)visitando a criação do SOSP (1949), nos moldes do ISOP (1947).

CAPÍTULO V
***As relações entre a Psicologia da Educação,
a Psicotécnica, a modernidade mineira e o
processo de fundação do SOSP (1949)***

*O que estudamos é comportamento individual ou coletivo.
Alma não faz parte da ciência.*

Parafita Bessa (Entrevista, 2000)

A passagem do século XIX para o XX, em Minas Gerais, foi especialmente marcada, para a evolução da Psicologia, pela criação da Escola Normal Modelo do Estado (1906), onde a presença da Psicologia Educacional teve um abrigo oficial, mas associada à cadeira de filosofia.

Em 1923, no governo de Washington Luiz, era governador de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que teve como seu secretário da Educação Francisco Campos. Nesse período, foi feita a reforma de ensino que introduziu a Psicologia no currículo da Escola Normal. Até então, o ensino esteve voltado para as elites, passando sua atenção a ser redirecionada, com base nos seguintes pontos: como preparação de mão-de-obra; como atendimento do crescente contingente de pessoas nos centros urbanos; como necessidade de aumentar o número de eleitores que poderiam mudar o perfil dos governantes, até então submissos a uma elite rural e coronelista, que mantinha seus “eleitores fiéis”. Com a Reforma de 1923, o ensino passou a ter como bandeira o “princípio da ideologia liberal – a educação é direito de todos”. A educação, precursora da Psicologia no Estado, tornou-se um destaque a partir do 1º Congresso de Instrução, e, da adesão ao Movimento da Escola Nova, acrescido com o movimento modernista mineiro, que contou com a participação de Carlos Drummond de Andrade (GOULART, 1985:16-20).¹ Então, é possível ver que a preocupação com a Psicologia e suas técnicas já estava presente nas primeiras décadas, em Minas, quando, em 1925, foi promovido um curso com o professor carioca C. A. Baker com o tema “Testes”. Já sob a coordenação de Francisco Campos, como secretário de Educação, é realizado um Curso de Aperfeiçoamento para professores ministrado por Iago Pimentel, Alberto Álvares e Alexandre Drumond, com os temas: Psicologia Educacional, Testes e Metodologia. Também, a partir de 1925, foi iniciada a

¹ Íris Barbosa Goulart. Psicologia da Educação em Minas Gerais. História do vivido. Tese de doutorado defendida na PUCSP, em Psicologia da Educação, em 1985. Nessa tese, a professora Íris desenvolve uma interessante pesquisa através da memória de 18 atores que participaram como construtores dessa história da Psicologia, em Minas Gerais.

publicação da *Revista do Ensino*, órgão oficial da Inspetoria Geral de Instrução da Secretaria do Interior e Justiça do Estado. Essa publicação rapidamente, se tornou um veículo de divulgação, entre professores estaduais, de artigos europeus e americanos sobre métodos de ensino, Psicologia da criança, e resultados de pesquisas feitas no estado mineiro. Tais divulgações foram acrescidas da contribuição do jornal *Minas Gerais*, órgão da Imprensa Oficial do Estado, que criou uma sessão pedagógica, aumentando a circulação de informações entre educadores na capital e no interior.

Francisco Campos, que esteve à frente da Secretaria de Educação até 1930, fez, primeiramente, a reforma de ensino primário e normal, paralelamente, promoveu a *Missão Pedagógica Européia* e enviou para os Estados Unidos, Universidade de Colúmbia, um grupo de professores para treinamento, além de, nesse período, ter sido criada a Universidade de Minas Gerais (1927). Nessa Missão Pedagógica Européia vieram: Theodore Simon (colaborador de Binet); os assistentes de Claparède: Léon Walther e a psicóloga russa Helena Antipoff,² principal responsável pelo grande impulso da Psicologia Educacional em Minas Gerais. Logo, a partir de 1929, se tornou líder da Psicologia Educacional na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, principal núcleo do movimento reformista de 1923, implantando as idéias desenvolvidas no Instituto Jean-Jacques Rousseau, de Genebra, que levava em consideração o método do suíço Jean Piaget; a linha experimental de Paul Fraisse. Além de aluna no Instituto Rousseau, Helena foi assistente de Claparède, o fundador desse instituto. Já em 1928, no primeiro curso da Escola de Aperfeiçoamento, esteve presente sua forte participação como educadora e pesquisadora. Nas palavras de Campos (1980:36) os profissionais da Missão Pedagógica Européia estavam assim distribuídos:

“Simon foi encarregado de um curso de Pedagogia e Psicologia Infantil, e de conferências sobre testes psicológicos e organização de classes, Léon Walther deu um curso sobre os métodos da Psicologia, para os alunos da Escola, e foi ainda encarregado de lecionar um curso público, na Universidade de Minas Gerais, sobre Tecnologia e

² Segundo entrevista concedida em 24/2/2000 a Wilson Leite, para o projeto História da Psicologia do CFP-CRP-04, Pedro Parafita Bessa descreve assim Helena Antipoff: “D^a Helena era filha de alto patente militar do Czar Nicolau II, foi criada na corte até que veio a Revolução Russa. Seu marido foi “despejado” em Berlim, juntamente com uma centena de outros intelectuais, e ela, posteriormente, conseguiu se juntar a ele. Veio para o Brasil contratada, sendo que de 2 em 2 anos precisava renovar seu contrato”.

Orientação Profissional. Helena Antipoff, que permaneceu por muitos anos em Minas Gerais, foi encarregada de organizar o Laboratório de Psicologia Experimental, já adquirido pelo governo mineiro na Europa, e de reger por dois anos, inicialmente, curso e trabalhos práticos ligados ao laboratório”.³

As pesquisas desenvolvidas por esse Laboratório de Psicologia Experimental tinham, eminentemente, um caráter prático, eram pesquisas de campo. Dessas pesquisas resultou uma visão realista da situação das “crianças excepcionais”, seu abandono e discriminação social. Com a liderança de Antipoff foi criada, então, a primeira classe especial anexa à Escola de Aperfeiçoamento. Dessa iniciativa nasceu, posteriormente, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1932) e o Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte (1935), onde Pierre Weil foi colaborador na clínica psicopedagógica, por dez anos. Sua principal participação na Psicologia mineira será detalhada na criação do DOT (1958).⁴

Os testes, amplamente usados nesses contextos, revelavam um caráter individualista no atendimento psicológico e a preocupação com o valor científico da prática; ficando no experimentalismo europeu as principais bases da Psicologia mineira, nas décadas de 20 e 30. (GOULART, 1985:199-200).⁵ Essa relação direta do Instituto Rousseau na Psicologia mineira torna-a distinta da psicotécnica, apesar de também valorizarem os testes. Seu caráter educacional faz o foco ser deslocado do mundo do trabalhador atual para o mundo do trabalhador do futuro. A seleção já não mais está no

³ Para o tema consultar esta pesquisa pioneira em história da psicologia em Minas Gerais: R. H. de F. Campos, *Psicologia e Ideologia: Um estudo da Formação da Psicologia Educacional em Minas Gerais*. Belo Horizonte, UFMG, dissertação de mestrado, 1980 (Mimeo).

⁴ Em entrevista concedida em 10/6/2004, Pierre Weil conta que: “Fui amigo de Helena Antipoff durante toda a vida, tivemos uma ligação profunda de amizade, conversávamos muito. Ela me convidou para colaborar na criação da clínica de “consulta” do Instituto Pestalozzi, onde permaneci por 10 anos”.

⁵ No início do século XX o pensamento quantitativo passou a crescer dentro da Psicologia, em cujos laboratórios de experimentação se buscavam as leis universais aplicáveis aos fenômenos psicológicos, quando surgiu a o interesse pelo diferenciável, isto é, a psicomетria. Na Alemanha, Weber e Fechner desenvolveram a psicofisiologia que inspirou a Psicologia Experimental, ao mesmo tempo em que na Inglaterra se desenvolvia a estatística aplicada à Psicologia, na França o interesse pela psicopatologia. Os expoentes franceses da Psicologia, Ribot (1839-1916); Pierre Janet (1859-1947); George Dumas (1866-1946) não efetuaram experimentos, mas foram considerados representantes da Psicologia Experimental na Sorbonne, no College de France e no Laboratório de Salpêtrière. A partir das pesquisas experimentais e dos estudos sobre normal e patológico, Binet e Simon, em 1905, criaram o teste de escala de idade mental. Piaget (1896-1980) foi sucessor de Claparède, Flournoy e Ferrière da Escola Ativa (Escola da expressão criadora da criança). Claparède, como diretor do Instituto Rousseau, convidou Piaget para participar do Instituto, onde ficou por cinquenta anos, criando o Centro de Epistemologia Genética na Universidade de Genebra. (GOULART, idem: 200-201)

candidato ao cargo, mas nos “inteligentes”, nos que “prometem brilho escolar”.⁶ É preciso não desconsiderar, também, a participação dos professores brasileiros que foram para os Estados Unidos aperfeiçoar-se e trouxeram os modismos americanos para cá.

Enquanto isso, nasceu no Rio de Janeiro, em 1924, a Associação Brasileira de Educação, ligada aos escolanovistas. Tudo isso num clima de efervescência que caracterizou as décadas de vinte e trinta. A Semana de Arte Moderna, a deposição e o exílio, em outubro de 1930, do presidente Washington Luiz, a explosão dos movimentos sociais de todas as camadas, desde os operários, passando pela burguesia industrial até os militares, a revolta das Forças Armadas e a criação do Partido Comunista, responderam como atores da Revolução de 30. Voltamos agora ao governo getulista, mas buscando o foco da educação e da psicologia nesse campo. Getúlio, como presidente do Governo Provisório, buscou criar uma estrutura administrativa que lhe assegurasse estabilidade. Para isso criou o Ministério do Trabalho, já citado, e o da Educação, para o qual chamou o bem-sucedido mineiro, o secretário da Educação Francisco Campos, para implantar, em âmbito nacional, a reforma educacional iniciada em Minas Gerais. Mas Getúlio governava em um clima de ambivalência, enfrentando um período de grande instabilidade. A Revolução Constitucionalista, liderada pelos paulistas em 1932, revelava uma resistência ao movimento centralizador do governo getulista que, como represália, retirava dos estados a autonomia. Após o fracasso do movimento, o grupo liderado pelos paulistas perdeu parte da força de resistência ativa. Getúlio governou, nesse período, buscando apoio de todos os grupos, mas, em especial, das Forças Armadas. Tanto a burguesia industrial, quanto os operários, intelectuais, grupos radicais de esquerda e direita,⁷ quanto o apoio das Forças Armadas criaram um cenário propício para o golpe que instalou o Estado Novo. Foi um tempo de conservadorismo, relações estreitas entre Estado e Forças Armadas, uma política de dirigismo em substituição a uma política liberal. A simpatia de Getúlio pelo fascismo pode ser reconhecida em seu perfil de caudilho populista. A partir desse ponto, o governo passou a ter amplos poderes para remanejar a estrutura do Estado. Desse cenário político, a

⁶ Esse foco reaparecerá nas atividades do DOT (Departamento de Orientação ao Trabalho do Banco da Lavoura), que será objeto de análise no próximo capítulo.

⁷ Há ambivalência do governo em relação aos movimentos radicais: os de esquerda podem ser representados pelo movimento de 1935, sufocado pelo Governo, e os de direita, dos Integralistas, justificou para o Governo o golpe de Estado.

Constituição de 1934, que trouxera vitórias educacionais como direito à educação obrigatória, pública, gratuita e leiga para todos, teve, na Constituição de 1937, suas asas cortadas.⁸ Agora, o Estado já não mais se punha como o principal responsável pela educação de todos, mas passou a proclamar a liberdade da iniciativa particular, reservando para si um papel coadjuvante na responsabilidade educacional dos brasileiros. Está assim registrado no artigo 150, parágrafo único, dessa Constituição:⁹

“.. O Plano Nacional de Educação[...] obedecerá às seguintes normas:
[...]

e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de *provas de inteligência e aproveitamento*, ou por *processos objetivos apropriados à finalidade do curso*”(grifos meus).

Aqui, a Psicologia é solicitada pelo Estado para fornecer as “provas científicas” da isenção de responsabilidade de “educação para todos”, gratuita e leiga, compreendendo como leiga o não preconceito religioso nas escolas. A seleção escolar darwinista das crianças brasileiras, oficializada nessa constituição, será tema de pesquisa e de trabalho de revisão liderado por Helena Antipoff, desde sua chegada ao Brasil. Como a “ciência é neutra”, a Psicologia dos testes de inteligência assim utilizados, serve a uma proposição governamental de retrocesso das conquistas anteriores. Interessante lembrar que a mesma ciência chamada Psicologia Educacional é o instrumento de libertação dos preconceitos contra “crianças excepcionais” nesse período, no mesmo cenário.

No cenário internacional, tempo entre duas guerras mundiais, o mundo do trabalho está efervescente em transformações tayloristas-fordistas que buscam o “homem certo para o lugar certo” e tem especial apoio na crescente ciência da psicotécnica, que ganha força com as relações entre a educação e o mundo do trabalho. Nessa época, é lançado o filme “Tempos Modernos” (1936) de Charles Chaplin. Esse filme dispensa comentários quanto à denúncia dos métodos dos “tempos modernos” no mundo do

⁸ Essa perda de espaço de saberes e poderes no cenário estadual da educação é principalmente refletida no grupo de 26 educadores liderados por Fernando de Azevedo que redigem o Manifesto dos Pioneiros; no qual reivindicavam uma seleção dos alunos por aptidões naturais e o fim da discriminação por classe econômica. Nesse período D^a Helena Antipoff desenvolveu uma pesquisa para caracterizar o aluno escolar mineiro.

⁹ Ver a excelente análise da evolução do processo educacional nessa tese: (GOULART, 1985).

trabalho, no qual a psicotécnica tem sua participação. Ora, ver a educação basicamente, como uma escola preparatória para o trabalho é desenvolver uma relação de mão dupla com o mundo futuro dos seus alunos. O protagonista do filme representa o futuro do aluno de hoje; se o trabalhador é selecionado pela psicotécnica, por que não o aluno, que é o futuro trabalhador?

A Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, liderada por Antippof, formava orientadores técnicos e diretores de escola primária, e “não se sabe se era curso superior ou médio” (PARAFITA BESSA, 2000). Essa escola foi, posteriormente, em 1946, transformada em Curso de Administração Escolar, para, em seguida, constituir o curso de Pedagogia, na Universidade Federal. Também, descendem da Escola de Aperfeiçoamento a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, que posteriormente foi incorporada à Universidade Católica de Minas Gerais (1945), e a Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte, que foi incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais, em 1939. Helena Antippof também trabalhou na Universidade, nesse curso de Filosofia. Essa psicóloga russo-brasileira, no dizer do seu primeiro orientando brasileiro, Pedro Parafita Bessa (2000),¹⁰ “foi quem deu dignidade à criança excepcional em Minas”, visto que até então eram tratadas como “bichos” e escondidas nos “porões das casas”. “O resgate do grande preconceito quanto às crianças especiais veio da Psicologia que lhes devolveu a dignidade, possibilitou-lhes adquirir uma dignidade, tornarem-se mais humanos, uma tênue luz.”

Interessante observar que onde a Psicologia – seja Educacional, seja Organizacional – foi mais brilhantemente construtora de novos paradigmas, isto é, saiu dos “porões das casas”, ela esteve trabalhando com os grupos: as famílias, os alunos, os trabalhadores..., mas sempre pessoas em relação. Esse fato amplia a Psicologia para além da meta da psicotécnica, que tem o caráter individual e competitivo de seleção e treinamento. Ao trabalhar para que “as crianças especiais adquirissem uma dignidade” esse

¹⁰ Entrevista concedida por Pedro Parafita Bessa, em 24/2/2000, arquivo do CRP-04 e do psicólogo Wilson Leite: O título dessa pesquisa pioneira é: “Análise do conteúdo dos Jornais de Belo Horizonte” e está publicada no periódico paulista *Arquivo Público da Prefeitura de São Paulo*, em 1944. O professor Parafita Bessa, apesar de ter-se tornado psicólogo e ter substituído D^a Helena Antippof na Faculdade de Pedagogia, na cadeira de Psicologia Educacional com experimentos e orientação experimental, fez sua graduação em Ciências Sociais, que resultou nessa pesquisa. Conta Bessa que na Faculdade de Filosofia a Psicologia que era estudada abordava a origem e não o comportamento.

grupo também trabalhou para “devolver a dignidade à Psicologia”, que tinha se reduzido aos testes pelos testes.

Posteriormente, após a formatura dos primeiros alunos do Instituto Pestalozzi, os quais não tinham outro apoio educacional e profissionalizante, Antippof liderou a criação do Instituto ISER (Instituto Superior de Educação Rural, em junho de 1955), também chamado Fazenda do Rosário.¹¹ Entre as décadas de 20 a 40, a Psicologia Educacional se desenvolveu com orientação psicométrica de orientação européia, como já foi anunciado. Na década de 1940, a Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico (1929), já transformada em Curso de Administração Escolar (1946), e daí Curso de Pedagogia, fundiu-se com a Escola Normal para se tornar o Instituto de Educação, para onde foi também o Laboratório de Psicologia Experimental. Essa instituição abrigará o SOSP (1949) desde sua criação.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, nos conta Parafita Bessa (2000): “Anísio Teixeira estava responsável por modernizar o Laboratório de Psicologia da Universidade do Distrito Federal, mas a chegada do Estado Novo, tendo como prefeito do Rio, Pedro Ernesto, Getúlio fechou a Universidade Federal. A elite intelectual protestou e Capanema anunciou que outra faculdade seria criada no mesmo nível, criando a Faculdade de Filosofia e a Lei que regulamentava, padronizando os cursos: Matérias, ordem das matérias, carga horária e o ensino de Psicologia a nível superior, paralelo à Filosofia e à Pedagogia”, em 1939.

¹¹ Apesar de não ser tema desta pesquisa considero imprescindível citar o trabalho do professor Ulysses Pernambuco, considerado como o correspondente em Pernambuco ao que fez em Minas Gerais, Helena Antippof. Ulysses Pernambuco criou, em 1925, o Departamento de Saúde e Assistência na Escola Normal Oficial de Pernambuco, que em 1929, passou a chamar-se ISOP – Instituto de Seleção e Orientação Profissional – e em 1931 foi anexado ao Serviço de Higiene Mental do Hospital dos Alienados. Também criou várias escolas para anormais; dentro da Escola Normal de Pernambuco, onde foi diretor, na Liga de Higiene Mental de Pernambuco, no Sanatório de Recife. Trabalhou no Hospital de Doenças Nervosas e Mentais, participou da criação da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. Fez pesquisas, formou profissionais, pesquisadores e deu à educação das crianças excepcionais um impulso pioneiro. Juntamente com Anita Paes Barreto fez de Pernambuco um dos centros de pesquisa pioneiro na autonomização da Psicologia no Brasil. Foi perseguido politicamente, preso, acusado de “subversão” por sua luta por condições de assistência aos doentes mentais, crianças especiais, também por suas denúncias às condições dos trabalhadores, em especial, dos trabalhadores do campo. Ver a tese de Mitsuko A. Makino Antunes (1991).

Em Belo Horizonte, no governo de Benedito Valadares Ribeiro, nos fins de 1944, o contrato de Helena Antipoff não foi renovado, por questões políticas, e ela mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou com menores. Nesse período foi vizinha na rua Candelária, a partir de 1948, de Pierre Weil. Enquanto isso, a Sociedade Mineira de Psiquiatria, Psicologia e Medicina Legal, criada na década de 1940, permanece uma das pioneiras na organização de grupos de estudos, palestras e eventos. Esta sociedade deu visibilidade, em 1946, a uma pesquisa com presos menores, no Presídio de Neves, onde foi aplicado o teste PMK, desenvolvido pelo Dr. Mira Y López, diretor do ISOP (1947). Esse teste foi utilizado com o objetivo de medir a agressividade, o interesse dos menores presidiários, e a pesquisa foi desenvolvida pelo professor Parafita Bessa, após concluir seu treinamento no FGV-ISOP- RJ.¹²

A década mineira de 40 é marcada como um período de luta pela defesa do princípio liberal de que “é direito de todos a educação”, mas revela também que nem todos são dotados igualmente para usufruírem das oportunidades que o Estado lhes promove. A justificativa está, novamente, na Psicologia que fundamenta cientificamente, através dos testes psicológicos, quais serão os melhores alunos, os que aproveitarão melhor a escola, antecipando o processo de seleção e treinamento do mundo do trabalho.

No cenário mundial, estoura a Segunda Guerra (1940-1944), que altera o panorama político das nações, e, em especial, a velocidade do desenvolvimento das ciências, em destaque, a psicometria. Os testes tornam-se o instrumento, por excelência, de seleção dos soldados para a Guerra, e justificam o financiamento pelo poder público e grandes empresas dos estudos para criação de mais testes. Nesse sentido, a Guerra pode ser vista como uma triste instância produtora de conhecimento psicológico, sem que seja possível questionar tal motivação visto que, a “ciência é neutra”.

¹² Esta pesquisa está publicada pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte (Parafita Bessa, 2000).

Em Minas Gerais, um programa de rádio para estudantes (Rádio Guarani), cujo diretor foi Tabajara Pedroso, mantinha parceria com o Instituto de Educação (na época Escola Normal) e tinha como locutor amador o professor Halley Bessa,¹³ que desenvolvia essa atividade desde a década de 30. Ele nos conta que: “levava instrumentos musicais para o programa de rádio, e trazia questões de língua pátria, geografia, matemática, história ...” Relembrando que quando “a notícia chegou de que o Brasil havia declarado Guerra à Alemanha, estava fazendo um programa de rádio e foi necessário pedir aos professores do Instituto de Educação que não mandassem os alunos para a rádio, pois o povo depredava as lojas de alemães, italianos. O programa pedia calma ao povo”.

No Brasil, o cenário político é tenso e, durante o ano de 1945, Getúlio enfrenta oposições até que em outubro, desse ano, ele é deposto por um golpe militar e é organizada uma nova eleição presidencial. O candidato getulista do partido do PDS, em parceria com a UDN – o General Dutra – ganha as eleições que ocorrem em 2 de dezembro. Empossado em janeiro de 1946, Dutra passa a representar a volta do país a um regime de normalidade democrática. Nesse ano, é revista a Constituição Brasileira (1946) que retoma alguns pontos da Constituição de 1934, os quais haviam sido abolidos na de 1937.

Bem no pós-Guerra, quando a psicometria americana estava no seu apogeu, no Rio de Janeiro estava sendo criado o ISOP (1947) e, para lá, rumaram muitos dos psicólogos mineiros buscando formação em psicometria. Também, pela amizade entre Helena Antipoff e Mira y Lópes surgiram convites para que proferisse conferências, em Minas Gerais. A partir dessas conferências inicia-se o movimento que resultou na criação do SOSP (1949), nos moldes do ISOP (1947), à “semelhança do ISOP”. Entretanto, a casa que abrigou o SOSP não era um cenário tranquilo, pois, como no mesmo edifício estavam várias instituições com origens diferentes, *status* profissional e financeiro diversos conviviam no mesmo edifício, numa “relação interinstitucional”. Eram “vizinhos” no

¹³ Entrevista concedida a Íris Goulart, em 1985, o professor Halley Alves Bessa, nessa época do programa de rádio: “Alma Juvenil”, é estudante de medicina e conta que sempre teve especial interesse pelos jovens. Trabalhou para que os colégios de Minas Gerais adotassem o sistema misto de alunos. Para isso escreveu um documento onde argumentava que “a co-educação em colégio misto não pode ser confundida com colégio misturado”. Defende “uma visão globalizante do homem, isto é, a necessidade de ver o homem e seus valores”. Em seu ponto de vista, a educação sempre está ligada à Psicologia, por isso em 1957, quando da criação da Sociedade Mineira de Psicologia tornou-se membro efetivo e participou da diretoria. Também trabalhou no Setor de Higiene Mental do SOSP, como técnico.

mesmo prédio, mas como hóspedes “subordinados” ao Instituto de Educação, mas “autônomos” em salários e relações trabalhistas: O Instituto de Educação que é descendente da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, o Curso de Administração que vinha da transformação da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, e, agora o recém-criado SOSP, que passou a ocupar as instalações do antigo Laboratório de Psicologia Experimental. Salários diferentes, *status* diversos, coordenações próprias, mas subordinadas a uma mesma diretoria do Instituto de Educação “jamais poderia ser pacífica a convivência, dentro do mesmo edifício, de professores primários e secundários bem especializados com professores de um curso pós-normal e depois superior, cujo regime de trabalho e salário fossem divergentes” (GOULART, 1985:168-175). Oportunamente, lembra a professora Marlene Batista (2004)¹⁴ que o SOSP foi criado “NO” e não “DO” Instituto de Educação.

O *Jornal Minas Gerais*, órgão oficial dos poderes do estado, de Belo Horizonte, registra assim a fundação do SOSP, na Lei 482, de 11 de novembro de 1949:

“Fica criado no Instituto de Educação, o Serviço de Orientação e Seleção Profissional com o objetivo de orientar vocações no meio escolar e estabelecer critérios para seleção de pessoal destinado à administração pública e a organizações particulares. Em parágrafo único fica determinado que a colaboração com organizações particulares se fará mediante remuneração razoável, que o Poder Executivo fixará”. Já no artigo 2º, que trata do quadro de funcionários efetivos do estado, “terá um chefe de serviço, um secretário, um assistente técnico para trabalhos de síntese psicológica, dois assistentes técnicos para provas de personalidade, um assistente técnico para prova de aptidões artísticas, um assistente técnico para provas de inteligência, um assistente técnico para provas de aptidões específicas, um assistente técnico para provas vocacionais, um médico para exames clínicos e tipológicos, duas assistentes sociais e uma datilógrafa”.

¹⁴ Entrevista concedida, na reitoria da UEMG, pela professora Marlene Batista, ex-diretora do SOSP, em 8/6/2004.

Em resumo, em tal quadro técnico, vemos que o SOSP, na sua fundação passou a ter: um chefe, dez técnicos e dois funcionários administrativos.

Seu primeiro diretor foi um psicólogo estrangeiro, Symcha Jersy Schwarzstein, conhecido como Dr. Jorge, que foi substituído, na década de 50, pelo professor Pedro Parafita Bessa,¹⁵ que já tinha sido o primeiro técnico contratado pelo SOSP, por indicação de Helena Antipoff, sua orientadora de pesquisa. O SOSP passa a selecionar os candidatos para os cursos do Instituto de Educação e, nesse primeiro ano, dedica-se à formação do seu próprio quadro de técnicos. No segundo ano, expande sua atuação, dedicando-se à orientação vocacional dos adolescentes, seleção de motoristas profissionais e amadores, à seleção de pessoal para administração pública e para os quadros das empresas, “a seleção incluía testes de inteligência, personalidade e interesses”. Então, “a gradual mudança na perspectiva institucional está associada a uma redefinição do papel da própria Psicologia da Educação e ao surgimento de uma Psicologia que extrapolava o trabalho que se efetiva na escola. Aí se vê a Psicologia Empresarial emergindo da Psicologia da Educação”. Interessante a análise de Goulart ao dar visibilidade ao fenômeno de passagem da Psicologia da Educação para a do Trabalho, as íntimas relações entre educação e o mundo do trabalho novamente mostram um trânsito retroalimentador, por isso, “A instituição SOSP passou a deter a cientificidade antes atribuída à Escola de Aperfeiçoamento [...]” (GOULART, 1985:170).

Conta o professor Raimundo Nonato Fernandes (2004),¹⁶ que foi psicólogo técnico do SOSP e depois diretor do Instituto de Educação, que os clientes eram chamados de PR – que significa “propósito”, isto é, “posto adiante”. No alto da página das folhas dos testes, estava impresso o seguinte dizer: “Nem todos os caminhos são para todos os caminhantes”.

¹⁵ Conta Parafita Bessa (2000), em depoimento, que seu pai era jornalista da oposição ao governador Milton Soares Campos e que quando o secretário de Educação Abgar Renault levou seu nome indicado por Mira y Lópes, pensaram que não seria aceito, mas o governador teria dito que: “*Não me consta que ele me faça oposição, é seu pai. Como foi ele indicado pelo Dr. Mira, que o considera capaz, vamos nomeá-lo*”.

¹⁶ Entrevista do professor Raimundo Nonato Fernandes concedida a Júlia M. C. Motta, em 9/6/2004, em Belo Horizonte.

Fico imaginando o que esta frase no alto das páginas dos testes, provocava em um “PR” que estivesse fazendo um teste de seleção para um emprego ou para uma vaga em uma escola. Serei um dos eleitos como “caminhante desse caminho”, poderia pensar o “propósito”. Todos os juízes, delegados, magistrados passavam pelo exame do SOSP e, “os técnicos tinham o poder de vetar os concursados em qualquer nível”, declara o professor Raimundo. Acrescenta que: “Eu mesmo tenho mais de 300 juízes e delegados que examinei, às vezes, ainda encontro com algum deles”. Também conta que a primeira turma de seleção foi feita com os candidatos para a Companhia de Água de Minas Gerais, que a Viação Cometa foi um laboratório de Psicologia.

Em 1953, quando o professor Raimundo era diretor do Instituto de Educação, este pegou fogo e, nesse incêndio, quase toda a documentação do SOSP ficou comprometida. Como diretor do Instituto foi quem reconstruiu a nova ala-sede do SOSP e, nessa reforma, foi construída uma sala para abrigar o arquivo nos “moldes científicos”, com catalogação dos documentos referentes aos atendimentos e registros.

Infelizmente, em minha visita ao SOSP, em junho de 2004, não foi possível pesquisar os arquivos. Não encontrei um consenso sobre o paradeiro desses arquivos, mas, somente, foi possível ter acesso a uma pasta com algumas correspondências do ano de 1951, da qual será examinado um único laudo encontrado, que descreve um diagnóstico infantil. Também uma lista de atendimentos dos primeiros sete anos, com poucos dados.

Encontrei, nessa pasta, um anteprojeto de lei (sem data definida), que propõe modificações na lei de criação do SOSP, após a regulamentação da profissão de psicólogo (1962), porque “há necessidade de atualizar a lei do SOSP em função daquela que regulamenta a profissão” passando o SOSP a ter os seguintes objetivos: “Atender, orientar e utilizar técnicas psicoterápicas apropriadas em crianças, adolescentes e adultos, selecionar pessoal para organizações públicas e particulares; fazer pesquisas de caráter psicológico e educacional”. Define que: “O cargo de chefia será exercido por um psicólogo com o mínimo de cinco anos de exercício no SOSP e terá um quadro de 22 psicólogos, 2 pedagogistas, 1 assistente social, 1 fonoaudióloga, 1 secretário, 2 assistentes técnico-educacionais, 1 agente administrativo, 2 mecanógrafos, 1 auxiliar de serviços e constará dos seguintes setores: diretoria, secretaria, setor de Orientação Familiar

Psicoterápica; Setor de Orientação e Seleção Profissional; Setor de Psicologia Educacional e Assessoria Técnico-Psicológica e de Pesquisa”.

Encontrei, nessa pasta, no CENPA, antigo SOSP, uma lista dos atendimentos feitos em orientação profissional, entre 1949 e 1955, onde constava nome, idade, sexo, e cor dos PR (propósitos). Chamou-me atenção o fato de que todos os “propósitos” eram da “cor branca”. Pareceu-me que, apesar de ser uma lista com o título de “Orientação profissional”, mas como a faixa etária estava entre 6 e 30 anos, provavelmente, na mesma lista estavam os nomes de diferentes tipos de atendimento. O total de atendimentos nesses sete anos é de 1.704 “propósitos” atendidos, todos da “cor branca”. Desnecessário comentar.

Lá estava também um relatório para o secretário de Educação, Dr. Odilon Behrens, dando notícias do Congresso Brasileiro de Organização Racional,¹⁷ organizado e promovido pelo IDORT, em São Paulo. Esse documento é importante para esta pesquisa pois revela que as informações sobre o SOSP “constituíram grande surpresa para os técnicos e especialistas presentes, que ignoravam que Minas Gerais estivesse, por iniciativa oficial, liderando o movimento de aplicação da psicologia ao serviço público, bem como desconheciam todo o trabalho que se vem realizando aqui no Estado” (p. 2).¹⁸ Quando iniciei esta pesquisa pensava que o IDORT seria o iniciador do movimento de psicotécnica nos três estados, mas este relatório comprova que as relações do IDORT com o SOSP se concretizaram a partir desse congresso.

É de 1951 a carta-resposta do SOSP, ao *Diário de Minas* por uma reportagem sobre ele, em que este jornal afirma que “a psicotécnica não é de prática corrente entre nós”. Em resposta à crítica do jornal ao SOSP, este analisa que este fato parece acontecer

¹⁷ Esse relatório é datado de 7/12/1951, assinado por Symcha J. Schwarzstein e Pedro Parafita Bessa, que estiveram no referido congresso e têm, como ponto central, os relatórios elaborados durante o congresso pelos “coordenadores dos grupos que recolhem as contribuições dos participantes e elaboram um relatório que não pode ser modificado”. Continuando, que “o defeito do relatório do coordenador estava na preocupação quase exclusiva com os problemas teóricos e com as investigações concernentes à perfeição dos instrumentos técnicos de trabalho dos psicotécnicos”. Com tais preocupações, o relatório “esquecia-se das realizações práticas e do que já se tem obtido com os instrumentos atuais da psicologia. Poderia o relatório ser lido por leigos pouco afeitos às investigações da psicologia, dar-lhes impressão desfavorável, que não seria subscrita pelos participantes da mesa” (p. 1).

¹⁸ No final do Congresso os dois participantes do SOSP foram convidados a integrar a comissão organizadora do próximo congresso, em 1952 (p. 3).

por “desconhecerem os nossos círculos industriais, comerciais e bancários a existência, em Belo Horizonte, e também as vantagens que podem advir para suas empresas da utilização dos serviços psicotécnicos”. O SOSP, continuando a responder às críticas do jornal com relação ao seu trabalho, acrescentou que “o *Diário de Minas* tem mostrado, em artigos e campanhas, que o soerguimento da economia e das finanças de Minas Gerais vai depender, em grande parte, do melhor aproveitamento da mão-de-obra. Nessa tarefa, tão atual e de grande importância, pode o S.O.S.P. prestar a Minas serviços relevantes. Pessoal bem escolhido, com aptidão para o trabalho a ser executado, melhora o rendimento e a qualidade da produção, diminui o número de acidentes, aumenta a satisfação dos empregados, que se sentem bem adaptados funcionalmente, e, portanto, dá às empresas maior lucro e maior estabilidade”.¹⁹ O SOSP, enquanto iniciativa do Estado e de um grupo de técnicos da Psicologia, oferece ao mundo empresarial mineiro os recursos da psicotécnica que poderão dar “às empresas maior lucro e maior estabilidade”, mostrando que os técnicos e a direção do SOSP conheciam as vantagens da psicotécnica, enquanto recurso para o desenvolvimento industrial, porque pode “prestar a Minas serviços relevantes” selecionando com os princípios tayloristas “o homem certo para o lugar certo”. Tais recursos trazem todas as vantagens da adaptação do homem ao trabalho e do trabalho ao homem, sem que se esquecessem de confirmar o objetivo final – que as empresas terão “maior lucro e maior estabilidade”. Teoricamente os autores mais lidos pelos técnicos do SOSP, segundo o professor Raimundo N. Fernandes (2004)²⁰ foram: “os livros do Mira y López, em especial, *Quatro Gigantes da Alma*; os livros de Carl R. Rogers, que desapontaram por não serem diretivos; também Leon Walter; Iago Pimentel, com o *Teste de ABC*; e como supervisores tiveram Mira y López e Blay Neto, um do Rio de Janeiro e o outro de São Paulo”, também relembra o professor que: “para fazer um diagnóstico era exigência deontológica a Psicologia de orientação vital”. Quanto à direção desta instituição, ele nos diz que: “Na década de cinquenta Symcha J. Schwarzstein passa a direção do SOSP para Pedro Parafita Bessa, que permaneceu até sua cassação, não houve substituto. Os

¹⁹ A carta ainda pede ao jornal que divulgue os trabalhos do SOSP, conclui explicando que também estão participando da organização dos serviços de psicotécnica para seleção de motoristas para o Serviço Estadual de Trânsito.

²⁰ Para o professor Raimundo a lembrança mais forte das supervisões do Blay Neto é seu dizer: “Quando for à mesa, lembre-se que você tem direito ao bife”.

psicólogos que foram para fora, voltaram para as Universidades. O SOSP viveu 18 anos de grandeza”.

Já a professora Marlene Batista (2004),²¹ que foi a diretora do SOSP durante a terceira transformação ocorrida, quando da criação da Universidade Estadual de Minas Gerais, pela Lei 11.539, de 22 de julho de 1994²² a incorporação do SOSP a essa Universidade, mudando seu nome para CENPA (Centro de Psicologia Aplicada), diz que: “na época do SOSP havia uma grande florescência nos trabalhos, e a ética dos técnicos era inquestionável”. Novamente aparecem os saberes e poderes dos técnicos quando se trata dos seus laudos e o poder de veto de um “PR”, mas não encontrei nenhuma referência a reflexões quanto a padrões éticos no uso político da Psicologia produzida pelo SOSP.

Relata, a professora, que as mães gostavam de dizer: “Todos os meus filhos passaram pelo SOSP”, denotando com essa fala que o SOSP era visto como prêmio para as boas mães. Mas, pela lista dos atendimentos apresentadas, todas são mães de filhos “brancos”.

Um mérito do SOSP, reconhecido por todos os entrevistados, foi a grande participação dos profissionais do SOSP na criação e desenvolvimento das Faculdades de Psicologia da Universidade Federal e da PUCMG.²³ Também, a participação dos técnicos do SOSP, no processo de aprovação da lei de regulamentação da profissão, em especial, do professor Pedro Parafita Bessa, idealizador e diretor dos dois primeiros cursos de Psicologia, em Belo Horizonte.

Hoje, em junho de 2004, encontrei no CENPA uma psicóloga diretora e uma estagiária de Psicologia. Essa diretora tem a sua disposição toda uma ala de salas para atendimentos, mas tem somente uma estagiária como auxiliar. Conta a professora Marlene Batista (2004) que: “A partir da década de 70 os técnicos antigos foram se aposentando e não foram substituídos esvaziando o SOSP que havia se *tornado uma referência nacional*”.

²¹ Professora Marlene Batista, entrevista concedida a Júlia M. C. Motta, em 8/6/2004, em Belo Horizonte.

²² Segundo o professor Raimundo Nonato Fernandes, (2004): “Para criar a Universidade Estadual de Minas Gerais desmancharam o Instituto de Educação”.

²³ “Os alunos, candidatos ao vestibular para Psicologia, precisavam passar por uma bateria de testes para terem autorização para se inscreverem no vestibular”. Raimundo N. Fernandes (2004).

Um olhar reflexivo sobre os saberes e poderes do teste de QI na orientação do destino de uma criança e sua família:

Relatório do atendimento do menor O., de 8 anos²⁴

Foi aplicada a Escala Binet-Terman em uma criança de 8 anos e 3 meses que obteve uma idade mental de 12 anos, com QI de 145.²⁵

A partir deste teste escreve o Dr. Symcha:

Este desenvolvimento intelectual tão precoce faz com que ele despreza (*sic*) completamente a companhia de crianças da sua idade, e que procure sempre a companhia de adultos, além disso, só se sente bem quando consegue, pelo comportamento mais ou menos extravagante e desproporcionado à idade cronológica, tornar-se o centro das atenções dos adultos que o cercam.

Parece-nos, de acordo com os indícios por nós recolhidos, que O., excessivamente mimado e vaidoso, não encontra em casa influência e direção que possam corrigir os desvios de caráter já apontados.

Aconselhamos, por isto, que fosse entregue a educadores profissionais em um bom internato, tendo sugerido a instituição dirigida por V. S. , de acordo com as referências que nos foram dadas e que muito a recomendam. De acordo com o que expusemos acima, parecem-nos essenciais os pontos seguintes:

- 1º) que o menino seja confinado estritamente à companhia de crianças de sua idade, ou pouco mais velhas;
- 2º) que seja tratado de modo idêntico aos demais;
- 3º) que só se lhe permita brilhar perante os companheiros nas atividades próprias da sua idade.

²⁴ Esse relatório está endereçado ao Instituto Gamon, em Lavras, Minas Gerais, e está assinado somente pelo Dr. Symcha Jerzy Schwarstein, diretor do SOSF.

²⁵ Não consta outros procedimentos além da Escala Binet-Terman.

Estamos persuadidos de que, sem dúvida, a primeira fase de adaptação será muito difícil, tanto para O. quanto para os educadores. Para que se possa corrigir e retificar o caráter dele, porém, parecem-nos que esta será a única possibilidade.

Sem mais para o momento, certo de que estas ponderações merecerão a atenção de V.S. valho-me da oportunidade para expressar a minha consideração e apreço.”

Esta carta-relatório, infelizmente o único documento do gênero encontrado no antigo SOSP, hoje CENPA,²⁶ será aqui foco de reflexão parcial de um atendimento desenvolvido naquela instituição. O primeiro ponto a observar é que, mesmo que tenham sido feitos outros procedimentos de avaliação, como, por exemplo, entrevistas com os pais, para efeito de validação do diagnóstico, do encaminhamento e do aconselhamento escolar, todo o processo aparece justificado e baseado no teste de Escala Binet-Terman, que “*por si só dispensa outros procedimentos*”. Neste contexto do relatório, há memória e esquecimento, tomando como esquecimento aquilo que a história oficial excluiu, mas que, (re)visitado, nos aponta para o contexto da história do vencedor e do vencido. Considero importante iniciar a análise do texto com estas considerações, visto que ainda sob o impacto deste relatório, que põe em evidência que aquilo que nos parece “mais estranho é o melhor material para compreender uma verdade” (GAGNEBIN, 1982:60); por isso, tomar as alegorias mais que os símbolos é possibilitar “escovar a história a contrapelo” (Tese VII, de Walter Benjamin). Também fiquei pensando nas palavras de Foucault (1999:129) quando escreve que: “o que erige a palavra como palavra e a ergue acima dos gritos e dos ruídos é a proposição nela oculta” e percebemos que a linguagem desta criança de 8 anos foi aqui tomada como “gritos e ruídos” *sem* “proposição nela aculta”, portanto, não teve o *status* de linguagem, sendo esse *status* reservado ao SOSP. Os psicotécnicos-psicologistas viram na criança uma história contínua, feita pelas travessuras e mimos e, os “comportamentos mais ou menos extravagantes e desproporcionados à idade cronológica”, sem rupturas possíveis por onde a leitura desta criança e sua família, pudesse ser vista por outros olhares, portanto, outros saberes outros poderes. O relatório descreve uma criança prepotente, desejosa de ser

²⁶ Pesquisa realizada em 8/6/2004, à rua Paraíba, 232, 3º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, sede do CENPA, antigo SOSP.

estrela nas atenções, mimada e vaidosa, bem distante da descrição foucaultiana na qual a “alma, a psique recebeu primitivamente a figura de uma borboleta” (FOUCAULT, 1999:161). O “PR”²⁷ tem um QI de 145, fato que o torna, e a seus pais, desviantes, portanto, necessita de “educadores profissionais em um bom internato” que sejam capazes de “influência e direção que possam corrigir os desvios de caráter”. Mas, nem mesmo o colégio escolhido é confiável, necessitando que o SOSP lhe dê explícita orientação de como proceder pois, “parece-nos que esta será a única possibilidade”. Para os técnicos do SOSP, seu diagnóstico é determinista e seu prognóstico necessariamente acontecerá, porque estão “persuadidos de que, sem dúvidas, a primeira fase de adaptação será muito difícil”, não deixando nenhuma abertura para outra visão nascida dos próprios educadores. Tal certeza é explicitada ainda na afirmação de que esta adaptação difícil para O. e para os educadores será recompensada com a correção e retificação do “caráter da criança”. A verdade encontrada na Escala Binet-Terman torna-se um julgamento final, porque “o que define o ato do conhecimento médico em sua forma concreta não é, o encontro do médico com o paciente, mas o cruzamento sistemático de dados [...]” (FOUCAULT, 2001:33). Aqui, a escola escolhida para confinamento da criança rebelde recebeu o resultado “do cruzamento sistemático de dados” da Escala Binet-Terman, recurso do conhecimento psicológico que obedece a uma medicina do século XIX, normativa, que deu origem à Sociedade Real da Medicina, que passou a não agrupar só médicos, mas tornou-se “órgão oficial de uma consciência coletiva dos fenômenos patológicos”. Uma polícia dos conhecimentos imediatos; do controle de sua validade. Ao lado do judiciário um executivo “alta e grande polícia de todos os setores da salubridade”. “Prescreverá os livros a serem lidos e as obras a serem redigidas, os cuidados a serem prestados nas doenças[...]” (FOUCAULT, 2001:30-33). Nesse cenário revivido do século XIX, a Psicologia tornou-se uma ciência racional, a ciência do comportamento, da redução “da alma de borboleta” da criança, pelo desejo de comportamentos domesticados que corrijam “os desvios do caráter já apontados”, que, em sua fidelidade em descobrir recebe a virtude do destruir, porque “*o olhar que vê é o olhar que domina*” (FOUCAULT, 2001: 42). A Psicologia dos testes sozinha é, aqui, o recurso apontado como conclusivo, porque “[...]da experiência da Desrazão nasceram todas as Psicologias”. (FOUCAULT, 2001:227). Mas, a Psicologia desenvolvida no SOSP, que “se

²⁷ Lembrando que o cliente no SOSP era chamado de “PR”, isto é, propósito.

tornou referência nacional”, que ultrapassou as fronteiras da própria instituição, definiu o destino de uma criança e de seus pais, que deverão ser punidos com a separação, pois “[...] punimos, mas é um modo de dizer que queremos obter a cura” (FOUCAULT, 2002:23). O diagnóstico da criança é também o dos pais. São eles que geraram uma criança que aos oito anos tem um quociente intelectual de 12 anos, mas também são pais que fizeram uma criança que “despreza completamente a companhia de crianças da sua idade” merecendo por isso ser “confinado estritamente à companhia das crianças de sua idade, ou pouco mais velhas”, porque é preciso suspender o direito, traduzindo uma disciplina de contradireito, onde as assimetrias insuperáveis excluem reciprocidades. Tudo isso torna o processo educacional uma forma de moral, um feixe de técnicas físico-políticas, que controla o tempo, organiza os espaços, cria controle pela vigilância, promove poder mais rápido, para “fazer parar o mal”.

A escola escolhida para acompanhar aquela Psicologia recomendada pelo SOSP, precisará desenvolver um processo panóptico. Neste, a visibilidade tornar-se-á uma armadilha, pois promoverá na criança um estado consciente e permanente de visibilidade que assegurará o funcionamento automático do poder. A escola – uma prisão vigiada – formará saberes sobre a criança para só permitir que ela possa “brilhar perante os companheiros nas atividades próprias da sua idade”. A meta já não é mais o corpo, mas “a alma de borboleta” porque “a genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (FOUCAULT, 2000:23).

Conclusões parciais baseadas na Psicologia desenvolvida no SOSP (1948)

Relembrando que o SOSP (1949) foi criado “no” e não “do” Instituto de Educação, com o objetivo de “orientar vocações no meio escolar e estabelecer critérios para a seleção de pessoal destinado à administração pública e a organizações particulares”, é possível ver que, pelo relatório examinado anteriormente, também pelos autores lidos e usados, bem como a filiação ao ISOP, a Psicologia desenvolvida aqui esteve baseada nos testes, está, portanto, comprometida intimamente com a psicometria. A meta dessa **Psicologia** é estabelecer critérios comparativos que produzam padrões de normalidade, de excelência, de **produtividade**, seja escolar, seja no trabalho. O objetivo de “orientar

vocações no meio escolar” aqui representado por aquele relatório examinado, confirma que os testes são soberanos na orientação, definindo a orientação vocacional, escolar e do trabalho para um caminho de modelagem de comportamento. O objetivo do uso do teste de inteligência nesse relatório, foi “normatizar” a criança e sua família, mesmo que seja preciso o exílio. Quanto a “estabelecer critérios para seleção de pessoal”, também apontam para a psicotécnica como procedimento básico. Confirmado pelo professor Parafita Bessa,²⁸ “a Psicologia é uma ciência e o que estudamos é comportamento”, portanto é uma Psicologia que reduz o conhecimento sobre o homem ao seu comportamento, e sua técnica, ao exercício de treinamento comportamental – portanto uma **Psicologia Comportamental**.

Apesar de não ter sido possível a análise de outros relatórios, mas por todo o material apresentado até aqui, é possível compreender que o **Trabalho** foi tomado como um papel humano central. A importância central do trabalho faz com que seja antecipada uma seleção darwinista, trazendo-a para a escola. Os testes de inteligência funcionavam “como o vestibular”, primeiro para os cursos técnicos, depois antecipados para o primeiro grau escolar. Dos 1.704 casos de “Orientação Profissional” – entre 1949-1955 – a que tive acesso aos registros sumários, todos eram da “cor branca” e quanto à idade, a cada ano mais novos.²⁹ Chama atenção o fato que de constavam nessa listagem registros de crianças de até 6 anos.³⁰ O fato, já relatado, das mães que gostavam de dizer: “Meus filhos todos passaram pelo SOSP”, era como um atestado de inteligência dos filhos. Reunindo esses dados podemos concluir que trabalho é disputa, é competição, é forma de ganhar prestígio, enfim: **trabalho é produtividade**, é ritmo da máquina. A Psicologia pautada na psicometria pode ser tomada como “a normalidade traduzida nas curvas dos extremos”.³¹ Exemplificando com o relatório da criança O.: o “PR” (propósito) do relatório examinado, como consequência do resultado acima da média, na Escala de Benet-Terman, foi considerado com “desvio de caráter”, aos 8 anos e 3 meses. **Saúde**, portanto, aqui é estar na curva da normalidade, é ser igual, **não é uma ciência da saúde**.

²⁸ Entrevista em 24 de fevereiro de 2000, fita do CRP-04.

²⁹ Esse procedimento foi usado no ISOP-RJ; no SOSP-BH, para seleção de alunos para o ensino público, no DOT-BH, na seleção de menores para treinamento no DOT. Segundo o professor Pierre Weil, este, o trabalho com menores, foi o melhor projeto desenvolvido pelo DOT.

³⁰ Registros de idade precoce na Orientação Profissional também apareceram no ISOP.

³¹ Essa definição foi dada pelo professor Riamundo Nonato Fernandes, em entrevista em 9/6/2004.

Concluo este capítulo referente ao SOSP (1948) lembrando o texto de Walter Benjamim (1987): “Infância em Berlim por volta de 1900”, onde o conceito benjaminiano de infância é tomado como potencialidade; o autor “*que faz teoria sem teorizar*” reconhece a criança como sujeito da história, portanto, contendo dimensão política, produtora de transformações, de conhecimento, de memória. Esta visão de infância se distancia do significado latino de infância como *in-fans*, que significa sem linguagem. E, como explica Galzerani (2002:57) não ter linguagem “é não ter pensamento, nem conhecimento, enfim, não ter racionalidade, ficando, nesse sentido, a criança como alguém menor, alguém a ser adestrado, a ser moralizado, a ser educado”. Refletindo a autora mais adiante que, “assim como a criança somos também, em muitos momentos incapazes, que nem sempre damos conta da completude de uma racionalidade total”; porque “somos de fato seres históricos e, portanto, seres atravessados pela dimensão da consciência e da inconsciência. A criança benjaminiana sabe disso. Será que nós sabemos disso?” (GALZERANI, 2002:65).³²

Do presente é que se constrói a retomada, a recuperação dos significados do passado para poder construir o futuro, então, nesse processo de escavação, chegamos ao último dos Institutos propostos para esta pesquisa; a partir de agora passarei a escrever a história do DOT (1958).

³² Maria Carolina Bovério Galzerani. “Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin”. In: A. L. G. Faria; Z. B. F. Demartini; P. D. Prado (orgs.). *Por uma cultura da Infância: Metodologia s de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

CAPÍTULO VI

***O nascimento e o desenvolvimento do DOT
(1958) – A Psicologia Humanista. A primeira
instituição privada da Psicologia Aplicada ao
mundo do trabalho: o DOT (1958) e o Banco
da Lavoura de Minas Gerais (Banco Real)***

Um novo paradigma no mundo do trabalho –A Psicologia Humanista

A “pilotagem” de um grupo é algo de angustiante para quem a assume: requer uma auto-análise constante[...], uma adaptação permanente dos seus esquemas culturais pessoais a freqüentes mudanças de situações e de posições grupais.

Pierre Weil (1967:18)

Estamos na década de 50, quando o segundo Governo Vargas (1951-54) mostra as contradições que o ameaçam com base em, por um lado, o propósito de satisfazer a demanda popular, por outro, a manutenção do ritmo acelerado da urbanização fruto da industrialização crescente, mantidos pelas contraditórias alianças de sustentabilidade do Governo. O exagerado nacionalismo varguista, defendido por setores da classe média, pelo Exército, pela classe dos trabalhadores, por parte dos empresários, mostrava um quadro nacional cheio de ambivalências.

Enquanto isso, os industriais já discutiam a possibilidade de associações com o capital estrangeiro, mas, assustados com as concessões trabalhistas, ora faziam restrições à penetração de tecnologias estrangeiras, ora sucumbiam ao desejo de modernização que viabilizasse o desenvolvimento industrial. Relembrando que toda a crise resultante dessas forças conflituosas em ebulição, acrescida dos acontecimentos que determinaram o afastamento do presidente, faz com que Getúlio, acuado sob suspeitas, reúna seus ministros para comunicar-lhes que do Governo só sairia morto. Os ministros deliberam escrever uma nota em que comunicavam um afastamento, por 90 dias, do Presidente Getúlio Vargas.¹ Horas depois, em sua casa, Getúlio desfechou um tiro no coração deixando uma carta-testamento. Seu suicídio evidenciou mais ainda sua popularidade, seu poder, o poder do “pai dos pobres”, que é também, ao mesmo tempo, condutor do país moderno, econômica e socialmente. Como desdobramento de sua trágica morte, somado à força da carta-testamento houve um comprometimento da ação de seus “vários herdeiros políticos”.

¹ Esta nota foi redigida por Trancredo Neves. O desfecho aconteceu em 24 de agosto de 1954.

Getúlio encarnava em si, o grande objetivo do Estado – a humanização da sociedade, tornando-se o modelo como chefe de Estado, poderoso e respeitado, de forma bem brasileira. Sua presença, em especial, após sua dramática morte, propiciou que se tornasse um mito, um referencial imortal para a memória nacional. A década de cinquenta reacendeu o ideário da década de vinte – o desejo de tornar a nação um Estado moderno.

Tamanha crise não nasceu do vazio, o desenvolvimento de um sentido de “nacionalismo” não serve somente como cenário político-econômico do Governo, iniciado ao longo dos anos que precederam a morte de Vargas e, por alguns pontos, essa crise pode ser vista como deflagrada a partir da Revolução de 30.² O sentido de “nacionalismo” serviu de eixo para um conceito de “cultura brasileira”, que justificou a intervenção do Estado em todos os domínios da produção, difusão e preservação de bens culturais. Aqui, tomando o conceito de nacionalizar como unificar, homogeneizar a língua, os costumes, os comportamentos e as idéias. Pouco antes desse segundo período de Governo Vargas, foram tempos conhecidos como “tempos de Capanema” como uma referência ao ministro da Educação e Saúde (1934-1945), Gustavo Capanema, que reuniu intelectuais das mais diversas correntes à classe dirigente.³ A partir dos “tempos de Capanema” a inspiração norte-americana e os princípios democráticos de pós-Guerra penetraram no Brasil, que passou a buscar com mais determinação a renovação (ou substituição dos valores nacionais por valores “importados”), o cosmopolitismo, mudanças na linguagem radiofônica e na da imprensa, o cinema industrializado e a chegada da televisão. Nasceu no cinema brasileiro o gênero da chanchada, sátira do povo. O rádio,⁴ com seus programas de auditório que produziam “rainhas e ídolos”, ou programas humorísticos, como o do “primo rico e do primo pobre”, o inesquecível “Balança mas não cai”, tornou-se a diversão nacional. Além desses, havia ainda as novelas radiofônicas seriadas, que paravam o movimento das

² No capítulo anterior, esse período também foi foco de reflexão, mas abordando outros movimentos.

³ Estiveram no Governo com o ministro Capanema: o modernista Mário de Andrade, ligado à Semana da Arte Moderna; o arquiteto Lúcio Costa, que criou uma escola de arquitetura e o projeto de Brasília (1960); Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athaide), líder da ação católica no Brasil; o considerado o maior poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade; o maestro Heitor Villa-Lobos; Anísio Teixeira, um dos criadores da Escola Nova (1920). Como solução entre uma produção criativa e livre e a mera produção de serviço público associado a um regime autoritário, os modernistas buscaram desenvolver uma produção “nacionalista”, voltada para o fortalecimento da “cultura brasileira”.

⁴ Relembrando a participação do rádio na divulgação da Psicologia Educacional, nesse período, em Belo Horizonte, pelo professor Halley Bessa, como já descrito no capítulo anterior.

famílias, determinando o horário das refeições para antes ou depois da novela, para que as donas-de-casa pudessem “torcer” pelo desenlace dos dramas, como “O direito de nascer”.

O populismo como forma de governo e como política de massas, é o produto de uma longa caminhada da sociedade brasileira e tem, na década de 50 sua fase de ouro, seu apogeu. Líderes como Juscelino Kubitschek, que apesar de não ser um líder populista típico, é, como Getúlio, um nacionalista e um progressista. Juscelino ficou referendado na história como o presidente das metas, aquele que constrói Brasília em quatro anos, além de guardar o seu charme como bom dançarino, o que lhe valeu o apelido de presidente “bossa-nova”. Sua popularidade se instalou e cresceu a partir da década de 50, e cresceu, como em Vargas, seu papel de ídolo a partir da sua cassação, do exílio político, e depois, por sua morte ainda não bem explicada. Tal qual Vargas é enterrado nos “braços do povo”. Seu governo deixou um impulso inédito no processo de industrialização nacional, autorizando o mundo empresarial a perder o medo das tecnologias, a desenvolver alianças com o capital estrangeiro, a enfrentar novos desafios de competição com as grandes empresas que aceleraram a vinda para cá. Os trabalhadores até então, desenraizados e emigrantes do campo, desidentificados das suas raízes, buscavam, nas últimas décadas, principalmente a partir da revolução de 30, uma identidade urbana, “moderna” e adequada à nova realidade urbano-desevolvimentista. Agora, com a transferência da nova Capital para o interior brasileiro, o progresso, a modernidade é que sai da cidade e invade o campo, mudando a paisagem, vencendo barreiras do tempo e espaço, mostrando que o ritmo humano pode ser acelerado, acompanhando o ritmo das máquinas. A imensa e moderna cidade de Brasília, “plantada” em tão poucos anos, desafia o movimento do campo, pois a cidade que chega à roça floresce antes de um pé de manga ou goiaba. Agora é o homem do cerrado, do planalto central, que tem sua história modernizada, desenraizada e desidentificada das “cadeiras na calçadas” no final de tarde, das relações tribais de “compadrismos”, da missa no domingo. Nesse mesmo período, chegam ao Brasil os contraceptivos que revolucionam o conceito de família e do lugar da mulher na sociedade. A mulher, deixando de ser passiva para ser autora da sua fertilidade, liberta sua sexualidade, e as relações de gênero passam a ser revistas, o casamento, os códigos familiares. A mulher, até então trabalhando nos serviços domésticos, nos cuidados familiares e como auxiliar do marido nas lides rurais e comerciais, é chamada para compor a linha de frente no mundo do trabalho. Chega a

profissionalização da mulher. A partir dessa época, os vínculos de casamento passam por uma nova revolução, relativizando o contrato que reza: “até que a morte nos separe”, “na alegria e na dor”, ou, é preciso “carregar a cruz do casamento”, “menina pra casar tem que ser virgem”, “mulher para casar e mulher para quê”, e relativizando o papel social profissional da prostituta “como iniciadora dos garotos”, que perde sua força, para serem revistos. A Igreja Católica, ao não aceitar o método contraceptivo da pílula, é vencida pela “modernidade” e começa a perder fiéis. O mesmo ocorre quando não aceita o divórcio e exclui dos lugares os divorciados, diminuindo seu poder predominante como religião nacional. O tripé de sustentabilidade do homem – religião, trabalho e família – está balançado fortemente entre nacionalismo e modernismo. Onde estará o novo ponto de equilíbrio da sociedade brasileira? A crise da modernidade atinge o público e o privado. Surgem vários líderes que encontram receptividade e correspondência social em camadas sociais ávidas de novos modelos. Destacaram-se no âmbito nacional Jânio Quadros e João Goulart, que marcaram a década e a forma de populismo nacional que caracterizou o processo de urbanização e do aceleração do desenvolvimento da industrialização nacional. Jânio Quadros, estilo desalinhado, jeito desengonçado, forma discursiva peculiar, carregado de moralismo, portanto, salvacionista, conquista o governo através do apoio dos liberais. Eleito, surpreende a todos com um golpe – a renúncia – que lança o país em uma crise sem precedentes. João Goulart, o Jango, foi um populista de outro estilo, era um dos herdeiros da herança trabalhista de Getúlio Vargas e, como tal, teve sua carreira política apoiado pelos sindicalistas e temido pelos adversários. Seu sorriso sempre destacado nas fotos tornou sua marca.

A década de 50, em especial no Governo Juscelino, com a euforia do “Plano de Metas”, opera radicais transformações, com ênfase na valorização de procedimentos técnicos em todas as áreas, mostrando a clara intencionalidade de recuperação do “atraso brasileiro”, da internacionalização da economia, e a urgência urgentíssima de modernização do país. Os debates intelectuais expõem as contradições nacionais, a chegada da indústria estrangeira, em especial a automobilística, e o desejo nacionalista. É preciso uma saída que honre o projeto nacionalista e, ao mesmo tempo, garanta a modernização nacional, desta (re)leitura do nacionalismo surge o movimento nacional-desenvolvimentista. Tal solução nasce patrocinada pelo Estado, através do Ministério da Educação e a criação do ISEB

(julho de 1955).⁵ Modernizar, buscar o novo, dinâmico, moderno, atualizar o Brasil alinhando-o às tendências do capitalismo internacional. Nas eleições de outubro de 1955 é eleito Juscelino Kubitschek. Surgindo uma boataria sobre a preparação de um golpe para impedir sua posse, faz com que vários partidos reunidos apresentem um manifesto à Câmara solicitando respeito à Constituição.

Em janeiro de 1956, toma posse o novo presidente e em fevereiro é criado o Conselho de Desenvolvimento, espaço institucional para o lançamento do Plano de Metas. Em setembro é sancionada a lei de transferência da Capital Federal para Brasília. Em fevereiro de 1957 é iniciada a construção da nova Capital, que será inaugurada em 21 de abril de 1960. Segundo o depoimento do Parafita Bessa (2000), “a explosão de Juscelino fez também uma explosão da Psicologia, que é profissão de lugar desenvolvido”. Continua mais adiante o professor: “aquilo que estudamos é comportamento individual ou coletivo. Alma não faz parte da ciência”. Com esta declaração o professor Parafita Bessa define aquela psicologia que chegava como ciência do comportamento, ciência propícia para relacionar-se com as necessidades do novo Brasil carregado de pressa, acelerado na busca do novo.

A arquitetura da nova Capital, com mistura de traços simples e modernos, arrojada e fria, vence as barreiras de relevo, de condições, traz a utopia para o Planalto Central, mostra um presidente despido de vaidades, morando em um “palácio de madeira”, fazendo os “mesmos sacrifícios” do “candango migrante” ambos buscavam participar do acelerado processo de modernização nacional. Nesse momento, o novo teatro mistura a pobreza das favelas e o resgate nacional. A música que surge, a Bossa Nova, dá origem ao título “Presidente bossa-nova”, é simples de harmonia; distanciando-se do erudito, canta o cotidiano em movimento.

Nesse palco, onde o tema é um projeto nacional-desenvolvimentista, o Banco da Lavoura de Minas Gerais, em 1957, compra o Banco Itajubá. Para promover a integração das duas instituições, o Banco da Lavoura, como anfitrião, promoveu uma série de palestras sobre “O Medo”, convidando dois psicólogos para esse evento, sendo um deles

⁵ ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955), que passa a liderar um movimento de mobilização social em prol do progresso do Brasil.

Pierre Weil, que na época morava no Rio de Janeiro.⁶ Conta Pierre Weil que proferiu a palestra sem saber que era um concurso, e que “ganhou uma competição sem nunca ter entrado nela”.⁷ Essa experiência é relatada por ele, como tendo sido cuidadosamente elaborada pelos dirigentes do Banco, que convidaram todos os funcionários dos dois bancos para uma Convenção. Quando receberam a programação havia o nome dos “dois banqueiros” e uma homenagem ao presidente do Banco Itajubá. Esse fato já visava transmitir aos funcionários segurança quanto ao reconhecimento dos recém-chegados. Weil atribui a mudança dos funcionários, de um estado de medo para “alegria e camaradagem” porque “a diretoria compareceu pessoalmente e fez uma explanação sobre a tradição humanista e a preocupação do mais profundo respeito humano dos seus dirigentes”, também que “colocaram em relevo a segurança do Banco e sua posição e o papel na economia do país”; foram entregues aos mais antigos funcionários do Banco “distintivos de ouro e diamantes”, demonstrando com este gesto, que havia a “tradição de recompensar o esforço dos que ficavam muito tempo no banco e que a preocupação dos dirigentes era o aproveitamento do elemento humano em função das suas aptidões e personalidade”. A interpretação dos prêmios foi feita pela palestra de Pierre Weil, que considera que o resultado foi conseguido “sem que fosse necessário falar no problema central – o medo” (WEIL, 1983:81-83)⁸. Após essas palestras veio o convite para que fosse trabalhar no Banco da Lavoura na criação de um Departamento de Orientação ao Trabalho – o DOT (1958). Ainda nas palavras de Pierre Weil, “trabalhei por dez anos no SENAC no Rio de Janeiro, mas meu salário estava defasado e como surgiu o convite do Banco da Lavoura vim para cá [*Belo Horizonte*]. Pedi que pudesse viajar, antes, pesquisando o que estava sendo feito no mundo em termos de Psicologia nos bancos. Fui aos Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra. Também pedi que pudesse ir à Europa de dois em dois anos para me reciclar. E o ordenado foi interessante. Tudo isso foi aceito”. A história desse banco é contada como sendo pioneiro desde sua concepção, quando “um homem de negócios de

⁶ Relembrando o que já foi dito no capítulo V, do ISOP-RJ, Pierre Weil, que era recém-formado no Instituto Rousseau, em Genebra, veio para o Brasil, em 1948, acompanhando seu professor Leon Walter, a convite do SENAC do Rio de Janeiro, onde ficou por dez anos, formando orientadores vocacionais por todo o Brasil.

⁷ Pierre Weil conta que: “O motivo da escolha desse tema “Medo” foi que os funcionários do Banco Itajubá estavam com medo de serem demitidos e o Banco da Lavoura queria lhes assegurar que não haveria demissões”. Entrevista concedida em 10/06/2004.

⁸ Este livro foi publicado, pela primeira vez, quase simultâneo à fundação do DOT, e obteve um sucesso imediato: Pierre Weil. *Relações humanas na família e no trabalho*, 37ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

Belo Horizonte, dotado de espírito criador e inovador, tendo atraído um grupo de amigos igualmente empreendedores, resolveu fundar, nos idos de 1925, uma cooperativa bancária, sistema Luzatti, disposto a romper com certos cânones vigentes, que emperravam a função social mais ampla dos bancos da época”. Nasceu, dessa cooperativa, o Banco da Lavoura de Minas Gerais (1925), que se tornou, três décadas e meia depois, o Banco Real (1971). A aproximação do grupo empreendedor que se propunha a “romper com certos cânones vigentes”, que “emperravam a função social mais ampla dos bancos da época” com os princípios da Psicologia é identificada nas inovações introduzidas no sistema financeiro quando o idealizador desse banco “começou a ensinar a sua equipe a analisar o caráter dos seus pretendentes de empréstimo, antes de indagar sobre suas posses. Em um novo estilo, uma nova filosofia, a do crédito pessoal, a solução social procurada por Clemente Faria”. (BANCO ABN AMRO REAL S/A, 1972:225).⁹ A história do DOT pode ser contada a partir desse início, quando, em 1925, o fundador do banco “começou a ensinar a sua equipe a analisar o caráter de seus pretendentes de empréstimo, antes de indagar sobre suas posses” introduzindo o indivíduo como cliente do sistema bancário através do “crédito pessoal”, definido pela “análise do caráter do pretendente”. Mas o Sr. Rubens Nunes,¹⁰ diretor de Relações Públicas do Banco da Lavoura em 1958 e o responsável pela contratação do professor Pierre Weil, descreveu assim o acontecimento: “Fui eu que contratei o Pierre Weil. Nós estávamos querendo fazer uma coisa nova, moderna e eu havia assistido uma palestra do Pierre no Instituto Pestalozzi e gostado muito. O Aloysio também já tinha ouvido falar dele. Aí, eu fui convidá-lo e ele não queria, mas insisti. O DOT só

⁹ AMRO REAL S/A. *História das instituições financeiras*. Série Pesquisa e Divulgação. Vol. I. São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1972 (Acervo da Biblioteca do Grupo Real).

O crescimento desse banco, naquela época ainda restrito a Minas Gerais, além da operação de crédito pessoal também esteve baseado no processo de encampação de estabelecimentos menores, principalmente os do Sul de Minas: Banco Bom Sucesso; Banco Santarritense; Banco J. O. Resende & Cia.; Banco da Campanha; Banco de Uberlândia; Casa Bancária Aurélio Della Lucia e outros. Esse fenômeno de “encampação dos menores”, como meta do grupo, é mais um ponto de justificativa das relações entre a Psicologia e esse Banco. Em 1936 sai de Minas e cria uma agência no Rio de Janeiro, Capital nacional, e dois anos depois já contava com 50 agências em vários estados. Em 1945, como quinto banco privado, chega a São Paulo. No ano seguinte conquista o Nordeste (1946). Trabalha financiando a integração econômica do Amapá através do financiamento da exploração de manganês. Em 1948 morre seu fundador, mas seu filho, Dr. Aloysio de Andrade Faria, médico recém-chegado do exterior, só assume o cargo de diretor-presidente em 1953. Em 1956, financia a desapropriação das terras de Goiás para a construção do novo Distrito Federal, sendo o primeiro Banco a ter agência em Brasília. Nessa época já era o maior banco particular da América Latina. Em 1964 cria a primeira agência em Nova Iorque. Em 1969 muda sua sede para São Paulo. Amplia sua ação, tornando-se um conjunto de empresas.

¹⁰ Entrevista concedida, por telefone, em 28/06/2004, com autorização verbal para divulgação.

aconteceu porque eu achei o Pierre Weil. O Pierre sofreu muito no banco porque uma coisa nova tem sempre resistências”.

Interessante perceber essa expressão do Diretor do banco, como representante da instituição empregadora, de que o psicólogo contratado “sofreu muito no banco porque uma coisa nova tem sempre resistências”. Então, posso pensar que o Banco “sabia” que seus funcionários “pensavam”, tinham opinião sobre o que queriam e que uma iniciativa de treinamento do banco não seria aceita sem resistências. E, que o Psicólogo sofre porque está em um embate, porque os conflitos reconhecidos deixam de ser latentes, mas tornam-se explícitos. O mesmo critério de explicitar os conflitos, dando-lhes encaminhamento, foi usado na convenção descrita anteriormente. Conta Leite (2003:9)¹¹ que até 1964, o órgão que correspondia ao atual Banco Central era o SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) e que, nessa época, “o SUMOC incentivava os Bancos a investirem em seus funcionários, reembolsando-os numa determinada porcentagem do que era depositado no SUMOC, com a condição de que fosse empregada em benefício dos empregados. O Banco da Lavoura resolveu, dessa forma criar o programa de Orientação e Treinamento para seus funcionários”.

Para facilitar aos técnicos, o Banco organizou uma biblioteca especializada, começaram a fazer treinamento e seleção natural para promoção dos funcionários, através da *Caderneta de Treinamento*, onde estava a análise do trabalho. Essa caderneta era composta por “sessenta e tantos itens de tarefas” que constavam das “funções dos funcionários”. A cada tarefa da função que o funcionário aprendia o “gerente dava o visto”. O controle do treinamento dos funcionários, por agência, por cidade, por região, por mês tornou-se eficiente. Com o aumento do lucro o sucesso do DOT cresceu rapidamente.

O Banco comprou uma grande área no bairro nobre da Pampulha e construiu uma Escola de Treinamento, com mais de mil metros quadrados, com hotelaria e equipamentos, os mais modernos. Também incluía, nesse centro, um Departamento de Audiovisual, onde produziam seus filmes para treinamento. Esse departamento recebeu

¹¹ Wilson Soares Leite, em textos ainda não publicados, reunidos com o nome de: Pequena história da Psicologia em Minas Gerais (2003, mimeo).

técnicos dos Estados Unidos, por intermédio da UNESCO, para formar técnicos em filmagem. Um destes filmes é: “Memórias do Tempo”(1960), que consta do anexo. Este filme foi produzido especialmente para ser depositado em uma urna que foi enterrada, em 1960, no subsolo do Banco Real em São Paulo juntamente com outros documentos históricos, para ser aberta em 2000. Alguns documentos do DOT não puderam ser recuperados, incluindo a caderneta de treinamento dos titulados.

No DOT foi desenvolvida a “Escola de Titulados” para gerentes e contadores. Os gerentes eram treinados em cursos intensivos, quando ficavam de duas a três semanas hospedados no centro de treinamento. Além de fazerem treinamento para os titulados faziam “orientação pessoal aos funcionários que ocupavam altos cargos no Banco”. A equipe técnica chegou a ter 120 pessoas, entre médicos, psicólogos, antropólogos, sociólogos, pedagogos etc. Dentre eles, estavam Djalma Teixeira de Oliveira, Ruy Flores, José Enes, Elba Duque, Nilza Feres, Letícia Barreto, Jarbas Portela, Carlos Pinto, entre outros. Para alguns, como Wilson Leite,¹² “esse pessoal começou a formar os novos profissionais, como a professora Melpomene Brandão, que foi escolhida para integrar o pessoal da Psicologia que prestaria serviços nessa escola. Os participantes do Programa passavam por dinâmicas de grupo e recebiam aulas sobre temática diversas, como problemas de comunicação em empresas, modos de chefiar, direção de reuniões etc.”. Continua, em seguida, a historiar que “A Escola adquiriu tanto prestígio que, passou a receber, espontaneamente, pessoas de outros estados para conhecê-la, além de convidados estrangeiros, contribuindo assim para o aumento do intercâmbio na instituição e o desenvolvimento técnico-teórico da Psicologia. O DOT editou um livro, *Desenvolvimento em Relações Humanas*”, produto do trabalho desenvolvido ali. O treinamento efetuado com o próprio pessoal do DOT, que incluía dinâmica de grupo e discussões de textos, acabou funcionando, podemos dizer, como a primeira Escola de Psicologia em Minas Gerais, seja pelo volume de profissionais nela envolvidos, seja pela qualidade e proficiência de seus trabalhos”. Compreendo essa afirmativa de Leite, quando diz que o DOT foi a “primeira Escola de Psicologia em Minas Gerais”, quando penso em escola particular de Psicologia Aplicada ao mundo do trabalho, porque, em termos de Psicologia Aplicada à Educação o

¹² Idem , p. 10.

ISER– Instituto Superior de Educação Rural, na Fazenda do Rosário, já formava psicólogos educacionais e orientadores profissionais. Bem como o Instituto Pestalozzi ¹³, que foi o pioneiro na criação de um consultório de pesquisas médico-pedagógicas, destinado a diagnóstico, orientação e reeducação de crianças excepcionais, e contou com a colaboração de Pierre Weil, por 10 anos. Mesmo tendo sido encampado pelo Estado o Instituto Pestalozzi foi no seu início um movimento social. No seu laboratório eram desenvolvidas pesquisas que foram publicadas nos “Boletins da Sociedade”.

Antes do DOT, como vimos no capítulo anterior, o SOSP, no Instituto de Educação, já formava psicólogos orientadores vocacionais e profissionais “nos moldes do ISOP”. Sem falar no pioneirismo da Escola de Aperfeiçoamento de Professores, também no Instituto de Educação.

Para implementar a formação dos técnicos do DOT, Weil esteve na França selecionando um professor de dinâmica de grupo e, “depois de experimentar alguns modelos”, escolheu Ana Ancelin Schutzenberger, aluna de Jacob Levy Moreno. Nessa ocasião, 1960, Weil fez algumas vivências dirigidas por Ancelin, que lhe provocaram o início de uma crise pessoal. Voltando ao Brasil, Weil convidou Ancelin para “vir dar continuidade a sua formação e iniciar a formação da equipe do DOT, em Psicodrama, já no ano de 1961”. Conta ainda, Pierre Weil (2004), que o “Dr. Aloysio de Andrade Faria, como médico de formação, dirigia o banco como um hospital, que dessa vocação de profissional da saúde é que esse banqueiro desenvolveu o gosto por apoiar o DOT, criar seu centro de pesquisa e incentivar “pesquisas puras” e publicações”. O DOT chegou a ter um fichário com 2.500 “titulados” distribuídos em 650 agências. Usávamos, diz Weil, “métodos muito adiantados para a época que ainda hoje são atuais, como jogo de negócios, teatro de psicodrama para administrar conflitos, para treinar vendedores. O treinamento de vendedores, com um curso de 120 horas era feito baseado na escola de Chicago. Fazíamos pesquisas sobre o aumento do lucro nas agências que tinham gerentes treinados por nós. Os

¹³ O Instituto Pestalozzi (1932) foi fundado, pela Sociedade Pestalozzi, com a liderança de Helena Antipoff e a colaboração de: Rotary Club de Belo Horizonte, Sr. Henrique Marques Lisboa, Sr. Otávio de Magalhães, professoras Imene Guimarães, Éster e Zilda Assunção, Sr. Lincoln Continentino, Sr. José Lourenço de Oliveira, Sr. Guilhermino César, Srs. Orville de Conti e Fernando Magalhães Gomes, Sr. Artur de Oliveira e Álvaro Negromonte, Sr. Mario Vilhena e Sr. João de Deus Costa. A Fazenda do Rosário (1940) foi adquirida por diversos setores da sociedade e em especial pela equipe dos *Diários Associados*, de propriedade do Sr. Assis Chateaubriand (LEITE, 2003:5-6).

nossos titulados eram tão requisitados que, quando havia vaga em outros bancos, eles vinham buscar os já treinados, e isso continuou por 20 anos, mesmo depois do DOT ter terminado. Desenvolvemos pesquisas sobre a eficiência dos treinamentos, a cargo de João Batista Oliveira, que já era autor de um livro sobre Psicologia do comportamento”.

O principal trabalho foi desenvolvido com menores selecionados através de anúncio nos jornais. “A seleção era feita por testes psicológicos de inteligência, de personalidade, biotipológico, exame médico, entrevista, assim por diante... Os menores selecionados tornavam-se aprendizes e recebiam assistência no centro de treinamento do DOT. Hoje são todos diretores, presidentes e altos funcionários de empresas. Considero que este foi o melhor trabalho do DOT”. Mais adiante, na mesma entrevista, quando perguntado que auxílio trouxe para a saúde dos trabalhadores o treinamento do DOT, Weil respondeu que para o jovem trabalhador, “os menores selecionados, os preparou para o futuro, os preparou para serem dirigentes”. Acrescentando que “não sei se isso os tornou felizes ou não. Isto é uma outra questão” (WEIL, 2004). Em 1956, o ISER trouxe o psicólogo do Instituto Rousseau, de Genebra, André Rey, para promover um curso de quatro meses que fundamentasse os princípios de seleção, treinamento e acompanhamento de pessoal, visando a qualificação do pessoal do Instituto. (LEITE, 2003: 6). Conta também, Halley Bessa¹⁴ que, em 1953, deu um curso de psicopatologia no ISER e que na mesma ocasião participou de um curso de fantoches. Relembra que, “os professores eram os alunos nos outros cursos”. Pierre Weil esteve dando cursos e palestras no ISER, mas não me consta que D^a Helena Antippof tenha contribuído, como professora, para o DOT.

Foi nesse clima cheio de sonhos de modernidade, enquanto o DOT “preparava menores selecionados para serem dirigentes” que, em maio de 1960, o Brasil retoma o diálogo com o FMI, interrompido em julho de 1959, após denúncias pelo Vice-Presidente João Goulart, de lucros abusivos das empresas estrangeiras como responsáveis pelos graves problemas do país.. Em dezembro de 1959, inicia-se o movimento golpista da Aeronáutica em Aragarças, as Ligas Camponesas expandem sua ação por vários estados do Nordeste. No fim desse ano é criada a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Em abril de 1960, vivemos a inauguração de Brasília, marco do desafio do Plano

¹⁴ Entrevista à Íris Barbosa Goulart(1985)

de Metas do Presidente “bossa-nova”. Em outubro realizam-se as eleições presidenciais e ganha, com o apoio da UDN, Jânio Quadros e João Goulart para vice. Em novembro, o Brasil vive a greve de Paridade, reunindo 700 mil trabalhadores em todo o Brasil, reivindicando paridade de salários aos militares.

Recebe a faixa presidencial das mãos de Juscelino, Jânio Quadros, em janeiro de 1961 e em 25 de agosto do mesmo ano, renuncia à presidência, levando o Brasil a uma crise sem precedentes. Em 3 de setembro de 1961 foi aprovado pelo Governo o Ato Institucional nº 4 à Constituição Federal de 1946, que instituiu o regime parlamentar no Brasil. Em primeiro de outubro de 1961, por Decreto assinado pelo Primeiro-Ministro Tancredo Neves, foi aprovado o Regimento Interno do Conselho de Ministros, com 21 artigos. O Brasil vive um período de convulsão e greves, os que apoiavam Goulart na posse, quando da renúncia de Jânio, agora estão resistindo. Em 13 de março de 1964, mal havia terminado o comício da Central do Brasil, no qual João Goulart defendeu as reformas de base, o encampamento de refinarias de petróleo etc.; a direita, em reação, articulou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que levou multidões às ruas de São Paulo, em 19 de março. O medo do comunismo justifica as alianças entre Estado e Igreja Católica na luta contra o inimigo comum; a inflação – que pulara de 75%, em 1962, para projetados 140%, em 1964, a maior do século – irmana na luta contra o Governo a classe média e os trabalhadores (GASPARI, 2002). O objetivo seria pressionar o presidente, mas, no dia 30 de março, ao visitar os marinheiros rebelados, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, Jango dá aos militares o motivo que buscavam. A crise vem desaguar no golpe militar de 1964, por alguns chamado de Revolução de Março de 1964, que com o Ato Institucional nº 1, composto de 11 artigos, define o novo perfil do Brasil que perdurará por 20 anos. O *New York Times* comenta, numa leitura superficial: “O Exército está demonstrando que é árbitro da situação política brasileira. João Goulart é e foi sempre da esquerda. Poderia ser qualificado de socialista de salão. Sua maior desvantagem é ineficácia sem remédio que demonstrou. Seus inimigos não podem provar que quis fazer passar o Brasil para o campo comunista, mas, sim, que levou o país ao caos”. (CASTRO, 1968:405).

Resumidamente, é assim a reportagem do *Le Figaro*, jornal francês, sobre a situação brasileira: O presidente Goulart contava com o apoio dos meios industriais nacionais, partidários da reforma agrária que, elevando o nível de vida do povo, aumentaria

o número de consumidores. Mas, os “antigoularistas” são os que detêm mais poder, portanto, mesmo convencidos da necessidade das reformas estruturais temem que o Governo esteja “demagogicamente” adotando tais medidas. Outros são abertamente contra tais reformas. Tanto o Exército quanto a sociedade civil têm dúvidas, e [estes setores] pensam que seja essa a pergunta do Exército: “É preferível sacrificar a unidade ou marchar em nome do que acreditamos ser o bem do País? – porque é o Exército, afinal, que deve decidir o conflito, e derramar sangue não é coisa que lhe agrada” (CASTRO, 1968:406-407).

O sonho brasileiro da década de 50, de que estávamos nos tornando rapidamente uma sociedade moderna e industrial, sem perder o “nosso jeitinho brasileiro” de cordialidade, criatividade e tolerância, estava agonizando. Foi freado o processo de industrialização de pós-Segunda Guerra até 1964, que havia proporcionado ao País um crescimento rápido, com a instalação de tecnologia pesada, com crescimento das cidades e do êxodo rural, com a mudança do perfil dos partidos políticos e seus setores de base. A mudança do regime político para ditadura, com a entrada dos militares no poder, trouxe o medo social; a presença das notícias dos “desaparecidos” e da desconfiança de quem seria “o próximo” mudou o cenário social.

A combinação de autoritarismo e crescimento econômico deixou a classe média num clima de ambivalência, e, na busca de uma expressão de oposição, setores da classe média viram na cultura a possibilidade de protesto e oposição ao Governo e encontraram nas expressões das artes e do conhecimento o canal de comunicação entre as pessoas. Os jovens, buscando uma forma de expressão das suas insatisfações e como um canal de fuga para outros, criam um estilo musical, versão brasileira da tríade rebelde “sexo, drogas e *rock’n’roll*”, surgindo o Movimento da Jovem Guarda, com a minissaia da insinuante cantora Wanderléia na TV.¹⁵ Erasmo Carlos e Roberto Carlos se apresentam na Jovem Guarda e cantam “e que tudo mais vá pro inferno”, “subi a rua Augusta a cento e vinte por hora...” Música aparentemente de protesto, mas que revela uma “ingenuidade” e um convite a uma sociedade de consumo e de vida agitada. Passam a ditar moda, cabelos compridos, anéis e colares, desmaios, choros e gritos acompanham os espetáculos. Para os da Jovem

¹⁵ A primeira transmissão de TV no Brasil deu-se no dia 18 de setembro de 1950, em São Paulo, através da TV Tupi, canal 3, de propriedade de Assis Chateaubriand, mas sua popularização se deu na década de 60.

Guarda, “andar a cento e vinte por hora” era uma “droga” que acelerava, enquanto que para os roqueiros, como Os Mutantes e Rita Lee, o momento representou a chegada da droga, “o baseado, o ácido, o pó”. A MPB e os “festivais” passaram a constituir um dos principais canais de expressão das insatisfações, de resistências do público jovem, ao mesmo tempo que se tornaram um lugar dos patrocinadores exibirem seus produtos. De toda maneira, a nossa música, em especial a MPB, incomodava a ditadura, sem ter força de revolução. Especialmente representada pelas músicas do festival da Record, de 1966, com “A Banda” de Chico Buarque, interpretada pelo autor e Nara Leão, e “Disparada”, de Geraldo Vandré e Téo de Barros, com Jair Rodrigues na interpretação. A ditadura brasileira vingou-se da criatividade musical e exilou muitos dos nossos gênios musicais, deixando lesado irremediavelmente, dentre outros, o criativo compositor Geraldo Vandré.

Entretanto, o processo de industrialização continuou em ritmo crescente, fabricamos “de um tudo”, mudamos hábitos na vida privada e pública. Chegam os eletrodomésticos, os fogões a gás tornam-se populares, a TV a cores desbancou de vez o rádio, depois a TV com o controle remoto, os refrigerantes e as cervejas em lata, os chocolates passam a ser consumidos com constância e aparecem os cigarrinhos de chocolate para criança, o predomínio dos produtos industrializados, o arroz, o feijão, a farinha, o açúcar já empacotados de fábrica e não mais pesados na hora. Produtos e mais produtos novos concorrem nas prateleiras dos supermercados que acabam com as “vendas de caderneta” introduzindo novos sistemas de comercialização – os supermercados e os *shopping centers*.¹⁶ As donas de casa contam agora com a panela de pressão, a máquina de lavar roupa, o aspirador de pó, o videocassete, os produtos de higiene pessoal passam a ser obrigatoriamente industrializados, o desodorante desbancou o bicarbonato de sódio, os *shampoos* passaram a ser obrigatórios e, mais ainda, o *modess* substituiu o toalhinha higiênica. Os tecidos sintéticos desbancaram o linho, o algodão puro, a seda. A calça comprida para as mulheres generalizou-se e os tênis substituíram os sapatos, os jovens aderiram às calças *jeans*, antes chamadas rancheiras ou *far-west*, as sandálias havaianas desbancando os tamancos. Aparecem os maiôs duas peças e depois o biquíni, precursores

¹⁶ O pioneiro supermercado foi no Rio de Janeiro – o Disco, e o primeiro shopping center foi a rede Iguatemi (1966), que se transformou em um templo de consumo. As grandes lojas de departamento, como Mesbla, Mappin começam a conquistar camadas mais populares e os ricos se deslocam para as butiques.

do fio-dental. Os homens passam a usar meias coloridas. Desenvolve-se o hábito de “comer fora”, os ricos em restaurantes especiais e os remediados nas cantinas, pizzarias e churrascarias, além, é claro, dos *fast-foods*. Tendem a desaparecer o luto fechado, a cadeira na calçada nos finais de tarde, o hábito de visitar sem aviso as comadres. As indústrias farmacêuticas lançam as novidades desbancando os chás, salvando vidas e criando hábitos e doenças do progresso. Enfim: *Todos passam a ter relógios e são cronometrados pela vida corrida da cidade, símbolo da modernidade.*

Dessa pequena rememoração podemos ver em que clima a Psicologia se instalou como profissão, já que é, nas palavras de Parafita Bessa, uma “profissão de lugar adiantado”.¹⁷

A velocidade do crescimento do DOT não somente acompanhou o que estava acontecendo na sociedade brasileira, mas trabalhou para que uma Psicologia ganhasse espaço no mundo do trabalho e contribuísse para a construção de um Brasil industrializado, mais próximo do Primeiro Mundo.

Nessa sociedade em movimento, os que ficaram no campo olham com submissão os da cidade, porque estes têm olhos de gente moderna, “superior”, que enxerga gente atrasada, “inferior”. A vida na cidade atrai porque oferece oportunidades individuais melhores para cada um, acenando com o progresso individual, por isso é vista como uma forma superior de vida. A vida no campo é feia, repele e expulsa. A vida social rural estava centrada na família, nos parentes, nos compadres e vizinhos. Os pais podiam controlar seus filhos com os olhos. A adolescência terminava quando o trabalho regular era iniciado, era preciso trabalhar logo, definindo o tempo da escola. A vida estava traçada e sem grandes esperanças. A modernidade dos tratores, dos insumos, das mudanças das fronteiras do campo e da cidade, as estradas de rodagem mudaram irremediavelmente o conceito de tempo e espaço. Nessa década, a TV ocupa os espaços nos bares das vilas e das cidades pequenas, e todos passaram, segundo os versos de Chico Buarque, “a ver o Brasil na TV”. No âmbito internacional, grandes mudanças culturais e sociais, como o movimento *hippie*, os Beatles mudam o conceito de música, difunde-se o ecologismo, repercutem as grandes

¹⁷ “Lugar adiantado” pode ser lido de várias maneiras, sendo uma delas, um comprometimento da Psicologia com os valores da modernidade.

manifestações contra a Guerra do Vietnã, o naturalismo, as primeiras viagens espaciais, transmitidas pela TV para todo Brasil, a contracultura, a descoberta do Oriente místico e filosófico pelo mundo ocidental, trazendo a revelação de outros eixos de conhecimento.¹⁸ A cidade vai para o campo, expande-se o modelo urbano. A industrialização rápida e a urbanização acelerada, nos moldes de Brasília, vão criando novas oportunidades de trabalho e de investimentos. O salto industrializante do Governo JK, o aço de Volta Redonda, a Petrobrás e a campanha “O petróleo é nosso”, o desejo de uma escola pública, acessível a todos, que preparasse o povo para a democracia, contracenavam com a resistência dos interesses dominantes. No âmbito internacional, merece destaque o governo dos Estados Unidos que lidera “a caça às bruxas” representadas pelo comunismo ateu, o rastreamento para banir os “comunistas que comem criancinhas” (*sic*), justificando a intensificação das relações com os militares. Vende-se a ilusão de que as oportunidades são iguais, que todos vencerão, que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, que “Deus ajuda a quem cedo madruga”, mas, mercantilizada a sociedade, cada um vale o que esse mercado diz que vale. Dessa maneira, os capitalistas passam a ter dificuldades de definir quem vai expandir, que empresas serão as vencedoras e as descartadas, assim também os trabalhadores terão dificuldades em definir sua vitória.

A escolha das profissões passa a intensificar relações cada vez mais valoradas no mercado de trabalho, deixando coadjuvantes as “vocações”. O vestibular é um funil que separa as profissões “nobres” das de “segunda categoria”. Criamos a cultura enlatada dos Cursinhos, nosso *fast-food* cultural. As qualidades intelectuais – como inteligência, compreensão, raciocínio, tirocínio; as de formação profissional – instrução, cultura, conhecimento técnico; as de caráter – constância no trabalho, responsabilidade, ambição, esperteza etc.; e as do trato pessoal – polidez, paciência – todas são criadas culturalmente e desenvolvidas em cada configuração social (MELLO e NOVAIS, 1998:559-658).¹⁹ A distribuição desigual desse conjunto de atributos traduz vantagens competitivas para cada classe, e para indivíduos. Sobre esse conjunto de características tomadas como qualidades importantes para o mundo do trabalho, Pierre Weil escreveu um livro – *Relações humanas*

¹⁸ Esse fato será retomado mais adiante, quando for abordado o fim do DOT.

¹⁹ Para esse tema ver o excelente texto de Mello e Novais (1998: 558-658) quando, em linguagem leve e séria descrevem o processo de capitalismo tardio e a sociabilidade moderna no Brasil, centrando sua análise nesse período destacado nessa tese.

na família e no trabalho (1958). O autor conta que foi uma surpresa para ele tamanho sucesso, visto ser o “livro que menos trabalho me deu”, e que “a imprensa logo o classificou como *best-seller*, já em 1958”. No prefácio da 37ª edição, acrescenta ter observado que o título “Relações Humanas” exercia um poder de atração porque, na vida moderna, há “deteriorização tanto das Relações quanto dos valores Humanos”. Afirmam que cresce a solidão nas grandes cidades, motivo de sofrimento para muitos, por outro lado, “os grandes valores eternos da Humanidade: a Beleza, a Verdade e o Amor..., estão sendo eliminados, oprimidos pela tecnologia e frieza de uma certa ciência fundamentada num cartesianismo já quase obsoleto”(WEIL, 1983:13-14).

O livro é composto de duas partes em que trata, na primeira, dos principais problemas de relacionamentos entre pessoas nos diferentes contextos no mundo do trabalho, trazendo questões e propondo encaminhamento de soluções. Na segunda parte dedica-se a tratar dos relacionamentos familiares, com a metodologia de perguntas e respostas, e ilustrações caricatas dos problemas. No humor dos desenhos há possibilidade de leitura para os menos letrados. Pode ser visto como um livro simplificado de psicopatologia de cunho humanista, das relações de trabalho e familiares. Termina o livro com uma pequena psicologia do desenvolvimento centrada nos vínculos pais e filhos. Entretanto, na primeira parte, em que o autor se dedica a explicitar conflitos nas relações do trabalho, ele aborda “os erros” tanto das chefias quanto dos funcionários, evidenciando que nos “vínculos” no trabalho estão as questões humanas de sofrimento e também as soluções. Esse livro, nascido em 1958, no mesmo ano da criação do DOT, é fruto do trabalho de dez anos no SENAC, no Rio de Janeiro, quando o autor viajou por todo o Brasil formando psicólogos orientadores vocacionais e profissionais. Como um livro de psicopatologia dos vínculos, provavelmente foi escrito a partir dos seminários de formação de psicólogos e também para ser instrumento de desenvolvimento em treinamento de trabalhadores.²⁰

²⁰ Esse livro de Weil antecipa, no Brasil, a proposta do movimento francês de psicopatologia do trabalho para psicodinâmica do trabalho, que nos chegou, na década de 80, pelo psicólogo C. Dejours e seu livro: *A loucura no trabalho*. Apesar de não ser o período escolhido nesta tese como objeto de pesquisa, tal proposta será brevemente abordada nas conclusões.

Vejo-me diante de uma mudança na Psicologia do trabalho, com o enunciado que tem o poder de modificar o lugar da Psicologia no mundo do trabalho:

As pessoas adoecem no trabalho e por causa das relações no trabalho.

Enquanto isso, o DOT, através do seu idealizador, convida, em 1960, a psicóloga francesa, discípula de Jacob Levy Moreno, Ana Ancelin Schutzenberger, a vir ao Brasil dar um seminário para os técnicos e funcionários da Escola de Titulados, no DOT. Nessa ocasião, Ancelin ficou hospedada na Fazenda do Rosário, com Helena Antippof. As idéias de Ancelin, como co-criadora do psicodrama triádico,²¹ começaram a ser apresentadas aos profissionais do DOT e do ISER. Durante sete anos veio ao Brasil várias vezes complementando a formação, tanto do Pierre Weil quanto do grupo de técnicos do DRH (Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos) do DOT. Em seguida, o movimento expandiu-se para outros psicólogos que se interessaram pela abordagem.²²

Na entrevista citada, Weil declara que:

“Meu sucesso no DOT foi o desencadeador da minha crise pessoal.”²³

Hoje, não faria esse trabalho sem a participação efetiva da diretoria na formação, porque todo treinamento que abrange relações interpessoais e cultura organizacional, ele muda as pessoas. Se as pessoas mudam de paradigma e seus superiores ficam no antigo

²¹ Psicodrama Triádico é um nome batizado, em 1963, por Jacob Levy Moreno, durante o Congresso Internacional de Psicoterapia de Grupo em Milão. A essa modalidade de psicodrama desenvolvida no Hospital Santa Elizabeth, em Washington, por James Enneis e Robert Haas na Universidade da Califórnia, por Ana Ancelin Schutzenberger em Paris e Pierre Weil no Brasil. “Trata-se de uma síntese ou da integração da psicoterapia analítica de grupo com o psicodrama e com a dinâmica dos grupos e sua sociometria. Síntese de três abordagens: grupo análise mais psicodrama, mais dinâmica de grupo, onde o Psicodrama emerge no seio da psicoterapia de grupo ou do grupo de sensibilização às relações humanas (T-Group).” CUNHA (1995:57).

²² O movimento mais amplo de formação de Psicodramatistas tornou-se, em 1971, a SOBRAPE: Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama, congregando os profissionais que trabalhavam como psicodramatistas nas áreas clínica, educação e organização. Até essa data, o grupo de psicodramatistas organizava-se em grupos por áreas: Educação, Fazenda do Rosário, liderada por Helena Antippof. Organizacional, no DOT e seus desdobramentos após seu fechamento; também no SENAC, com a coordenação de Daniel Antippof, discípulo de Pierre Weil; na área clínica, com a liderança de Lea Porto.

²³ Ainda durante seu trabalho no DOT, Pierre Weil conta que teve uma crise pessoal que classificou de *falta de sentido*, iniciada em Paris, em 1960, quando fez as primeiras vivências com Ana Ancelin, em Psicodrama de Grupo. Tal crise existencial, nos idos de 1968, trouxe um questionamento, que descreve assim: “Tinha dinheiro, fama, entrevista na TV, cargo de professor universitário, cargo dentro do Banco, tinha, tinha, mas era infeliz. Um dia, indo para o cinema parei na rua e chorei de tédio, de falta de sentido. O que estou fazendo aqui?” Passa a criar o que denominou o Psicodrama da Esfinge, que se tornou o seu projeto de doutorado, defendido na Sorbonne, em 1972. Este resultou em uma Psicologia transpessoal. De um lado o Psicodrama, como conhecimento científico, e de outro as grandes tradições culturais da humanidade, a sabedoria oriental; da síntese desses dois conhecimentos surgiu o “Cosmodrama”, que lhe valeu um prêmio da UNESCO. “O Cosmodrama nasceu no Banco”, acrescenta Pierre Weil.

paradigma, é um conflito na certa. Ou eles vão se revoltar, ou vão sair, pedir demissão, ou vão se conformar. Nesse período de desemprego tem muitos conformistas que fizeram treinamento adequado, mas cujos dirigentes não fizeram. Então a gente fica ouvindo essa palavra: ‘Quem deveria fazer esse curso é meu gerente’. Isso que procuraria evitar. É possível que eu não fizesse treinamento em organização nenhuma, hoje”.

Com toda a vanguarda do DOT em termos de psicologia aplicada, Weil reconhece que são inesgotáveis os conflitos no mundo do trabalho, “porque todo treinamento que abrange relações interpessoais e cultura organizacional, ele muda as pessoas. Se as pessoas mudam de paradigma e seus superiores ficam no antigo paradigma, é um conflito na certa”.

Ora, a Psicologia no mundo do trabalho quer ser “um laboratório”, como narra, Helio Koscky (2004),²⁴ que trabalhou no DOT, tendo sido um dos psicólogos formados lá: “A Escola de Administração Bancária Clemente de Faria²⁵ marcou época, marcou época para a Psicologia Aplicada no Brasil, porque todo o trabalho dirigido por Pierre Weil não deixava de ser um laboratório... a escola era um laboratório”. Também narra que, para os técnicos do DRH, a liberdade de criação estava presente e era estimulada pela coordenação, pois “aprendi com o Pierre especialmente uma coisa muito importante, porque o Pierre nunca foi ortodoxo, então ele recriava, eu aprendi com ele a recriar as técnicas. E a gente sempre recriou muita coisa. Recriava muito de acordo com a empresa, com a demanda, com o grupo, então fazíamos uma coisa bem mais culturalista, bem ampla. Eu sempre tive muito essa preocupação de não seguir com muita rigidez, a gente teve suporte de que tínhamos a capacidade para alterar as coisas de acordo com aquilo que nos traziam”.

²⁴ Entrevista com Helio Koscky ao Dr. Ronaldo Pamplona, em 10/6/2004 para o projeto Memória do Psicodrama, organizado por Carlos Borba, para a FEBRAP – Federação Brasileira de Psicodrama. Nessa mesma entrevista Helio conta que depois que saiu do Banco continuou, juntamente com Gislene Pena, a desenvolver trabalhos de Psicologia em empresas, usando o Psicodrama. Trabalhou na África e no Iraque pela construtora mineira Mendes Junior, quando desenvolveu o “Psicodrama da antecipação”, uma forma original de selecionar e treinar os trabalhadores brasileiros que iam para o exterior. Conta que, com o “Psicodrama da antecipação”, um método nascido a partir da sua vivência de liberdade de recriação, no DOT, “que a desistência baixou sensivelmente, quase zerou a desistência depois do treinamento”. Antes, os trabalhadores selecionados aqui, desistiam do trabalho no exterior, porque “acontece que o pessoal chegou lá, e o mesmo banzo que o africano sofrera na vinda de lá para cá, aquela mesma depressão, aquela mesma nostalgia, aquela mesma angústia, aconteceu também com os funcionários da Mendes lá. Fomos pesquisar e preparamos um treinamento”, “para o expatriado, o que era expatriado...”

²⁵ Esse nome, Escola de Administração Bancária, está se referindo ao DOT.

Aprender a “(re)criar as técnicas”, porque a “gente teve o suporte de que tínhamos a capacidade para alterar as coisas de acordo com aquilo que nos traziam”, tornando a psicologia uma ciência fruto das relações dos grupos, dos indivíduos, mesmo que usassem testes, questionários e abordagens tradicionais da psicometria.

Por todos os depoimentos colhidos, o DOT trouxe uma alternativa à psicometria,²⁶ introduziu o trabalho de grupo na Psicologia Aplicada ao mundo do trabalho, modificou consideravelmente a metodologia de formação dos psicólogos do trabalho, fazendo com que estes passassem pelas técnicas que iriam depois aplicar aos trabalhadores. Esta metodologia do aprender fazendo, da ação, irmana a formação dos psicólogos do trabalho com os educacionais formados na Fazenda do Rosário, no projeto ISER, como escrito no capítulo anterior.

O livro produzido pelos técnicos do DOT, em 1967, *Dinâmica de grupo e desenvolvimento em Relações Humanas*,²⁷ traz um perfil teórico do trabalho, mostrando que: eram usadas diversas abordagens para compreensão da dinâmica dos microgrupos. Também traz constituição do DRH, as técnicas de grupo, aspectos educacionais, a psicologia individual e a antropologia cultural; a psicopatologia, os modelos matemáticos e cibernéticos; os vários controles experimentais.²⁸ O DRH esteve preocupado em encontrar a “fórmula de uma técnica de treinamento em Relações Humanas que atingisse o nível das atitudes e das condutas individuais, e não apenas das opiniões”. Os autores mostram que o DRH é a conjugação de várias técnicas com o projeto de desenvolvimento das relações humanas; e tem como objetivos: “a reeducação terapêutica do indivíduo e de grupos, ser um laboratório de vivências de problemas análogos aos de relações de trabalho, para

²⁶ Relembrando que, segundo Pierre Weil (2004), foi ele quem sugeriu a mudança do nome de “Sociedade Brasileira de Psicotécnica para Sociedade Brasileira de Psicologia Aplicada, porque o nome Psicotécnica é muito duro, desumano, não podia colocar técnica na psique humana”.

²⁷ Os direitos autorais desse livro foram doados à Sociedade Pestalozzi (Fazenda do Rosário, Minas Gerais), em homenagem a Helena Antipoff.

²⁸ São apresentadas como as mais importantes abordagens usadas: o método de Kurt Lewin de T Group, que consiste em um grupo em reunião que recebe informações de fora sobre a sua própria atuação, visa modificar a conduta individual através da transformação do comportamento do grupo. Nesse método os psicólogos fazem intervenções tanto no plano individual quanto no plano grupal. O T Group foi chamado na França de Grupo de Sensibilização ou Grupo Diagnóstico. A socioanálise foi criada na França e tem como meta trabalhar grupos naturais, os que já existem antes da intervenção e que continuarão a existir depois, ficando aqui, as intervenções dos psicólogos sempre em nível grupal, visavam trabalhar as cibernoses dos grupos, isto é, os maus funcionamentos nas comunicações dentro do grupo.

provocar transferência de aprendizagem, acreditando que a educação se faz através do grupo, vendo como ‘objetivo filosófico’ um meio de revelação de um possível encontro existencial, para outros uma técnica de desalienação do homem”.

O DOT, como “laboratório de vivências”, reproduz em ação os conflitos explícitos e latentes do mundo do trabalho, possibilitando ao trabalhador “uma reeducação terapêutica dos indivíduos e dos grupos” que modifique, além das relações de trabalho, outros papéis dos participantes, podendo “filosoficamente” promover, para uns, “um encontro existencial” e, para outros, “um processo desalienante”. São objetivos ousados e extensos de transformações pelo treinamento, se propondo a ser mais do que um treinamento de comportamentos. Mas, um instrumento tão poderoso é igualmente perigoso. Penso que *treinar comportamento pode ser incluir para excluir, quando usado como simples técnica de adestramento*.

O trabalho terapêutico nos treinamentos, isto é, de transferência de aprendizagem através dos grupos, necessita ser apoiado na formação de uma consciência crítica, de uma capacidade de auto-avaliação e de avaliação do grupo. Esse processo ocorria na metodologia do DRH em três fases: “Primeiro a experiência de laboratório de grupo (socioanálise, psicodrama, grupo triádico)”. A socioanálise²⁹ que, como já foi dito, se baseia nas interpretações do grupo somente, não possuindo nenhuma proposta de trabalhar individualmente os participantes. O Psicodrama,³⁰ que possui recursos tanto pelo trabalho grupal verbal quanto pela ação dramática dos problemas dos grupos e dos indivíduos, é

²⁹ A Socioanálise foi criada por Van Bockstaele, na França, para grupos naturais, cujo objetivo é trabalhar as cibernoses (as doenças dos grupos), tendo como regras básicas que fora da experiência os participantes não tomam contato com os terapeutas socioanalistas nem por um bom-dia, durante as sessões de socioanálise os participantes devem dizer tudo o que imaginam sobre os terapeutas socioanalistas. É proibida toda verbalização fora desse assunto e também comportamentos não verbais. O grupo é dividido em dois subgrupos, um é observador e o outro de verbalização, e eles trocam de posição.

³⁰ Psicodrama é o nome com o qual ficou conhecida a obra de Jacob Levy Moreno (1889-1974), um judeu hassidista romeno, criado em Viena, que pelo estudo terapêutico do teatro chegou a formular um projeto socionômico que inclui: a sociometria, a sociodinâmica e o psicodrama. Trabalhou em Viena, no começo do século XX, com prostitutas nas ruas, com crianças nas praças públicas, com refugiados de Guerra etc. A partir do período pós-guerra, pesquisou a função terapêutica do teatro chegando a formulação do princípio de cura da ação do teatro. Após sua imigração para os Estados Unidos desenvolveu a sociometria, como ciência quantitativa, e a arte do psicodrama, ambas valorosas contribuições para a psicologia social e a psicoterapia. Para mais, dentre outros, ver René F. Marineau, *Jacob Levy Moreno, 1889-1974: Pai do psicodrama, da sociometria e da psicoterapia de grupo*. São Paulo: Agora, 1992.

ponto referencial central do DOT. O grupo triádico³¹ reúne a psicanálise de grupo, a dinâmica de grupo e o psicodrama.

Na segunda fase, “a análise didática dos fenômenos onde se tenta transferir a aprendizagem para a vida de cada participante”, é um propósito metodológico que mostra a amplitude da abrangência a que se propunha o trabalho do DOT: sair das relações de trabalho e atingir a vida de cada participante. A proposta de transformação é terapêutica, é mudança de olhar, de modo de estar na vida. É preciso atentar para: *quando cresce a abrangência da Psicologia na vida dos trabalhadores, crescem os riscos de docilização do trabalhador*. E, por fim, “entrevistas não diretivas e individuais acrescidas de uma bateria de testes de Personalidade com o objetivo de trazer soluções para problemas de ajustamento pessoal, familiar e profissional” (WEIL et al., 1967:13-21). As entrevistas individuais não diretivas complementam os testes de personalidade que aparecem como um recurso a mais na seleção e treinamento dos funcionários. Visam trabalhar os problemas de ajustamento pessoal, familiar e profissional. Estamos diante de saberes e poderes de transformação – a potencialidade dessa Psicologia é tanto de “domesticar” o trabalhador em nível abrangente de ajustamento pessoal, familiar e profissional quanto criar e possibilitar um espaço de (re)visitação, de (re)conhecimento dos limites e potencialidades do indivíduo e dos grupos; clareando a percepção de que *a possibilidade revolucionária nas relações de trabalho está nos grupos*, na protagonização da representação da intersubjetividade grupal.

Essa Psicologia Humanista chega quando o Brasil explode em um movimento de modernização. Em um momento de aceleração da industrialização, da urbanização que seduz o população rural promovendo uma onda de êxodo rural, num cenário de disputa de modelos do capitalismo a ser implantado. Esse fluxo social teve no “Golpe de 64” uma (re)definição, favorecendo uma sociedade desigual e regida pelos que detinham riqueza e poder. A década de 60 calou os sindicatos, facilitou demissões, rotatividade de mão-de-obra. Ao calar os sindicatos, modificou-se o lugar da Psicologia do Trabalho.

³¹ O Grupo Triádico também conhecido como Psicodrama Triádico, é a síntese integrativa da psicoterapia analítica de grupo, o psicodrama e as dinâmicas de grupo. “Síntese de três abordagens: grupo-análise mais psicodrama mais dinâmica de grupo, onde o Psicodrama emerge no seio da psicoterapia de grupo ou do grupo de sensibilização às relações humanas” (Cunha, 1995:57). Explicando melhor, o termo triádico se refere a um esquema de relações entre três propostas teóricas, tal qual a triangulação familiar de três pessoas, quando cada uma é indicativo das outras duas. As três abordagens guardam suas especificações, mas se complementam, como em uma caixa de ferramentas.

Entretanto, grande contingente de brasileiros vindos da zona rural conseguiram se ajeitar na cidade, muitas vezes crescendo as favelas, trabalhando na construção civil, nas casas de famílias, nas ocupações secundárias, rotineiras, mecânicas, frutos da industrialização acelerada. Para o brasileiro que não conhecia nada de direitos trabalhistas, recém-chegado da roça, pôr os filhos na escola pública, conseguir uma consulta no INAMPS, mesmo enfrentando filas de quarteirões, passou a ser uma conquista. Em boa medida, “os empregos criados pela industrialização acelerada e pela urbanização rápida eram ‘com carteira assinada’”: O número de segurados contribuintes da Previdência Social passa de 3 milhões, em 1960, para 9,5 milhões, em 1970, e chega aos 23,8 milhões em 1980. O que quer dizer, inclusive, aposentadoria garantida, mesmo que os valores fossem baixos” (MELLO e NOVAIS, 1998:621).

O rápido crescimento econômico, até 1980, consolidou um Brasil de desigualdades sociais. A grande conquista da “carteira assinada”, mesmo que com baixos salários, numa economia acelerada e em expansão, revela maior produtividade e maiores lucros para todos os níveis de empresa. Desenvolve-se uma nova classe média em que os profissionais liberais, entre os quais estão os da recém-reconhecida Psicologia, passam a ocupar um espaço social em expansão – o da valorização da busca de solução individual para os conflitos com a Ditadura.

Os psicólogos clínicos “desbancam” os psicologistas da psicometria e os psicólogos da psicologia aplicada. Eles ganham espaço a partir do reconhecimento da profissão, em 1962.³² Os cursos de formação dedicam maior atenção ao tema clínico, gerando um campo de idealização para os alunos, alimentado pelos currículos acadêmicos e por boa parte do professorado. Passamos a formar psicólogos de “primeira categoria” – os clínicos, os outros que são vistos como missionários e “menos dotados”. A luta pela autonomização da profissão desenvolvida pelos psicologistas da psicometria e pelos psicólogos da psicologia aplicada, que resultou no reconhecimento da profissão, foi rapidamente esquecida para ceder lugar à psicologia clínica. É um momento de expansão

³² A Psicologia foi reconhecida no Brasil como profissão, pela Lei 4.119, de 27/8/1962; e Lei 5.766, de 20/12/1971, quando foram criados o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia; tendo o Código de Ética Profissional dos Psicólogos do Brasil sido publicado no Diário Oficial da União, Seção I, Parte II, pp. 5.143-5.146, do dia 14 de setembro de 1979.

“capitalista” acelerada da Psicologia, somos profissionais de “alta qualificação”, que cuidamos do comportamento de alguns menos favorecidos, e da alma para outros mais endinheirados.

O regime de Ditadura Militar, com a repressão aos direitos humanos e à liberdade de ir e vir; a introdução do culto do corpo e da “nova vida do ter”, alimentada pelas novidades que seduzem, pelo crescimento acelerado da industrialização e do consumo, a repressão aos Sindicatos, isto é, aos trabalhadores, tudo isso autoriza um clima ambivalente, opressor, repleto de conflitos – cenário propício para um movimento de interioridade, onde o que vale é o autoconhecimento. Acelera-se o processo de subjetivação da sociedade. O brasileiro descobre as “psicoterapias”, alguns pelo modismo, outros como recurso de resistência à Ditadura, como espaço de liberdade. A possibilidade dessa leitura clareia um pouco mais as vertentes do crescimento da Psicologia clínica em detrimento da aplicada, nos tempos de ditadura.

Surpreendentemente, o Brasil é um dos primeiros países do mundo que aprovou a regulamentação da profissão do psicólogo. A Lei 4.119 de 27/8/1962, sancionada pelo Presidente da República, João Goulart, foi publicada no *Diário Oficial da União* em 5/9/1962. A partir daí, a Psicologia passou a existir, de direito, como profissão.

Em obra publicada pelo CRP-06 de São Paulo (1982:19-23) , em comemoração aos 20 anos da profissão, está registrado que, em julho de 1962, um mês antes da promulgação da Lei nº 4.119, realizou-se, na França, uma Conferência Internacional promovida por American Psychological Association e International Union of Scientific Psychology, em que o Brasil se fez representar. Na ocasião, constatou-se que apenas três países – o Canadá, Egito e Estados Unidos – de um total de 20, já possuíam algum tipo de legislação que regulamentasse a atividade do psicólogo. Essas leis, no entanto, eram parciais. No Canadá, a legislação a respeito abrangia apenas as províncias de Ontário e Quebec. No Egito, a regulamentação referia-se somente à prática da psicoterapia por psicólogos não-médicos e sob supervisão do Ministério da Saúde. Nos Estados Unidos, apenas 17 Estados possuíam legislação estabelecendo critérios para o exercício da profissão.

O Brasil tornou-se o primeiro país a adotar uma legislação reguladora da profissão de psicólogo em todo o território nacional.

Era preciso, porém, regulamentar a lei. Uma comissão de psicólogos foi nomeada e, em colaboração com o Conselho Federal de Educação, trabalhou para fixar o currículo mínimo e a duração do curso de Psicologia, resultando no parecer do relator Valmir Chagas, e na resolução sobre a matéria, ainda em 1962. A regulamentação da Lei nº 4.119 só viria em 21/1/1964, com o Decreto nº 53.464. A organização formal da profissão estabeleceu as fronteiras entre a atividade do médico e a do psicólogo, seus respectivos domínios. Essa legislação diz respeito à competência profissional no mercado de trabalho.

Um exemplo, apontado por Azzi (1966:48, in CRP, 1982: 21-24) “destes limites de reserva de mercado foi a psicanálise, a forma de psicoterapia que é objeto de luta mais acirrada entre psicólogos e médicos [a que mais cresceu]”. Em oposição à clínica elitizante psicanalítica, frente à Ditadura Militar algumas abordagens “alternativas” passaram a ganhar espaço tanto no cenário clínico quanto no aplicado. De maneira mais acentuada, a partir de 1970, o Psicodrama,³³ a abordagem rogeriana centrada no cliente e outras, conquistaram espaço no cenário nacional.

O documento citado recomenda que é preciso uma organização dos psicólogos “à semelhança do CRM, para os médicos, ou da OAB, para os advogados”. Mas foi preciso ainda alguns anos de empenho deste grupo pioneiro para que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) fossem criados pela Lei nº 5.766, de 20/12/1971. A Lei 5.766 definiu “o conjunto formado pelo CFP e pelos CRPs como uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, mas vinculada ao Ministério do Trabalho” (CRP-06, idem: 23-24; 90-106) .

Era tempo bastante conturbado no cenário brasileiro, com imposição da ditadura militar. A oposição havia crescido em 1966-1968, mas o Ato Institucional nº 5, de 13/12/1968, consumou o fechamento do chamado “sistema”. Nesta publicação do

³³ O V Congresso Internacional de Psicodrama realizado no MASP, em São Paulo, reuniu cerca de 2 mil pessoas. Sobre esse evento ver Revista da FEBRAP, Federação Brasileira de Psicodrama. Ano I, número I- 1971.

CRP(1982) encontramos nas palavras do seu primeiro presidente, Arrigo Angelini: “não acredito que sejam procedentes as críticas ao CFP, de que ele foi criado como um mecanismo do governo militar para controlar a categoria, e como primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia nunca sofreu qualquer tipo de constrangimento ou influência do governo federal” (CRP-06, idem: 90).

Mas, tal opinião não é compartilhada por muitos. Em outro olhar, o psicólogo Tozoni Reis, um dos primeiros atuante na área de organizações, após a regulamentação da profissão, diz que “o Conselho foi criado pelo Ministério do Trabalho e era muito atrelado. A própria forma da criação do Conselho, acho que foi um movimento restrito de psicólogos, tinha mais uma concepção, mais uma intenção corporativa, de fiscalização, do controle mesmo. Na época, estava-se percebendo, pela criação do número de faculdades de Psicologia, que ia haver problemas de mercado, então acho que era uma tentativa de resolver, de controlar. Então, o Conselho foi criado meio amarrado no aparelho do Estado. Tanto é que o Conselho Federal deu diploma de psicólogo honorário para o Médici e para o Geisel e os respectivos ministros do Trabalho. E o Sindicato dos Psicólogos também era atrelado. Eu me lembro que a gente brincava que o presidente do Conselho, o Saulo Monte Serrat, era um major e o presidente do Sindicato era um coronel, eram da reserva” (CRP-06, idem: 90).

Tamanha clareza dos “partidos de direita e esquerda” nos depoimentos prescindem de comentários, mas não resisto a compartilhar meu espanto ao descobrir que sou colega honorária de profissão do Geisel e do Médici, dentre outros homenageados. Mas não encontrei referências a igual homenagem ao presidente João Goulart, que assinou a lei de regulamentação da profissão. Nossas escolhas revelam nossas primeiras tendências como profissão.

No capítulo que trata da defesa do mercado de trabalho encontrei a seguinte declaração: “Subemprego e até mesmo desemprego já faziam parte do dia-a-dia do psicólogo”. Acrescenta, em seguida, que analisando o problema da “demissão em massa dos psicólogos das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) vimos que não era propriamente de ordem profissional e sim, trabalhista – e, portanto sindical” (CRP-06, idem:98).

O reconhecimento de uma profissão é fruto histórico. História esta em que o Estado detém seu quinhão de poder ao regulamentar e fiscalizar. Um grupo de profissionais quer delimitar seu território, definir o dentro e o fora, seu corpo teórico e sua prática – seu poder de mercado, seu Campo. O profissional da Psicologia e a Psicologia enquanto corpo científico definidor da profissão, faz uma triangulação com o usuário da clínica e das instituições que o contratam. No sistema em que vivemos a Psicologia cria profissionais e é criada por eles. Neste embate, nem sempre é claro de qual conceito de homem se está falando em cada Psicologia. Às vezes são tão distintos e distantes entre si que se pode pensar: por que será que conservam o mesmo nome a práticas tão distintas?

No campo das ciências, a Psicologia passa desde então a ser objeto de pesquisas em diversos trabalhos nas últimas quatro décadas. Essas investigações vêm crescendo à medida em que aumenta o número de psicólogos atuando nas diferentes áreas. Quando se verifica o panorama geral desses trabalhos, incluindo teses e dissertações de mestrado, o que se constata é que a área da Psicologia aplicada tem sido relegada se comparada à Clínica. (SIMÕES, 2000; GUANAIS, 1995; ZANELLI, 1992; CROCHIK, 1985; GIL, 1982).

Ainda no depoimento de Tozzoni para o CRP (1982:98) está: “O modelo dominante da Psicologia, que aparece para a sociedade, no qual ela é identificada, é o modelo médico. Então, no momento em que surgiu, ela veio disputando um espaço que era dos médicos. O conflito também persiste não mais em termos da disputa da exclusividade no mercado, mas da disputa de poder [...] Os administradores de empresas também quiseram passar uma lei estabelecendo que qualquer cargo de gerência, de gerenciamento, de chefia tinha que ser ocupado por administrador”.

As fronteiras profissionais da Psicologia enquanto ciência reduzem e ampliam a história. Reduzem ao definir parâmetros e ampliam ao estimular pesquisas e estudos. Permitem que a Psicologia se desenvolva empiricamente, portanto se aprisione e se liberte “no olhar do que vê e do que se diz”, lembrando as palavras foucaultianas. O conceito de homem somente recortado cabe nesse olhar científico.

Nesses fragmentos da história e da memória das relações entre a Psicologia e a história do Brasil, o DOT desenvolveu-se, fez pesquisas “puras” e aplicadas, criou modelo, formou psicólogos, pesquisadores e chegou ao ano de 1968. Ano de convulsão mundial, do movimento dos estudantes na França, do endurecimento da ditadura de forma cruel no Brasil. Ano em que Pierre Weil, ainda no DOT, reconhece sua crise pessoal e decide abandonar a Psicologia aplicada ao mundo do trabalho. Ele passa a dedicar-se a desenvolver um novo conceito de Psicologia onde reúne a ciência do Ocidente, através do Psicodrama, e a sabedoria oriental, recebendo o prêmio da Paz da UNESCO.

No cenário do Brasil fechado pelo Ato Institucional nº 5, nos conta Weil (2004) como o DOT, que florescia tanto, fechou suas portas: “O DOT acabou porque o Banco foi para São Paulo. Dr. Aloysio não queria continuar a direção aqui porque o dinheiro estava em São Paulo. Ele disse que Belo Horizonte ficou cheia de buracos da mineração, fruto do crescimento desordenado. Ele tinha razão, porque depois da partida do Banco, a serra foi diminuindo, diminuindo. Tiraram as árvores da avenida Afonso Pena. Eu não quis ir para São Paulo, então ele mandou fechar o DOT. Era mesmo um plano para dez anos, passei três meses planejando para dez anos”.

O fim do DOT é tão revelador quanto sua história: o Banco “não queria continuar a direção aqui porque o dinheiro estava em São Paulo” e seu psicólogo idealizador não queria ir para São Paulo onde estava o dinheiro, porque no DOT teve uma “crise de falta de sentido” E Minas Gerais? Esta “ficou cheia de buracos da mineração, fruto do crescimento desordenado” e a sua bela “serra foi diminuindo, diminuindo”. E a Psicologia Humanista que sonhou quebrar o velho paradigma das relações entre o trabalhador e o capital, que foi feito dela? E o trabalhador ?

Evolução das Relações Interpessoais e do Sistema de Valores Através do Questionário Sociométrico³⁴

Relatório de pesquisa desenvolvida no DOT

³⁴ Lucy E. S. Paixão, Domingos Muchon e Décio V. Salomon. “Evolução das Relações Interpessoais e do Sistema de Valores Através do Questionário Sociométrico”. In: P. Weil e outros. *Dinâmica de Grupo e Desenvolvimento em Relações Humanas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1967, pp. 164-189.

A pesquisa foi fruto da observação dos psicólogos que trabalhavam com os grupos e notaram que o “grupo funcionava como uma ‘rede’, onde cada participante era percebido e influenciado de maneira específica pelo resto do grupo”, e que, em certos grupos, alguns participantes não eram integrados durante todo o tempo de vida grupal, outros, desde o início, evidenciavam-se como possíveis líderes, ou estabeleciam uma competição pelo poder, alguns formavam sub-grupos. Enfim, notaram que fenômenos diversos aconteciam e era preciso, além de explicitar tais fenômenos, procurar mostrar as causas. A escolha foi pelo método da sociometria moreniana, que está assim definida: “Sociometria é o estudo da evolução e organização dos grupos e da posição que neles ocupam os indivíduos, prescindindo-se do problema da estrutura interna de cada indivíduo” (MORENO, apud PAIXÃO et al., 1967:165). Mais adiante, é apresentado um conceito moreniano de grupo como uma metáfora, mostrando que os grupos são compostos das pessoas em inter-relações de dependência, formando seu conteúdo real, não como indivíduos particulares, mas como membros da mesma cultura.

Descrição do instrumento de medida: O Teste Sociométrico

Foi usado um questionário intitulado “Quem escolhe quem”, com três perguntas, relacionadas com as seguintes situações: *Situação afetiva* (quem eu escolheria para meu companheiro de diversões);³⁵ *Situação intelectual e cultural* (a quem eu recorreria para ajudar-me nos estudos);³⁶ *Situação funcional* (a quem eu recorreria para ser o meu chefe).³⁷

O teste foi feito antes e depois de um período de vivências em um treinamento, no qual foram usadas dinâmicas de grupo. O tempo de treinamento foi de vinte horas, distribuídas em torno de nove dias. A pesquisa foi feita somente levando em consideração a situação de *atração*, isto é, as escolhas positivas, desprezando as negativas e neutras. O quadro da estrutura do grupo foi obtido “relacionando as eleições positivas dos participantes, que nos indica (*sic*) as relações existentes no interior do grupo”. Foi montado um *sociograma* de cada grupo, “que é o meio pelo qual se expressam graficamente os

³⁵ Busca a liderança afetiva, revela a estrutura do *psicogrupo*.

³⁶ Busca a liderança intelectual ou cultural, portanto um *sociogrupo*.

³⁷ Busca pesquisar as relações funcionais de hierarquia, corresponde à liderança funcional, às relações funcionais, portanto a um *sociogrupo*.

resultados obtidos através das perguntas propostas no teste”. Revela “a posição de cada participante no grupo, com relação aos colegas, o número de escolhas que recebe e as que faz”. A nomenclatura moreniana usada para indicar as diferentes posições dos indivíduos no grupo foi: *Estrela* (ou *líder*), o mais votado ou com grande número de escolhas; *periférico*, o que escolhe e não é escolhido; *solitário*, não escolhe e não é escolhido, *isolado*, é escolhido mas não escolhe nenhum colega.

Objetivos:

Verificar se o grupo evoluía; verificar se havia mudança de percepção no relacionamento humano e conseqüente resolução de estereótipos, conscientização de projeções e identificações, e outras barreiras que impedem o bom relacionamento; verificar os motivos das escolhas; verificar se havia alguma dependência entre as diferentes situações focalizadas.

Características das amostras:

As comum eram “titulados” de uma mesma empresa, ou ocupavam um degrau idêntico na pirâmide hierárquica, ou todos do sexo masculino. As diferenças eram: procedência de moradia e trabalho, estado civil e idade, nível cultural.

Após as aplicações do teste antes do início e depois do treinamento, os membros do grupo eram entrevistados individualmente para levantamento dos motivos das escolhas e dos motivos das mudanças das escolhas entre a primeira e a segunda aplicação.

Resultados analisados:

Sociogramas de antes e depois para facilitar as comparações. Quadro dos átomos sociais com a participação dos periféricos, dos estrelas, dos solitários, e dos isolados. Índice de mudanças. Quadro com os motivos das escolhas de antes e depois, para a análise dos efeitos do treinamento.

Análise dos resultados e conclusões:

Além das análises comparativas dos sociogramas do grupo foi feita a leitura comparando a rede das inter-relações de “antes” e “depois” e as posições dos participantes nos diferentes sociogramas, também as configurações dos participantes nos quadros grupais.

O teste é um instrumento precioso na pesquisa da rede de comunicações entre os participantes no interior de um grupo. A rede formal do grupo nem sempre se sobrepõe à rede do sociograma pesquisado.

Embora não seja fácil conceituar o que é evolução de um grupo, as modificações das posições dos indivíduos no grupo e a redução no número de átomos (subgrupo) após a experiência, a redução dos solitários, indicam que o grupo sofre maior estruturação.

A evolução do grupo é atestada pelo índice de mudanças nas escolhas (52%).

Esse índice de mudança permaneceu nas diferentes situações estudadas, afetiva, funcional, intelectual-cultural.

A experiência nos grupos DRH com o teste sociométrico mostrou que os participantes se perceberam e se escolheram de modo mais objetivo.

Não houve “rigor científico no teste”, mas a riqueza dos resultados fez os psicólogos quererem divulgar os resultados.

Aqui, o foco de atenção do DOT esteve claramente centrado nas inter-relações entre os trabalhadores buscando estudar as tensões entre o singular e o coletivo. A escolha desse relatório, entre outros, deve-se ao fato de que o considero representativo da abordagem predominante do DOT, isto é, o Psicodrama, tanto no grupo triádico quanto no grupo psicodramático e sociodramático. O primeiro fato interessante é a declaração dos pesquisadores de que “Não houve rigor científico no teste, mas a riqueza dos resultados fez os psicólogos quererem divulgar os resultados”. O que confirma a declaração de Helio Koscky (2004), já apresentada, que os “psicólogos tinham liberdade de criação, de que

tenham a capacidade para fazer de acordo com aquilo estava acontecendo nos grupos”. Essa Psicologia trouxe o saber-fazer dos psicólogos para um plano grupal em que o psicólogo, como membro do grupo, necessita trabalhar também sua flexibilização, o abrir mão de verdades universais, inquestionáveis, o ser dono da “ciência neutra”, para reconhecer-se como sujeito político, onde todo saber é também poder, porque o poder está em todo lugar (FOUCAULT, 2000b).

Isto me recorda Walter Benjamin, em “Infância em Berlim”, por volta de 1900, quando este filósofo-historiador aponta para o conceito de “despertar”, como uma noção de vontade política de querer ultrapassar a dimensão dos sonhos, de buscar a verdade não como adequação, acomodação, mas como “contemplação”, como “atenção”. *O psicólogo é convidado a se fazer sujeito nas relações com outros sujeitos, é participante do grupo.* Neste cenário, como sujeito que faz história, é produtor de memórias que “é obra secreta de lembrança que, de fato, é a capacidade de infinitas interpolações naquilo que foi”; mas é, ao mesmo tempo e por construção de saberes e poderes, a “precaução do sujeito que pode exigir que o seu eu o represente e não o venda” (BENJAMIN, 1986:40-41).

O teste sociométrico assim tomado é mais arte que ciência, é benjaminianamente uma possibilidade que o trabalhador passa a ter de se representar e não se vender. É instrumento de (re)criação de relações, possibilita que os participantes escolham e narrem suas escolhas a um ouvinte, passando a ouvir também sua narrativa, porque “as massas procuram na obra de arte distração, enquanto o conhecedor a aborda com recolhimento”, vendo que a arte é mais eficaz “quanto menos coloca no seu centro a obra original” (BENJAMIN, 1986:180-192). Reconhecendo que o corpo que fala e age “é uma realidade biopolítica”, o psicólogo e o grupo sabem e sabem dizer, não precisam do intelectual para dizer por ele.

Nesse campo, a teoria torna-se uma “caixa de ferramentas”, porque a “prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra, e a teoria um revezamento de uma prática a outra”, concordando com Foucault, um dos primeiros a se indignar por alguém falar pelos outros (FOUCAULT, 2000b:69-80).

A tensão flutuante entre o indivíduo, suas escolhas e o grupo, ou em outras palavras, entre o singular e o coletivo, permanece em toda a descrição do teste. Ao ser aplicado antes e depois do treinamento, evidencia as transformações que o grupo sofre com o processo; mostra que a rede formal do grupo nem sempre se sobrepõe à rede do sociograma pesquisado. Amplia o Campo incluindo as inter-relações que levam em consideração o *habitus* dos participantes.

Conclusões parciais norteadas pela Psicologia Humanista do DOT

A **Psicologia Humanista** deste instituto se dedica a estudar os fenômenos das inter-relações entre pessoas, entre pessoas e grupos e entre grupos. Baseia-se no pressuposto que “o homem só existe em relação” (MORENO, 1975).³⁸ O grupo é “tomado como uma metáfora”, composto por pessoas em inter-relações de dependência, que formam seu conteúdo real, não como indivíduos particulares, mas como membros da mesma cultura. Nesta pesquisa, há uma delimitação do sentido do indivíduo, que é tomado somente como “membro da mesma cultura”, limitando seus saberes e poderes, sua ação, pois o indivíduo é mais que sua cultura grupal.

O grupo tende a se organizar, a se desorganizar..., sucessivamente; não permanecendo estável e linear, construindo a história através de lutas e conflitos, rupturas e contínuos. Tal Psicologia é, portanto, uma **Psicologia fenomenológica**, do aqui e agora, da construção em grupo, de uma verdade protagônica, representante das intersubjetividades. **O trabalho** é o agir do homem, mas é também o seu vir a ser e, alimentado por sua subjetividade e suas inter-relações grupais, é capaz de manter a esperança. Para adaptar-se de um modo adequado e criativo, o homem necessita ser livre para inventar novas maneiras de andar na vida. Assim, podendo ser capaz de perceber bem a realidade, entretanto, sem colonizar o imaginário. **O trabalho é visto como vivo**, porque vivo está o trabalhador capaz de resistências, lutas, construção e desconstruções, mesmo nos momentos de repressão.

³⁸ Jacob Levy Moreno. *Psicodrama*. São Paulo, Cultrix, 1975.

O projeto é de uma psicossociologia da ação e da intervenção. A proposta moreniana está calcada nas relações entre treinados e treinadores, educandos e educadores, salientando a responsabilidade de cada um pelo seu destino, em inter-relações. “O monitor (o líder) só pode representar seu papel de especialista se for aceito pelo grupo e por cada indivíduo como tal, e se tornar membro do grupo”, em um trabalho de construção da **saúde grupal**, dos trabalhadores em relações de dependência (SCHUTZENBERGER, 1967: 23-61).³⁹ É uma Psicologia do trabalho que tem um projeto de ser instrumento vivo de **construção da saúde**. Reconhece os conflitos, as rupturas, as brechas, os contínuos, como prática política geradora de conhecimento, participação. Aqui, o projeto do psicólogo é passar do conceito de saúde ocupacional para o de saúde do trabalhador, isto é, deixar de cuidar dos cargos e funções profissionais para atender para o homem, o trabalhador. Eles, psicólogo e trabalhadores, se vêm diante da problemática psicologia-saúde-trabalho, querem deixar apenas de dizer **não**, isto é, resistir, para indicarem soluções para os problemas sociais, políticos, econômicos. Paramos de esperar a Revolução para fazermos várias revoluções.

O grupo autoriza a construção de pequenas revoluções nascidas de uma “leitura a contrapelo”.

Mas, toda esta “esperança” tem final igual ao da Psicologia Racional. O destino da Psicologia Humanista no mundo do trabalho é o mesmo do velho paradigma: os que pensam e os que fazem. Quanto mais pensamos que somos livres como psicólogos no mundo do trabalho mais riscos corremos, já que as decisões principais não dependem do psicólogo. O psicólogo diretor, Pierre Weil (2004), declara que hoje só faria um treinamento em empresa se todos os diretores participassem, porque não bastaria trabalhar os trabalhadores. Penso que ao pensarmos que “sem liberdade” são os outros – aqueles da Psicologia Racional –, corremos o risco de idealizar certa conquista de flexibilização do espaço da Psicologia como mudança de paradigma. O fim do DOT (1958-1968), aqui narrado, fala mais do que as minhas palavras.

³⁹ Ana Ancelin Schutzenberger. Diversas abordagens para compreensão da dinâmica dos microgrupos. In: Pierre Weil. *Dinâmica de Grupo e Desenvolvimento em Relações Humanas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1967:23-61.

*REFELXÕES FINAIS E
CONCLUSÕES*

O homem criou um mundo de coisas, tesouros culturais, com a finalidade de tornar a si mesmo uma semelhança de Deus. Quando o homem encontrou a si mesmo fraquejado em suas lutas por uma criatividade máxima, ele tirou do seu “desejo de criar” a sua “vontade de poder”, porém usou essa última como um meio insidioso por meio do qual poderia obter os objetivos de um deus.

(Jacob Levy Moreno, 1992:156)

Estou chegando à conclusão deste trabalho e, além de pretendê-lo inovador, aspiro a um caráter de cientificidade, portanto, parece-me que é indispensável ouvir a avaliação. Ao desenvolvê-lo, me dividi em ator e platéia, e agora me posiciono como crítico do espetáculo, para analisar com olhos de avaliador o caminho percorrido pelas trilhas abertas e (re)ver os sentimentos que me acompanharam neste processo de construção, desconstrução, construção, desconstrução quando, ao (re)visitar o passado, busquei o futuro. Ser autor é ser pessoa em relação e não uma função, considerando que ser autor é deixar as marcas na construção da realidade, que é feita a partir do presente. Então, volto para mim mesma, busco me reconhecer nos meus referenciais para retornar às relações com o outro.

Penso que, ao finalizar um espetáculo, anunciam-se outros tantos, abrem-se novas cortinas, anunciam-se novas luzes que se inter-relacionarão com a luz que está se apagando. Parafraseando uma máxima moreniana digo que “maior que a obra criada é a transformação do criador”.(MORENO, 1984), por isso vejo-me identificando o que mudei em mim, aquilo que me permitirá (re)ler este trabalho com novos olhos. Para depois fazer a retomada do presente com o objetivo de construir a recuperação dos significados do passado em busca de poder construir o futuro, mais criativamente.

Uma pesquisa, seja ela qual for, cria vínculos com o presente em busca de um futuro melhor, seja pela possibilidade de continuidade, seja por refutação, ou adoção de um caminho por ela percorrido. Busco agora (re)conhecer o caminho trilhado, as rupturas e continuidades que trouxe comigo desta tese. Para tanto, preciso de um olhar avaliador que

me sinalize a estrada percorrida e, em uma boa linguagem mineira, me mostre a “estrada e as estações percorridas pelo trem”.

Trabalhei por construir uma pesquisa de “fragmentos da história e da memória da Psicologia no mundo do trabalho, relações entre a Psicologia e a industrialização”.¹ *Fragmentos* porque não acredito em história contínua e universal, vejo a história além do contínuo, pontilhada por brechas onde se pode ler o não dito no que está dito, além da própria leitura do dito.

Pretendo ter construído em mim uma certa intimidade com os principais autores da metodologia escolhida: Michel Foucault (1926-1984), Pierre Bourdieu (1930-2002) e Walter Benjamin (1892-1940). Com eles aprendi que o valor da pesquisa histórica está em trabalhar uma leitura no dito e no não dito, nos contínuos e nas rupturas, nas relações entre o *Habitus* dos atores e o Campo, pelo valor da narrativa histórica e da memória. Com estes autores, que me serviram de suporte, construí um caminho metodológico para chegar a minha meta. A partir do que aprendi, esta pesquisa é *História* porque, nas palavras foucaultianas, “documento é monumento”, porque é escavação e esquadrinhamento da história oficial, do dito sobre o não dito da historiografia que, ao esconder, revela, da busca de ver na história do vencedor a história do vencido. É *Memória* enquanto é infância, é a presença do homem singular com suas subjetividades, seu *Habitus*, participando da construção da nossa própria história, com o direito a narrativas.

História e Memória formam o entrelaçamento do instituído com o vir a ser, através da leitura dos vencedores e dos vencidos, dos que poderiam ter feito a nossa história diferente. O meu objeto de estudo é a *Psicologia* porque é a minha profissão, onde me incluo ao incluir o “outro”, é o caminho que escolhi como modo de construção da minha cidadania. E, por fim, algumas *relações* entre a *industrialização* e a *Psicologia* porque, como disse na introdução, são pontos de conflitos, inquietações que acompanham os trabalhadores da Psicologia, nos quais me incluo. Compreender um pouco mais o processo de construção da modernidade brasileira, da nossa Psicologia, destes saberes e poderes

¹ Recebi da professora Maria Carolina Bovério Galzerani a sugestão de mudança no nome desta tese para “relações entre a modernidade e a Psicologia”. Concordo que a palavra modernidade seria mais abrangente e adequada para a leitura desenvolvida neste trabalho, mas mantive a palavra industrialização porque desejo chamar atenção para as relações no mundo do trabalho.

chamados por uns de “ciência de lugar adiantado”. Entretanto, essa afirmativa foi bravamente contradita a partir do capítulo “Saberes e poderes da Psicologia no Brasil”, onde ficou evidenciado que a Psicologia só é “ciência de lugar adiantado”² a partir do momento em que reduziu o homem ao seu comportamento, para isto necessitou também se reduzir à ciência do comportamento. Com os índios, o Brasil Colônia “conheceu” uma Psicologia Humanista, que foi descartada a partir do desejo de modernidade, estimulada pela meta de aceleração do processo de industrialização. Em nome da “evolução”, para se tornar uma ciência de lugar evoluído, a Psicologia criou espaços abrindo mão de conceitos, desenvolvendo conhecimentos, técnicas, mudando prioridades e fazendo casamentos com os que acenavam com mais poder. *Esqueceu-se de que nem o homem nem a ciência da Psicologia nasceram pequenos – estamos pequenos.* Entre a “nova” ciência e o homem-comportamento criaram-se relações hierarquizadas, inicialmente fundamentadas nos saberes, mas que foram fortalecidas com as práticas dos poderes. O molde arraigou-se de tal maneira na cultura que muitas vezes deixa de nos causar perplexidade, passamos a ver “como natural” treinar, docilizar trabalhadores que, por sua vez, desenvolvem expectativas e oferendas de submissão. Tal processo de mão dupla constitui as complementaridades capazes de viabilizar a manutenção do modelo vencedor; tristemente essa Psicologia participa da criação do nosso panóptico do trabalhador. Daí para a dependência é um curto passo. E a saúde da Psicologia e do Trabalhador se torna mercadoria, objeto de lucrativas transações comerciais vendidas no varejo, mas de olho no atacado. Ao mesmo tempo, este mesmo par dialético é capaz de resistências, de subversões, de rebeldias, de recriações da vida e das verdades estabelecidas como dogmas, de se (re)capacitar para (re)criar modos novos de andar na vida. *Mantemos a saúde ao mantermos a esperança, esperança que não é ufanismo otimista.*

Compartilhei na Introdução as angústias de uma pesquisadora principiante que não conhecia o campo escolhido, além da mudança do tema e área de pesquisa, já transcorridos dois anos do prazo regulamentar. Esta tese foi gestada em vinte meses. Ao chegar a termo esta jornada, reconheço que estava certa ao mudar. Provavelmente, se tivesse permanecido com o tema anterior, teria sofrido menos, poderia ter terminado antes e

² Rever o capítulo IV.

teria construído uma tese rica em detalhes, com ampla e elaborada argumentação, mas teria hoje para apresentar uma tese racional, escrita à distância, quase como uma observadora. Meu lugar no campo não teria sido construído nas fronteiras, mas me alojaria fora do campo falando do outro, aquele “meu vizinho”.

Optei pelo caminho difícil do desconhecido que me chamava interiormente, precisei de muita luta, tive um grande trabalho para desenvolver argumentos de convencimento para mim e alguns outros que me desencorajavam na empreitada. Ouvi que não iria dar tempo, que não conseguiria novo orientador no “meio do caminho”, que a coordenação da pós-graduação não aceitaria a mudança, que provavelmente haveria novo “abandono”. Não estava abandonando um tema, via-me diante da redefinição do projeto de pesquisa. Este trajeto prova que a Academia, ao flexibilizar seu processo educacional, está se revendo na dureza em que a modernidade da produção seriada a empurrou.

Encontrei acolhida, respeito e confiança, o que me comprometeu mais ainda com o trabalho. Precisava recuperar o tempo, ultrapassar as dificuldades, descobrir onde estavam as informações que queria. Sonhei alto, pensei Brasil, confiei na internet, “perdi” meses fundamentais insistindo com as universidades por *e-mail*. Tive sorte, aguicei os sentidos, esquadrinhei lugares, viajei, conversei e li, como nunca havia lido na vida. Descobri talentos em mim, o gosto pela leitura, a frequência às bibliotecas, o prazer de fazer uma pesquisa de campo. Vivi dificuldades desconhecidas, procurei pessoas pouco disponíveis, conheci muitas outras encantadoramente generosas no compartilhar seus saberes, suas memórias, seus documentos.

Desenvolvi um pequeno método de entrevistar. Guiei-me pela minha vontade de saber, (re)conheci um trunfo no meu treino profissional para ouvir, o que me deixava disponível enquanto meu convidado estivesse narrando. Fiz de um gravador e um caderno meus companheiros de viagem. Anotava, anteriormente, as perguntas básicas classificadas pela importância para o tema. Depois de iniciada a entrevista, nem sempre as questões que inicialmente me pareceram as mais importantes eram confirmadas, às vezes uma nova informação abria estrada, mostrava paisagens essenciais que mudavam o roteiro. Mesmo assim, antes de desistir das perguntas, submetia-as à opinião do narrador. O fato de demonstrar que havia me preparado para a entrevista, mas que não estava tentando

convencê-lo da “minha versão”, foi bom. Não pretendi “inventar a roda”, mas ser capaz de argumentar foi um procedimento que deu certo. Procurei estar o mais inteira possível ao ouvir a narrativa, mantendo-me interessada nas memórias de quem estava comigo. Em todas as entrevistas, trabalhei para a *construção de um vínculo inicial*, atenta à tendência intimista que causa dificuldades de relacionamento entre as pessoas e com o objeto, que podem gerar falas monólogos, que não estabelecem relações na hora de produzir conhecimento, de falar com o outro. Quis contemplar, no sentido benjaminiano, a linguagem que é preñe de história, de evidências e não só a linguagem máscara, que leva o pesquisador a procurar a verdade fora, portanto os dados empíricos nasceram das e nas relações entre sujeito e objeto, fruto da contemplação que toca. Para tanto estudava anteriormente algo sobre meu entrevistado. Levava comigo uma pergunta, um interesse especial da pessoa pelo tema da pesquisa, demonstrava, como aquecimento para a entrevista, com que critério eu a havia escolhido. E, ao mesmo tempo, compartilhava algo meu, não pretendia ser uma pretensa pesquisadora “tábula rasa”. Estava cuidando de construir um convite ao vínculo, vendo que duas pessoas que têm um vínculo conversam em campo construído em comum, menos defendido, permitindo a narrativa livre, que traz as lembranças daquilo que faz sentido. Trabalhei a recuperação de fragmentos do passado, porque o passado não volta na sua inteireza; (re)conhecendo que não se ensina o passado, não se impõe o passado, mas se estimula o (re)conhecimento. Cada vez que o passado é (re)visitado, está atualizado. Busquei um lugar nas fronteiras do campo, onde pudesse conhecer a memória dos meus entrevistados, ansiava por trazer a visão do singular ao coletivo.

Com estas motivações, construí esta pequena metodologia de entrevista, para dar vida aos relatos, abrir brechas para o tempo. Tomei memória como trabalho, sonho, luta, (re)memoração, racionalidade, esquecimento, corpo, mas sensibilidade, porque memória não é só ir atrás do tempo perdido, (re)memorar é uma viagem que traz à tona um compromisso político. Esta experiência me foi tão rica que pretendo transformá-la em um artigo para que outras pessoas possam se beneficiar e enriquecê-la com contribuições.

Penso que mais acertei que errei. Somente em uma entrevista insisti por um momento a mais; mas meu entrevistado, mais lúcido do que eu, encerrou a conversa sem me responder, sinalizando minha insistência. Felizmente esta cena está gravada em vídeo e poderá ser utilizada como exemplo aos meus futuros alunos.

Quanto aos documentos, arquivos e teses, as dificuldades a serem vencidas foram grandes. Descobri que nós, os psicólogos, não guardamos nossa memória, trabalhamos pouco nossa história e, em nome de “preservar o sigilo”, queimamos documentos, destruimos arquivos, impedimos que outros saibam o que fizemos, tornamo-nos “donos” dos projetos e, por isso, algumas vezes, eles acabam quando nós saímos dos lugares. Com esta prática, impedimos que o patrimônio histórico cultural da Psicologia seja instrumento de construção de outros lugares de memória. Os motivos apontados pelos quais a Psicologia tem ausência de patrimônio histórico revela que nós, os profissionais, temos uma imagem unidimensional, narcísica, não de singularidade tridimensional que rompe com idéias triunfantes, revelando um lugar de sujeitos, de imagens dissonantes, de participação social. Quem define o que vai ser destruído está definindo o que vai ser preservado. Será que o conhecimento pode ser posto em escaninhos? Quem é dono do patrimônio se ele é transdisciplinar, portanto sem dono? A socialização dos saberes e poderes de uma experiência fica interrompida, e o conhecimento construído no social e pelo social torna-se subjetividade. Os valores do *setting* clínico ditam a “moda”, e por serem normas do “campo nobre” da Psicologia não são questionados, mas imitados. Expande-se para outras áreas o *habitus* de um campo específico fazendo com que a parte se torne o todo. São mecanismos de microfísicas do poder que chegam, se instalam e se perpetuam sem que perguntemos o porquê. Nosso desejo de mudar a sociedade fica subordinado às mudanças desses mecanismos de poder que se localizam ao redor do aparelho do Estado, ocupando níveis elementares do cotidiano, e que, por esta condição de subliminares, penetram o *habitus* tornando-se pontos cegos na percepção individual e grupal, contaminando o campo da profissão.

Do ponto de vista de uma “leitura” histórica, nestas sete décadas, contando a partir da fundação do primeiro instituto, o IDORT (1931), ainda é vivida uma crise de identidade dentro deste campo. Os próprios espaços institucionais de produção de

conhecimento e ensino – a Academia – assumem denominações que ora dicotomizam os termos como Departamento de Psicologia Organizacional e do Trabalho, ora anulam um deles como nos Departamentos de Psicologia Ocupacional, Organizacional, Industrial, do Trabalho, Psicopatologia do Trabalho, Psicodinâmica do Trabalho. Ao lado disso, os cursos oferecidos englobam aspectos que transitam por muitas e várias teorias misturando autores, propostas filosóficas de visão de homem, dando roupas novas para olhares velhos, sem que se mudem os paradigmas dos alunos, futuros trabalhadores da Psicologia no mundo do trabalho. Ouvi e li autores que são também professores, preocupados em “modernizar” seus cursos, em acabar com esta “Psicologia Taylorista”, mas que estudam e se declaram interessados nos processos “darwinistas do trabalho”. Ou aqueles que “abandonam” a velha Psicotécnica porque ela representa a Psicologia da Organização Racional do Trabalho, mas estudam como “moderno” o sistema japonês do Toyotismo e seus derivados. Encontrei os que querem reunir em uma só abordagem a Psicologia Organizacional e a Psicopatologia do Trabalho, que nos chegou através das pesquisas do psicólogo francês Christophe Dejours.³ Ao lado desses olhares encontrei os que declaram ser irreconciliável o processo dos profissionais “psicodinamistas do trabalho” e os psicólogos organizacionais. Nas teses e dissertações que li, as quais abordam o tema currículo de graduação, e em algumas entrevistas constatei que os psicólogos do trabalho se formam em cursos de pós-graduação ou em especializações, porque a graduação trata esta Psicologia como secundária. Escutei de uma coordenadora de pós-graduação em Psicologia que naquela universidade pública a procura pela orientação de um professor tradicional de Psicologia Organizacional estava muito maior do que pela de um professor que pesquisa na linha de Psicopatologia do Trabalho. Ela me explicou que considera “muito atrasada” a psicologia que é praticada no mundo do trabalho. Os cursos de pós-graduação, algumas vezes, acompanham as preferências do momento, outras vezes lutam por desenvolver um campo de pesquisa que proponha um novo olhar.

³ Brevemente registro a chegada desta abordagem, “Psicopatologia do Trabalho”, nascida na França entre as duas grandes guerras do século XX, tendo como iniciadores Claude Veil, Le Guillant, Bengoin e Pariente, Paul Silvadon, Roger Amiel, Adolfo Fernandez Zoila, Tosquelles e Verbezier e mais recentemente, considerada a segunda fase da disciplina, as pesquisas do psicólogo clínico Dejours. Este esteve pela primeira vez no Brasil em 1980, apresentando seu livro *A loucura no trabalho*. Seus adeptos brasileiros consideram que “Dejours fez sucesso primeiro no Brasil para depois ser reconhecido na França”. (Para ver breve histórico dessa disciplina pesquisar: KARAM, 2003; SELIGMANN-SILVA, 1994; ANTUNES LIMA, 1996).

Enquanto escrevo estas conclusões recebo o *Jornal do Conselho Federal de Psicologia* (Ano XVIII, nº 79 - agosto de 2004, p. 3) trazendo os resultados da pesquisa encomendada ao IBOPE, que aponta: “A Psicologia Clínica mantém-se como a principal área de atuação: 45% fizeram ou estão fazendo pós-graduação nessa área. A Psicologia Organizacional vem em segundo lugar, concentrando 10% dos psicólogos”. Tais estatísticas confirmam que os resultados desta tese continuam atuais apesar do período pesquisado ter sido anterior. Também merece registro o primeiro Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional (21-24 julho de 2004, Bahia) organizado pela SBPOT (2001) – Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho, com o título: “Organização e Trabalho: novos desafios à produção de conhecimento e atuação profissional”. Este tema foi desenvolvido em nove áreas durante o congresso, sendo que somente uma era dedicada a Saúde Psíquica e Trabalho (SPT), “contra” oito operacionais. As Psicologias Organizacionais e do Trabalho continuam caminhando para o mar, como o rio Negro e o Amazonas. Entretanto, por estes dois referenciais apresentados, a Psicologia Organizacional encontrou roupas novas para temas antigos, continuando a ocupar maior espaço entre os psicólogos.

Enquanto isto, a CIESP-FIESP define os critérios para que uma empresa de consultoria em Psicologia conquiste seu “certificado”, seu “diploma” que lhe garantirá mais facilidades de contratos, para “traduzir a racionalidade de uma profissão com o objetivo de gerir resultados para os negócios”.⁴ Esse procedimento de institucionalização do “certificado” torna-se uma escola de seleção e treinamento dos psicólogos do trabalho nos critérios do padrão. Para progredir, ganhar mais, vencer concorrências, estamos regredindo, passamos por um processo prévio de docilização, voltamos ao panóptico. Tudo em nome de “gerir resultados para os negócios”, ao sermos incluídos estamos excluídos. Já não é possível deixar de ver o que “salta aos olhos” porque obvio demais.

Este panorama indica que há *urgência na explicitação de nossa identidade nesse campo*, ao lado da necessidade de conceituação mais clara sobre suas diferenças/semelhanças, seus conceitos, enunciados, metodologias e verdades, para que não pareça tratar-se apenas de uma mera questão semântica ou de menor importância, ficando

⁴ Raquel Kussama. Entrevista em 2/04/2004, CIESP-FIESP- Campinas.

como uma cortina à possibilidade de reconhecimento das diferenças, dos conflitos e para que não se confundam pressupostos, objetivos e possibilidades de superação dos limites.

Quanto à preocupação com o estudo da determinação social do processo de doença/saúde tendo como objetivo privilegiado o trabalho, surgiu de forma mais estruturada e orgânica a partir dos anos 70, quando a Medicina Social Latino-Americana passou a produzir estudos, pesquisas e propor cursos que ressaltavam o campo teórico-conceitual da Saúde e Trabalho. Mas paradoxalmente a esse movimento, a Psicologia no mundo do Trabalho passara a encolher, a partir de 64, e essa tendência acentuou-se na década iniciada em 68, com a repressão e endurecimento do regime de ditadura, especialmente com os trabalhadores. Tal tendência está representada no enfraquecimento dos sindicatos livres e nas intensificações das relações entre o Estado e as determinações do Consenso de Washington. Esse acordo dos Grandes aumenta o poder liberal e autoriza as mudanças mundiais nas relações de trabalho, acelerando o processo de globalização. O Capital é evolucionista, mas esse acordo representa um retrocesso nas relações de trabalho, criando novas doenças no trabalho e do trabalho, o que pode representar no futuro diminuição dos lucros. É quando a Psicologia passa a perder espaço nas empresas, com o enxugamento dos departamentos de RH, tornando a Psicologia terceirizada, ou autônoma, para ser contratada pelas empresas por projetos. Nasce as consultorias. O Psicólogo deixa de ser “um trabalhador” para se tornar “uma empresa” que vende sua própria força de trabalho, outras vezes, passa a empregar como terceirizados outros psicólogos recém-formados, estagiários etc. *Sua mercadoria é seu saber*. Como consultor, é contratado por dia tendo a ilusão de ser livre, sem cartão de ponto, sem chefe, mas está irremediavelmente vinculado ao “patrão”, que poderá não chamá-lo novamente, caso não agrade. As mesmas angústias do desemprego, da falta de vínculo do trabalhador-psicólogo-terceirizado ou de consultoria, irmana-os com os trabalhadores “clientes” nas empresas. Sofrem todos dos mesmos medos e lutam pela saúde no trabalho representada pela (re)conquista da esperança, que não é ufanismo otimista. Será que (re)vivemos a história do tempo moderno de antanho, quando viver, para o trabalhador, é não morrer?

O que pude reunir gerou esta tese, esta narrativa de fragmentos da nossa história e da nossa memória. Como ficou claro na exposição, cada capítulo trouxe conclusões parciais que facilitaram a compreensão dos Institutos analisados. O que posso fazer neste momento são considerações gerais.

O período temporal desde a fundação do primeiro Instituto, o IDORT (1931), em São Paulo, que nasceu patrocinado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em conjunto com um expressivo grupo de industriais, tem poucos anos de vida independente, pois sua aceitação social não correspondeu às expectativas da 1ª Divisão, isto é, dos empresários da diretoria. O IDORT desenvolveu pesquisas, produziu conhecimento e criou espaço de publicação. Logo que seu presidente, Sr. Armando Salles de Oliveira, foi nomeado Governador Constitucional do Estado decretou o IDORT de Utilidade Pública e rapidamente o nacionalizou através do RAGE (Reorganização Administrativa do Governo do Estado), permanecendo ainda hoje assim. Relembro estes pontos com o objetivo de mostrar que a amizade estreita entre o Estado, as idéias liberais e a Psicologia está aí contemplada.

O ISOP, nasceu da FGV, no Rio de Janeiro, como realização de um plano antigo do estado, datado de 1938, do então ministro do Trabalho Dr. João Carlos Vital. A tentativa frustrada de criação do INSOP veio a florescer nove anos depois no ISOP (1947), quando o mesmo Dr. Vital era presidente da FGV. O ISOP desenvolveu pesquisas, criou uma consistente revista, *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, e mobilizou a criação da Associação Nacional de Psicotécnica, posteriormente, Psicologia Aplicada. Em 1967, com a mesma sigla, mas com significado diferente, o ISOP – que passou a Instituto Superior de Estudos e Pesquisa Psicossociais – tornou-se o primeiro centro de pós-graduação em Psicologia, começa com mestrado e, em 1977, com o doutorado. Em 1992, o ISOP é transferido para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com seus cursos e professores. Novamente a intimidade entre Estado, iniciativa privada de cunho liberal e a Psicologia está presente. Relembro que a PUC-RJ criou o antagonista do ISOP, o IPA (1953), Instituto de Psicologia Aplicada, com a “preocupação central de apresentar uma densidade teórica suprimindo as deficiências existentes no ISOP”.

Já o SOSP (1949) – CENPA (1994), “nascido à semelhança do ISOP” é a primeira das instituições pesquisadas a ser criada já dentro do Estado, associada ao Instituto de Educação, e prestando serviços ao empresariado mineiro. Não publicou, não fez pesquisa porque “trabalhávamos muito, não tínhamos tempo para escrever”, mas formou os futuros idealizadores e professores dos cursos de Psicologia que surgiram depois. Não guarda história, não tem arquivos, não publicou, ficando seu registro em citações secundárias de outras pesquisas e na narrativa dos meus entrevistados. Desde 1994, é parte da Universidade Estadual de Minas Gerais, quando passou a se chamar CENPA. Hoje, conta com uma psicóloga e uma estagiária. Nasceu grande e foi se esvaziando.

Até aqui, os Institutos pesquisados, IDORT (1931), ISOP (1947) e o SOSP (1949)–CENPA (1994), estão baseados em uma Psicologia Psicométrica, comportamentalista, que tem um compromisso com os valores liberais, que trabalhou para adaptar o homem ao trabalho e o trabalho ao homem, e tratou a saúde como um apêndice do trabalho, um pré-requisito de seleção dos mais capazes de competir, de melhores resultados em produção.

O DOT (1958-1968), formado por uma instituição bancária paradoxalmente chega com a força da inovação, traz a Psicologia Humanista e desenvolve um grande centro de pesquisa pura e aplicada, “forma psicólogos humanistas”. Patrocinada por um banqueiro, a psicomетria é renovada com a chegada da sociometria e do trabalho de grupo. *Esta nova Psicologia anuncia que o trabalhador adoece no trabalho e do trabalho*, quebrando o silêncio da Psicologia Racional sobre o assunto. O DOT produz um livro, em 1967, somente com suas pesquisas.

Nenhuma instituição financeira é inocente, todas vivem da compra e da venda de dinheiro, produzindo lucro. Mas este Banco, presidido por um “médico que o dirige como um hospital”, vê um valor em investir no trabalhador através de uma Psicologia Humanista. Patrocinou este trabalho por dez anos, até a mudança da sede do Banco “porque o dinheiro estava em São Paulo”, quando então o DOT é fechado, seus arquivos queimados, seus registros de pesquisas “salvos” somente no livro publicado. Mas a Psicologia humanista não ficou esquecida em Minas Gerais, porque o DOT havia formado muitos psicólogos, que continuaram em outros contextos. Um dos seus produtos foi “uma crise

existencial” no idealizador do DOT, que resultou em mais pesquisas pessoais e na criação de uma nova abordagem em Psicologia. Foi do DOT que saiu a proposta de mudança do nome da Associação Brasileira de Psicotécnica para Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, porque “era muito dura, desumana, não podia colocar técnica na psique humana”. Do DOT saíram os psicólogos que desenvolveram o departamento de Orientação Vocacional e Profissional do SESC-MG, e a linha de trabalho da Clínica de Psicologia do Instituto Pestalozzi, também a Sociedade Brasileira de Dinâmica de Grupo, Psicoterapia de Grupo e Psicodrama. Teve dez anos de vida e acabou, em 1968. Coincidentemente, no mesmo ano do Ato Institucional nº 5, que concretizou a ditadura brasileira. A Psicologia Humanista leva em consideração as escolhas humanas, a visão de homem como um ser em relação, o trabalho como uma construção, que inclui o lucro, mas não desconsidera a contribuição do trabalhador. E a saúde como a manutenção da esperança do trabalhador, a possibilidade de ser mais que um reprodutor de treinamentos. Entretanto, *as novas relações entre a Psicologia e o Capital apesar de flexibilizadas pela visão humanista não rompem com o velho paradigma.*

Espero ter mostrado as singularidades dos quatros Institutos estudados. Penso que um ponto central em comum é a intimidade das relações de interdependência entre a Psicologia no mundo do trabalho e o capital. Tal fato fica evidenciado na trajetória do DOT (1958-1968), seu patrocínio, seu nascimento, desenvolvimento e seu destino atrelado ao Banco. O fechamento foi definido com a mudança do centro do capital bancário para São Paulo a partir de quando “as serras foram diminuindo, diminuindo e Belo Horizonte ficou cheia de buracos da mineração, fruto de um crescimento desordenado. Tiraram as árvores da Avenida Afonso Pena...”⁵ É a urgência da modernidade brasileira definindo o tempo, a disciplina de trabalho e o capitalismo, forjando dominação do tempo que é dinheiro, mas revelando resistências do tempo que é vida. Nessas inter-relações, a Psicologia e o homem tornaram-se assujeitados no processo de modernidade, mas, no interior dos espaços e tempo, antevejo as resistências, contemplo os homens e as mulheres trabalhadores que vinculados em grupos criam, na intersubjetividade, saídas novas para situações antigas. A possibilidade do olhar dialético das relações entre dominação e sujeito traz a possibilidade de saída.

⁵ Rever o capítulo do DOT (1958-1968).

Como um ponto de relevância, quero situar o significado desta investigação para o campo da Psicologia como um todo, e, particularmente, para o campo da Psicologia do Trabalho. Mais do que isso é como historicamente detectar as trajetórias teóricas para a própria compreensão das relações entre Psicologia e Trabalho. Esta pesquisa também mostra que para a Psicologia do Trabalho as vertentes podem ser as mesmas da Psicologia da Educação, ponto este evidenciado nos capítulos referentes a Minas Gerais, em especial. Ver as mesmas vertentes na Psicologia do trabalho e na Psicologia da Educação me (re)aponta o primeiro tema de pesquisa, quando planejei estudar “o trabalhador que se mantém saudável, como brincou na infância?” As tensões entre o singular e o coletivo, entre o trabalhador e o grupo, entre a Psicologia e a Sociologia da Saúde sinalizam que meus estudos não terminaram.

O trabalho, como ele se apresenta em diferentes formas de acordo com o contexto, fábricas, escolas, etc, põe em pauta as questões dos fundamentos, de readaptação dos conceitos ou a necessidade de criação de novos referenciais da Psicologia do e para o mundo do trabalho. Será que o mundo do trabalho necessita de conhecimentos específicos da Psicologia?

Encerro a tese lembrando que fiz este estudo pensando em resolver minhas questões e preocupações com as relações entre a Psicologia e o mundo do trabalho, mas, concluída a viagem, penso que, sem pretensão, essas idéias podem transcender o mundo acadêmico e chegar ao mundo do trabalho, em especial, ao psicólogo no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABN AMRO BANCO REAL. *Jornal Real, 1925-1995*. Ano XXVI, nº 6, junho/95 (edição especial).

ABN AMRO REAL S/A *História das instituições financeiras e sua contribuição ao progresso econômico dos povos*. São Paulo: Editora Estrela Alfa, 1972.

_____. *História das instituições financeiras*. Série “Pesquisa e Divulgação”. São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1972.

ABN AMRO REAL. “Valores humanos e econômicos juntos”. Revista de circulação interna, 2002.

AGATTI, A. P. R. Arquivos brasileiros de psicologia. *Arq. Bras. Psic.* 42(2): 129-39, 1990.

ALENCAR, R. (org.). *História da sociedade brasileira*. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1979, p. 231.

ALGRAS, M.; PENNA, A. G. “História e psicologia”. *Arq. Bras. Psic.* 2: 83-5, 1988.

ALMEIDA, C. M. H. C. de; CARDOSO, A.; GOMES, R. “Representações sociais e história: referenciais teórico-metodológicos para o campo da saúde coletiva”. *Cadernos de saúde pública*. 2, 2000.

ALVES, I. C. B. “Revisão histórica sobre o boletim de psicologia”. *Bol. de Psic.* 1, 2000.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo: Saraiva, 1957.

ANTONACCI, M. A. M. A vitória da razão: o Instituto de Organização Racional do Trabalho de 1931 a 1945. São Paulo, 1985. (Tese de doutorado – Universidade Estadual de São Paulo). (Mimeo).

_____. “Institucionalizar ciência e tecnologia: em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931)”. *Rev. Bras. Hist.*, 7 (14): 59-78, 1987.

ANTUNES, M. A. M. (colab.). Quadro de referências sobre a história da psicologia no Brasil: 1930-1962. *Psic. Rev.* (8): 97-132, 1999.

_____. O processo de autonomização da psicologia no Brasil 1890-1930. São Paulo, 1991. (Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). (Mimeo).

ANTUNES, R.. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ARAÚJO, M. C. (org.). *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

ARIES, P.; DUBY, G. *História da vida privada: da Primeira Guerra aos nossos dias*. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

AROUCA, A. S. da S. O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva, Campinas, 1975. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas. (Mimeo).

BAPTISTA, M. T. D.da S. As relações entre identidade, memória e a pesquisa da história da psicologia. 2003, Disponível em <http://www.fafich.ufmh.br/~memorandum/artigos04/baptista02.htm/>.

BENJAMIN, W. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*, volume I (*magia e técnica, arte e política. ensaios sobre literatura e história da cultura*). 2ª ed.. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*, volume II (*Rua de mão única*). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*, volume III: (*Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*). São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, W. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

BENJAMIN, W. *Documentos de cultura, documentos de barbárie (Escritos escolhidos)*. São Paulo, Cultrix, 1986.

BENJAMIN, W. *Haschisch*. 2ª ed. Madri: Taurus Ediciones, 1980..

BENJAMIN, W. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1985.

BERMAN, M. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BERTOLLI FILHO, C. “Medicina e Trabalho: as ‘ciências do comportamento’ na década de 40”. *Rev Hist*. São Paulo, 127-128:37-51, ago-dez/92 a jan-jul/93.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. Trad. Wanda C. Brant. 2ª ed.. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BOCCATO ALVES, I. C. “Revisão histórica sobre o boletim de psicologia”. *Boletim de Psicologia*, 112: 01-36, 2000.

BOLOGNA, I. *Roberto Mange e sua obra*: São Paulo, UNIGRAF, 1980.

BONNEWITZ, P. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. Trad. Cássia da Silveira e Denise Pegorim. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BOVÉRIO G. M. C. “Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin”. In: FARIA, A. L. G.; DERMATINI, Z.; PRADO, P. *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Editores Associados, 2002.

BRAGA, L. A.; NOVAES, M. H. da S.; ALMEIDA, M. da G. M. A. Resumo da participação do Brasil ao V Congresso Interamericano de Psicologia. *Arq. Bras. Psic.*, 0: 153-160, 1958.

CAMPOS, R. F. A abordagem centrada na pessoa na história da psicologia no Brasil. São Paulo, 2003. (Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). (Mimeo).

CAMPOS, R. H. de F. *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino*. São Paulo: EDUC, 1996.

CAMPOS, R. H. de F. *Psicologia e Ideologia: um estudo da formação da psicologia educacional em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1980. (Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais). (Mimeo).

CANESTRELLI, L. XIII Congresso Internacional de Psicologia Aplicada. *Arq. Bras. Psic.*, 1, 1958.

CARELL, A. “O serviço de ensino e seleção profissional da estrada de ferro Sorocabana e seu papel na introdução e desenvolvimento da psicologia aplicada ao trabalho no Brasil”. *Bol. Psic.*, 69, 1975.

CARVALHO, A. M. T. de C. “Trabalho e higiene mental: processo de produção discursiva do campo no Brasil”. *Hist. Cien. Saúde*, 1(6), 1999.

CASTEL, R. “A Psicanálise no campo das técnicas”. In: KATZ, C. S. *Psicanálise e Sociedade*. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTRO, T. de. *História documental do Brasil*. São Paulo: Distribuidora Record, 1968.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHIAVENATO, I. *Introdução à teoria geral da administração*. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicom, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA Câmara de Educação e Formação Profissional.
Psicólogo brasileiro: construção de um novo espaço. Campinas: Átomo, 1992.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA- 6ª REGIÃO *Uma profissão chamada Psicologia (CRP-06, 20 Anos)*, São Paulo: Edicom, 1994.

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan /UFRJ, 1994.

Arquivo SOSP- CENPA. Correspondências do 1º Presidente do SOSP Sr.. Syncha Jerzy Schwarzstein.

CUNHA, D. F. “O jogo no psicodrama triádico”. In: MOTTA, M. C. J. *O jogo no psicodrama*, 2ª ed.. Campinas: Ágora, 1995, pp. 57-64.

CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

D'ARAUJO, F. H. (Org.). *Na periferia da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DE DECCA, E.. “As mudanças no sistema das relações de trabalho”. *Diplô Versil*, 1:4-5, 2001.

DE DECCA, E. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay. São Paulo: Oboré, 1987.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

DEL BARRIO, M. A. N. A. “Resolução de conflitos inter e intragrupais nas organizações, através da técnica de grupo operativo”. *Arq. Bras. Psic.*, 32 (1): 307-321, 1980..

DUBAR, C. “El trabajo y las identidades profesionales y personales”. *Rev. Latinoam. Est. Trab.* 13: 2001.

. ARQ. BRAS..PSIC I., 1, 1949EDITORIAL: “O Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas”. 1, 1949

ELKONIM, D. B. *Psicologia do jogo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FARR, R. M. *As raízes da psicologia social moderna*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PSICODRAMA. EDITORIAL *Revista da FEBRAP*. 1 (1), 1971

FENELON, D. R. (Coord.). *Industrialização do Brasil (1889-1945)*, Campinas: Convênio FINEP/UNICAMP/IFCH/DH, 1981. (Mimeo).

FERRAZ DO AMARAL, P. “Trinta anos de atividades no campo da organização científica”. *Rev. Org. Cien.*, vol. XXX, 1961.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R. *Psicologia uma (nova) introdução: uma visão histórica da Psicologia como ciência*. São Paulo: EDUC, 2003.

FIÚZA DE MELO, A. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FLORES, F. *Creando organizações para el futuro*. 2ª ed. Santiago: Dólmén Ediciones, 1995, pp. 37-41.

FLORES, F.; GRAVES, Michel. *El carácter lingüístico da las organizações*. São Francisco, Califórnia, 1986. (Mimeo).

FLORES, J. O. M. “A visão de um empresário sobre a psicologia aplicada ao desenvolvimento de recursos humanos.” *Arq. Bras. Psic.* , 4:136-40, 1987.

FONTAINE, M. “Sete perguntas a Walter Benjamin”. *Revista USP*, 1992.

Convênio FINEP/UNICAMP/IFCH/DH Formação do Trabalhador assalariado urbano(1900-1945) na sua linha de pesquisa sobre Qualificação e Treinamento da Força de

Trabalho, composta por três monografias: Liceu de Artes e Ofícios (1873/1933), de Maria Lúcia Gitahy; Escolas Profissionais Estaduais (1911/1943), de Maria Alice Ribeiro; Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (1934/1945), de Coraly Cará Caetano

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 9ª ed.. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. 7ª ed.. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 14ª ed.. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 15ª.ed.. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*. 26ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1987 2002b.

FRAGOSO, J. L.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. “A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis”. In: LINHARES, Y. M. (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 177-272.

FRANCO, E. M. Desvendando o campo da psicologia da saúde: revisão de artigos selecionados. Campinas, 2000. (Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas). (Mimeo).

FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. “O Instituto de seleção e orientação profissional da Fundação Getúlio Vargas: criação e histórico”. *Arq. Bras. Psic.* 1:7-16, 1949.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1959, pp. 217-226.

GABASSI, P. G. *Psicología del lavoro: concetti e problemi*. Milão: Cluet, 1979.

GAGNEBIN, J. M. *Walter Benjamin*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GALZERANI, M. C. B. “Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin”. In: FARIA, A L. G; DEMARTINI, Z. B. F.; PRADO, P. D. (Org.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

GARETH, M. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENTA, G. “Relatório: Trabalhos de racionalização na fábrica de louças Ceramus”. *IDORT*, 4, 1932.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. *O psicólogo e sua ideologia*. São Paulo, 1982. (Tese de doutorado – Universidade Estadual de São Paulo (Mimeo)).

GINSBERG, A. M. “Os primeiros Congressos Brasileiros de Psicologia e a participação de psicólogos brasileiros nos Congressos Internacionais”. *Bol. Psic.*, 69: 81-83, 1975.

GOMIDE, P. I. C. “A formação acadêmica: onde residem suas deficiências”. In: *Cons. Fed. de Psic: Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo/Curitiba: Edicon/EDUC/Scientia et labor, 1988.

GOULART, I. B. Psicologia da educação em Minas Gerais: histórias do vivido. São Paulo, 1985. (Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). (Mimeo).

GUANAIS, M. A. B. O trabalho e a qualidade total: contribuições do psicólogo organizacional. Campinas, 1995. (Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas). (Mimeo)

GUEDES, M. do C. *História e historiografia da psicologia: revisões e novas pesquisas*. São Paulo: EDUC, 1998.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 7ª ed.. São Paulo: Editora Loyola, 1998.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IANNI, O. *O príncipe eletrônico*. São Paulo: Perspectivas, 1999.

IANNI, O. *Teoria da globalização*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS (ISOP). *Arq. Bras. Psic.* 42 (2): 141-72, 1990.

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS (ISOP). “Sumário das atividades de 1986”. *Arq. Bras. Psic.*, 39 (1): 109-40, 1987.

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS (ISOP). “Sumário das Atividades de 1989”. *Arq. Bras. Psic.* 42 (2): 141-72, 1990.

JACÓ-VILELA, A. M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H. de B. C. (Org.). *Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL. *Psicologia e psicotécnica*. São Paulo: Siqueira, 1927.

LACAZ, F. A. de C. Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical, Campinas, 1996. (Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas). (Mimeo).

LANGENBACH, M. A psicologia aplicada no Rio de Janeiro: início de uma profissão (1938-62). Rio de Janeiro, 1982. (Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). (Mimeo).

LEAL, C. F. B. Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916), Campinas, 1999. (Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas). (Mimeo).

LEITE, W. S. Pequena História da Psicologia em Minas Gerais, 2003. (Mimeo).

LEÓN, R.; BROZEK, J.; PENNA, A. G. “Uma nota acerca de los *Psychological abstracts* y la psicologia em idioma português”. *Arq. Bras. Psic.*, 41(4): 114-6, 1989.

LESER DE MELLO, S. *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática, 1978.

LOBATO, M. *América: os Estados Unidos em 1929*. São Paulo: Brasiliense, 1948.

LOPES, L. S. “Editorial”. *Arq. Bras. de Psic.*, 1 (1): 6-5, 1949.

LOURENÇO FILHO, M. B. “A psicologia no Brasil”. In: AZEVEDO, F. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

LOURENÇO FILHO, M. B. “Prefácio”. In: WALTER, L. *Tecno-Psyc do Trabalho Industrial*. São Paulo: Melhoramentos, 1929.

LOURENÇO FILHO. “Como surgiu o IDORT”. *Rev. de Organ. Cient.*, 15 (175): 140, 1946.

LOURENÇO FILHO. “Editorial”. *Arq. Bras. de Psic.* 6 (1), 1966.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 7ª ed.. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

LUKES, S. *O poder: uma visão radical*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

MACHADO, R. “Por uma genealogia do poder”. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

MALVEZZI, S. *O papel dos psicólogos profissionais de recursos humanos: um estudo na grande São Paulo*, São Paulo, 1979. (Dissertação de mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). (Mimeo)

MANCIBO, D. “Formação em Psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos”. In: JACÓ-VILELA, A. (Org.). *Clio-Psyché história da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 93-147, 1999.

MANGE, R “Evolução da psicotécnica em São Paulo”. *Arq. Bras. Psic.*, 1(8): 5-51, 1956.

MANGE, R. “Escolas Profissionais Mecânicas”. *Rev. da Politéc.*, 77: 8-7, 1925.

MARTINS, H. V. “Uma revolução e um revolucionário: a psicologia na época de Mira y López”. In: JACÓ-VILELA, A. (Org.). *Clio-Psyché: história da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

MASSIMI, M. “As origens da Psicologia brasileira em obras do período colonial”. *Cadernos PUCC*, 23: 95-117, 1987.

MASSIMI, M. “Origens da Psicologia em São Paulo”. *Arq. Bras. Psic.*, 3(41): 118-124, 1989.

MASSINI, M. *História da psicologia brasileira: da época colonial até 1934*. São Paulo: EPU, 1990.

MASSINI, M. *História das idéias psicológicas no Brasil: em obras do período colonial*, São Paulo: 1985. (Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de São Paulo). (Mimeo).

MASSINI, M., *A psicologia em instituições de ensino brasileiras do século XIX*. São Paulo: 1989. (Tese de doutorado – Universidade Estadual de São Paulo). (Mimeo).

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento*. Campinas: Ed. Psy, 1995.

MELLO FLÔRES, J. O. de. *Na periferia da história – Depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. A. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, L. M. *História da vida privada no Brasil: contrastes de intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEMÓRIAS DO TEMPO. Acervo Banco Real. (vídeo, 1960)

MIRA Y LÔPES, E. *Quatro gigantes da alma: o medo - a ira - o amor - o dever*. 10ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966.

MONTEIRO, C. “Psicotécnica: tentativa de seleção profissional”. *Bol. Inst. Hig.*, 28: 3-4, 1928.

MONTEIRO, H. de M. “Da República Velha ao Estado Novo”, In: LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MONTEIRO, J. B. “Condensação da ‘Revue de Psychologie Appliquée’”. *Arq. Bras. de Psic.*, 3 (7): 161-163, 1958.

MORENO, J. L. *As palavras do Pai*. Campinas: Editorial Psy, 1992.

MORENO, J. L. *Psicodrama: foundations of psychotherapy*. Nova Iorque: Beacon House, 1975.

MORENO, J. L. *Psicoterapia de grupo e psicodrama*. Campinas: Editorial Psy, 1993.

MORENO, J. L. *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix, 1984.

MOTTA, J. M.C. *Jogos: repetição ou criação*, 2ª ed. São Paulo: Ágora, 2002.

MUCHAIL, S. T. “A trajetória de Michel Foulcault”. *Extensão*, 2: 7-14, 1992.

MUCHAIL, S. T. “Foulcault: uma introdução”. *Trans/Form/Ação*, 3: 127-40, 1980.

NETTO, M. C. de A. “A produção do conhecimento psicológico fora do espaço acadêmico”. In: *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo/Curitiba: EDICON/EDUC, 1988.

NORA, P. “Entre memória e história: problemática dos lugares”. (tradução Yara Aun Khoury) *Projeto História*. São Paulo, (10), dez. 1993

NUNES, E. D. “A questão da interdisciplinaridade no estudo da saúde coletiva e o papel das ciências sociais”. In: CANESQUI, A. M. (Org.). *Desafios e dilemas das ciências sociais na saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec, 1995.

NUNES, E. D. “As ciências sociais em saúde e reflexões sobre as origens e a constituição de um campo de conhecimento”, *Saúde e Sociedade*, 1 (1): 59-84, 1992.

NUNES, E. D. Pequeno guia vocabulário para utilização da história arqueológica como instrumento de pesquisa qualitativa, 1999. (Mimeo).

NUNES, E. D. *Sobre a sociologia da saúde*. São Paulo: Hucitec, 1999.

OFFERMANN, L. R. “Organizations of the future”. *American Psychologist*, 45: 95-108, 1990.

OLIVEIRA, Juscelino K. (1902-1976) *A marcha do amanhecer*. São Paulo: Best-Seller, 1962.

PAGES, M. et al.. *O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos*. São Paulo: Atlas, 1987.

PAIXÃO, L. E. S.; MUCHON, D.; SALOMON, D. V. “Evolução das relações interpessoais e do sistema de valores através do questionário sociométrico”. In: WEIL, P. *Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1967, pp.164-189.

PENNA, A. G. Breve contribuição à história da psicologia aplicada no Rio de Janeiro, 2003. (Mimeo).

PENNA, A. G. *História da psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PENNA, A. G. Manual de psicologia aplicada às forças armadas. Rio de Janeiro, 1970. (Mimeo).

PENNA, A. G. “Minha caminhada na Psicologia”. In: JACÓ-VILELA, A. (Org.). *Cli-Psyqué: história da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.

PENNA, A. G. *Percepção e aprendizagem*. Portugal/Brasil: Fundo de Cultura, 1966.

PENNA, G. A. “Por que história da psicologia? Por que história latino-americana da psicologia?” *Arq. Bras. Psic.*, 42(1): 131-56, 1989.

PESSOTTI, I. “Notas para uma história da psicologia brasileira”. In: Conselho Federal de Psicologia. *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: EDICON, 1988.

PFROMM NETO, S. “A psicologia no Brasil”. In: FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. (Orgs.). *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EPU e EDUSP, 1979.

PRIMEIRO SEMINÁRIO DE HISTÓRIA LATINO-AMERICANA DE PSICOLOGIA. *Arq. Bras. Psic.* 42(1): 149-61, 1990.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, M. “O efeito Foucault na historiografia brasileira”. In: *Tempo social. Revista Social*. São Paulo: USP, 1995.

RAMOS DE AZEVEDO. “Apresentação de ‘Escolas Profissionais Mecânicas’”. *Rev. Polit.*, 77: 4, 1925.

RAMOS DE AZEVEDO. *Escolas Profissionais Mecânicas*. *Rev. Polit.*, vol.77, pp. 439-464, 1929.

SOSP-CENPA. RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DO MENOR O., DE 8 ANOS.(Arquivo CENPA)

SOSP-CENPA. RELATÓRIO DOS ATENDIMENTOS ENTRE 1949-1955. (Arquivo CENPA) .

REUCHLIM, M. *História da psicologia*. São Paulo: Difel, 1965.

ROPÉ, F.; TANGUY, L. (Orgs.). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. 2ª ed. Trad. Patrícia. Ramos. Campinas: Papirus, 1997.

SALDANHA, A de M. *Código de Ética Profissional dos Psicólogos*. Ministério do Trabalho, Conselho Federal de Psicologia, Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região. 1979.

SALLES, C. A. C. *Individuação: o homem e suas relações com o trabalho, o amor e o conhecimento*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, O. de B. “A evolução da psicologia aplicada a partir de Roberto Mange”. *Arq. Bras. Psic. Apl.*, 59-60: 7-12, 1970.

SANTOS, O. de B. “Psicologia aplicada e psicologia em São Paulo”. *Bol. Psic.*, XXVI, pp. 101-104, 1975.

SANTOS, R. M. R. dos. Emilio Mira y Lópes e o PMK: cronologia das realizações. São Paulo, 1998. (Dissertação de Mestrado – Universidade São Marcos) (Mimeo).

SARAMAGO, J. *O evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHUTZENBERGER, A. A. “Diversas abordagens para Compreensão da Dinâmica dos micro-grupos”. In: WEIL, Pierre. *Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1967.

SEIXAS, J. A. de, “Os Tempos da memória:(des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história?” *Projeto História*, 24, 2002.

SEMINÉRIO, F. P. *A psicologia na Argentina*. *Arq. Bras. Psic.*, 41(3): 111-124, 1980.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, M. A. Trabalho no Brasil: fundamentos para uma interpretação histórica. São Paulo, 1992. (Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) (Mimeo).

SILVA, S. B.; ROSAS, P. *Mira y López e a psicologia aplicada no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SILVERMAN, D. *Teoria de las organizaciones*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975.

SIMÕES, L. G. Reestruturação produtiva e recursos humanos: tendências e impactos. Campinas, 2001. (Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas). (Mimeo).

SOUSA SANTOS, B. de. *Um discurso sobre as ciências*. 7ª ed.. Portugal: Porto Edições Afrontamento, 1995.

STROILI, M. H. M. Saúde mental no Brasil: uma análise da estruturação e do desenvolvimento do campo. Campinas, 2001. (Tese de doutorado– Universidade Estadual de Campinas). (Mimeo).

STUBBE, H.; LANGENBACH, M. (Org.). *História da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora PUCRJ, 1988.

TANGUY, L. (Org.). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. 2ª ed.. Campinas: Papirus, 1997.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELLOSO, E. “25 anos de regulamentação da profissão no Brasil: um balanço crítico”. In: LANGENBACH, M.; STUBBE, H. *Seminário nacional: história da psicologia no Brasil*., Rio de Janeiro: PUC, 1988.

VON BUETTNER, G. E. B. P. Diretrizes curriculares em psicologia: discursos de resistência. Campinas, 2000. (Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de Campinas). (Mimeo).

VOSS, A. M. C. A psicologia industrial – Um aspecto humano. *Arq. Bras. Psic.* 32(1):295-298, 1980.

WEIL, P. (Org.). *Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas*. Belo Horizonte: Ed. Itatitaia, 1967. WEIL, P. G. Primeiro Congresso em Organização Científica em São Paulo -1950. *Arq. Bras. Psic.*, 1: 69-70, 1951.

WEIL, P. *Relações humanas na família e no trabalho*, 37^a ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WERTHEIMER, M. *Pequena história da psicologia*. Trad. Lourenço de Oliveira. São Paulo: Nacional, 1972.

YAMAMOTO, O. H.; GOUVEIA, V. (Org.). *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

ZANELLI, J. C. “Formação e atuação em psicologia organizacional”. *Psicologia: ciência e formação*, 6(1): 31-32, 1986.

ZANELLI, J. C. Formação profissional e atividades de trabalho: análise das necessidades identificadas por psicólogos organizacionais, Campinas, 1992. (Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas). (Mimeo)

ANEXOS

Entrevistas básicas

1. BATISTA, M. *Entrevista sobre o SOSP* a Júlia M. Casulari Motta. (BH, 8/6/2004).
2. BESSA, H. *Entrevista sobre a Psicologia em Minas Gerais* a Íris Barbosa Goulart (BH, 1985).
3. DAPIESI, E. *Entrevista sobre o ISOP* a Júlia M. Casulari Motta. (FGV-RJ, 30/8/2003).
4. FERNANDES, R. N. *Entrevista sobre o SOSP* a Júlia M. Casulari Motta. (BH, 9/6/2004).
5. GARCIA, C. *Entrevista sobre o DOT* a Júlia M. Casulari Motta. (BH, 4/8/2003).
6. KOSCKY, H. *Entrevista sobre o DOT* a Ronaldo Pamplona (BH, 10/6/2004, vídeo).
7. KUSSAMA, R. *Entrevista sobre a Psicologia no mundo do trabalho atual* a Júlia M. Casulari Motta. (CIESP-FIESP).
8. MOURA, W. *Entrevista sobre o ISOP* a Júlia M. Casulari Motta. (UERJ- 29/7/2003).
9. NUNES, R. *Entrevista sobre o DOT* a Júlia M. Casulari Motta (SP, 18/6/2004, por telefone).
10. OLIVEIRA, D. T. *Entrevista sobre o DOT* a Júlia M. Casulari Motta. (BH, 4/8/2003).
11. PARAFITA BESSA, P. *Entrevista sobre a Psicologia em Minas Gerais, e também sobre o SOSP* a Íris Barbosa Goulart (BH, 1985).
12. PARAFITA BESSA, P. *Entrevista sobre a Psicologia em Minas Gerais, e também sobre o SOSP* a Wilson Soares Leite. (BH, CRP-04, 24/2/2000, Video).
13. PENNA, A. G. *Entrevista sobre a Psicologia no Rio de Janeiro, também o ISOP* a Júlia M. Casulari Motta. (FGV-UFRJ, 30/7/2003).
14. RIBEIRO, M. de L. C. *Entrevista sobre o SOSP* a Júlia M. Casulari Motta. (BH, 8/6/2004).
15. WEIL, P. *Entrevista sobre o DOT* a Júlia M. Casulari Motta. (BH, 10/6/2004, vídeo).

Outras entrevistas e fitas

1. BITENCOURT, V. *Entrevista sobre a atual Psicologia Organizacional* a Júlia M. Casulari Motta. (UFB, 30/9/2003).
2. MACEDO, L. *Entrevista sobre a ANPPEP e a História da Psicologia* a Júlia M. Casulari Motta. (USP, 8/8/2003).
3. JACÓ VILELA, A. M. *Entrevista sobre a História da Psicologia* a Júlia M. Casulari Motta. (UERG, 30/7/2003).
4. ROCHA, N. *Entrevista sobre a História da Psicologia* a Júlia M. Casulari Motta. (UFB, 30/9/2003).
5. ANTUNES LIMA, M. E. *Entrevista sobre a História da Psicologia* a Júlia M. Casulari Motta (UFMG, 3/8/2003).
6. CRP-06, Conselho Regional de Psicologia. *A Psicologia no mundo do trabalho: o mundo do trabalho e os caminhos de RH*. Vídeo, gravado em 21/3/2000.
7. CRP-06, Conselho Regional de Psicologia. *A Psicologia no mundo do trabalho: qualidade de vida e sofrimento psíquico*, Vídeo gravado em 30/3/2000.
8. CRP-06, Conselho Regional de Psicologia. *A Psicologia no mundo do trabalho: diversidade cultural e gestão por competência*. Vídeo, gravado em 23/2/2000.
9. CRP-06, Conselho Regional de Psicologia. *A Psicologia no mundo do trabalho: o psicólogo atuante em RH, papel profissional e comportamento social*. Vídeo gravado em 4/5/2000.

1. FONTES DO IDORT (1931)

Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social IFCH - UNICAMP

Ata da Fundação do IDORT, em 23/6/1931.

Discurso de Fundação do IDORT, em 23/6/1931.

Relatórios Anuais de Diretoria do IDORT, 1931-1935.

Relatórios de trabalho do IDORT em setores da administração pública e em firmas particulares realizados pela 2ª Divisão pelos técnicos “psicologistas”.

Revista IDORT.

Revista de Organização Científica, IDORT.

Biografia do Roberto Mange: Publicação do Arquivo Edgard Leuenroth.

2. FONTES DO ISOP (1947).

Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro.

Arquivos Brasileiros de Psicotécnica.

Arquivos Brasileiros de Psicologia.

Ata da Fundação do ISOP (1947).

Ata de transformação do ISOP em Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais (ISOP).

Publicações da FGV-ISOP.

D'ARAÚJO FARIAS, H. (Org.). *Na periferia da História/Jorge Oscar de Mello Flores*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ARAÚJO, M. C. (Org.). *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

Biblioteca de Psicologia da USP

Arquivos Brasileiros de Psicotécnica.

Arquivos Brasileiro de Psicologia.

Entrevistas

3. FONTES DO SOSP (1949) – CENPA (1994).

Secretaria do CENPA na Universidade Estadual de Minas Gerais.

Relatório de atendimento do menor O. de 8 anos. (arquivo SOSP- CENPA).

Relatório dos atendimentos entre 1949-1955. .(arquivo SOSP- CENPA).

Correspondências do 1º Presidente do SOSP, Sr. Syncha Jerzy Schwarzstein. (arquivo SOSP- CENPA).

Entrevistas

4. FONTES DO DOT (1958-1968)

Publicação do DOT:

WEIL, P. et al. *Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas*. Belo Horizonte, Editora Ititaia, 1967.

Acervo do Banco REAL (antigo Banco da Lavoura de Minas Gerais):

ABN AMRO REAL. *Valores humanos e econômicos, juntos*. Revista de circulação interna, 2002.

AMRO Real S/A. *História das instituições financeiras*. Série “Pesquisa e Divulgação. Vol. I, São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1972.

BANCO REAL. MEMÓRIAS DO TEMPO, vídeo produzido pelo DOT (1960).

BANCO REAL. *Jornal Real, 1925-1995*. Ano XXVI, nº 6, junho/95 (edição especial).

Entrevistas